

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP
PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
BIOTECNOLOGIA – PPGBIOTEC

CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA DISCUSSÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM OPORTUNIDADES
BIOTECNOLÓGICAS PARA ANAMÃ E BERURI - AM

JOSÉ FÉLIX DA COSTA FILHO

MANAUS – AM

2025

JOSÉ FÉLIX DA COSTA FILHO

**CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA DISCUSSÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM OPORTUNIDADES
BIOTECNOLÓGICAS PARA ANAMÃ E BERURI - AM**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Biotecnologia do Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Biotecnologia na área de Concentração em Gestão da Inovação da Biotecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Corrêa Costa.
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Cecília Verônica Nunez.

MANAUS - AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837c

Costa Filho, José Félix da

Cesta de bens e serviços territoriais: uma discussão para o desenvolvimento territorial com oportunidades biotecnológicas para Anamá e Beruri - Am. / José Félix da Costa Filho - 2025.

204 f. : il., p&b. ; 31 cm.

Orientador(a): Reinaldo Corrêa Costa.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Manaus, 2025.

1. Biotecnologia. 2. Cesta. 3. Bens. 4. Açaí. 5. Tucumã. I. Costa, Reinaldo Corrêa. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia. Título

**CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA DISCUSSÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM OPORTUNIDADES
BIOTECNOLÓGICAS PARA ANAMÃ E BERURI - AM**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reinaldo Corrêa Costa
Orientador/Presidente (PPGBiotec - UFAM)

Prof^ª Dr^ª Cecília Veronica Nunez
Colaboradora do (PPGB/UEA/ INPA)

Prof^ª Dr^ª Bárbara Evelyn da Silva Ferreira
Membro Externo (PPGB/UFAM)

Prof. Dr. Máximo Afonso Rodrigues Billacrês
Membro Externo (PPGB/UEA)

Prof. (a) Dr. Jonas Dias de Souza
Membro Externo (PPGB/UEA)

APROVADA EM: 23 /10 /2025

AGRADECIMENTOS

Como seríamos sem o nosso Pai Eterno? Nada vezes nada.

Foram muitos os caminhos percorridos até que eu chegasse aqui. A cada passo, os obstáculos pareciam mais próximos, mas eu sabia, no íntimo, que este momento chegaria.

Em memória dos meus pais, o Sr. José Félix da Costa e a Sra. Benigna Pachêco da Costa — casal de força espiritual incontestável. Ele, carpinteiro; ela, servidora pública, atuando como auxiliar de serviços gerais em escolas públicas municipais da cidade de Codó, no Estado do Maranhão. O trabalho foi a maior herança que ambos deixaram, e com ele prosperamos até alcançar esta missão.

No âmbito acadêmico, minha vida se divide em dois momentos: antes e depois do Doutorado em Biotecnologia ...

EPÍGRAFE

“O território não é apenas um suporte físico, mas um conjunto de usos, saberes e práticas que expressam a história e a identidade dos que nele vivem.”

Inspirado em Milton Santos (1996).

RESUMO

Esta tese, vinculada ao Curso de Doutorado em Biotecnologia do Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, na área de concentração em Gestão da Inovação da Biotecnologia, analisa a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) nos municípios de Anamá e Beruri, no estado do Amazonas, com foco nos frutos nativos açaí e tucumã. A partir de uma abordagem qualitativa, territorializada e interdisciplinar; busca-se compreender de que modo esses produtos — amplamente comercializados e exportados — podem ser ressignificados em seus territórios de origem, contribuindo para a valorização cultural, o fortalecimento das identidades locais, a ampliação da renda e a permanência da população amazônica em seus lugares de vida. O estudo articula os conceitos de desenvolvimento territorial (Boisier, 1999; Santos, 2000), com ênfase na valorização dos saberes locais e no papel estratégico dos atores sociais na apropriação e gestão dos recursos naturais. A pesquisa está estruturada em quatro capítulos: o primeiro apresenta o planejamento metodológico e a delimitação territorial; o segundo discute a construção simbólica do território a partir dos frutos nativos e suas práticas socioculturais; o terceiro analisa a governança e o papel dos agentes locais e institucionais; e o quarto propõe uma reflexão integrada sobre as potencialidades da biotecnologia no contexto amazônico. Portanto, o açaí e o tucumã extrapolam a condição de simples recursos naturais: são símbolos identitários, culturais e econômicos que, quando articulados a instrumentos como a CBST e as Indicações Geográficas, podem promover estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e endógeno na Amazônia, baseadas na valorização do território, da biodiversidade e dos modos de vida locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Açaí e Tucumã. Amazônia.

ABSTRACT

This dissertation, part of the Doctoral Program in Biotechnology of the Multi-Institutional Graduate Program in Biotechnology at the Federal University of Amazonas (UFAM), in the concentration area of Innovation Management in Biotechnology, analyzes the construction of a Basket of Territorial Goods and Services (BTGS) in the municipalities of Anamã and Beruri, in the state of Amazonas, focusing on the native fruits açai and tucumã. Based on a qualitative, territorialized, and interdisciplinary approach, the research seeks to understand how these widely commercialized and exported products can be re-signified in their places of origin, contributing to cultural valorization, the strengthening of local identities, increased income, and the permanence of Amazonian populations in their territories. The study draws on the concepts of territorial development (Boisier, 1999; Santos, 2000), with emphasis on the valorization of local knowledge and the strategic role of social actors in the appropriation and management of natural resources. The research is structured into four chapters: the first presents the methodological planning and territorial delimitation; the second discusses the symbolic construction of territory through native fruits and their sociocultural practices; the third analyzes governance and the role of local and institutional agents; and the fourth offers an integrated reflection on the potential of biotechnology in the Amazonian context. Therefore, açai and tucumã go beyond their status as mere natural resources: they are identity, cultural, and economic symbols which, when articulated with tools such as the BTGS, can promote sustainable and endogenous territorial development strategies in the Amazon, grounded in the valorization of the territory, biodiversity, and local ways of life.

Keywords: Territorial Development. Açai and Tucumã. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Anamã e Beruri no Estado do Amazonas	34
Figura 2: Localização geográfica dos municípios de Anamã e Beruri no Estado Amazonas.	45
Figura 3: Esquema de apresentação dos entrevistados.....	80
Figura 4: Modelo de estratégias de produções do açaí no Estado do Amazonas	138
Figura 5: Modelo de estratégias de produções do tucumã no Estado do Amazonas	140
Figura 6: Produção de açaí (em toneladas) nos municípios de Anamã e Beruri (AM), entre 2004 e 2023.....	165
Figura 7: Valor da produção de açaí (em R\$ x 1.000) nos municípios de Anamã e Beruri (AM), entre 2004 e 2023.....	165

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: A cidade de Anamã no Estado do Amazonas.....	85
Fotografia 2: A cidade de Anamã no Estado do Amazonas.....	88
Fotografia 3: A cidade de Anamã no Estado do Amazonas.....	89
Fotografia 4: A cidade de Anamã no Estado do Amazonas.....	90
Fotografia 5: A cidade de Beruri no Estado do Amazonas.....	98
Fotografia 6: A cidade de Beruri no Estado do Amazonas.....	99
Fotografia 7: Produção rural de Beruri no Estado do Amazonas.....	101
Fotografia 8: Sítio particular em Beruri no Estado do Amazonas.....	102
Fotografia 9: Rua da cidade de Beruri no Estado do Amazonas.....	105
Fotografia 10: Rua da cidade de Beruri no Estado do Amazonas	105

LISTA DE IMAGEM

Imagem 01: Produção do açaí no Amazonas.....	39
Imagem 02: Localização da cidade de Beruri no Estado do Amazonas.....	97
Imagem 03: Boletim Informativo Socioeconômico de Beruri.....	108
Imagem 04: Produção do açaí no açaí no estado do Amazonas.....	117
Imagem 05: Localização da cidade de Anamã no estado do Amazonas.....	119
Imagem 06: Distância de Beruri a Manaus no estado do Amazonas.....	130
Imagem 07: Exemplificação do percurso do açaí	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Demonstração dos atores da pesquisa.....	75
Quadro 02: Demonstração da cidade de Anamã no Estado do Amazonas.....	84
Quadro 03: Demonstração da produção do açaí em Anamã e em Beruri no Estado Amazonas.....	86
Quadro 04: Demonstração da produção do tucumã em Anamã e Beruri no Estado do Amazonas.....	86
Quadro 05: Demonstração dos investimentos da AFEAM no Estado do Amazonas.....	93
Quadro 06: Demonstração do aproveitamento das partes da palmeira do açaí.....	106
Quadro 07: Comunidades do município de Beruri no Estado do Amazonas	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: As empresas em que os investigados trabalham falam em investimentos regionais para o desenvolvimento econômico, social, ou ambiental na sua cidade?.....	48
Gráfico 2: Conhecimento das frutas nativas de sua cidade.....	49
Gráfico 3: As frutas nativas como o açaí e o tucumã, depois de coletadas, elas permanecem na sua cidade, ou são vendidas para outras localidades?.....	50
Gráfico 4: Existem coletadores de açaí ou de tucumã que quando colhe os frutos, eles cortam as plantas, ou deixam no local de origem a sua cidade?.....	51
Gráfico 5: Você foi se você tem conhecimento da quantidade de açaí, ou de tucumã que são produzidos na sua cidade?.....	52
Gráfico 6: Você acredita que é possível criar uma marca do açaí e do tucumã?.....	54
Gráfico 7: Você acredita que é possível criar uma marca do açaí e do tucumã?.....	55
Gráfico 8: As produções do açaí e do tucumã pode mudar a situação econômica de sua cidade?.....	56
Gráfico 9: Existem cooperativas e associações que foram criadas e trabalham o açaí e o tucumã como produtos econômicos na sua cidade?	57
Gráfico 10: Com o açaí e do tucumã é possível criarmos uma marca para o desenvolvimento econômico na sua cidade?	59
Gráfico 11: Nível de escolaridade dos entrevistados?.....	60
Gráfico 12: O investigado conhece o potencial das produções do açaí e do tucumã na sua cidade?.....	62
Gráfico 13: É possível trabalharmos, ou criarmos uma marca específica para estas frutas nativas?.....	63
Gráfico 14: As produções do açaí e do tucumã permanecem na sua cidade, ou são exportadas para outras cidades?.....	65
Gráfico 15: Existem cooperativas do açaí e do tucumã na sua cidade?	66
Gráfico 16: É possível fazermos uma cesta de bens e serviços territoriais, através do açaí e do tucumã na sua cidade?	67
Gráfico 17: Você acredita que o açaí e o tucumã podem contribuir com as mudanças econômica de sua cidade?	69
Gráfico 18: Na sua cidade, quais os maiores eventos (feiras, festas, exposições) da sua cidade que atraia pessoas de outras cidades?.....	70

Gráfico 19: Após as colheitas do açaí e do tucumã na sua cidade, você percebe que estes coletadores de frutas, contribuem com o Meio Ambiente, ou não pensam nas futuras gerações?.....	71
Gráfico 20: Na sua cidade, existem empresas que trabalham com o açaí e com o tucumã?	73
Gráfico 21: Através do açaí e do tucumã poderemos trabalhar outros produtos na sua cidade?	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAM – Associação Amazonense dos Municípios
AC – Análise de Conteúdo
ACORDE - Ação Conjunta de Revitalização e Desenvolvimento
ADS Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas;
ADR - Agência de Desenvolvimento Regional;
AM - Amazonas
ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CET Caderno de Especificações Técnicas;
CUP Convenção da União de Paris;
CBST - Cesta de Bens e Serviços Territoriais
CITE - Clube de Intercâmbio e Troca de Experiência
COMTUR - Conselhos Municipais de Turismo
CREDINEVE - Cooperativa de Crédito Rural
DO Denominação de Origem;
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEA Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas;
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IDH Índice de Desenvolvimento Humano;
IDAM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas;
IFAM – Instituto Federal do Estado do Amazonas
IG Indicação Geográfica;
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP - Indicação de Procedência
JICA - *Japan International Cooperation Agency*
LPI Lei da Propriedade Industrial;
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
NBR Norma Brasileira Técnica;
PROFIT - Programa de Fruticultura de Clima Temperado;
PAM Produção Agrícola Municipal;
PMC Prefeitura Municipal de Codajás;

PMA Prefeitura Municipal de Anamã;
PMB Prefeitura Municipal de Beruri;
OMC Organização Mundial do Comércio;
OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual;
RDC Resolução de Diretoria Colegiada;
RQT - Renda de Qualidade Territorial
RS – Rio Grande do Sul;
SDR - Secretarias de Desenvolvimento Regional;
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SIM - Sistema de Inspeção Municipal
UEA – Universidade do Estado do Amazonas;
UE União Europeia;
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UP – Unidade Produtiva;
WIPO World Intellectual Property Organization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1.....	17
PLANEJAMENTO DA PESQUISA	17
1.1 JUSTIFICATIVA.....	18
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	23
1.3 Hipóteses da Pesquisa	25
1.4 OBJETIVOS.....	25
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	25
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	26
1.5 O ESTADO DA ARTE SOBRE AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IG).....	26
1.6 CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST) E SEUS COMPONENTES FUNDAMENTAIS.....	31
1.7 A BIOTECNOLOGIA E A CBST PARA ANAMÃ E BERURI NO ESTADO DO AMAZONAS	366
1.8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
1.9 CARACTERIZAÇÃO DE ANAMÃ E BERURI NO ESTADO DO AMAZONAS E AS DINÂMICAS EM TORNOS DOS SEUS PRODUTOS	81
1.9.1 <i>A cidade de Anamã</i>	82
1.9.2 <i>O Município de Beruri no Estado do Amazonas</i>	96
CAPÍTULO 2	109
A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO A PARTIR DAS PLANTAS NATIVAS DO AÇAÍ E DO TUCUMÃ NOS MUNICÍPIOS DE ANAMÃ E BERURI-AM	109
2.1 O AÇAÍ E O TUCUMÃ COMO ELEMENTOS ESTRUTURANTES DE UMA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS	114
2.2 A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO PERSPECTIVA DE ATIVOS ECONÔMICOS EM ANAMÃ E BERURI (AM)	122
2.3 PRINCIPAIS PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS EM ANAMÃ E BERURI (AM)	127
2.4 O AÇAÍ E O TUCUMÃ COMO FONTES DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DE ANAMÃ E BERURI (AM)	133
CAPÍTULO 3	142

GOVERNANÇA TERRITORIAL E A CONSTRUÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST) NOS MUNICÍPIOS DE ANAMÃ E BERURI – AM.....	1429
3.1 O sistema de governança territorial nos municípios de Anamã e Beruri no Estado do Amazonas.....	150
3.2 A importância dos sujeitos privados, públicos e associativos de Anamã e Beruri na criação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.....	155
CAPÍTULO 4.....	161
ANÁLISE INTEGRADA E POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO BIOTECNOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE BERURI E ANAMÃ – AM	161
4.1 O POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DAS FRUTAS NATIVAS DA AMAZÔNIA: INOVAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA LOCAL.....	1755
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	1867
APÊNDICE - A.....	199
APÊNCIDE B.....	200
APÊNCIDE C	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.2
APÊNCIDE D – NOTA À IMPRENSA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.4

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, ao mesmo tempo em que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, convive com profundas desigualdades socioeconômicas que afetam diretamente os territórios e os sujeitos que nela vivem. Nesse contexto, pensar o desenvolvimento territorial a partir dos saberes, práticas e produtos locais torna-se não apenas uma alternativa viável, mas uma necessidade política e epistemológica. É nesse cenário que se insere a presente tese, que propõe discutir a constituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como instrumento de valorização das frutas nativas do açaí e do tucumã nos municípios de Anamá e Beruri, no estado do Amazonas.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento territorial deve estar ancorado nas potencialidades dos próprios territórios, propomos uma abordagem que articula os conceitos de Indicações Geográficas (IG) e inovação biotecnológica como elementos estratégicos na promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental da região. O açaí e o tucumã, além de produtos de ampla circulação nacional e internacional, são também marcadores culturais e ativos territoriais que conectam modos de vida, saberes tradicionais e relações de pertencimento.

Diante deste cenário, a presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar o potencial econômico e territorial das frutas nativas, como o açaí e o tucumã, produzidas nos municípios de Anamá e Beruri, no Estado do Amazonas, como base para a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, valorizando a apropriação sustentável do meio ambiente e as possibilidades de aplicação da biotecnologia.

Além do objetivo geral, trabalhamos com quatro objetivos específicos que foram: Caracterizar as frutas nativas, especialmente o açaí e o tucumã, como representações culturais e recursos com potencial econômico para os municípios de Anamá e Beruri, considerando-as elementos constitutivos de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). O segundo foi o de evidenciar a relevância do açaí e do tucumã enquanto alimentos de consumo cotidiano, componentes de equilíbrio ambiental e símbolos de práticas sustentáveis, destacando suas aplicações na área da biotecnologia.

O terceiro objetivo específico foi: Identificar os principais desafios logísticos e territoriais que impactam a implementação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, com base na análise dos fluxos de circulação entre os municípios de Anamá e Beruri, a capital do Estado do Amazonas e os mercados consumidores nacionais e internacionais. E tendo como o

quarto objetivo, foi apresentar uma proposta de estruturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia de valorização das plantas nativas, de fortalecimento das relações sustentáveis com os ecossistemas locais e de promoção da dignidade e autonomia dos atores sociais em seus territórios de origem.

A presente pesquisa partiu da investigação destes objetivos, onde foi percebido que os benefícios gerados ao longo dessas cadeias não se reverteram integralmente aos territórios de origem, mantendo uma lógica de extração que pouco contribuiu para a autonomia e o fortalecimento das comunidades locais. A valorização territorial, neste trabalho, não é pensada como mercantilização dos recursos, mas como uma estratégia de reconhecimento da centralidade dos sujeitos que produzem, coletam e transformam esses bens.

A estrutura da tese contempla, no Capítulo 1, o planejamento da pesquisa, com a apresentação da justificativa, da problematização, das hipóteses, dos objetivos, do estado da arte, da fundamentação conceitual e metodológica, além da caracterização dos municípios investigados. No Capítulo 2, abordamos a construção de um território a partir das frutas nativas, evidenciando o papel simbólico e econômico do açaí e do tucumã. O Capítulo 3 discute a governança territorial, analisando o envolvimento dos diferentes atores locais na organização socioprodutiva. Por fim, o Capítulo 4 propõe uma análise integrada com foco nas potencialidades da biotecnologia, enquanto vetor de inovação e transformação no contexto amazônico.

Através desta pesquisa, esperamos contribuir para o debate sobre desenvolvimento territorial sustentável, reforçando a ideia de que as soluções para os desafios amazônicos devem partir da própria Amazônia, de seus sujeitos e de suas práticas, por meio da articulação entre saberes tradicionais e tecnologias contemporâneas.

CAPITULO 1

PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Neste primeiro capítulo da tese, intitulado Planejamento da Pesquisa, são apresentados os fundamentos que sustentam a investigação desenvolvida, articulando aspectos conceituais, metodológicos e contextuais indispensáveis à construção do percurso científico.

Iniciamos com a justificativa da pesquisa, na qual destacamos a relevância de investigar a constituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) a partir das frutas nativas como o açaí e o tucumã, nos municípios amazonenses de Anamã e Beruri. Esses produtos, embora amplamente comercializados nacional e internacionalmente, ainda carecem de reconhecimento e valorização territorial nos espaços de origem. A pesquisa propõe refletir sobre como a CBST e as Indicações Geográficas (IG) podem representar alternativas viáveis de fortalecimento econômico e cultural, em consonância com práticas sustentáveis e com o protagonismo das populações locais.

Na seção seguinte, problematizamos as relações de produção e comercialização dos frutos, apontando a contradição entre o amplo consumo fora da região e o limitado retorno socioeconômico para as comunidades produtoras. Partindo dessa problemática, delimitamos as hipóteses da pesquisa, que giram em torno da possibilidade de valorização territorial dos produtos nativos por meio da articulação entre saberes tradicionais, inovação biotecnológica e instrumentos de certificação territorial.

Na sequência, são apresentados os objetivos gerais e específicos, os quais orientam o desenvolvimento da tese e estruturam a análise. Em seguida, realizamos um mapeamento do estado da arte sobre as Indicações Geográficas, com o intuito de compreender o potencial deste instrumento enquanto estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Destacamos também, uma revisão conceitual sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais, discutindo seus principais componentes e o seu papel na valorização econômica, cultural e ecológica dos territórios. Ainda neste capítulo, é realizada uma reflexão sobre as possibilidades de inovação biotecnológica aplicadas à CBST, com foco nas realidades de Anamã e Beruri, considerando tanto o aproveitamento produtivo quanto os impactos sociais e ambientais dessas inovações.

Por fim, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados, que incluem abordagem qualitativa, análise documental, pesquisa de campo e levantamento com os atores envolvidos nas cadeias produtivas. Finalizamos o capítulo com a caracterização dos municípios

investigados, apresentando suas realidades socioeconômicas, produtivas e territoriais como base para a análise que se desenvolve nos capítulos seguintes.

Este capítulo, portanto, estabelece as bases para a reflexão crítica e propositiva que permeia toda a tese, reafirmando o compromisso da pesquisa com a valorização dos territórios amazônicos a partir de suas próprias potencialidades.

1.1 Justificativa

A elucidação da presente temática tem como perspectiva não apenas compreender a importância das frutas nativas, como o açaí e o tucumã, mas também conhecer as especificidades de Anamá e Beruri, no Estado do Amazonas. Busca-se, ainda, reconhecer os benefícios dessas frutas como produtos essenciais para a composição de uma cesta de bens e serviços territoriais dos referidos municípios, considerando que sua comercialização apresenta diversos valores agregados, como benefícios à saúde, fortalecimento do sistema imunológico, melhora da digestão e promoção da saúde cardiovascular (Garcia et al., 2023, p. 72). Esses valores serão aprofundados ao longo da investigação, com a apresentação de referências adicionais.

Com base na realidade das inúmeras produções de açaí e tucumã nos municípios investigados, constatamos que cada um dos 62 municípios do Estado do Amazonas possui sua própria cultura, culinária, produtos e serviços. A escolha dos municípios analisados decorreu da realização de duas visitas a cada um deles. Nessas andanças, foi claramente perceptível a presença dessas frutas nativas — açaí e tucumã — não apenas nas feiras, mas também nas embarcações, como barcos e lanchas, e até mesmo em diversas residências locais.

A partir dessas observações, outro ponto relevante foi identificado: esses produtos, em vez de seguirem diretamente para a capital do Estado, são comercializados em outros municípios, como Anori, Coari e Codajás. Esse deslocamento contribui para a perda da identidade de origem dos produtos nas localidades produtoras. Vale lembrar que a denominação de origem se refere a um nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de um território, além de características como as cores do fruto, que incluem preto, roxo, tinga, espada, malhado e branco (Shanley, 2005, p. 166).

Embora as inquietações persistirem, uma observação relevante diz respeito à atuação de inúmeros atravessadores nos municípios de Anamá e Beruri — comerciantes que adquirem frutas como o açaí e o tucumã em determinados locais e as revendem em outras cidades, inclusive na capital do Estado do Amazonas. Ao chegarem à capital, essas frutas frequentemente perdem sua identificação de origem: os comerciantes muitas vezes atribuem a

elas uma procedência fictícia, apagando a identidade territorial das localidades de onde foram coletadas. Com isso, perde-se não apenas o valor econômico associado à origem, mas também sua riqueza cultural e as particularidades inerentes a cada fruto.

Ainda assim, a presença dos atravessadores evidencia a importância dessas frutas como produtos com alto potencial produtivo e comercial. Afinal, se não houvesse relevância econômica, esses agentes não estariam inseridos na cadeia produtiva local.

Diante dessa realidade, observamos também um paradoxo evidente relacionado à qualidade de vida da população. Embora o açaí e o tucumã estejam amplamente presentes nesses territórios, grande parte da população vive sem emprego formal, dependendo exclusivamente do serviço público municipal (IBGE, 2022), o que também revela a limitada atuação da iniciativa privada na geração de empregos.

Nesse contexto, a valorização das frutas em sua própria origem pode representar uma alternativa concreta para a reestruturação do trabalho nos municípios de Anamã e Beruri. Com base nisso, apresentamos, a seguir, contribuições voltadas à organização socioeconômica do trabalho nesses territórios.

Dessa forma, é possível reafirmar a relevância da valorização do trabalho nos contextos locais.

[...] a intenção do psicólogo organizacional e do trabalho não é mais simplesmente realizar análises dos postos de trabalho e produzir sujeitos eficientes, mas compreender a organização como sistema social complexo, valorizando sistemas de recompensas e penalidades, a aprendizagem em grupos de trabalho, a motivação e os aspectos ligados à cooperação, competição e liderança (Clot, 2007, p. 83).

Com base nas contribuições relativas à valorização do trabalho — entendido aqui como o ofício exercido pelos diversos sujeitos que habitam as localidades investigadas — evidencia-se a importância dos produtos típicos de cada município. Esses produtos não apenas refletem especificidades locais, mas também expressam a identidade cultural e a perspectiva social dos territórios de origem. Contudo, como observa Moraes (1997, p. 36), “a valorização nem sempre é positiva: em alguns contextos, pode, paradoxalmente, contribuir para o empobrecimento do lugar onde ocorre”.

Diante disso, torna-se imprescindível reconhecer a identidade dos produtos aqui analisados — o açaí e o tucumã — cultivados e extraídos nas regiões de Anamã e Beruri. Ressalta-se que tais frutas não são apenas elementos do extrativismo local, mas sim recursos com potencial de constituírem uma matriz econômica alternativa por meio da estruturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

Considerando a logística de transporte entre os municípios de Anamã, Beruri e a capital do Estado, Manaus — dependente exclusivamente de embarcações como balsas, lanchas e barcos — observa-se uma limitação significativa na mobilidade territorial, a qual impacta diretamente a eficiência do escoamento da produção local. Diante dessa conjuntura, propõe-se que a implementação de uma CBST nos referidos municípios represente uma estratégia de valorização territorial, com vistas à construção de um modelo econômico ancorado nos saberes e práticas locais. Tal iniciativa tem o potencial de promover uma espécie de “emancipação econômica” dos produtos atualmente subvalorizados em seus contextos de origem.

Ao fortalecer os circuitos produtivos locais, há possibilidade concreta de mitigação do êxodo populacional em busca de emprego e renda em centros urbanos mais desenvolvidos. Com isso, as famílias poderiam exercer atividades profissionais no próprio território, fomentando o fortalecimento da economia local e a consolidação de identidades produtivas regionais.

Nesse sentido, a presente investigação adota como referencial teórico o conceito de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), formulado originalmente por Pecqueur (2001), com o intuito de analisar em que medida os recursos territoriais presentes em uma localidade podem (ou não) promover sua valorização socioeconômica. A partir dessa perspectiva, propõe-se a aplicação da referida teoria aos municípios de Anamã e Beruri, no Estado do Amazonas, como base para o desenvolvimento territorial sustentável.

Tal abordagem, visa ainda a compreensão dos desafios implicados na constituição de uma alternância territorial entre sujeitos públicos, privados e associativos, tendo como eixo articulador o conceito de “cesta de bens” como elemento estruturante das dinâmicas produtivas locais.

Partindo da realidade dos municípios de Anamã e Beruri, no Estado do Amazonas, apresentamos, a seguir, algumas contribuições fundamentais para a valorização dos recursos locais, confirmado em:

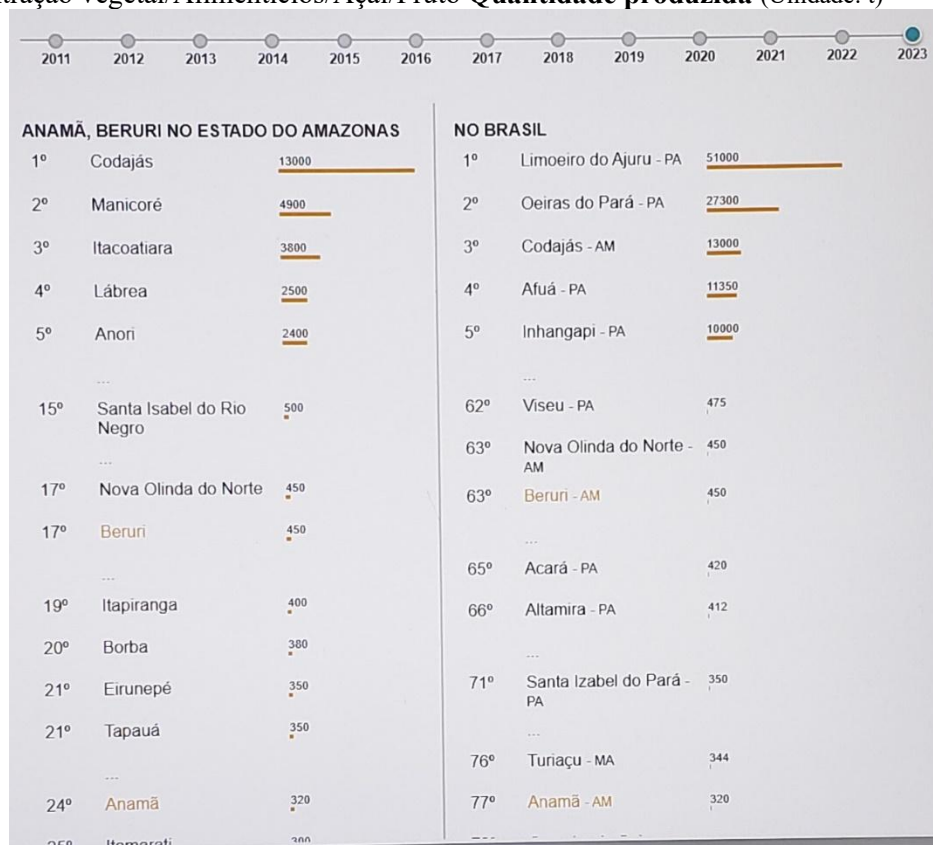
De fato, podem identificar-se três tipos principais de formas de articulação entre o tempo e espaço, cada um dos quais corresponde a certa relação entre “sociedade e tecnologia” como base material para a apropriação do espaço. O espaço-tempo corresponde justamente a capacidade dos sujeitos sociais de usar os espaços, de inseri-lo em seu encadeamento pessoal ou societário de tempos parciais. Desse modo, os sujeitos individualizam o espaço, apropriam-se dele e o obrigam-lhe a transmitir-lhe um valor que se integra à sua atividade, conquanto nos cálculos tradicionais não se reconheça como tal o papel do espaço na formação do valor dos bens ou serviços (Santos; Souza; Silveira, 1998, p. 85).

Nesse sentido, a proposta de considerar o açaí e o tucumã como produtos estratégicos para a composição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) visa à valorização de

tais frutos nativos por meio da diversidade de usos, saberes e práticas que representam no contexto socioprodutivo local. Não se pretende, com isso, atribuir-lhes o papel de elementos centrais da economia municipal, mas sim destacar o seu potencial simbólico, produtivo e identitário, contribuindo para a projeção dos municípios no cenário regional e nacional, a partir de uma perspectiva integrada de desenvolvimento territorial.

Essa abordagem possibilita a construção de um novo olhar sobre os municípios investigados, resgatando e valorizando sua identidade econômica e ambiental. Trata-se de localidades historicamente afastadas dos centros decisórios, dos mercados consumidores e, especialmente, dos polos de biotecnologia, o que contribui para o esvaziamento das possibilidades de exploração local dos frutos nativos. Mesmo diante de produções modestas no cenário estadual e nacional, como evidenciado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consultados em 06 de abril de 2025, observa-se que a importância do açaí no cenário municipal é significativa, tanto pelo aspecto simbólico quanto pelo papel na geração de renda para diversas famílias. Contudo, essa relevância ainda não se traduz em estatísticas oficiais de forma satisfatória, o que evidencia a necessidade de estudos mais sistemáticos e aprofundados sobre a cadeia produtiva local. Desta forma, apresentamos abaixo os dados mais recentes, confirmado em:

Extração vegetal/Alimentícios/Açaí/Fruto **Quantidade produzida** (Unidade: t)



Fonte: IBGE, consultado em 06/04/2025.

Conforme os dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), observa-se que os municípios de Beruri e Anamá ocupam posições pouco expressivas tanto no cenário estadual quanto nacional em relação à produção de açaí. No Estado do Amazonas, Beruri figura na 17ª posição, com uma produção de 450 toneladas, enquanto Anamá aparece em 25º lugar, com 320 toneladas. No ranking nacional, ambos os municípios ocupam as últimas colocações: Beruri em 63º e Anamá em 77º. Esses números, embora representem um quantitativo modesto em escala macroeconômica, possuem forte impacto na economia local, sendo elementos centrais da subsistência e da identidade produtiva de diversas famílias. A baixa visibilidade nos rankings revela não a ausência de potencial produtivo, mas sim a fragilidade na agregação de valor e no reconhecimento institucional dessas frutas enquanto ativos territoriais. Tal cenário reforça a pertinência da criação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como estratégia de valorização simbólica, cultural e econômica desses produtos, contribuindo, inclusive, para a possibilidade de futuras Indicações Geográficas (IG). Portanto, mais do que a quantidade produzida, é necessário problematizar a invisibilização dos territórios amazônicos nos grandes circuitos de valorização do açaí e do tucumã, apontando para a urgência de políticas públicas e estratégias de fortalecimento da economia local.

Compreende-se, ainda, que a logística entre os municípios investigados e a capital do Estado do Amazonas apresenta características particulares e desafiadoras, uma vez que, na região, os rios cumprem a função de estradas, sendo os principais e, por vezes, únicos meios de deslocamento e escoamento de produtos — em substituição aos modais terrestres como o rodoviário, ferroviário ou cicloviário. O transporte terrestre, que envolve automóveis, ônibus e, sobretudo, caminhões, é precário e dispendioso para os produtores locais, tornando a comercialização e a valorização dos produtos nativos ainda mais complexas.

Diante dessa realidade, a proposta de criação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) nos referidos municípios não apenas representa uma estratégia de fortalecimento da economia local, como também rompe com paradigmas tradicionais ao propor novas formas de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, recorre-se à contribuição de Veiga (2001) para ampliar a compreensão do contexto rural brasileiro, confirmado em:

Nas áreas mais favoráveis às grandes plantações especializadas quase não existe a mobilidade e a articulação social que engendram a criação das redes de pequenas e médias empresas. Também não existe essa organização espacial que permite evitar uma fratura entre cidade e campo. Mas se as heranças institucionais de uma economia baseada na agricultura diversificada em geral de caráter familiar são condições necessárias, elas estão muito longe de ser suficientes (Veiga, 2001, p. 8).

Partindo dessa reflexão, torna-se evidente que a diversificação econômica dos territórios e a presença ativa do Estado são fatores cruciais para a viabilização de arranjos institucionais

locais. Esses aspectos configuram-se como pilares estruturantes para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural no Brasil.

Costa (2019) aprofunda essa discussão ao afirmar:

Se um circuito espacial produtivo for precário, sob o aspecto do espaço geográfico também será precário, mas a concretude dos territórios é inegável. A força da propriedade (da terra e do capital) como poder, portanto, como territorialidade de uma determinada classe (de renda e a social) é real e concreta, se estrutura, são reais, pois, neles diferentes temporalidades se inter-relacionam mediados pela essência territorial, agir ad hoc, de cada um (Costa, 2019, p. 22).

Ao compreender as especificidades socioterritoriais de Anamã e Beruri, no Estado do Amazonas, constata-se que é possível agregar diferentes benefícios à proposta de Indicação Geográfica (IG), os quais abrangem desde a valorização dos recursos naturais — como a terra e as frutas nativas — até a melhoria na prestação de serviços e na qualidade de vida das populações locais.

Nesse contexto, convém destacar as seguintes contribuições:

Um elemento a ser considerado é que, no uso da biodiversidade, há vários tipos de acesso e uso da terra, assim como de sistemas de produção e de maior ou menor acesso ao capital (via comércio ou financiamento público ou privado), e também do nível de conhecimento do ecossistema e sua biodiversidade na qual se trabalha e acrescenta-se a isso várias formas de serem identificados quanto ao nível de vida ou classe (social e de renda) (Costa, 2017, p. 26)

Dessa forma, as contribuições anteriormente apresentadas, especialmente no que diz respeito às características ambientais dos rios amazônicos — tais como a qualidade da água, das várzeas e dos igapós —, evidenciam o papel estratégico que os municípios de Anamã e Beruri podem desempenhar no processo de desenvolvimento territorial sustentável. As frutas nativas provenientes dessas localidades, em especial o açaí e o tucumã, não apenas constituem fontes de subsistência e geração de renda, como também expressam a riqueza cultural e ecológica da região. Tal especificidade torna-se um diferencial competitivo na formulação de uma CBST, cuja finalidade maior é promover o reconhecimento do valor territorial dos produtos amazônicos.

1.2 Problemática da pesquisa

Ao observarmos os 62 municípios do Estado do Amazonas, constatamos uma expressiva diversidade de frutas nativas, que se distinguem por seus sabores, formas de cultivo e usos socioculturais. A escolha do açaí e do tucumã, produzidos nos municípios de Anamã e Beruri, justifica-se por suas características singulares — como a amplitude das plantações, a importância no comércio local e a tradição do cultivo mantida pelos habitantes dessas

localidades. Tal relação extrapola a dimensão produtiva, abarcando aspectos ligados ao equilíbrio ecológico e à preservação ambiental das áreas onde essas espécies se desenvolvem.

O açaí e o tucumã destacam-se não apenas por seu valor nutricional, mas também por seus significados simbólicos e econômicos para a região, como atestam diversas pesquisas:

O fruto é a principal matéria prima para fabricação de subprodutos que ganhou alto valor comercial no mercado interno e externo, como polpa processada, sorvete, geleia, doces, corante natural para indústria de alimentos e bebidas energéticas, além de ser utilizado na indústria farmacêutica e cosmética (Lima et al., 2013; Tavares et al., 2020; Medina; Cruz, 2021, p.327).

Trazer à tona a realidade do açaí e do tucumã cultivados em Anamã e Beruri é reconhecer o potencial dessas frutas enquanto bens econômicos estratégicos, passíveis de constituírem uma matriz produtiva relevante para as localidades em questão. A escolha desses municípios para análise decorre, entre outros fatores, dos desafios logísticos impostos pela distância em relação à capital do estado. A precariedade dos sistemas de transporte — fortemente dependentes das vias fluviais — torna a logística um componente central no uso e circulação do território, implicando altos custos com frete e dificuldades no escoamento da produção.

Nesse contexto, é possível identificar a atuação de diferentes sujeitos sociais: do setor público (servidores municipais, comerciantes, feirantes) ao setor privado e associativo (membros de associações, produtores, extrativistas e cooperados). Esses sujeitos constituem a base da força de trabalho nos municípios investigados.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as economias locais baseiam-se majoritariamente na agricultura e na pesca, o que reforça a necessidade de valorização dos recursos territoriais já existentes e da criação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Diante desse panorama, a presente investigação foi delineada com base nas seguintes questões norteadoras:

a) Considerando a relevância da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como proposta de desenvolvimento social e econômico para os municípios de Anamã e Beruri, é possível compreender os processos de produção do açaí e do tucumã de maneira ampliada — abrangendo não apenas seus aspectos econômicos, mas também os sociais, culturais, ambientais, promocionais e biotecnológicos?

b) A partir do reconhecimento do açaí e do tucumã como frutas nativas com forte presença nos territórios investigados, é possível compreendê-las como potenciais vetores de

desenvolvimento econômico e de melhoria da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos em suas respectivas cadeias produtivas?

c) Tendo em vista as especificidades territoriais e os desafios logísticos associados à produção de açaí e tucumã em Anamã e Beruri, é viável estruturar uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais fundamentada nesses produtos?

1.3 Hipóteses da pesquisa

A partir das observações sobre a presença e a importância do açaí e do tucumã nos municípios de Anamã e Beruri, no Estado do Amazonas, reconhece-se o papel dessas frutas nativas na constituição das práticas socioprodutivas locais. Tais práticas envolvem saberes empíricos e trajetórias culturais construídas por diferentes sujeitos sociais ao longo do tempo. Assim, propõem-se as seguintes hipóteses para esta pesquisa:

Hipótese 1 – Os recursos naturais presentes nos municípios de Anamã e Beruri — com destaque para o açaí e o tucumã — possuem atributos específicos que favorecem a constituição de ações coletivas entre os moradores. Esses atributos relacionam-se às práticas tradicionais de cultivo, à dimensão econômica e, sobretudo, à identidade socioterritorial dos produtos. A organização desses elementos pode viabilizar a criação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela significativa da população local.

Hipótese 2 – Cada fruta nativa investigada apresenta uma trajetória própria no que diz respeito à produção e à valorização econômica, relacionada às singularidades do território em que se insere. Nessa perspectiva, o açaí e o tucumã podem ser identificados como produtos territoriais, cuja origem agrega valor simbólico, cultural e comercial, contribuindo para o fortalecimento da imagem dos municípios investigados.

Hipótese 3 – As produções locais de açaí e do tucumã nos municípios de Anamã e Beruri apresentam um potencial para fundamentar a estruturação de uma CBST. Esse potencial pode ser amplificado mediante o uso de tecnologias apropriadas, como técnicas agronômicas sustentáveis e aplicações biotecnológicas, capazes de promover transformações significativas na economia local, sem romper com os modos tradicionais de produção.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Avaliar o potencial econômico e territorial das frutas nativas, como o açaí e o tucumã, produzidas nos municípios de Anamã e Beruri, no Estado do Amazonas, como base para a

construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, valorizando a apropriação sustentável do meio ambiente e as possibilidades de aplicação da biotecnologia.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar as frutas nativas, especialmente o açaí e o tucumã, como representações culturais e recursos com potencial econômico para os municípios de Anamã e Beruri, considerando-as elementos constitutivos de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST);
- b) Evidenciar a relevância do açaí e do tucumã enquanto alimentos de consumo cotidiano, componentes de equilíbrio ambiental e símbolos de práticas sustentáveis, destacando suas aplicações na área da biotecnologia;
- c) Identificar os principais desafios logísticos e territoriais que impactam a implementação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, com base na análise dos fluxos de circulação entre os municípios de Anamã e Beruri, a capital do Estado do Amazonas e os mercados consumidores nacionais e internacionais;
- d) Apresentar uma proposta de estruturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia de valorização das plantas nativas, de fortalecimento das relações sustentáveis com os ecossistemas locais e de promoção da dignidade e autonomia dos atores sociais em seus territórios de origem.

1.5 O Estado da Arte sobre as Indicações Geográficas (IG)

Ao abordar o tema das Indicações Geográficas (IG), torna-se imprescindível mencionar o *Manual de Indicações Geográficas*, documento técnico de referência que estabelece diretrizes, classificações e orientações voltadas à proteção e valorização de produtos com identidade territorial. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela elaboração da primeira edição do referido manual, em vigor desde 1º de fevereiro de 2021.

A Lei da Propriedade Industrial (LPI) brasileira adota a nomenclatura “indicação geográfica” (IG) como uma figura jurídica da propriedade industrial que comporta duas categorias, a saber: (i) a indicação de procedência e (ii) a denominação de origem, conforme disposto no artigo 176 da referida legislação. Em seu artigo 177, estabelece-se que:

[...] considera-se como indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (Brasil, 1996, art. 177).

Com base nas diretrizes do *Manual de Indicações Geográficas*, torna-se possível aprofundar a análise em torno das frutas nativas como o açaí e o tucumã, especialmente no que tange às suas marcas, práticas culturais associadas e vínculos históricos com os municípios de Anamã e Beruri. Considerando a relevância desses produtos não apenas para as localidades em questão, mas para o conjunto do Estado do Amazonas, vislumbra-se a oportunidade de fomentar novos serviços e ações sustentáveis alicerçadas na realidade territorial local. Para ampliar a compreensão do valor estratégico das IGs, vale mencionar que:

As indicações geográficas são uma ferramenta coletiva de promoção mercadológica e têm por objetivo destacar lugares, pessoas e produtos, evocando sua herança histórico-cultural, considerada intransferível. Essa herança deve apresentar especificidades intimamente relacionadas com uma área de produção, contar com um grupo de produtores que se responsabilize pela garantia da qualidade na elaboração dos produtos e possuir um nome de reconhecida notoriedade (Kakuta, *et al.*, 2006, p. 378).

Diante dos pressupostos apresentados, a discussão sobre a implementação de Indicações Geográficas em realidades específicas mostra-se fundamental, considerando que a divulgação e o reconhecimento de diversos produtos podem promover, não apenas a melhoria da qualidade de vida da população, como também o bem-estar dos sujeitos sociais envolvidos nos municípios investigados.

Segundo Chaddad (1996), a agregação de valor aos produtos é uma estratégia eficaz para inseri-los competitivamente no mercado, especialmente em regiões com produção em pequena escala. As IGs, nesse contexto, favorecem a agricultura familiar e fortalecem associações de produtores, comunidades locais e os modos de produção tradicional.

Ainda, destaca-se a reflexão de Santos (2002), ao afirmar que:

O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing, técnicas que são diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas “técnicas industriais”, são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar. (Santos, 2002. p. 58).

Esses pressupostos indicam que Anamã e Beruri reúnem condições favoráveis para o desenvolvimento de uma Indicação Geográfica, pois dispõem de um território, produtos e marcas com potencial de reconhecimento formal.

O entendimento sobre as Indicações Geográficas (IG) parte da valorização de produtos vinculados a realidades territoriais específicas. Cada município possui particularidades e qualidades próprias na criação de seus produtos. No caso de Anamã e Beruri, destacam-se as frutas nativas — o açaí e o tucumã — amplamente reconhecidas pelos diversos atores locais.

Cada uma dessas frutas carrega não apenas um valor produtivo, mas também narrativas e lendas transmitidas oralmente pelos moradores dessas localidades.

Ainda no escopo da abordagem das IG, compreende-se que os bens aqui apresentados assumem relevância central nos municípios investigados, não apenas pelo valor simbólico e histórico que carregam, mas também pelo fato de inúmeras famílias dependerem diretamente da circulação e da comercialização dessas frutas para sua subsistência. Nesse sentido, é pertinente recuperar a reflexão de Raffestin (1993), ao afirmar que:

Não existem mais bens livres. Só há bens "políticos", exatamente porque respondem a necessidades coletivas e ainda mais porque as necessidades não são exógenas, mas endógenas aos sistemas técnico-econômicos. A partir daí, se é possível colocar em evidência os recursos que hoje são objeto de tensas relações de poder, não é mais possível dizer quais recursos determinarão as lutas e os conflitos dentro de dez ou vinte anos. A História está recheada de recursos, ou melhor, de matérias que não têm mais interesse para a época atual. É que tanto os sistemas técnicos como os sistemas econômicos, indissoluvelmente ligados, não encontram mais o interesse que já encontraram durante tanto tempo (Raffestin, 1993, p. 251).

Trazendo o açaí e o tucumã como frutas nativas dos municípios que foram investigados (Anamã e Beruri), estamos diante de uma inquietação sobre o tempo de autenticidade destes produtos, visto que a própria história dos municípios, estão ligadas as produções dos referidos frutos, embora, uma boa parte dos autores observam estas frutas com um determinado valor de bens, para uma coletânea de serviços, trazendo perspectivas de novos olhares como matriz econômica, valorizando assim, os diversos olhares para estes municípios.

Ao considerarmos o açaí e o tucumã como frutas nativas — não apenas dos municípios estudados, como Anamã e Beruri, mas também das diversas regiões da Amazônia —, deparamo-nos com uma inquietação legítima: a preservação da autenticidade desses produtos ao longo do tempo. A própria história desses municípios está profundamente entrelaçada com a produção dessas frutas, que, embora reconhecidas por parte da literatura especializada como bens com valor simbólico, alimentar e econômico, ainda carecem de sistematizações que as incluam efetivamente em arranjos territoriais produtivos estruturados.

Desse modo, o açaí e o tucumã abrem perspectivas para novas leituras sobre as matrizes econômicas locais, fortalecendo diferentes abordagens sobre o potencial produtivo de Anamã e Beruri. Reconhecer essa trajetória cultural não se limita ao uso técnico ou sustentável do meio ambiente: trata-se, também, de uma possibilidade de integração entre conhecimento tradicional e inovação, tendo a biotecnologia como eixo articulador do desenvolvimento local.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Ito (2018), ao ressaltar que: “A biotecnologia exerce papel essencial na produção de diversos alimentos — entre eles o açaí e o

tucumã —, especialmente por meio de suas formas comestíveis e adaptáveis aos sistemas locais de produção” (ITO, 2018, p. 194).

Torna-se, portanto, fundamental compreender a dimensão simbólica, técnica e biotecnológica desses produtos como recursos com potencial de transformação socioeconômica, cultural e ambiental nos territórios amazônicos analisados. Contudo, trazemos as seguintes contribuições em:

A biotecnologia, palavra tão presente nos tempos modernos, pode ser definida como qualquer técnica que utiliza organismos vivos ou suas substâncias derivadas, para a geração ou a modificação de um produto, que pode ser chamado de bioprodutos, ou biocomposto. Podemos utilizar a biotecnologia para o melhoramento vegetal e animal ou até mesmo para desenvolver microrganismos para usos específicos. Assim, podemos considerar como biotecnologia as técnicas simples como a produção de pães utilizando leveduras (fermento biológico), até a tecnologia do DNA recombinante, onde se manipula o material genético de seres vivos, na busca da expressão de características desejáveis (Chekol; Gebreyohannes, 2018, p.1).

Torna-se, portanto, fundamental compreender a dimensão simbólica, técnica e biotecnológica das frutas nativas enquanto recursos com elevado potencial de transformação socioeconômica, cultural e ambiental nos territórios amazônicos. As contribuições da biotecnologia moderna evidenciam a possibilidade das frutas nativas, como o açaí e o tucumã, serem submetidas a diversos processos de transformação, inclusive de natureza biotecnológica. À medida que esses frutos deixam seus locais de origem — transportados por agricultores, comerciantes, moradores ou atravessadores —, alcançam mercados que vão desde municípios vizinhos até a capital do Estado, Manaus, e, eventualmente, o exterior.

Narrativas colhidas junto aos moradores desses territórios indicam que tanto o açaí quanto o tucumã têm sido utilizados em diferentes processos de beneficiamento, servindo como insumos para a criação de novos produtos. A partir dessas informações, mesmo que de natureza empírica, observa-se que a biotecnologia aplicada a essas frutas já está em curso, ainda que desvinculada dos contextos territoriais onde são originalmente cultivadas. Consequentemente, os benefícios advindos desses processos acabam sendo apropriados por outras regiões.

Ainda em relação à biotecnologia, destaca-se as seguintes contribuições:

A biotecnologia, em uma vertente sustentável, tem convergido esforços para a obtenção de variados produtos provenientes da biomassa. Nesse aspecto, muitos processos comuns em refinarias têm dado lugar à processos desenvolvidos em biorrefinarias, adaptados à síntese de biomoléculas, desde a produção de biocombustíveis, de enzimas, até produtos químicos naturais, área chamada de “química verde” (Almeida; Santos, 2020, p. 10).

Diante disso, reafirma-se que as plantas nativas desempenham papel essencial na manutenção dos ecossistemas e no fornecimento de bens e serviços fundamentais para a soberania alimentar, conforme assinala Rivas (2014, p. 26). Essa compreensão amplia o escopo

da biotecnologia, estendendo-o ao reconhecimento das formas tradicionais e sustentáveis de interação com a biodiversidade.

Faleiro, Andrade e Júnior (2011, p. 17) também reforçam essa perspectiva ao afirmarem que: “Com a evolução da ciência em seus diversos setores, inúmeras metodologias biotecnológicas têm sido sistematizadas, aumentando seus benefícios econômicos, sociais e ambientais”.

É importante considerar que a biotecnologia não se restringe aos laboratórios de ponta, mas manifesta-se igualmente em práticas cotidianas voltadas à produção de bens e serviços em contextos locais. No caso do açaí e do tucumã, é possível identificar não apenas a extração dos frutos, mas também a manipulação, transformação e reinvenção produtiva por parte das comunidades locais.

Nos municípios de Anamã e Beruri, observa-se uma preservação significativa do meio ambiente, evidenciada pela forte relação de pertencimento entre os habitantes e a natureza. Essa interação promove uma biotecnologia de base territorial, orientada pela harmonia entre seres humanos, meio ambiente e recursos naturais — uma tríade que sustenta um modelo de crescimento ancorado na sustentabilidade. O açaí e o tucumã, nesse contexto, configuram-se como bens simbólicos e estratégicos para o futuro desses territórios amazônicos.

Almeida e Santos (2020, p. 41) corroboram essa análise ao afirmarem que: “O grande desafio para o uso nacional da biodiversidade brasileira, incluindo-se a microbiota dos frutos amazônicos, é, sem dúvida, como transformar um enorme patrimônio genético natural em riquezas biotecnológicas”.

Ao falar em mudanças, destacamos a necessidade de preservar o ambiente natural por meio da aplicação técnica e ética dos recursos que dele provêm. Especificamente, as frutas nativas cultivadas em Anamã e Beruri — o açaí e o tucumã — oferecem múltiplas possibilidades de aproveitamento integral, tal como exposto por Shanley e Patrícia (2005, p. 165):

“Todas as partes dessa planta — o fruto, o palmito, os caroços, o estipe, as raízes novas, os cachos, as folhas, o tronco — são aproveitadas por diversos processos”.

Em relação ao consumo, Souza (2002, p. 7) destaca as seguintes afirmações:

[...] nos últimos anos, o consumo nacional da bebida açaí vem aumentando significativamente. Principalmente na Região Sudeste, essa bebida é alvo do público jovem, que é atraído pelas suas propriedades calóricas e energéticas e alcança alto valor comercial. O açaí é comercializado sob forma congelada, frequentemente muito diluído e consumido junto a outras frutas (acerola, morango, kiwi, castanha, guaraná, entre outras), (Souza, 2002, p. 7).

Essas contribuições revelam que a biotecnologia pode e deve ser compreendida como uma prática possível e adaptável às realidades locais. Ainda que sua implementação exija processos complexos e contínuas pesquisas, bem como é viável identificar, por meio do açaí e do tucumã, o desenvolvimento de novos bioprodutos com potencial de transformar a economia dos municípios estudados. Como enfatiza Custódio (2013, p. 18):

O aproveitamento de subprodutos do extrativismo vegetal tem sido aplicado com frequência cada vez maior, buscando extratos e/ou substâncias de alto valor agregado. Na exploração da biodiversidade para a obtenção de óleos, insumos e extratos, diversas iniciativas de sucesso são empregadas buscando a valorização do material já extraído para a obtenção de materiais com potencial econômico.

Dessa forma, a elucidação de bioprodutos a partir do açaí e do tucumã, na realidade de Anamã e Beruri, representa um caminho possível de aproximação entre a biotecnologia e o cotidiano das populações locais. A proposta de criação de uma cesta de bens e serviços territoriais não se encerra em si mesma; ela constitui o ponto de partida de um processo contínuo de valorização cultural, inovação tecnológica e fortalecimento econômico desses municípios amazônicos.

1.6 Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e seus componentes fundamentais

Falar sobre uma cesta de bens e serviços a partir da realidade de Anamã e Beruri não significa recorrer a uma utopia, mas sim dar voz a uma inquietação legítima desses municípios. Considerando suas particularidades logísticas, suas especificidades socioeconômicas e, sobretudo, o distanciamento em relação à capital do Estado, torna-se evidente que suas realidades estão intimamente ligadas aos produtos locais que cultivam, processam e consomem. Pensar nessa cesta de bens e serviços territoriais é, portanto, pensar em soluções enraizadas no território e capazes de promover desenvolvimento com identidade das cidades investigadas.

Nesse sentido, é relevante considerar o entendimento de Raffestin (1993, p. 208), ao discutir as estratégias de integração territorial:

As estratégias em pequena escala são aquelas que tentam realizar uma integração territorial e uma continuidade na distribuição das distâncias: controle dos espaços "moleculares" por oposição aos espaços "atômicos". Nessas estratégias, dá-se mais importância, mais significado, aos pontos terminais do que aos pontos intercalares. Esse fato aparece nitidamente quando os grandes conjuntos territoriais se esfacelam. Lembremos da rede ferroviária do Império Austro-Húngaro, totalmente centrada em Viena e Budapeste. Ela testemunhava uma bipolaridade política que se estilhaçou logo após a Primeira Guerra Mundial. Com a criação dos novos Estados, foi preciso reorganizar as redes e construir novos eixos para afirmar o papel de certas capitais, como Belgrado, por exemplo. A concepção territorial dessas estratégias é, muitas vezes, por demais abstrata: postula a homogeneidade, a isotropia e a transparência do espaço, ou seja, propriedades que só existem no nível de uma representação e de forma alguma na realidade territorial vivida.

Considerando a realidade das cidades investigadas, observam-se distintas riquezas naturais: terras férteis, florestas, abundância hídrica e, sobretudo, as frutas nativas oriundas de dinâmicas territoriais singulares. Embora, muitas especificidades possam ser destacadas, o foco recai sobre o açaí e o tucumã — produtos que transcendem os limites municipais e que se consolidam como marcas simbólicas e econômicas da região.

Entendemos que essas frutas carregam uma história que ultrapassam as fronteiras locais, estendendo-se por todo o Estado do Amazonas e alcançando outras regiões do Brasil. O açaí e o tucumã são, portanto, frutos de um processo territorializado de produção que envolve práticas culturais, modos de vida e relações sociais consolidadas ao longo do tempo. Como reforça Moraes (1997, p. 35):

Numa abordagem geográfica, a história humana pode ser vista como uma progressiva apropriação da superfície terrestre pelos diferentes grupos sociais. Neste movimento, grupos imprimem nos espaços que acolhem características das relações que ordenam seu modo de vida. Portanto, as formas espaciais criadas pelos homens expressam muito das relações sociais vigentes na época em que foram produzidas. A este relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre denomina-se processo de valorização do espaço. Valorização, pois a relação objetivada pelo trabalho humano, implica a apropriação e criação de valores. Tratam-se de riquezas naturais transformadas em objetos de consumo e de formas construídas que se agregam ao solo sobre o qual esóto erguidas. Em outras palavras, trabalho materializado na paisagem, valor depositado nos lugares, é em função disso que os espaços passam a se diferenciar por características humanas e não apenas por condições naturais variáveis.

A cesta de bens e serviços aqui proposta se alicerça justamente nessa lógica de valorização do espaço. Ao reconhecer os produtos locais como parte de um arranjo produtivo territorial, abrem-se caminhos para a estruturação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento baseados na realidade dos sujeitos locais.

Nesse contexto, é pertinente considerar a perspectiva de Calabi e Indovina (1973, p. 4), quando afirmam: “A ‘localização produtiva’ é, portanto, aquela que mais influencia a organização do território, principalmente porque ‘localização produtiva’ não é somente localização de trabalho morto, mas também – e principalmente – porque pressupõe o uso da mercadoria e do trabalho”.

Essa compreensão contribui para a valorização de territórios equipados com saberes tradicionais, mão de obra qualificada e práticas produtivas sustentáveis, como é o caso dos municípios de Anamá e Beruri. A produção de açaí e tucumã, nesse contexto, representa mais do que uma atividade econômica: trata-se de um processo identitário, de um modo de vida que reflete o vínculo dos sujeitos com o território.

A elaboração de uma cesta de bens e serviços baseada nesses frutos nativos, portanto, não apenas reforça a importância da valorização territorial, como também amplia as

possibilidades de reconhecimento por meio de mecanismos como a Indicação Geográfica. A partir dessa concepção, a IG pode ser compreendida como instrumento de valorização simbólica, técnica e econômica dos produtos oriundos de territórios específicos — e, nesse sentido, os frutos amazônicos aqui discutidos assumem um papel estratégico na consolidação de um projeto de desenvolvimento local.

A indicação geográfica, ao ser analisada em suas duas vertentes — indicação de procedência e denominação de origem —, revela diferentes níveis de vínculo entre o produto e seu território. Segundo Paesani (2015), a indicação de procedência diz respeito ao reconhecimento de um local como referência para determinado produto, seja na produção, ou comercialização, enquanto a denominação de origem estabelece uma conexão mais direta com as características do meio geográfico, influenciadas por fatores naturais ou humanos.

A proposta de apresentar uma indicação geográfica para as frutas nativas como o açaí e o tucumã, significam convalidar uma realidade que ultrapassam a floresta de terra firme. Isso porque, nesse ambiente, uma das questões mais enriquecedoras é a possibilidade de definir com precisão os limites, os contornos das unidades produtivas e as dimensões das produções existentes nessas localidades.

Ao analisarmos o mapa e observarmos a distância entre Manaus, capital do Estado, e a cidade de Anamã, percurso que, segundo a obra Amazonas Educativo (2020, p. 126), é de aproximadamente 129 km. Contudo, compreendemos que a logística entre essas localidades exige um planejamento mais minucioso. No entanto, isso não impede a construção de uma cesta de bens e serviços diferenciada, baseada nas marcas territoriais dos referidos municípios.

Partindo dos municípios investigados, no estado do Amazonas, diversas associações de produtores, moradores, artesãos e até mesmo o sindicato da associação dos catadores de castanhas são fundamentais para a criação desses produtos, considerando que tais organizações são componentes essenciais para as transformações econômicas, políticas e mudanças sociais.

É evidente que os conflitos sociais e econômicos podem ocorrer, não apenas nos municípios investigados, mas também entre os moradores envolvidos, tendo em vista a origem dessas frutas, que se encontram em várias partes do estado. Desta forma, enfatizamos novamente sobre a importância das produções específicas de Anamã e Beruri.

Durante os quatro trabalhos de campo realizados nas áreas de estudo Anamã e Beruri, observamos uma grande abundância de frutas nativas. Em muitos casos, as populações locais dependem economicamente da produção desses frutos. Alguns moradores se dedicam à colheita, enquanto outros os adquirem para revenda em suas próprias comunidades.

A cesta de bens que propomos está fundamentada nas produções já existentes nos municípios investigados.

Figura 01: Localização de Anamã e Beruri no Estado do Amazonas



Fonte: GOOGLE MAPS, 2023.

A Figura 01 permite visualizar a localização geográfica dos municípios de Anamã e Beruri no Estado do Amazonas, evidenciando a distância em relação à capital, Manaus, bem como a rede hidrográfica que constitui a principal via de circulação na região. O mapa acima ilustra a distribuição territorial das cidades estudadas e reforça a importância de compreender o espaço amazônico a partir de sua lógica fluvial, e não estritamente rodoviária.

Essa representação cartográfica sustenta a proposta da criação de uma cesta de bens e serviços territoriais nesses municípios, pois revela as especificidades do território, os desafios logísticos e, ao mesmo tempo, a riqueza socioambiental da região.

Nessa perspectiva, a proposta aqui apresentada dialoga com a concepção de território como espaço vivido, apropriado e transformado pelas práticas e saberes locais. Como aponta Oliveira (2010 *apud* Saldanha, 2020, p. 26), “a valorização de produtos locais em territórios específicos deve partir da compreensão de seus usos e sentidos, construídos historicamente por meio das relações entre natureza, cultura e trabalho”. Assim, ao propor a cesta territorial, buscamos reconhecer os saberes locais e os produtos nativos — como o açaí e o tucumã — como expressões legítimas da identidade e da potencialidade econômica desses territórios.

Ao refletirmos sobre a criação de uma cesta de bens e serviços territoriais, torna-se essencial a identificação de um, ou mais produtos representativos do território. Essa cesta configura-se como um instrumento estratégico para o fortalecimento da cultura e da realidade local em que é concebida, ao valorizar o modo de vida dos trabalhadores — sejam eles rurais ou urbanos —, promover a segurança econômica das comunidades envolvidas e, sobretudo,

estimular reflexões sobre o manejo florestal das frutas nativas e outros produtos amplamente utilizados nas dinâmicas locais.

Esses bens e serviços, geralmente reconhecidos pelos próprios sujeitos sociais do território, integram o cotidiano das comunidades e contribuem para a preservação do meio ambiente. Dessa forma, a criação da cesta revela múltiplas características territoriais, que aqui buscamos evidenciar por meio de diferentes abordagens. Nessa perspectiva, é importante considerar que:

Longe de pretenderam corporificar, por si mesmas, um interesse geral que exprimiria uma espécie de consumo social, as instituições devem ser definidas de maneira a permitir uma expressão plural das diversas racionalidades e dos interesses dos diversos grupos sociais envolvidos no esforço de gestão (Vieira; Weber, 1997, p. 234).

Os diversos sujeitos sociais localizados nos municípios — especialmente os servidores públicos e demais representantes das comunidades — foram fundamentais para a identificação dos produtos que compõem a cesta de bens e serviços territoriais. Sua atuação não se limitou à logística, mas também proporcionou o incentivo a propostas que, por vezes, expressam divergências relacionadas a aspectos sociais e ambientais das localidades, em especial no que se refere ao equilíbrio entre o uso e a preservação do açaí e do tucumã.

Nesse sentido, um ponto de extrema relevância para a constituição da cesta refere-se aos componentes fundamentais que definem a identidade dos municípios: sua cultura, seus hábitos e as narrativas partilhadas tanto pelos habitantes mais experientes quanto pelas novas gerações. Esses elementos foram identificados por meio dos relatos dos vinte e dois entrevistados ao longo da pesquisa.

A partir desse conhecimento construído no território, a proposta da cesta de bens e serviços passa a valorizar não apenas os produtos em si, mas também o próprio ato de habitar, reconhecendo os múltiplos aspectos simbólicos e culturais dos municípios investigados. Nessa direção, recuperamos a contribuição de Saldanha (2020, p. 26), com base em dados do IBGE, que afirma:

[...] Conhecida como a capital brasileira da cachaça artesanal, Salinas – MG, obteve o reconhecimento de uma IG em virtude da produção de cachaça artesanal. A Região desde de 2002 cedia, anualmente, o Festival Mundial da Cachaça, e movimentava aproximadamente R\$ 3 milhões por ano com a produção da cachaça, em cerca de 50 alambiques (IBGE, 2017).

A exemplificação mencionada anteriormente, ocorrida no estado de Minas Gerais, pode ser retomada neste estudo a partir da realidade das frutas nativas do açaí e do tucumã, cujas produções, nos municípios de Anamá e Beruri, mantêm-se de forma contínua ao longo do ano. O escoamento dessas frutas ocorre, em um primeiro momento, para municípios próximos, como Anori e Codajás, e também para a capital do estado, Manaus. No entanto, essa circulação

extrapola as fronteiras estaduais, alcançando outras regiões do país e até mercados internacionais, como os Estados Unidos, Japão e Austrália.

Esse fluxo produtivo e comercial é fundamental para a consolidação de uma cultura territorial baseada no extrativismo sustentável e no aproveitamento integral das frutas nativas. Além disso, revela a importância da gestão logística de distribuição e da organização comunitária para garantir que esses bens — aqui compreendidos como as frutas e seus derivados, associados às marcas locais — atinjam os consumidores finais, inclusive nas residências dos próprios moradores dos municípios pesquisados, entre eles, servidores públicos, comerciantes e pequenos produtores.

A esse respeito, Vieira e Weber (1997, p. 235) apontam a necessidade de pensar a gestão territorial de forma plural e descentralizada, ao afirmarem:

Se nos interessarmos pela tradução prática dessas ideias, a primeira pista consiste em evitar a tendência de confiar as tarefas de gestão de um domínio de recursos ou de um território a um organismo único, pois este, sejam quais forem as definições nominais que possamos lhe dar, não estará em condições de assumir os diferentes sistemas de valores, parcialmente conflitivos, que animam a sociedade e os diferentes tipos de expressões de interesses da parte dos atores sociais.

Nesse contexto, a cultura territorial desempenha um papel decisivo na criação e consolidação da cesta de bens e serviços territoriais. Conforme ressalta Oliveira (2010, p. 80), as territorialidades, compreendidas como os espaços de convivência de um grupo social específico, se constituem a partir das práticas relacionais e dos comportamentos desenvolvidos pelos sujeitos em conexão com esses espaços.

Dessa maneira, evidencia-se a relevância de fortalecer as conexões entre diferentes associações e entidades que atuam em Anamã e Beruri, como a Associação Artística e Sociocultural de Anamã, o Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM), a Associação dos Agropecuários de Beruri (ASSOAB), a Associação Cultural e de Cidadania de Beruri, bem como as comunidades rurais, servidores públicos municipais, comerciantes, vendedores e os demais sujeitos vinculados a organizações privadas e coletivos associativos (produtores, coletadores e cooperativas).

Esses sujeitos desempenham papel central na articulação dos recursos e saberes locais, contribuindo não apenas para a valorização dos produtos nativos, mas também para a resignificação dos territórios como espaços de identidade, resistência e transformação.

1.7 A Biotecnologia e a CBST para Anamã e Beruri no Estado do Amazonas

Incluir a biotecnologia na cesta de bens e serviços territoriais dos municípios investigados significa envolver os diversos sujeitos sociais em um processo construtivo e

inovador. Trata-se de um novo olhar sobre essas realidades locais, reconhecendo que boa parte dos sujeitos pesquisados — são moradores das próprias comunidades — depende diretamente dos serviços ofertados, não apenas pelo poder público, mas também por diferentes escalas e modalidades do comércio e produção.

Nesse sentido, é possível afirmar que a biotecnologia pode ser aplicada em diferentes frentes. No escopo desta pesquisa, destacam-se suas possibilidades nas áreas farmacêutica, alimentícia, agroindustrial, agropecuária e da saúde humana, com ênfase especial na biotecnologia ambiental. Esta última evidencia o caráter multilateral da biotecnologia e sua vasta gama de possibilidades. Como afirmam Miranda *et al.* (2019, p. 10):

A Biotecnologia Ambiental se ocupa principalmente em desenvolvimento e aplicação de técnicas e processos biológicos que envolvam tecnologias limpas e desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a produção de materiais biodegradáveis; a resolução e/ou prevenção de problemas de contaminação ambiental (biorremediação); a produção de combustíveis menos poluentes, alternativos aos derivados de petróleo (biocombustíveis).

Ainda que não se aprofunde em cada um dos campos mencionados, é relevante destacar que a biotecnologia farmacêutica representa um dos setores mais estratégicos da economia global. Rifkin (2001, p. 89) observa que: “Indústrias farmacêuticas vêm adquirindo participação e firmando acordos de pesquisa com empresas dedicadas ao estudo do genoma humano, por entenderem que o futuro da medicina e da farmacologia reside nas informações contidas nos genes”.

Do ponto de vista conceitual, a biotecnologia se configura como uma ciência de natureza multidisciplinar, que envolve a articulação de diversos saberes e práticas. Segundo Faleiro e Andrade (2011, p. 13), podemos entender como:

A biotecnologia conceitualmente, a união de biologia com tecnologia — é um conjunto de técnicas que utiliza os seres vivos, ou parte desses, no desenvolvimento de processos e produtos que tenham uma função econômica e (ou) social. A biotecnologia envolve várias áreas do conhecimento e, em consequência, vários profissionais, sendo uma ciência de natureza multidisciplinar.

Criar uma cesta de bens e serviços com base na realidade de um território implica, primeiramente, identificar os produtos locais. A partir da observação da realidade de Anamã e Beruri — com destaque para as frutas nativas como o açaí e o tucumã — este trabalho se propõe não apenas a estruturar essa cesta, mas também a compreender a cultura que envolve tais produtos e os sujeitos sociais que participam de sua circulação, produção e transformação.

Com base nessas observações, voltamos o olhar às práticas produtivas específicas desses municípios, reconhecendo que a estruturação de uma CBST pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento econômico e cultural dessas localidades. Oliveira (2010, p. 32) alerta:

Em relação a essas questões, e como produto delas, torna-se fundamental analisar e discutir os problemas ambientais e a qualidade de vida nos municípios em relação às dimensões do modo de vida urbano, permitindo vincular a deterioração da qualidade de vida nos municípios e na própria degradação ambiental com as políticas territoriais. Dessa forma, a análise do processo de expansão do espaço urbano sobre áreas protegidas ambientalmente não é um fim em si mesma, e nem o ponto de chegada desta reflexão (Oliveira, 2010, p. 32).

Independentemente das particularidades de cada município amazonense, reconhecemos a importância dos produtos, serviços e culturas que emergem de seus contextos específicos. O Estado do Amazonas, composto por 62 municípios, apresenta uma diversidade expressiva de práticas e saberes. No entanto, Anamã e Beruri destacam-se por sua contribuição cultural, social e econômica para o estado, sobretudo por meio da produção e do uso tradicional das frutas nativas mencionadas.

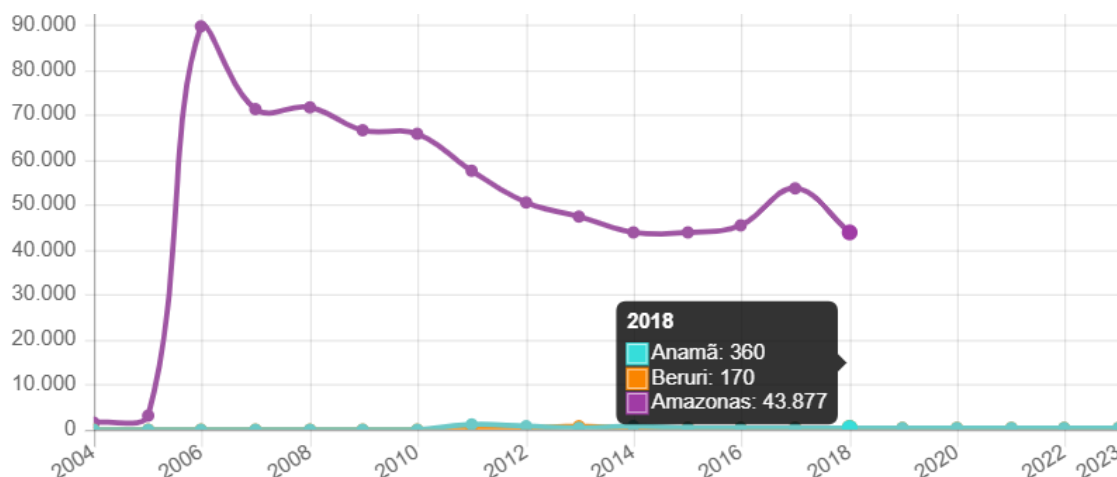
Os dados empíricos coletados ao longo desta pesquisa revelam que, ainda que fundamentadas em saberes populares, as práticas relacionadas ao consumo e à transformação do açaí e do tucumã promovem formas incipientes de biotecnologia nos territórios investigados. Nesse sentido, a criação de uma cesta de bens e serviços territoriais baseada nessas frutas potencializa a valorização do conhecimento local e a ampliação das estratégias produtivas sustentáveis.

Moreira (1998, p. 75) contribui com a seguinte reflexão histórica:

O aperfeiçoamento da técnica permitiu o aumento da produção e a geração de excedentes que poderiam ser guardados para o consumo em épocas mais difíceis. As aglomerações urbanas se multiplicaram, e a primitiva divisão de tarefas por sexo deu lugar à divisão de trabalho por categoria social. O campo era a fonte de desenvolvimento econômico-social, e a essa característica predominou não apenas entre as civilizações do antigo Egito e da Mesopotâmia, mas atravessou as civilizações clássicas a partir de 600 a. C. (Grécia e Roma) e alcançou a Idade Média.

O elevado consumo do açaí, conforme apresentado no Gráfico 01, bem como a observação da circulação de produtos derivados dessas frutas, revelam momentos-chave para refletir, propor e desenvolver estratégias voltadas à valorização da produção local. Tais iniciativas são fundamentais para a geração de oportunidades e para a melhoria das condições de vida das populações amazônicas.

Por fim, reafirma-se que cada município possui especificidades próprias em relação aos seus produtos, formas de produção, organização comunitária e saberes tradicionais. A diversidade presente no contexto amazônico — e especificamente em Anamã e Beruri — demonstra o potencial que esses territórios possuem para consolidar uma cesta de bens e serviços territoriais com base em suas realidades socioculturais e ambientais, incorporando a biotecnologia como uma prática estratégica e sustentável.

Imagem 01: Extração vegetal/Alimentícios/Açaí/Fruto/Quantidade produzida (Unidade:t)

Fonte: IBGE¹, 2025.

A análise dos dados apresentados na imagem 1 evidencia a disparidade entre a produção estadual de açaí e aquela registrada nos municípios de Anamá e Beruri. Em 2018, por exemplo, enquanto o Estado do Amazonas alcançou 43.877 toneladas, Anamá produziu 360 toneladas e Beruri apenas 170. Esses números, embora modestos em termos quantitativos, revelam o importante papel que a produção local desempenha na organização da vida comunitária e na manutenção de saberes territoriais. Ao contrário da lógica de produção em larga escala, o que se observa em Anamá e Beruri é uma relação profundamente enraizada entre o meio ambiente e os modos de vida locais. Essa relação sustenta a proposta da cesta de bens e serviços territoriais (CBST), pois o açaí — assim como o tucumã — deve ser compreendido não apenas como um recurso econômico, mas como um vetor de identidade, sustentabilidade e inovação.

Com isso, torna-se estratégico reconhecer a relevância de sua aplicação na biotecnologia, sobretudo em práticas já desenvolvidas nos territórios, como a extração de óleo, a produção de polpa para o consumo humano e até mesmo o uso de resíduos como insumo energético. Dessa maneira, a CBST proposta se alicerça em dados empíricos e técnicos, e também em narrativas de pertencimento e de uso criativo das frutas nativas, que se articulam à agenda do desenvolvimento econômico.

Apresentar uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) para uma realidade específica implica destacar os produtos de maior consumo e reconhecimento em uma localidade, município ou região. Nesse sentido, com base nas contribuições de Hirczak (2008a),

¹ Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/anama/pesquisa/16/12705?localidade1=130063&localidade2=13&tipo=grafico&indicador=12709>. Acessado em: 30/01/2025.

a construção de uma CBST exige que a população e a comunidade, de forma ampla, reconheçam a importância dos diversos produtos locais e consolidem três fatores fundamentais:

a) **bens e serviços complementares**, originados de um mesmo território e com uma imagem coerente com esse espaço, sendo de difícil substituição por produtos genéricos;

b) **laços de proximidade e confiança**, manifestados em práticas como sistemas de venda direta, gastronomia típica e modalidades diversas de turismo ancoradas no patrimônio paisagístico, histórico e cultural do território;

c) **bens públicos que valorizam o produto**, como aqueles associados ao meio ambiente e à natureza (paisagem, biodiversidade), ao patrimônio e à cultura (arquitetura, monumentos), bem como à história e às tradições locais.

À luz dessas contribuições, introduzimos, a seguir, uma reflexão sobre a importância da biotecnologia, compreendida como:

[...] conhecimento de métodos e técnicas que incorporam seres vivos (ou seus produtos derivados) como elementos na produção industrial de bens e/ou serviços, auxiliando assim a resolver produtos úteis e resolver problemas. É preciso refletir acerca dos problemas ambientais, observando planos e medidas que favoreçam um ambiente equilibrado e sustentável. “Os relatórios publicados, em 2007, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apontaram a responsabilidade do homem no futuro do planeta, indicando que não podem ser proteladas as ações concretas de proteção do meio ambiente” (Malajovic, 2016, p.131).

Dessa forma, entendemos que um produto em expansão, submetido a diferentes processos de transformação e enraizado em uma cultura, realidade ou município, pode ser compreendido como expressão da biotecnologia. Esta, por sua natureza multidisciplinar, integra conhecimentos das Ciências Biológicas e da Saúde, Engenharias, Química, entre outras áreas, e atua, prioritariamente, em três campos: saúde humana, meio ambiente e agricultura (Miranda, 2019).

Nesta tese, enfatiza-se a vertente ambiental da biotecnologia, tendo em vista que os produtos analisados — o açaí e o tucumã — estão diretamente relacionados ao território e à natureza. A partir do momento em que essas frutas deixam seus habitats naturais, ou seja, os locais de origem, passam a ser submetidas a diferentes formas de processamento, o que reforça sua relevância para os estudos da biotecnologia ambiental. Assim, com base em Miranda (2019), compreendemos que essa área se revela essencial para os municípios de origem dessas espécies nativas, não apenas por sua função técnica, mas sobretudo por seu potencial de promover o equilíbrio entre desenvolvimento produtivo e preservação ambiental. Ainda sobre a biotecnologia podemos entender como:

A biotecnologia é toda tecnologia que utiliza organismos ou partes deles para a produção de bens e serviços. Ela é resultado da integração de diferentes áreas do conhecimento, como a Biologia, a Química e Engenharia. Não nos damos conta, mas

nosso cotidiano e repleto de exemplos da aplicação do conhecimento produzido na área biotecnológica. Podemos destacar a produção de antibióticos, vacinas e hormônios (como a insulina) pela indústria farmacêutica; a produção de queijos, bebidas alcoólicas e iogurte pela indústria alimentícia; uso de fertilizantes e pesticidas na agricultura; construção de plásticos biodegradáveis, uso de biorremediação e produção de biocombustíveis. Os três últimos exemplos citados estão inseridos em uma área denominada Biotecnologia Ambiental, multidisciplinar, que envolve aspectos científicos, tecnológicos, sociais, econômicos e legais. A Biotecnologia Ambiental se ocupa principalmente de: desenvolvimento e aplicação de técnicas e processos biológicos que envolvam tecnologias limpas e desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a produção de materiais biodegradáveis; resolução e/ou prevenção de problemas de contaminação ambiental (biorremediação); produção de combustíveis menos poluentes, alternativos aos derivados de petróleo (biocombustíveis), (Miranda, 2019, p. 10-11).

Com base nas contribuições anteriormente apresentadas, torna-se possível compreender a relevância da biotecnologia para o meio ambiente e para a proteção dos serviços ecossistêmicos, independentemente da localidade. Ao considerar a biotecnologia em uma perspectiva mais ampla — embora o foco deste estudo recaia sobre os municípios de Anamá e Beruri, no estado do Amazonas —, identificamos um campo de atuação de natureza interdisciplinar e multidisciplinar. Essa característica se justifica diante das múltiplas riquezas presentes em cada uma dessas localidades, já que o cenário amazônico abriga uma diversidade de saberes e práticas, exigindo, portanto, maiores investimentos em áreas ou modalidades específicas de conhecimento adaptadas à realidade local.

O recorte adotado nesta pesquisa concentra-se em duas frutas nativas emblemáticas: o açaí e o tucumã, originários de Anamá e Beruri. Ao traçar este panorama sobre a biotecnologia no contexto local, buscamos evidenciar a importância da ética, da consciência ambiental e da valorização das especificidades culturais e territoriais. Tais produtos são aqui compreendidos como potenciais vetores de desenvolvimento econômico e social para os moradores dessas localidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos diversos sujeitos sociais — entre eles, moradores locais, associações comunitárias, microempresários e, sobretudo, o poder público.

Incluir a biotecnologia na Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) de Anamá e Beruri significa reconhecer e valorizar uma realidade já existente nos próprios territórios. Nesse sentido, Faleiro e Andrade (2011, p. 13) definem que a biotecnologia “é o uso de organismos vivos ou parte deles para a produção de bens e serviços”. Com base nessa definição, compreendemos que a biotecnologia, enquanto ciência a mesma está em constante expansão, interage com as ciências humanas e está presente no cotidiano da sociedade em diferentes setores, contribuindo de maneira efetiva para o seu desenvolvimento amplo.

Observa-se ainda que a sociedade, de forma cada vez mais incisiva, espera respostas concretas da biotecnologia, uma vez que esta participa direta e indiretamente no cotidiano das pessoas. Sua atuação se manifesta por meio das investigações científicas, da promoção do equilíbrio ambiental e da produção de alimentos que consideram a sustentabilidade e a qualidade de vida.

Nesse mesmo sentido, Miranda et al. (2019, p. 10) reforçam que: “A biotecnologia é toda tecnologia que utiliza organismos ou partes deles para a produção de bens e serviços. Ela é resultado da integração de diferentes áreas do conhecimento, como a Biologia, a Química e a Engenharia.”

A partir dessa concepção, somos levados a ampliar nosso olhar sobre os diversos saberes que compõem o campo da biotecnologia. Considerando como pressuposto, as produções de açaí e tucumã nas localidades investigadas podem transcender os serviços básicos já oferecidos pelos sujeitos locais, abrindo espaço para novas formas de aproveitamento e valorização. Isso nos permite vislumbrar possibilidades que vão além da produção tradicional de vinho, sorvetes e outros derivados, revelando assim, o potencial dessas frutas como elementos estratégicos no desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, Bentes (2017, p. 25) afirma que a valorização do açaí e suas finalidades ultrapassam a simples coleta dos frutos e sua comercialização informal: “O açaí, hoje, é mais que um fruto coletado por ribeirinhos e vendido ao sabor da informalidade. Ele se tornou produto de exportação, símbolo da Amazônia e promotor de uma economia que mobiliza cooperativas, pequenas empresas e projetos de desenvolvimento regional”. Confirmado em:

O elevado índice de consumo do açaí no Brasil é devido a sua composição nutricional, sendo considerado um fruto rico em lipídios, proteínas, fibras, antocianinas e com apreciáveis quantidades de ferro, cálcio, fósforo e potássio, podendo ser utilizado como um alimento energético com elevado valor nutricional quando combinado com cereais, frutas e carboidratos de assimilação rápida para compensar sua deficiência em açúcares (Nascimento et al, 2008, apud Bentes, 2017, p. 25; Queiroz; Mochiutti, 2001).

A contribuição de Bentes (2017) é particularmente relevante para a compreensão das finalidades da biotecnologia, sobretudo ao considerarmos que o açaí e o tucumã fazem parte do conhecimento tradicional presente em todas as comunidades dos municípios investigados. A autora demonstra que tais frutos não só possuem valor nutricional e cultural, mas também um potencial expressivo para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à realidade amazônica. Assim, parte-se do entendimento de que os produtos já estão inseridos no cotidiano local; o que se faz necessário, portanto, é a articulação entre os diversos atores sociais envolvidos — entre eles, o poder público nas esferas municipal, estadual e, especialmente, federal. Contudo, essa

articulação não pode estar limitada ao setor público, sendo igualmente imprescindível o engajamento da iniciativa privada, como no caso de cooperativas, empreendimentos locais e empresas com foco em inovação territorial.

Uma das perspectivas destacadas por Bentes (2017, p. 28) refere-se à diversidade de possibilidades interdisciplinares associadas ao tucumã. A pesquisadora salienta o elevado potencial deste fruto para o desenvolvimento de produtos alimentícios diversos e, ao mesmo tempo, para a promoção de alternativas sustentáveis de geração de emprego e renda nos municípios de Anamã e Beruri. Conforme afirma:

O tucumanzeiro ou Tucumã do Amazonas (*Astrocaryum aculeatum* G. Mey) é uma palmeira típica da região amazônica, que possui um fruto composto por uma polpa oleosa e fibrosa de coloração alaranjada e de sabor agradável, que lembra nozes e castanhas frescas, rico em calorias, vitaminas e minerais, que é consumida na forma in natura como recheio de sanduíches na culinária regional, como suco denominado “vinho de tucumã”, cremes, sorvetes, biscoitos, recheios de pizzas, tortas e outros, sendo muito apreciado na culinária regional (Bentes, 2017, p. 25).

Dessa maneira, ao analisarmos as contribuições de Bentes, torna-se evidente que o tucumã não se limita a um insumo agrícola tradicional, mas deve ser considerado um vetor estratégico para políticas de desenvolvimento territorial baseadas na economia e na inovação. Sua relevância vai além do campo nutricional: trata-se de uma matéria-prima com múltiplos usos potenciais, que pode ser inserida em cadeias produtivas inovadoras no campo da biotecnologia.

Observa-se, ainda, que o consumo do tucumã, embora fortemente associado ao cotidiano alimentar dos moradores de Anamã e Beruri — com destaque para sua presença em refeições matinais e lanches regionais —, é mediado por um conhecimento empírico que carece de articulação com políticas públicas de valorização da cultura alimentar e de estímulo à agroindustrialização. Essa lacuna é, em parte, suprida pelas contribuições de estudos como o de Bentes (2017), que reconhece o papel dessas frutas na consolidação de circuitos produtivos locais e na potencialização de tecnologias sustentáveis.

Complementando essa perspectiva, Leitão (2008 *apud* Bentes, 2017, p. 29) enfatiza o seguinte:

[...] os frutos do tucumã possuem grande potencial como matéria-prima para o desenvolvimento de grande variedade de produtos tecnológicos na indústria alimentícia e na indústria de cosméticos, como também pode ser utilizado na fabricação de ração, sendo considerados promissores para o desenvolvimento econômico agroindustrial da região, gerando oportunidades de emprego para a população local.

Essas contribuições permitem refletir sobre a necessidade de institucionalização de políticas voltadas à inovação territorial e à biotecnologia, com foco na valorização dos recursos

endógenos da Amazônia. A integração entre saberes tradicionais e conhecimento técnico-científico apresenta-se, nesse contexto, como um caminho promissor para a construção de modelos econômicos de desenvolvimento, baseados em produtos locais como o tucumã e o açaí.

Diante dos contextos investigados em torno do açaí e do tucumã, compreende-se que a criação de uma cesta de bens e serviços territoriais baseada nessas frutas nativas configura-se como uma estratégia fundamental não apenas para o crescimento social e econômico dos municípios envolvidos, mas também para o fortalecimento de uma identidade cultural enraizada nos saberes e práticas locais. O conhecimento tradicional associado ao cultivo, à coleta e ao consumo do açaí e do tucumã contribui para a promoção de processos de identificação cultural, favorecendo a construção de marcas territoriais e, inclusive, a definição de padrões de qualidade vinculados a esses produtos.

Ao analisarmos as realidades nas quais essas frutas estão inseridas, evidencia-se seu potencial de alcance para além dos limites geográficos das comunidades produtoras. Nessa perspectiva, abre-se espaço para a atração de novos parceiros e investidores, especialmente mediante a oferta de estímulos ao capital privado, como incentivos fiscais destinados a empreendedores comprometidos com a aplicabilidade de novas tecnologias e práticas econômicas. Tais iniciativas podem contribuir significativamente para a valorização dos territórios de Anamã e Beruri, bem como para o fortalecimento das cadeias produtivas baseadas em recursos endógenos e práticas de manejo ambientalmente responsáveis.

1.8 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos na presente tese basearam-se em uma abordagem mista, articulando técnicas quantitativas e qualitativas de forma exploratório-descritiva. De acordo com Bisqueria (2000, p. 56), “a metodologia quantitativa é tida como uma ciência que tem por objetivo estabelecer relações com saberes que propaguem uma explicação do fenômeno estudado, visto que o método de investigação permite a leitura das variáveis independentes”.

Para a análise dos dados, adotou-se o Método de Interpretações de Sentidos, que possibilitou “um aprofundamento na interpretação dos resultados que foram coletados, sempre estabelecendo [...] confrontos entre: dimensão subjetiva e posicionamentos dos grupos de sujeitos públicos e sujeitos privados; texto e subtexto; texto e contexto; falas e ações mais amplas; cognição e sentimento, dentre outros aspectos” (Gomes, 2008b, p. 105).

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Anamá e Beruri, envolvendo diversos sujeitos sociais — públicos e privados — incluindo associações comunitárias e produtivas. Tomaram-se como contexto empírico os próprios territórios investigados, respeitando-se suas delimitações geográficas. Com o objetivo de identificar e analisar os frutos característicos dessas regiões — o açaí e o tucumã —, apresentam-se a seguir os principais resultados obtidos ao longo deste estudo.

Figura 2: Localização geográfica dos municípios de Anamá e Beruri no Estado Amazonas.



Fonte: IBGE, 2020.

A **Figura 02** apresenta um recorte geográfico dos municípios de Anamá e Beruri no contexto territorial do Estado do Amazonas. A imagem à esquerda mostra o mapa dos municípios amazonenses, enquanto o recorte à direita destaca especificamente as localizações de Anamá e Beruri, indicando suas delimitações políticas e proximidade com outros municípios, como Caapiranga, Manacapuru e Manaquiri, além da capital, Manaus. Essa representação cartográfica permite visualizar não apenas a posição estratégica dos dois municípios investigados nesta tese, mas também, sua inserção na dinâmica regional, sendo atravessados por rios e caminhos que viabilizam a circulação de produtos como o açaí e o tucumã. O destaque em vermelho reforça a centralidade dessas localidades na pesquisa de campo, ressaltando o potencial logístico, ambiental e cultural desses territórios para a criação de uma cesta de bens e serviços territoriais (CBST).

Nesta pesquisa, foram realizadas vinte e duas entrevistas nos dois municípios investigados: oito em Anamá e quatorze em Beruri. Em Anamá, entre os oito entrevistados, cinco eram mulheres classificadas como atrizes públicas, e três eram homens considerados sujeitos privados. Em Beruri, dos quatorze entrevistados, sete eram homens atuando como

sujeitos públicos e sete mulheres inseridas como entrevistadas privadas. A escolha do número de participantes e a distribuição por gênero consideraram a proporção populacional de cada município. Segundo dados do IBGE (2022), Anamá possui 9.962 habitantes, justificando os oito entrevistados, enquanto Beruri conta com uma população de 20.718 habitantes, correspondendo a quatorze participantes na amostra.

A primeira etapa de pré-análise consistiu na ordenação das ideias extraídas do referencial teórico e no estabelecimento dos indicadores utilizados para a interpretação dos dados coletados (Silva; Fossa, 2015). Procedeu-se à leitura das entrevistas transcritas, às anotações realizadas durante as entrevistas e à observação de reuniões técnicas com produtores vinculados à CBST do açaí e do tucumã. Tais dados foram cruzados com os conteúdos da revisão bibliográfica, resultando na definição dos aspectos a serem analisados, como: a coordenação entre sujeitos privados e associativos dentro dos setores produtivos; a existência de cooperativas ou associações; o número de participantes nessas organizações; os canais de comunicação entre os sujeitos; e a capacidade de desenvolverem ações conjuntas. Também foram observadas as especificidades e a notoriedade dos produtos e serviços do território, conforme percebido e reiterado pelos entrevistados.

A segunda etapa correspondeu à exploração do material empírico, ou seja, à codificação e classificação das entrevistas com base nos eixos previamente definidos. Os elementos analisados dialogaram com os seguintes critérios da CBST: especificidade dos produtos e serviços; sua vinculação à história e cultura local; o sentimento de pertencimento territorial; o potencial de atratividade para visitantes; a existência de projetos de valorização; e a relevância econômica e social desses bens. Também se destacaram a organização coletiva dos sujeitos, suas formas de interação, a execução de ações colaborativas (como eventos e projetos), bem como os desafios enfrentados na articulação entre os diversos entrevistados envolvidos.

A terceira e última etapa correspondeu ao tratamento e interpretação dos resultados, com base em uma análise comparativa dos conteúdos obtidos. Realizou-se a sobreposição das informações, considerando convergências e divergências entre os discursos. Essa sistematização permitiu uma compreensão mais aprofundada da realidade territorial dos municípios investigados, evidenciando os produtos e serviços considerados específicos pelos sujeitos entrevistados, bem como o nível de coordenação entre os setores público, privado e associativo. A partir dessa análise, foi possível identificar as principais potencialidades e fragilidades para a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentado pela lógica da CBST.

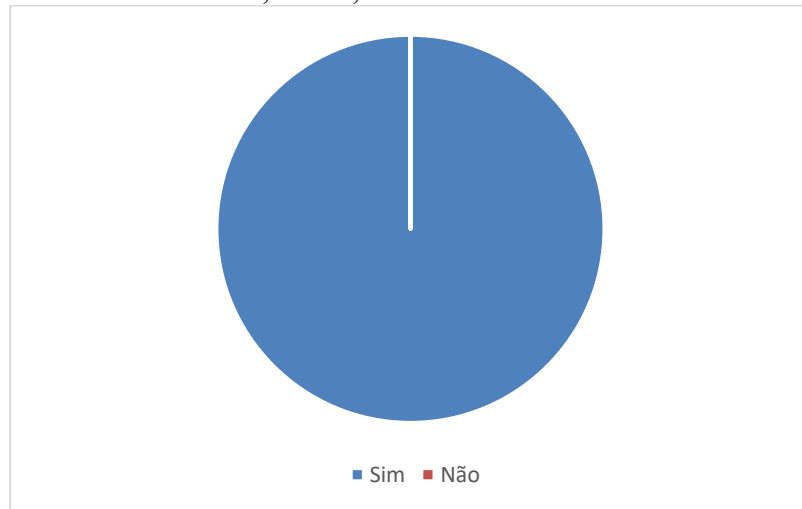
Com base nesses procedimentos, elaborou-se o primeiro questionamento com um roteiro de entrevistas, que solicitava o nome completo dos participantes. Os entrevistados tinham idades entre vinte e dois e sessenta anos. O segundo questionamento referia-se à instituição, ou empresa na qual os participantes exerciam suas atividades. Todos declararam estar inseridos no mercado de trabalho, seja na esfera pública ou privada. No entanto, os nomes das instituições não foram divulgados.

O terceiro questionamento abordou a função desempenhada pelos entrevistados em seus ambientes laborais. Todos afirmaram estar em atividade, ocupando cargos de gestão ou de apoio. O quarto questionamento investigava o tempo de atuação nas respectivas instituições. Verificou-se que os participantes possuíam experiência profissional variando entre dois e seis anos, tanto em organizações públicas quanto privadas.

Os colaboradores desta pesquisa englobaram diversos sujeitos sociais. Entre os sujeitos públicos, destacaram-se servidores municipais, comerciantes e vendedores. No grupo dos sujeitos privados e associativos, evidenciaram-se membros de associações, produtores, coletores e cooperativados. Os participantes demonstraram envolvimento direto com as instituições em que atuam e com a realidade local de seus municípios, especialmente no que diz respeito ao manejo e beneficiamento de frutas nativas. Esse vínculo reforça a permanência desses sujeitos em seus territórios, evitando a necessidade de migração para centros urbanos maiores.

O quinto questionamento abordava a existência de investimentos regionais promovidos pelas instituições nas quais os entrevistados atuavam, voltados ao desenvolvimento econômico, social ou ambiental de seus municípios. Todos os participantes (100%) responderam afirmativamente, confirmando que suas instituições reconhecem e mencionam tais investimentos. Nenhum entrevistado respondeu negativamente, como será evidenciado no gráfico a seguir.

Gráfico 1: As empresas em que os investigados trabalham falam em investimentos regionais para o desenvolvimento econômico, social, ou ambiental na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Diante dos resultados obtidos, observou-se que todos os entrevistados relataram que as instituições nas quais atuam mencionam investimentos voltados ao desenvolvimento econômico, social ou ambiental em seus respectivos municípios. Ainda que os participantes não tenham revelado os nomes específicos das empresas ou instituições, destacaram com ênfase as missões institucionais, com foco na atuação territorial e no compromisso com a realidade local. Notou-se que essas organizações vêm se aprimorando ao longo do tempo, muitas vezes com o suporte de outras áreas do conhecimento, como a biotecnologia, as engenharias e a administração, o que reforça a perspectiva da gestão integrada dos recursos e das ações voltadas ao território.

Nesse contexto, torna-se pertinente considerar a contribuição de Seiffert (2011, p. 48), ao afirmar que: “a gestão ambiental busca a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e antrópico, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade”. Essa concepção reforça a necessidade de que as empresas e instituições atuem em sintonia com a comunidade local, apresentando suas missões, promovendo ações sociais e ambientais e contribuindo diretamente para o fortalecimento territorial. Tal movimento, como demonstrado nos municípios de Anamã e Beruri, no estado do Amazonas, reflete uma atuação comprometida com a valorização dos bens naturais e culturais.

No sexto questionamento, buscou-se investigar se os entrevistados reconhecem a importância das frutas nativas — açaí e tucumã — para a realidade socioeconômica e cultural de seus respectivos municípios. Os resultados indicaram unanimidade nas respostas: 100% dos

participantes, tanto em Anamã quanto em Beruri, afirmaram ter conhecimento sobre a relevância desses frutos para suas localidades (Sim: 100%; Não: 0%). Essa percepção compartilhada evidencia um elevado grau de consciência entre os sujeitos sociais investigados quanto ao papel estratégico que essas frutas desempenham no cotidiano das comunidades, como será ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Conhecimento das frutas nativas de sua cidade.



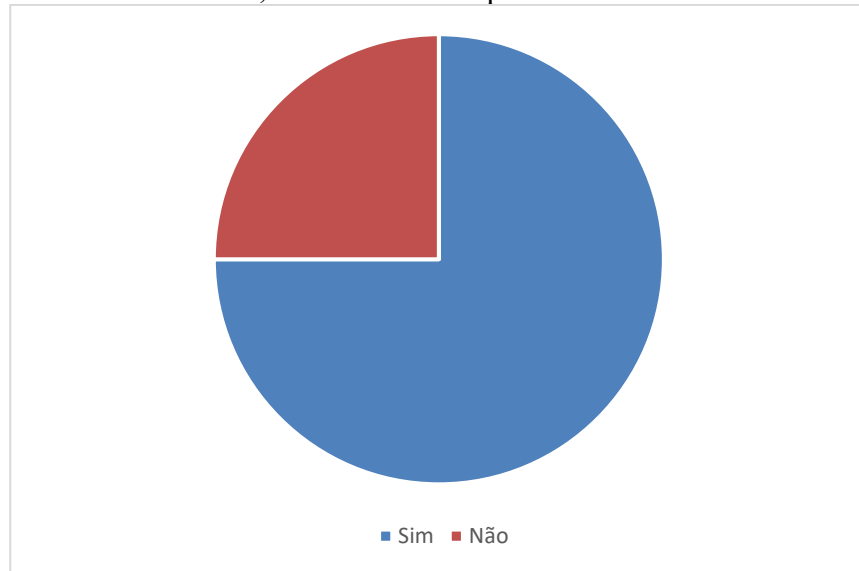
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Com base nos resultados obtidos, constata-se que a atuação com as frutas nativas nos municípios investigados configura-se não apenas como uma estratégia de fortalecimento econômico, mas também como uma oportunidade concreta de estimular reflexões e diálogos entre os diversos entrevistados locais. Tais discussões podem fundamentar propostas para futuros investimentos, provenientes das esferas federal, estadual ou municipal, capazes de transformar significativamente a estrutura econômica das localidades analisadas. Ao considerar os recursos já existentes nesses territórios, vislumbra-se a possibilidade de apresentar ao poder público alternativas viáveis de geração de renda, a partir da criação de novas cadeias produtivas sustentáveis, ancoradas no potencial das frutas nativas.

No sétimo questionamento, procurou-se compreender a dinâmica de comercialização do açaí e do tucumã: após a coleta, essas frutas permanecem nas cidades de origem ou são comercializadas em outros municípios? Os dados apontaram que 75% dos entrevistados afirmaram que os frutos são destinados a outras localidades, enquanto apenas 25% indicaram que eles permanecem nos próprios municípios. Essa informação, ilustrada no gráfico a seguir, revela uma tendência de escoamento externo da produção, o que levanta importantes questões

sobre a agregação de valor local e a necessidade de estratégias que fortaleçam a permanência e o beneficiamento dos produtos no próprio território.

Gráfico 3: As frutas nativas como o açaí e o tucumã, depois de coletadas, elas permanecem na sua cidade, ou são vendidas para outras localidades?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

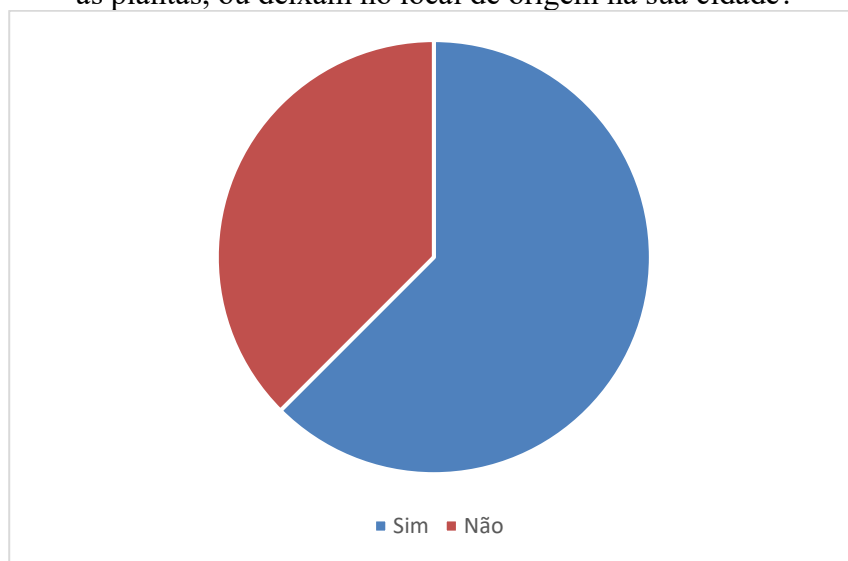
A partir dos resultados da investigação, constatou-se que 75% dos entrevistados afirmaram que os frutos nativos, como o açaí e o tucumã, são comercializados para fora dos municípios, enquanto 25% indicaram que permanecem na localidade. Esses dados evidenciam que os sujeitos sociais investigados não apenas reconhecem a realidade territorial de seus municípios, como também demonstram consciência quanto ao potencial econômico dessas frutas, não apenas em âmbito local, mas também nacional.

Ao longo da pesquisa, foi recorrente ouvir dos entrevistados e moradores que uma parcela significativa desses frutos é destinada a diversos municípios brasileiros e até mesmo ao exterior. Tais relatos reforçam a percepção de que o grande obstáculo não é a ausência de recursos naturais, mas sim a carência de investimentos estruturais e logísticos. Nesse contexto, destaca-se a crença de que o aproveitamento adequado desse potencial poderia transformar profundamente o cenário socioeconômico das localidades produtoras.

O oitavo questionamento teve como objetivo compreender se, durante o processo de coleta do açaí e do tucumã, os coletores preservam as plantas ou realizam o corte das mesmas. As respostas revelaram que 62,5% dos entrevistados reconhecem a prática do corte das plantas durante a colheita, enquanto 37,5% afirmaram que os frutos são colhidos sem causar danos à vegetação, conforme representado no gráfico a seguir.

Embora a questão pudesse parecer, à primeira vista, elementar, as visitas a sítios, feiras e associações nos municípios investigados revelaram um desafio persistente: a ausência de consciência ambiental entre parte da população. A falta de conhecimento mais aprofundado sobre o território e de valorização dos recursos naturais locais demonstra a urgência de iniciativas voltadas à educação ambiental. Tais ações são fundamentais para fomentar o cuidado e o compromisso com os bens naturais, especialmente no contexto das frutas nativas, cuja sustentabilidade está diretamente ligada à preservação do ecossistema em que se inserem.

Gráfico 4: Existem coletadores de açaí ou de tucumã que quando colhe os frutos, eles cortam as plantas, ou deixam no local de origem na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Ao observarmos as populações residentes em pequenos municípios, ou mesmo fora dos grandes centros urbanos, tende-se a pressupor que a consciência ambiental já esteja consolidada nesses contextos. No entanto, nos municípios investigados nesta pesquisa, verifica-se a necessidade de aproximar mais intensamente essa temática das comunidades locais. Isso pode ser realizado por meio de iniciativas desenvolvidas em escolas, associações comunitárias ou projetos sociais que envolvam diretamente essas populações.

Essa compreensão se sustenta na concepção de sociedade como um sistema dinâmico e relacional. Como afirma Morin (2003, p. 108): “[...] a sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz. [...] Por outras palavras, os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. Somos simultaneamente produtos e produtores.”

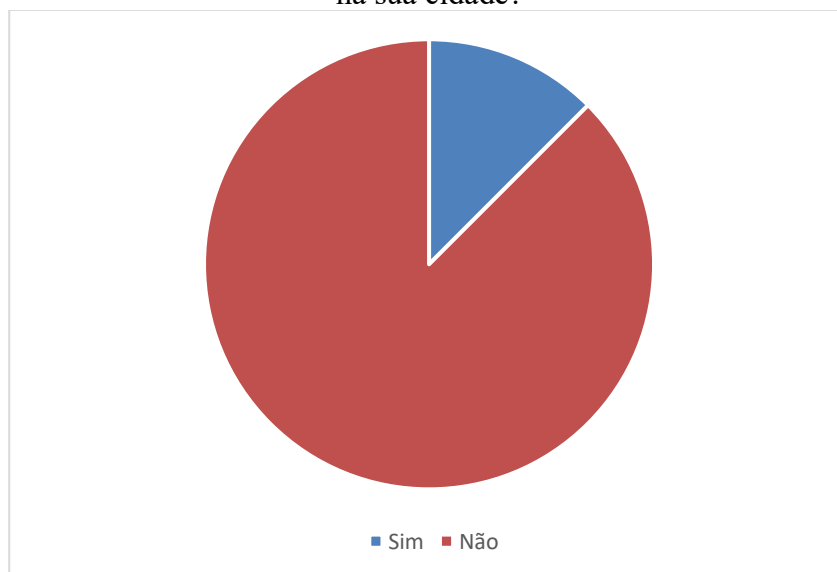
Partindo dessas contribuições, o autor ainda destaca que qualquer transformação das concepções tradicionais é um processo complexo, que exige tempo e reflexão. Segundo ele, tal

mudança é impulsionada pelas “[...] novas descobertas, novas reflexões” (Morin, 2003, p. 112), ou seja, pela própria evolução da sociedade. Mesmo as questões socioambientais, por mais acessíveis que possam parecer, ainda constituem um paradigma que necessita ser enfrentado por meio das instituições sociais — como escolas, associações e outras entidades atuantes nos territórios.

O nono questionamento da pesquisa buscou identificar se os investigados possuíam conhecimento sobre a quantidade de açaí ou tucumã produzida em seus respectivos municípios. Os resultados revelaram que apenas 12,5% dos participantes declararam ter esse conhecimento, enquanto 87,5% afirmaram desconhecer tais informações, conforme representado no gráfico 5. Tais dados indicam uma lacuna significativa no que diz respeito à compreensão da cadeia produtiva local, especialmente no que se refere ao dimensionamento da produção.

A partir da análise das entrevistas e da observação empírica, foi possível constatar que, apesar da proximidade dos sujeitos com as frutas nativas, como o açaí e o tucumã, há um desconhecimento quanto à sua produção em escala mais ampla. Isso se deve, em grande medida, à dinâmica territorial das localidades investigadas. Nessas regiões, o deslocamento entre municípios vizinhos ocorre de maneira livre e cotidiana, sem barreiras geográficas ou administrativas claramente definidas. Como consequência, não há um controle sistematizado sobre o volume produzido em cada território, o que dificulta a rastreabilidade dos produtos. Em muitos casos, os frutos são colhidos em um município e comercializados ou consumidos em outro, gerando uma diluição da percepção de origem — o que é especialmente recorrente nos casos do açaí e do tucumã.

Gráfico 5: Você tem conhecimento da quantidade de açaí, ou do tucumã que são produzidos na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

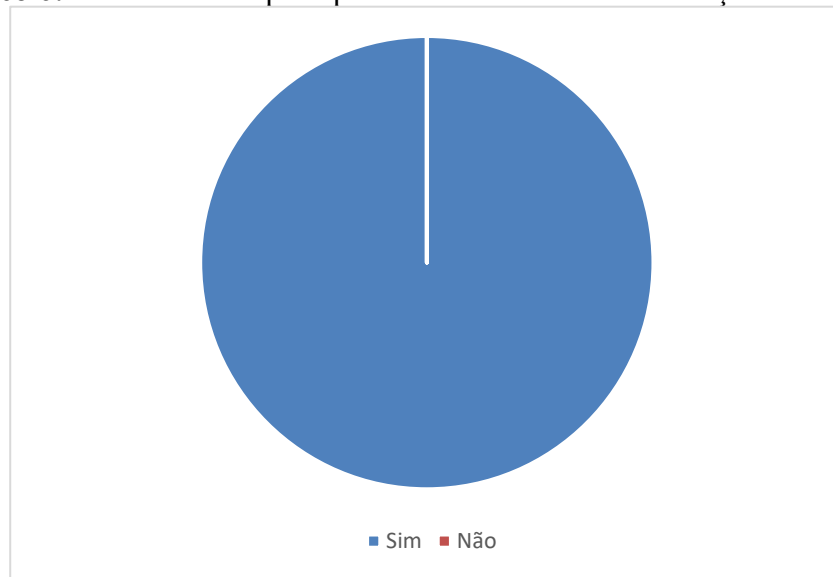
Partindo dos resultados obtidos, constata-se que a população local ainda não conhece plenamente o potencial econômico das frutas nativas que fazem parte de seu cotidiano. Embora seja evidente a presença do açaí e do tucumã na maioria dos municípios do estado do Amazonas, há uma lacuna significativa no que diz respeito ao conhecimento sobre sua produtividade econômica e às oportunidades de desenvolvimento a partir desses recursos.

As inquietações levantadas ao longo desta pesquisa possibilitam um novo direcionamento para a abordagem da temática em espaços estratégicos, como associações comunitárias, agências de fomento e instituições governamentais. Tanto o açaí quanto o tucumã exercem papel central em diversas cadeias produtivas, especialmente no contexto amazônico e no mercado global de alimentos saudáveis. A relevância desses frutos pode ser analisada sob múltiplas dimensões — econômica, social, ambiental, industrial e comercial —, sendo, portanto, vetores estratégicos para o desenvolvimento econômico das localidades.

O décimo questionamento procurou verificar a percepção dos entrevistados quanto à possibilidade de criação de uma marca própria para o açaí e o tucumã produzidos nos municípios investigados. Todos os participantes (100%) responderam afirmativamente, o que revela não apenas confiança no potencial de valorização territorial dos frutos, mas também um desejo de construir uma identidade própria para esses produtos. Nenhum dos respondentes manifestou discordância (0%), conforme representado no gráfico 6.

Durante a aplicação dessa questão, observou-se que os entrevistados apontaram a criação de marcas como um diferencial estratégico para agregar valor às frutas nativas. Muitos destacaram a importância cultural e econômica que esses produtos já possuem e refletiram sobre a possibilidade de fortalecimento da imagem territorial, sobretudo se articulada com políticas públicas e investimentos em infraestrutura, capacitação e divulgação. Além disso, mencionaram que iniciativas dessa natureza poderiam estimular o comércio local, elevar a renda das famílias e até contribuir para a permanência dos moradores em seus municípios de origem, reforçando os laços territoriais e identitários. Esses apontamentos dialogam diretamente com os objetivos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), ao reforçarem a articulação entre produção local, identidade cultural e desenvolvimento socioeconômico.

Gráfico 6: Você acredita que é possível criar uma marca do açaí e do tucumã?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Diante dos resultados desta pesquisa, evidencia-se a relevância da criação de uma marca própria como estratégia para valorização da cultura local associada às frutas nativas. A marca, neste contexto, transcende o aspecto comercial e passa a desempenhar um papel identitário, promovendo o reconhecimento simbólico dos saberes, práticas e tradições que permeiam a produção e o consumo do açaí e do tucumã nos municípios investigados.

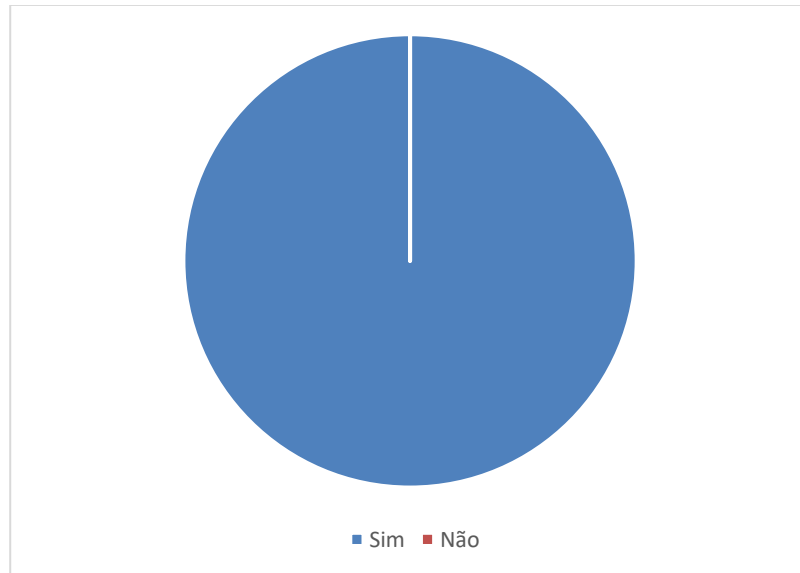
O décimo primeiro questionamento propôs verificar se há, nas localidades pesquisadas, uma celebração cultural dedicada à colheita do açaí e do tucumã. Todos os entrevistados responderam afirmativamente (Sim: 100%; Não: 0%), indicando que essas frutas estão inseridas em manifestações culturais que integram o calendário festivo local. Tal dado evidencia que o açaí e o tucumã não apenas representam recursos econômicos, mas também desempenham funções socioculturais fundamentais para a construção das identidades territoriais.

A presença dessas festividades reforça a necessidade de políticas públicas que articulem o desenvolvimento econômico à valorização cultural, considerando os frutos nativos não apenas como mercadorias, mas como elementos centrais na constituição de um patrimônio territorial. Essas festas podem, ainda, ser potencializadas como instrumentos de fortalecimento da economia criativa, do turismo local e da articulação entre os diversos sujeitos sociais envolvidos na cadeia produtiva dos municípios de Anamã e Beruri.

Diante dos resultados na presente pesquisa, percebemos a importância da criação de uma marca para a valorização da própria cultura do local de origem de onde estas frutas são geradas.

Em Anamã é a festa da farinha que ocorre nos dias 6 e 7 de junho e em Beruri é a festa da castanha que ocorre em dezembro (IDAM, 2024).

Gráfico 7: Existe uma festa cultural em comemoração à colheita do açaí e do tucumã em sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Com base nos resultados obtidos, constatamos que tanto o açaí quanto o tucumã são amplamente reconhecidos como frutos nativos de grande importância nas cidades investigadas. Trata-se de saberes enraizados na memória coletiva e nas práticas cotidianas dessas comunidades. É comum, inclusive, em diversos municípios brasileiros, a realização de festas culturais em homenagem à colheita desses frutos, o que reforça sua centralidade socioeconômica.

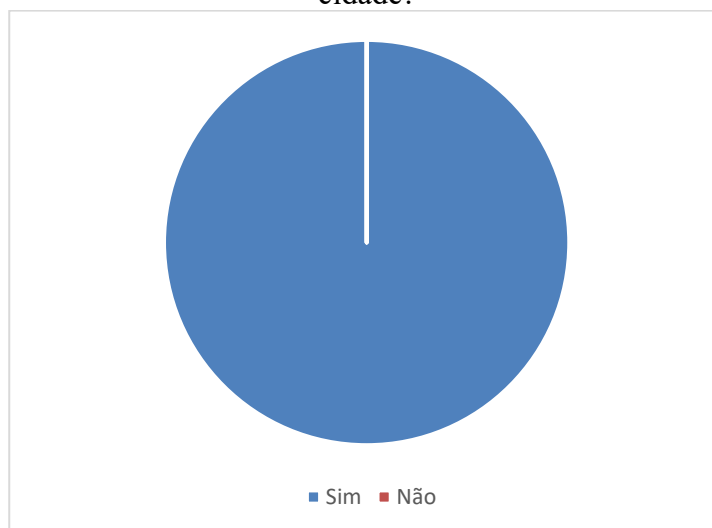
Nesse sentido, é importante destacar que a preservação da floresta e das matas em pé representa não apenas um compromisso ecológico, mas também uma estratégia fundamental para a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da diversidade biocultural local. A conservação do ambiente natural está diretamente relacionada à proteção das identidades territoriais, das culturas alimentares tradicionais e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, que impactam não apenas as localidades amazônicas, mas o Brasil e o mundo.

As festividades populares em torno do açaí e do tucumã, assumem um papel político e econômico relevante, pois não apenas celebram a colheita, mas também mobilizam a comunidade em torno das práticas de resistência cultural, de valorização de sementes e plantas nativas, e de reprodução de saberes tradicionais. Essas festas, ao se organizarem de forma

autônoma e participativa, abrem espaço para a construção de alternativas sustentáveis e inclusivas voltadas às futuras gerações.

O décimo segundo questionamento investigou a percepção dos participantes quanto ao potencial das produções de açaí e tucumã para transformar a realidade econômica de seus municípios. Todos os entrevistados responderam afirmativamente (Sim: 100%; Não: 0%), o que demonstra um alto grau de confiança dos sujeitos sociais na capacidade desses produtos de promover mudanças estruturais na economia local. Esse dado reforça a urgência de políticas públicas e privadas que incentivem a cadeia produtiva desses frutos como vetor de desenvolvimento territorial econômico.

Gráfico 8: As produções do açaí e do tucumã pode mudar a situação econômica de sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

A partir dos resultados obtidos na investigação, foi possível constatar que tanto o açaí quanto o tucumã são frutas nativas amplamente reconhecidas nas duas cidades analisadas. Os dados indicam que, caso haja investimentos consistentes, tanto por parte do poder público quanto por meio de parcerias com o setor privado, há um potencial significativo para o crescimento econômico dessas localidades, tendo como eixo estratégico a valorização de seus produtos naturais.

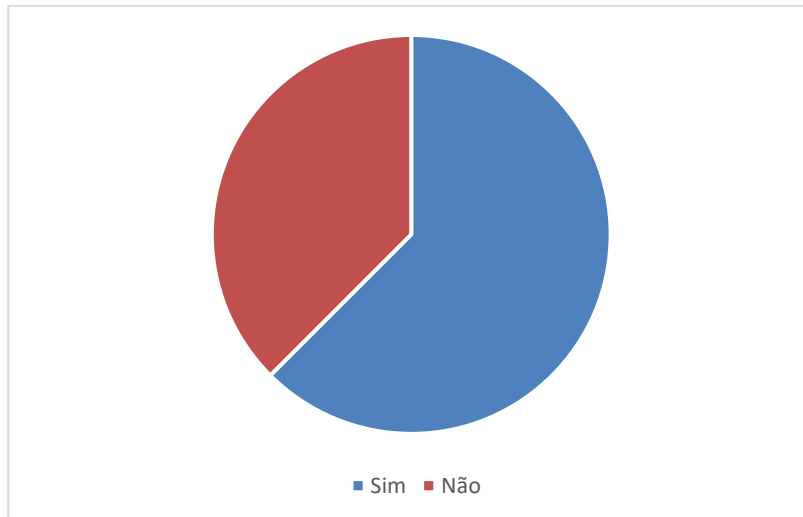
Ao se trabalhar com plantas nativas e com o uso sustentável da terra — seja com frutas ou outros cultivos adaptados à realidade local —, observa-se a possibilidade de múltiplos benefícios ambientais e econômicos, tanto para o ecossistema quanto para as comunidades envolvidas. Compreender as dinâmicas produtivas nas áreas de várzea, bem como as lógicas sociais e territoriais que estruturam a agricultura nesses contextos, é essencial para o

planejamento e a formulação de políticas públicas territorializadas, que estejam alinhadas aos princípios da cultura ambiental e da inclusão socioeconômica.

O décimo terceiro questionamento buscou investigar a existência de cooperativas e associações voltadas à produção e comercialização do açaí e do tucumã enquanto produtos econômicos nos municípios estudados. Os resultados apontaram que 62,5% dos entrevistados responderam afirmativamente, reconhecendo a presença de tais organizações, enquanto 37,5% afirmaram não conhecer ou não identificar essas estruturas em suas localidades.

A atuação por meio de cooperativas ou associações organizadas se revela, portanto, como uma estratégia relevante para o fortalecimento da coletividade e para o empoderamento dos sujeitos locais. Essas formas de organização não apenas facilitam o acesso a mercados e a políticas públicas de incentivo, mas também promovem maior autonomia produtiva, distribuição mais justa da renda e participação social nos processos decisórios. Os dados obtidos estão representados no Gráfico 9, que ilustra de forma clara a percepção dos entrevistados quanto à existência dessas instituições nos contextos investigados.

Gráfico 9: Existem cooperativas e associações que foram criadas e trabalham o açaí e o tucumã como produtos econômicos na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

A partir dos resultados obtidos na investigação, observa-se que tanto o açaí quanto o tucumã são frutas nativas amplamente reconhecidas nas duas cidades analisadas. Além do reconhecimento cultural, há também uma consciência coletiva, por parte da população local, acerca da importância econômica desses frutos para o desenvolvimento regional. No entanto, mesmo diante desse potencial, os impactos da globalização e a incorporação de novas tecnologias — vinculadas ao mundo do trabalho, às legislações sociais e às exigências

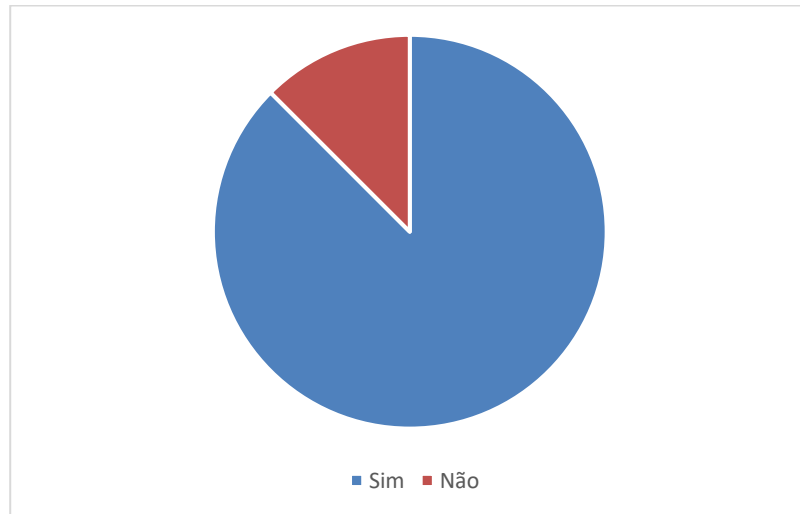
ambientais — colocam os sujeitos sociais diante de desafios estruturais históricos, como a pobreza, a desigualdade e suas múltiplas repercussões no tecido social.

Nesse cenário, o papel desempenhado pelas associações e cooperativas torna-se ainda mais relevante. Essas organizações expressam o reconhecimento das necessidades locais e a busca por alternativas que promovam a redução das desigualdades sociais por meio da ação coletiva. Iniciativas desse tipo têm ultrapassado os meios estritamente intelectual e político, alcançando também o setor produtivo e empresarial, onde cresce a preocupação com a responsabilidade social. Como consequência, envolvem de forma mais ampla toda a população dos municípios, criando redes de solidariedade e corresponsabilidade no enfrentamento das fragilidades socioeconômicas.

O décimo quarto questionamento procurou avaliar se, por meio das cadeias produtivas do açaí e do tucumã, seria possível desenvolver uma marca vinculada ao fortalecimento econômico das cidades investigadas. Os dados obtidos revelaram que 87,5% dos entrevistados responderam afirmativamente, reconhecendo o potencial desses frutos como base para uma estratégia de desenvolvimento local. Apenas 12,5% responderam negativamente, conforme ilustrado no Gráfico 10.

Nos dois municípios investigados —, a produção do açaí e do tucumã ainda ocorre de maneira limitada, geralmente em pequenas propriedades, sítios ou lavouras familiares. Apesar disso, os dados demonstram que a população reconhece o potencial desses produtos e acredita que, com apoio técnico e investimentos, essas produções podem ser ampliadas. Tal expansão permitiria não apenas o fortalecimento das economias locais, mas também a construção de uma nova realidade socioeconômica, baseada na valorização dos recursos territoriais e no protagonismo das comunidades amazônicas.

Gráfico 10: Com o açaí e o tucumã é possível criarmos uma marca para o desenvolvimento econômico na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Ao enfatizarmos o potencial de desenvolvimento econômico derivado das frutas nativas investigadas — o açaí e o tucumã —, especialmente quando cultivadas e beneficiadas em seus territórios de origem, reconhecemos a possibilidade concreta de reconfiguração das dinâmicas socioeconômicas locais. Nesse sentido, a valorização desses produtos por meio de políticas públicas estruturadas, como os planos de desenvolvimento territorial baseados na abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), pode representar um divisor de águas na trajetória econômica de municípios como Anamã e Beruri.

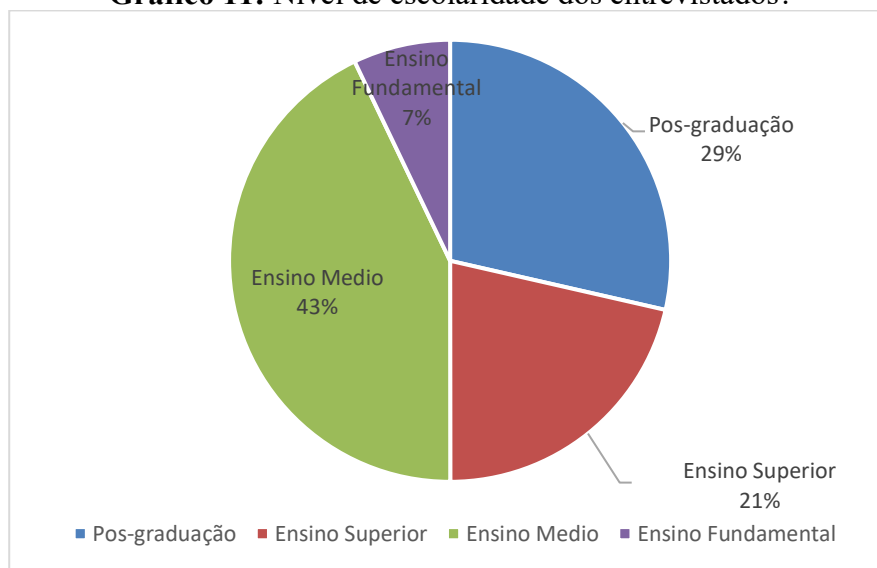
É nesse contexto que se torna pertinente distinguir o papel das cooperativas em relação ao das empresas tradicionais. A cooperativa, enquanto sociedade civil, não se submete à falência nos moldes empresariais, sendo regida por critérios de liquidação judicial e extrajudicial, conforme estabelecido pela Lei nº 5.764/1971. Essa forma organizacional apresenta características singulares, que a diferenciam substancialmente das demais estruturas empresariais.

Outro aspecto central refere-se à solidariedade e à cooperação institucional socioeconômica, características intrínsecas às cooperativas. Tais instituições operam com uma dupla finalidade: ao mesmo tempo em que promovem o apoio mútuo e a coesão social, também visam à obtenção de resultados econômicos sustentáveis. Irion (1997, p. 179–180) ressalta que “essas dimensões, que são inseparáveis e caracterizam a cooperativa, introduziram, também, para empresas capitalistas, o conceito de que empreendimentos econômicos podem ter simultaneamente compromissos sociais”. Desse modo, evidencia-se a relevância da atuação cooperativa como instrumento de transformação local.

Nesta pesquisa, conduzimos duas etapas de entrevistas. Na primeira, foram ouvidos oito participantes no município de Anamá — sendo cinco mulheres e três homens — e quatorze no município de Beruri — igualmente distribuídos entre sete mulheres e sete homens. A faixa etária dos participantes variou entre 22 e 60 anos, garantindo uma amostragem intergeracional representativa.

O primeiro questionamento tratou do gênero dos entrevistados. A partir disso, foi elaborada a segunda pergunta, que buscou identificar o grau de escolaridade dos participantes. Os resultados, apresentados na Figura 11, apontam para um perfil educacional heterogêneo: 29% dos entrevistados possuem pós-graduação, 21% ensino superior, 43% ensino médio e 7% ensino fundamental. Esses dados evidenciam um grau significativo de escolarização entre os participantes da pesquisa, o que pode favorecer a articulação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentáveis, ancoradas em conhecimento técnico e científico aliado ao saber tradicional.

Gráfico 11: Nível de escolaridade dos entrevistados?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Os resultados obtidos, representados no gráfico anterior, evidenciam que os entrevistados possuem níveis consideráveis de escolarização. Tal dado revela uma potencialidade significativa para a construção de planejamentos voltados à valorização dos recursos naturais e à projeção de novas perspectivas econômicas para suas respectivas localidades. Essa condição favorece o fortalecimento dos territórios investigados, a partir da valorização de suas especificidades e potencialidades endógenas.

O terceiro questionamento investigou a seguinte questão: *Você conhece o potencial das produções do açaí e do tucumã na sua cidade?* Ao conhecer o potencial de produtos locais,

torna-se possível propor a reorientação das políticas econômicas ou mesmo a formulação de uma nova matriz produtiva territorial, em consonância com os princípios do desenvolvimento econômico e da valorização da biodiversidade regional.

A relevância desse questionamento para a presente pesquisa é notável. À medida que a população local reconhece o valor econômico das frutas nativas — como o açaí e o tucumã —, também se amplia o engajamento coletivo em torno da preservação ambiental e da consolidação de uma consciência ecológica. Contudo, observou-se uma problemática recorrente: a dissociação entre natureza e sociedade, que ainda se manifesta como um entrave à internalização de práticas econômicas. Sobre isso, Dias (2013, p. 18) afirma que:

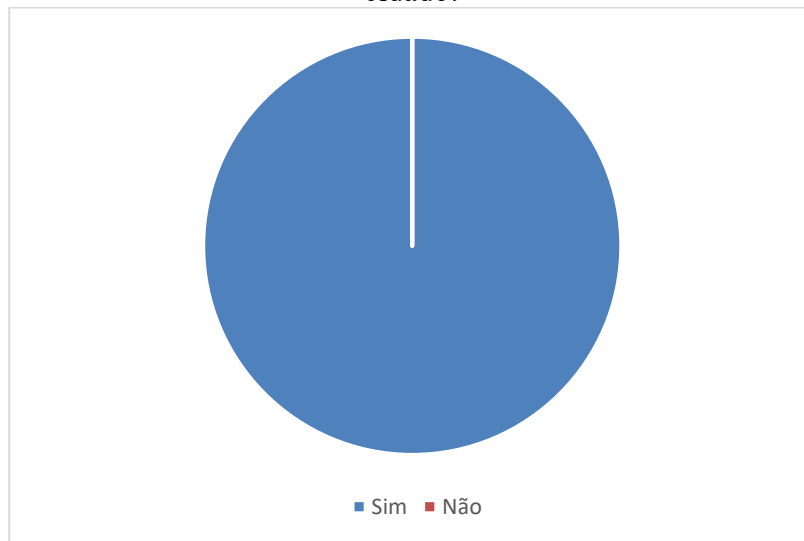
“Ele [o ser humano] terá dificuldades em se legitimar como sujeito capaz de realizar algum tipo de intervenção em prol do meio ambiente, principalmente porque antes é necessário que entenda sua complexidade.”

Nesse sentido, é fundamental compreender que, embora historicamente dissociadas, natureza e sociedade devem ser concebidas como instâncias interdependentes. Para tanto, é imprescindível que os grupos dirigentes proponham ações educativas e participativas junto à comunidade — por meio de palestras nas escolas, seminários intersetoriais, encontros populares e formação continuada de lideranças políticas —, com vistas à construção de um novo olhar sobre o território e sobre a função socioambiental dos recursos naturais. Tal postura se alinha aos princípios estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, confirmado em:

De qualquer forma, é fundamental a sociedade impor regras ao crescimento, à exploração e à distribuição dos recursos de modo a garantir a qualidade de vida daqueles que deles dependam e dos que vivem no espaço do entorno em que são extraídos ou processados. Portanto, deve-se cuidar, para que o uso econômico dos bens da Terra pelos seres humanos tenha caráter de conservação, isto é, que gere o menor impacto possível e respeite as condições de máxima renovabilidade dos recursos. Nos documentos assinados pela grande maioria dos países do mundo, incluindo-se o Brasil, fala-se em garantir o acesso de todos aos bens econômicos e culturais necessários ao desenvolvimento pessoal e a uma boa qualidade de vida, relacionando-o com o conceito de sustentabilidade (PCN – Meio Ambiente, 1997, p. 177).

Com base nos resultados obtidos, verificou-se que todos os participantes da pesquisa (100%) afirmaram conhecer o potencial produtivo do açaí e do tucumã em seus respectivos municípios, demonstrando ampla consciência sobre os recursos naturais locais e suas possibilidades econômicas, conforme evidenciado na Figura correspondente.

Gráfico 12: O investigado conhece o potencial das produções do açaí e do tucumã na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Com os resultados evidenciados no gráfico anterior, observa-se que, entre os entrevistados, há um conhecimento consolidado acerca das produções de açaí e do tucumã nos municípios investigados. Tal constatação permite vislumbrar possibilidades de atuação mais ampla e estratégica, considerando-se que a população local não apenas reconhece o valor dessas frutas nativas, mas também demonstra potencial para iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Diante disso, torna-se possível mobilizar os diferentes sujeitos sociais envolvidos — tanto do setor público, representado por servidores, comerciantes e gestores municipais, quanto do setor privado e associativo, formado por membros de associações, produtores, coletores e cooperativas — na construção de estratégias de valorização produtiva e identitária dessas culturas.

Nesse contexto, a postura empreendedora dos sujeitos locais pode ser uma alavancada importante para transformar realidades. Como destaca Silva (2025, p. 38):

Os empreendedores são pessoas entusiasmadas que acreditam em sua capacidade de transformar o mundo e a realidade que os cerca. Não esperam pelas condições ideais, mas partem das condições dadas, descarregam o negativismo e se abastecem pela criatividade, liderança e constante busca de superação. Com isso, não se quer dizer que seja uma pessoa imediatista e que age pelo instinto. Ao contrário, encontra-se atento ao que acontece ao seu redor, e busca na experiência e no conhecimento dos outros a base para a construção de cenários diferentes.

A partir dos dados coletados nesta pesquisa, é possível traçar um panorama das produções de açaí e tucumã nas cidades investigadas, com base nas informações obtidas junto aos entrevistados nesta pesquisa. A investigação de campo foi complementada com visitas institucionais à Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), situada na Avenida

Carlos Drummond de Andrade, nº 1.460, Bloco G, 3º andar, ULBRA, Bairro Japiim, Manaus/AM, e à Associação Amazonense dos Municípios (AAM), localizada no Parque Dez de Novembro, na capital Manaus.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), a colheita do açaí no estado ocorre entre os meses de janeiro e agosto. Trata-se de uma operação complexa, especialmente quando realizada em plantas altas e de estipes finos, exigindo o uso de facas bem afiadas para o corte dos cachos na base, a fim de evitar o desprendimento excessivo dos frutos durante a coleta. Os cuidados com o manuseio refletem-se na qualidade do produto e na preservação das plantas.

De acordo com o relatório do IDAM (2022, p. 520-523), a produção anual estimada nos municípios investigados é a seguinte:

- **Açaí:** aproximadamente 10 toneladas em Anamã e 35 toneladas em Beruri;
- **Tucumã:** cerca de 2 toneladas em Anamã e 15 toneladas em Beruri.

Os dados confirmam que a população investigada não apenas conhece o potencial produtivo do açaí e do tucumã em seus municípios, mas também demonstra disposição para empreender em torno desses recursos nativos. No quarto questionamento, indagou-se: *Com as produções do açaí e do tucumã, é possível trabalharmos ou criarmos uma marca específica para essas frutas nativas?* Todos os entrevistados responderam afirmativamente (100%), o que reforça a percepção coletiva de que esses produtos podem ser associados à identidade territorial local e impulsionar novas dinâmicas econômicas.

Com base nesse cenário, considera-se plenamente viável estruturar propostas voltadas à criação de marcas territoriais, agregando valor às frutas nativas e promovendo o desenvolvimento econômico local com base na sociobiodiversidade da região.

Gráfico 13: É possível trabalharmos, ou criarmos uma marca específica para estas frutas nativas?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Ao adotar uma abordagem centrada nas **marcas territoriais** como produtos culturais inseridos na dinâmica do desenvolvimento — seja em escala municipal ou regional —, torna-se imprescindível compreender conceitos-chave como **território, territorialidades e cultura**. Tais elementos são fundamentais para a análise crítica das estratégias formuladas e implementadas pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos, os quais realizam a leitura e a interpretação da realidade local a partir de seus posicionamentos sociais, experiências e vínculos com o espaço.

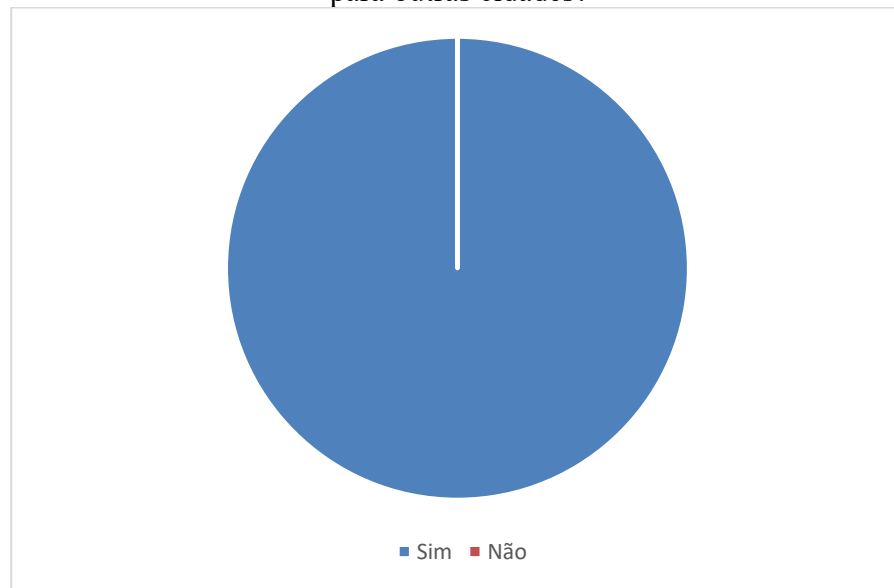
A elaboração e a implementação dessas estratégias, portanto, são marcadas pela atuação dos **sujeitos sociais**, entendidos como entrevistados que ocupam lugares específicos e representam posições diferenciadas dentro de uma rede relacional. Eles não apenas produzem e sustentam as marcas do território, como também participam ativamente da construção de uma identidade territorial singular — identidade essa fortemente ancorada nas práticas culturais e nas formas de vida das comunidades locais das cidades investigadas, no estado do Amazonas.

Partindo dessas observações, avançou-se para o quinto questionamento da pesquisa: *As produções de açaí e tucumã permanecem em suas cidades de origem ou são destinadas a outros municípios?* Segundo os dados obtidos, 100% dos entrevistados afirmaram conhecer o destino dessas frutas nativas, indicando não apenas um nível elevado de envolvimento com a realidade produtiva local, mas também uma abertura para reflexões mais profundas sobre os fluxos comerciais e das cadeias de distribuição desses produtos.

Diante desse cenário, os participantes demonstraram consciência de que, com investimentos mais robustos e direcionados para a melhoria do processo de colheita — incluindo infraestrutura, capacitação e inovação tecnológica — os frutos poderiam gerar resultados econômicos mais significativos e perceptíveis para a população local. Tal compreensão aponta para uma perspectiva de desenvolvimento que integra saberes tradicionais, gestão territorial e valorização da sociobiodiversidade amazônica. Como afirma Seiffert (2011, p. 48): “A gestão ambiental busca a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e antrópico, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade”.

Essa reflexão convida à construção de políticas públicas e ações coletivas orientadas por um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, em que o açaí e o tucumã, enquanto símbolos da biodiversidade e da cultura local, possam ser transformados em marcas identitárias e vetores econômicos das regiões amazônicas.

Gráfico 14: As produções do açaí e do tucumã permanecem na sua cidade, ou são exportadas para outras cidades?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Ao enfatizarmos a colheita do açaí e do tucumã, torna-se evidente que grande parte das famílias dos municípios investigados está diretamente envolvida com essas produções, seja no processo de coleta, ou na comercialização dos frutos. Trata-se de uma atividade que representa a base de sustentação econômica para a população local. Em Anamá, estima-se que cerca de 60% da população total de 9.962 habitantes e, em Beruri, aproximadamente 70% de um total de 20.718 habitantes dependem economicamente dessas frutas nativas (IBGE, 2024).

Durante o trabalho de campo, foi possível observar com frequência o movimento constante de pessoas comprando açaí e tucumã nos centros urbanos das cidades. Esses compradores, após adquirirem os produtos, deixavam os municípios por meio de embarcações diversas, como barcos pequenos, lanchas e, em alguns casos, balsas, com destino a outras localidades da região, como Anori, Codajás, Coari e Manaus. Tais deslocamentos indicam a existência de uma dinâmica territorial de comercialização que ultrapassa os limites dos municípios produtores, inserindo essas frutas em circuitos econômicos mais amplos.

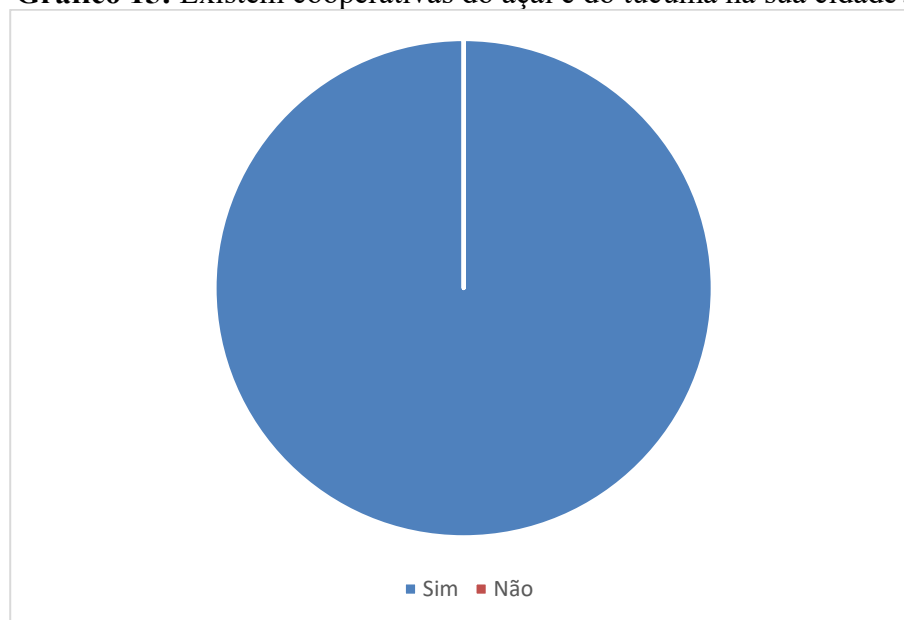
Essas observações empíricas foram determinantes para a formulação do sexto questionamento da pesquisa, que indagou: *Existem cooperativas do açaí e do tucumã na sua cidade?* Os resultados foram categóricos: 100% dos entrevistados responderam afirmativamente, sinalizando a presença de organizações coletivas voltadas à estruturação e valorização econômica desses produtos da sociobiodiversidade amazônica.

Neste cenário, é fundamental considerar a reflexão de Irion (1997, p. 179-180), que destaca a relevância da atuação cooperativa como forma de articulação entre economia e compromisso social:

“Essas dimensões, que são inseparáveis e caracterizam a cooperativa, introduziram, também, para empresas capitalistas, o conceito de que empreendimento econômico pode ter simultaneamente compromissos sociais.”

Essa constatação reforça a necessidade de fortalecer as cooperativas locais, não apenas como estratégias econômicas, mas como instrumentos de inclusão social, sustentabilidade e valorização cultural, promovendo o enraizamento produtivo e identitário nas localidades de Anamã e Beruri.

Gráfico 15: Existem cooperativas do açaí e do tucumã na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

De acordo com a **Lei Brasileira nº 5.764/71**, em seu **artigo 4º**, estabelece-se que:

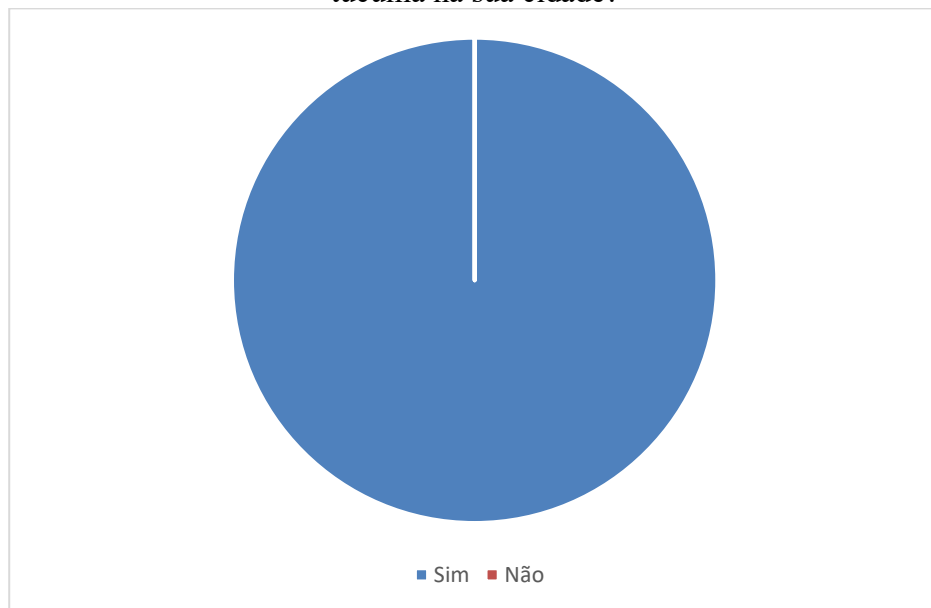
[...] as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de sócios, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social, representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital de cada associado, facultado, porém o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade do voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das atividades de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade; VI - quorum para funcionamento e deliberação da Assembleia Geral, baseado no número de associados e não de capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social; IX - neutralidade política e indiscriminação

religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (Irion, 1997, p. 182-183).

Independentemente do contexto geográfico, as cooperativas cumprem um papel estratégico no fortalecimento da economia regional, ao viabilizarem a circulação dos lucros gerados com a comercialização de diversos produtos — como o açaí e o tucumã — desde os territórios de origem até os grandes centros consumidores. Esse processo favorece a valorização do trabalho coletivo, contribuindo para o fortalecimento das identidades locais e para o enraizamento das práticas produtivas no território.

Contudo, foi observado que apenas uma parcela reduzida desses recursos permanece nas comunidades produtoras, gerando impactos diretos nos indicadores de pobreza e vulnerabilidade social dos municípios. A superação dessa realidade requer maior articulação entre os sujeitos locais e o desenvolvimento de políticas públicas específicas que promovam a agregação de valor aos produtos regionais e a retenção de riqueza nos próprios territórios.

Gráfico 16: É possível fazermos uma cesta de bens e serviços territoriais, a partir do açaí e do tucumã na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Com os resultados obtidos, foi possível compreender a relevância dos produtos característicos de uma determinada localidade na constituição de uma cesta de bens e serviços territoriais. A cidade — ou o território enquanto construção social e histórica — apresenta distintas características, que abrangem desde aspectos específicos de sua realidade sociocultural até a diversidade de seus produtos e práticas econômicas locais.

Nesta tese, destaca-se como central a abordagem da coletividade e da articulação entre os diversos sujeitos sociais que residem nas localidades investigadas e que almejam um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável. A constituição de uma cesta de bens e serviços territoriais pode ser compreendida tanto como um exercício de reflexão e proposição quanto como uma possibilidade concreta de valorização dos recursos e saberes já existentes nos territórios.

Na investigação realizada nos municípios investigados, identificamos, com base em dados do IDAM (2022), que, além da produção de frutas nativas como o açaí e o tucumã, há outras atividades agrícolas significativas, como o cultivo de macaxeira e mandioca. Esses produtos confirmam a vocação econômica local, ancorada principalmente na agricultura familiar e na pesca artesanal.

No caso específico do município de Beruri, conforme os dados do IBGE (2022), a economia local se organiza em três setores:

[...] **setor primário:** Esta atividade é pouco desenvolvida, voltada principalmente para o consumo doméstico. **Setor secundário:** Há indústrias no município de serraria, estaleiro, móveis de madeira, olaria e gelo. **setor terciário:** O comércio varejista na cidade é movimentado principalmente por gêneros alimentícios e materiais de construção, incluindo medicamentos, tecidos, calçados, roupas, confecções e estivas. Há apenas uma agência bancária na cidade, confirmado (IBGE, 2022).

Ao refletir sobre os processos de transformação territorial e econômica no Brasil, Santos (1993) observa que, nas décadas de 1980 e 1990, o país passou por um “fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização”. Essa dinâmica de redistribuição populacional e econômica continua presente nas décadas seguintes. Para Silveira (2003, p. 34), esse novo conteúdo da urbanização brasileira se traduz da seguinte forma, confirmado em:

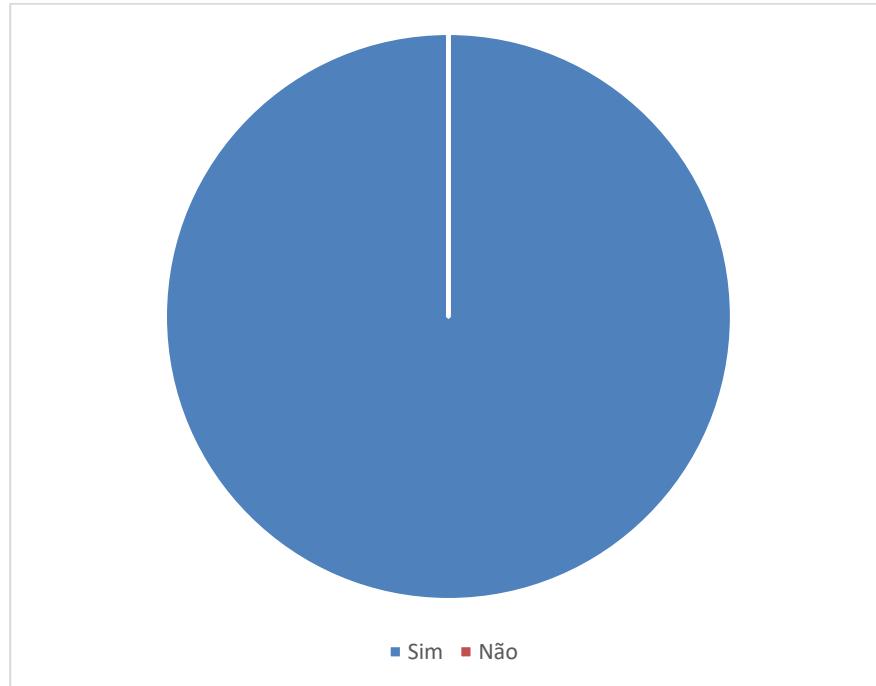
[...] de um lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, cresce também o trabalho intelectual, além do fato de que, em regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico, por várias razões, é maior que nas respectivas metrópoles. De outro lado, teríamos uma involução metropolitana, no sentido de que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso nas estatísticas de crescimento econômico (Silveira, 2003, p. 34).

É importante considerar que uma cidade, uma comunidade ou mesmo uma associação estão sempre em processo de transformação, e essas mudanças dependem da compreensão crítica dos processos históricos, sociais e econômicos que lhes são próprios.

A partir dessas reflexões, elaboramos o oitavo questionamento da pesquisa: *Você acredita que o açaí e o tucumã podem contribuir com as mudanças econômicas de sua cidade?* Como resposta, 100% dos participantes afirmaram positivamente, revelando o reconhecimento

generalizado do potencial econômico dessas frutas nativas para o desenvolvimento das localidades investigadas.

Gráfico 17: Você acredita que o açaí e o tucumã podem contribuir com as mudanças econômicas de sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Independentemente da localidade — seja uma cidade, vila ou território —, **sempre há um produto característico** reconhecido e valorizado pela população local. A partir desse produto, é possível **criar um bem ou mercadoria**, desde que sua aceitação social represente **benefícios econômicos e culturais** para a comunidade. Nessa perspectiva, torna-se viável desenvolver **uma marca territorial**, fundamentada nos elementos já existentes e legitimados pelo imaginário coletivo da população.

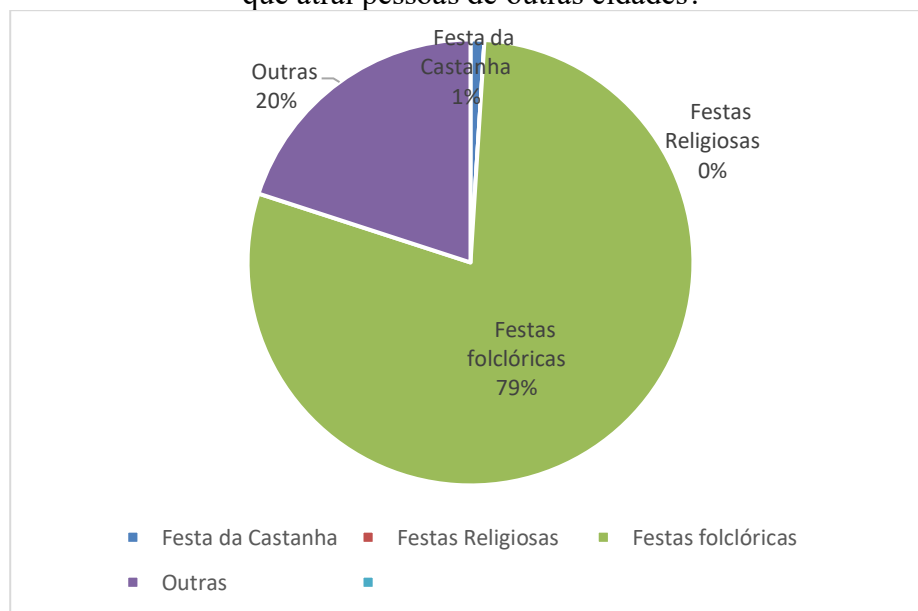
Segundo Kotler (2008), “as associações da marca são conexões entre o cliente e a marca”, ou seja, representam os vínculos simbólicos e afetivos que se estabelecem entre o consumidor e aquilo que a marca comunica. Esse entendimento se articula com o conceito de gestão de marcas, que, conforme explicam Cecato e Rech (2010), visa representar os valores de uma empresa ou instituição, consolidando sua imagem junto ao público-alvo e diferenciando-a diante da concorrência.

A partir dessa discussão, formulou-se o nono questionamento da pesquisa: *Na sua cidade, quais são os maiores eventos (feiras, festas, exposições) que atraem pessoas de outros municípios?* Os resultados obtidos foram os seguintes:

- Festa da Castanha: 1,00%
- Festas Religiosas: 0,00%
- Festas Folclóricas: 79,00%
- Outros eventos: 20,00%

Esses dados indicam que as festas folclóricas representam a principal manifestação cultural com capacidade de mobilizar tanto a população local quanto visitantes de outros municípios. Tal dado reforça a importância de se considerar as expressões culturais populares como parte integrante de estratégias de valorização territorial e desenvolvimento socioeconômico baseado na cultura e nos produtos locais.

Gráfico 18: Na sua cidade, quais os maiores eventos (feiras, festas, exposições) da sua cidade que atraí pessoas de outras cidades?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

As festas culturais representam uma das principais marcas culturais e identitárias de qualquer cidade. Embora assumam os mais diversos estilos e formatos, atualmente essas celebrações são frequentemente reconhecidas como parte da chamada economia criativa, uma vez que reforçam valores e tradições culturais que identificam uma comunidade ou nação, ao mesmo tempo em que movimentam a economia local. Além do impacto financeiro, tais eventos cumprem um papel fundamental de fomento social e inclusão de diversos sujeitos locais, promovendo o sentimento de pertencimento e fortalecendo as redes de sociabilidade. Esse reforço cultural também possui grande potencial de atratividade turística.

Nesse sentido, Carvalho (2007, p. 64) observa: “[...] as manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos folkcomunicaçãois. A partir deste diagnóstico

inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos.”

Nos municípios investigados, não apenas o açaí e o tucumã são valorizados, mas também outras frutas e produtos nativos são celebrados pela população local. Um exemplo notável é a Festa da Castanha, realizada anualmente em Beruri, no mês de dezembro. Durante esse período, grande parte da população se mobiliza para comercializar dos seus produtos, por meio de barracas e estandes improvisados. Trata-se de uma oportunidade estratégica para geração de renda, por meio da venda de frutas da região e de comidas típicas, como churrasco, bolo de macaxeira e banana frita, entre outras iguarias regionais.

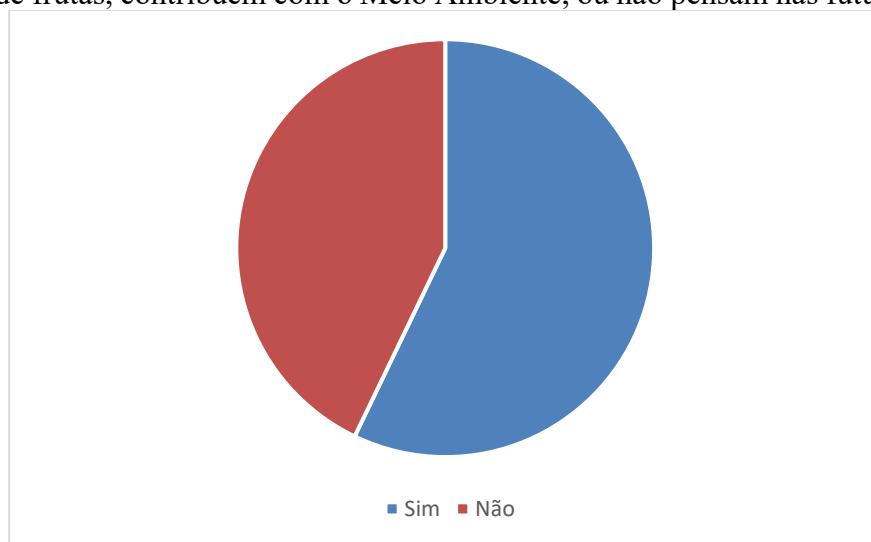
Com base nessa realidade, foi formulado o décimo questionamento da pesquisa: *Após as colheitas do açaí e do tucumã na sua cidade, você percebe que esses coletadores de frutas contribuem com o meio ambiente ou não pensam nas futuras gerações?*

As respostas obtidas revelaram a seguinte distribuição:

- Sim: 57,14%
- Não: 42,86%

Esses resultados indicam que, embora mais da metade dos entrevistados reconheça algum nível de conscientização ambiental entre os coletadores, uma parcela significativa ainda percebe práticas que desconsideram o impacto ambiental e a sustentabilidade a longo prazo. Isso revela a necessidade urgente de políticas públicas e ações educativas voltadas à promoção da educação ambiental, na coleta sustentável e da preservação dos recursos naturais com vistas às futuras gerações.

Gráfico 19: Após as colheitas do açaí e do tucumã na sua cidade, você percebe que esses coletadores de frutas, contribuem com o Meio Ambiente, ou não pensam nas futuras gerações?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

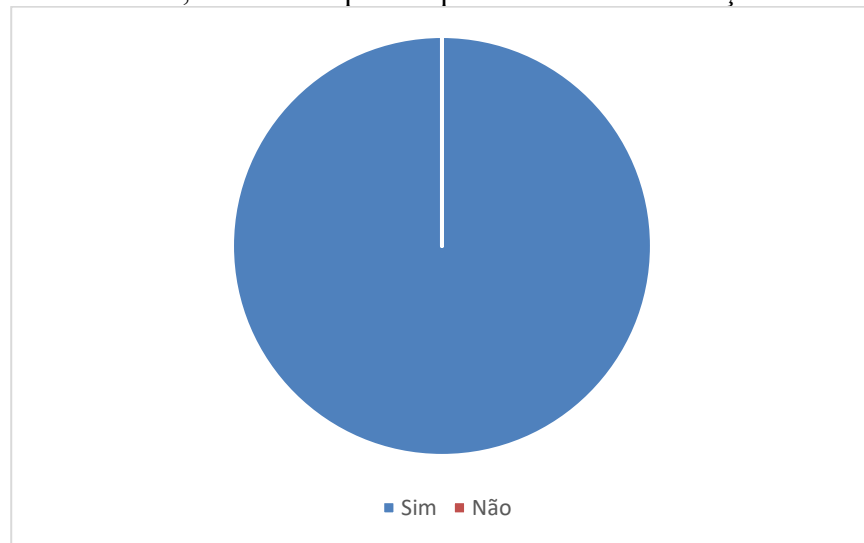
Com base nos resultados da pesquisa, constatamos que parte significativa dos coletadores de açaí e tucumã demonstram uma consciência ambiental voltada às futuras gerações. Esses sujeitos revelam práticas sustentáveis ao optarem por extrair apenas os frutos, preservando as plantas. No entanto, observa-se que essa consciência ainda não é generalizada entre todos os envolvidos na atividade extrativista.

Tal constatação reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a importância da conservação das espécies nativas, sobretudo por meio de ações educativas, como palestras e oficinas voltadas às comunidades rurais. A ausência de práticas sistemáticas de manejo, como o replantio planejado dessas espécies em áreas adequadas, pode comprometer a produção no médio e a longo prazo.

A adoção de práticas de manejo florestal sustentável torna-se, portanto, essencial para garantir a continuidade das cadeias produtivas baseadas em frutos nativos. Como explica Silva (2001, p. 15), o manejo florestal é “clássica e amplamente definido como a aplicação de métodos empresariais e princípios técnicos florestais na operação de uma propriedade florestal”. Ao incorporar tais princípios, é possível estruturar uma produção alternada e contínua, respeitando os ciclos ecológicos das espécies e assegurando a renovação dos recursos naturais.

O décimo primeiro questionamento da pesquisa foi formulado com o objetivo de averiguar se, nos municípios investigados, existem empresas atuando com o processamento ou comercialização de açaí e tucumã. Todos os entrevistados (100%) responderam afirmativamente, indicando a presença de empreendimentos locais vinculados à cadeia produtiva desses frutos. Esse dado sinaliza a relevância econômica das frutas nativas para a região, assim como o potencial de fortalecimento dessas iniciativas por meio de políticas públicas voltadas ao fomento da bioeconomia amazônica.

Gráfico 20: Na sua cidade, existem empresas que trabalham com o açaí e com o tucumã?



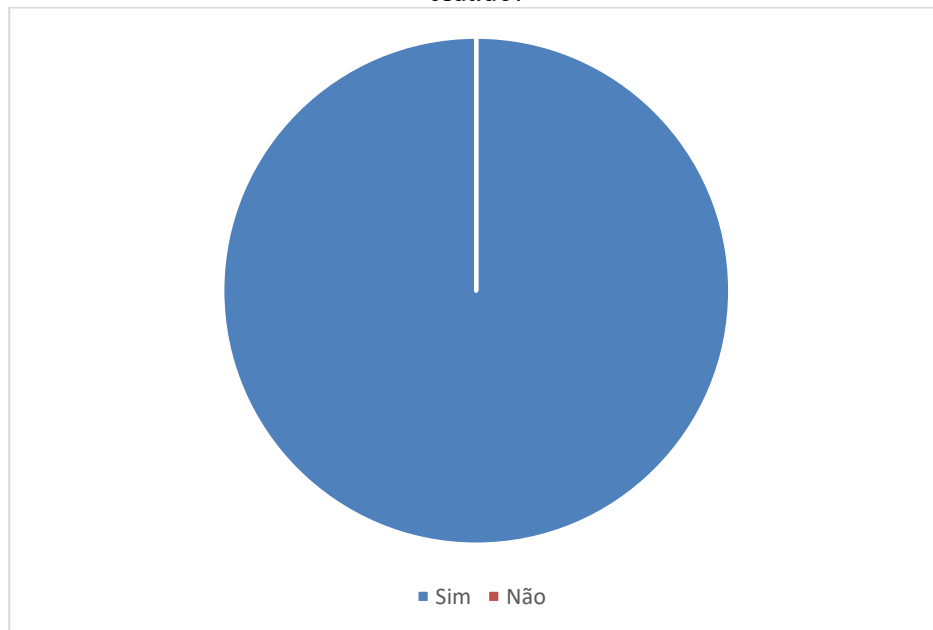
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Os dois municípios investigados —, ambos — apresentam a presença de empresas que atuam com frutas nativas, em especial o açaí e o tucumã, coletadas majoritariamente por membros das comunidades locais. Ainda que parte significativa dessa coleta seja realizada de forma artesanal por sujeitos públicos, privados e associativos, ao longo desta investigação foi possível observar o fluxo contínuo de compradores oriundos de outras cidades da região, como Anori, Manaus e Tefé.

Segundo Claro e Claro (2004, p. 72), “a relação comprador e vendedor é um tipo de investimento que surge por meio da confiança entre as partes, a fim de evitar problemas éticos dentro da cadeia”. Essa relação de confiança se torna um fator determinante na dinâmica comercial observada, uma vez que os compradores, frequentemente vindos de diferentes localidades — inclusive da capital amazonense —, adquirem os frutos in natura e os transportam para outros centros de consumo ou beneficiamento.

Com base nesse cenário, é possível afirmar que o açaí e o tucumã fazem parte de uma cadeia produtiva complexa, que articula diversos agentes e etapas. Para Costa (2019, p. 40), “a cadeia produtiva é a totalidade, as outras estão contidas e são subsumidas pela cadeia produtiva”.

Gráfico 21: Por meio do açaí e do tucumã poderemos trabalhar outros produtos na sua cidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

A escolha de um produto ou marca representativa para cada cidade depende, fundamentalmente, da estrutura econômica local e da base de sustentação que a configura. No entanto, é essencial reconhecer que os investimentos públicos exercem um papel decisivo no crescimento social e na consolidação de uma economia criativa. Esta, por sua vez, pode ser compreendida como “um conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico” (SEBRAE, 2019, p. 3).

As vantagens da articulação entre fornecedores, investidores e consumidores residem no fato de que os produtores tendem a se estabelecer em localidades com facilidade de acesso aos insumos e com mercados consumidores favoráveis. No caso dos municípios analisados, um elemento que os distingue é a distância em relação à capital do estado do Amazonas. Embora a proximidade geográfica seja um diferencial estratégico para muitas empresas, na presente proposta de criação de uma cesta de bens e serviços territoriais, a especificidade reside na produção de frutas típicas — como o açaí e o tucumã — em áreas de várzea, conferindo valor econômico e identitário à produção local.

Essa especificidade encontra respaldo em práticas tradicionais de manejo sustentável. Conforme destaca a Embrapa (2003, p. 3):

A utilização das florestas de várzea do estuário amazônico considera o açazeiro como elemento principal, porém, consorciado com espécies que ocorrem nas próprias áreas e com outras introduzidas, caracterizando dessa forma a manutenção e o enriquecimento da biodiversidade. O emprego dessa técnica de manejo não se utiliza de insumos tecnológicos, como adubos e fertilizantes. É também quanto ao emprego

de novos recursos naturais não se faz necessários tendo em vista que essa prática é utilizada em áreas já existentes (Embrapa, 2003, p.3).

Dessa forma, é possível reconhecer o açaí e o tucumã, produzidos nos municípios de Anamã e Beruri, como diferenciais produtivos regionais, não apenas por sua origem territorial, mas também pela mobilização de saberes locais. A coleta dos frutos é realizada, em sua maioria, por moradores das próprias comunidades, que detêm conhecimentos tradicionais sobre práticas empíricas, como a preservação das árvores durante a colheita, o que assegura a continuidade das safras futuras.

Essas práticas revelam um compromisso com a conservação ambiental, que pode ser potencializado por ações pedagógicas de caráter socioambiental, desenvolvidas em diferentes espaços institucionais: escolas, associações, centros comunitários e pelo próprio poder público. Nesse contexto, compreende-se que tais práticas podem ser abordadas de maneira sistêmica, interdisciplinar e transversal, fortalecendo a formação integral de estudantes e comunidades, além de reforçar o vínculo entre sociedade e o meio ambiente.

No âmbito desta pesquisa, foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas, sendo nove na cidade de Anamã (seis com sujeitos públicos e três com privados), e treze em Beruri (oito com sujeitos públicos e cinco com privados). Nesta tese, definimos como sujeitos públicos os servidores públicos, comerciantes e vendedores; enquanto os sujeitos privados e associativos englobam os membros de associações, produtores, coletadores e representantes de cooperativas atuantes nos municípios analisados.

As diversas linhas convergentes de argumentação aqui mobilizadas ressaltam a importância da participação ativa da sociedade civil e da articulação estratégica entre sujeitos públicos, privados e associativos na promoção de ações voltadas ao desenvolvimento — seja em escala local, regional ou nacional.

Quadro 1: Demonstração dos sujeitos da pesquisa:

Atores públicos:	Atores privados e associativos:
- servidores públicos;	- membros de associações;
- comerciantes;	- produtores;
- vendedores;	- coletadores;
- compradores.	- cooperativas.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

A classificação apresentada no Quadro 1 evidencia a pluralidade dos sujeitos envolvidos nas dinâmicas locais de produção e comercialização das frutas nativas investigadas — o açaí e

o tucumã. Essa tipologia de sujeitos, embora dividida para fins analíticos em públicos e privados/associativos, revela, na prática, zonas de sobreposição e interdependência, o que ressalta dois aspectos fundamentais da participação social.

O primeiro diz respeito ao caráter intrínseco da participação como pilar da democracia, ou seja, a necessidade de envolvimento ativo de todos os membros da comunidade nas decisões e nos processos que impactam seus territórios. O segundo refere-se à dimensão instrumental da participação, entendida como condição necessária para a articulação de saberes e ações entre os diversos sujeitos sociais. Essa articulação é central para a construção de capacidades coletivas, bem como para a aprendizagem social, aspectos essenciais à consolidação de iniciativas de desenvolvimento territorial, como a proposta de criação de uma *cesta de bens e serviços territoriais*.

Neste contexto, destaca-se o papel estratégico das associações, que promovem formas organizadas de ação coletiva. Como enfatiza Albuquerque (2013, p. 8):

“As associações podem ser definidas como entidades coletivas constituídas por um conjunto de pessoas com vista à persecução de um interesse comum.”

Essa concepção dialoga com os princípios do associativismo formulados por Tocqueville (2001), para quem: “[...] o associativismo é fundamental para uma melhor organização das sociedades democráticas, pois é por via das associações que as pessoas estabelecem inter-relações e que existe uma capacitação para a participação política e para os processos de tomada de decisão a nível económico, social e cultural.” (Tocqueville, 2001, p. 38).

Nesse sentido, as associações desempenham uma função democratizadora, contribuindo para o fortalecimento da cidadania individual e coletiva. Como observa Viegas (2004, p. 41), tais entidades se tornam, confirmado em:

As associações podem ser definidas como entidades coletivas constituídas por um conjunto de pessoas com vista à persecução de um interesse comum (Albuquerque, 2013, p. 8). Nesta ótica, de acordo com Tocqueville (2001, p. 38), o associativismo é fundamental para uma melhor organização das sociedades democráticas, pois é por via das associações que as pessoas estabelecem interrelações e que existe uma capacitação para a participação política e para os processos de tomada de decisão a nível económico, social e cultural. Neste sentido, as associações contribuem para o desenvolvimento da cidadania individual e coletiva e o fortalecimento dos processos de decisão, tornando-se espaços democratizadores na esfera pública (Viegas, 2004, p. 41).

A presente pesquisa, de natureza exploratória, teve como objetivo inicial realizar o mapeamento dos produtos específicos dos municípios investigados — notadamente o açaí e o tucumã —, assim como dos sujeitos sociais implicados em práticas de valorização desses bens nativos. Esse inventário preliminar permitiu não apenas reconhecer os produtos enquanto

recursos de identidade territorial, mas também compreender as formas tradicionais de manejo que sustentam o equilíbrio ecológico das produções.

Com relação ao açazeiro (*Euterpe oleracea*), por exemplo, destaca-se sua elevada capacidade de regeneração em áreas de várzea, característica que favorece sua propagação natural. Segundo Shanley (2005, p. 169):

O açazeiro regenera facilmente na várzea do estuário do rio Amazonas, onde os caroços são espalhados por pessoas, animais e água.¹⁰ Na terra firme, a palmeira é cultivada por mudas. As sementes germinam rapidamente, em 30 a 40 dias em boas condições de umidade. Entre 4 ou 5 meses, as mudas já estão prontas para serem plantadas (com 30 centímetros de altura). Em ambiente natural, a quantidade de sementes que germinam é quase sempre menor que 50%. A luz é o principal fator para o bom crescimento da planta.

Essas informações são fundamentais para pensar políticas públicas de incentivo à produção e ao replantio, bem como estratégias de manejo que combinem a conservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico dos territórios investigados.

Em relação ao tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), observa-se que essa palmeira apresenta características botânicas e ecológicas notáveis, que lhe conferem ampla adaptabilidade às condições ambientais da região amazônica. Segundo Shanley (2005, p. 215):

O tucumã-do-amazonas é uma palmeira grande, podendo atingir até 25 metros de altura, possui um único tronco grosso e é temido por seus espinhos compridos. Seus frutos grandes são bastante nutritivos, são maiores e têm menos fibra que os do tucumã-do-pará e são muito apreciados por pessoas e animais. O tucumã-do-amazonas cresce sem problemas nos solos pobres de terra firme, onde pode produzir sem adubos durante anos. Sua boa resistência ao fogo e abundante produção de sementes aumentam a frequência de plantas em áreas desmatadas como roçados, pastagens e capoeiras.

As informações levantadas até este ponto da investigação permitiram compreender as perspectivas e expectativas das populações locais quanto à permanência em seus territórios de origem, evitando, assim, o êxodo em busca de oportunidades de trabalho em centros urbanos mais desenvolvidos. Tal constatação revela a importância estratégica de ações que valorizem os recursos endógenos como eixo estruturante de desenvolvimento local.

Dessa maneira, os sujeitos públicos envolvidos nos municípios de Anamá e Beruri revelam-se peças-chave na mediação e promoção de políticas públicas voltadas à construção de uma *cesta de bens e serviços territoriais*, articulada em torno dos produtos nativos como o açaí e o tucumã. No decorrer do trabalho de campo, foi possível observar um grau significativo de articulação entre os diversos segmentos sociais — públicos, privados e associativos — que atuam no território, sobretudo em torno de temáticas relevantes ao cotidiano das comunidades, tais como: ações de política pública, desafios sociais nas zonas urbanas e rurais, situações de vulnerabilidade socioeconômica e a carência de oportunidades laborais para a juventude local.

Com base nessa primeira etapa da pesquisa empírica, foi possível identificar e entrevistar representantes dos principais grupos de interesse implicados na dinâmica produtiva e social local. Dentre os sujeitos consultados destacam-se: profissionais das prefeituras de ambos os municípios; técnicos das secretarias municipais de Agricultura e Turismo; membros de cooperativas e associações de produtores; representantes sindicais vinculados aos trabalhadores rurais e à agricultura familiar; além de empresários com atuação direta na cadeia produtiva do açaí e do tucumã.

A metodologia adotada na pesquisa combinou a técnica de observação participante com a aplicação de entrevistas piloto, proporcionando uma aproximação qualitativa com os sujeitos do território. Esses instrumentos metodológicos permitiram captar, com maior profundidade, as especificidades locais e os saberes sociais associados às práticas produtivas tradicionais. O contato direto com agricultores familiares, agentes públicos e representantes comunitários viabilizou uma leitura mais sensível e situada das relações entre produção, cultura e território.

Com base em uma revisão prévia de estudos regionais, bem como nas evidências empíricas colhidas na fase exploratória da pesquisa, foi possível identificar produtos e serviços com forte ancoragem territorial, como o açaí e o tucumã, os quais passaram a compor o foco central da investigação. A etapa subsequente consistiu na elaboração de dois roteiros distintos de entrevistas — organizados segundo os perfis dos entrevistados — sendo um destinado aos sujeitos públicos (Apêndice A) e outro aos sujeitos privados e associativos (Apêndice B).

Esses roteiros foram estruturados em três blocos temáticos complementares. O primeiro conjunto de perguntas buscou reconstituir a trajetória socioprofissional do entrevistado, especialmente no que diz respeito à sua relação com os produtos e serviços característicos dos territórios de Anamá e Beruri. O segundo bloco concentrou-se na identificação, a partir da percepção dos sujeitos entrevistados, dos bens considerados específicos do território, assim como das características históricas, culturais e ambientais que conferem distinção ao espaço local em relação a outros contextos. Aspectos como a paisagem, o clima, o patrimônio histórico, a gastronomia e as práticas culturais foram consideradas como elementos significativos de diferenciação territorial.

O terceiro e último bloco de questões teve como foco a análise das formas de *governança territorial* observadas nos municípios estudados. Procurou-se identificar as ações coletivas coordenadas, os espaços de articulação em rede e os mecanismos institucionais responsáveis pela valorização dos produtos e serviços locais, com ênfase na conformação de padrões de qualidade associados à origem territorial. Essa abordagem visou, portanto, não apenas mapear o funcionamento das cadeias produtivas locais, mas também compreender os

processos de mobilização social e política que sustentam a permanência dos moradores em seus territórios e fortalecem as bases para a construção de um desenvolvimento regional endógeno, sustentável e participativo.

O roteiro de entrevista direcionado aos sujeitos privados e associativos foi aplicado a produtores e empresários inseridos nas cadeias produtivas do açaí e do tucumã, bem como a representantes de associações e cooperativas que atuam com um, ou ambos os produtos nos territórios investigados. Por sua vez, o roteiro elaborado para os sujeitos públicos foi aplicado a representantes do comércio local, das secretarias municipais e, especificamente, aos secretários de Agricultura e Turismo de cada município. Cabe destacar que todas as entrevistas foram autorizadas formalmente pelos participantes mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), conforme preconiza a ética em pesquisa com seres humanos.

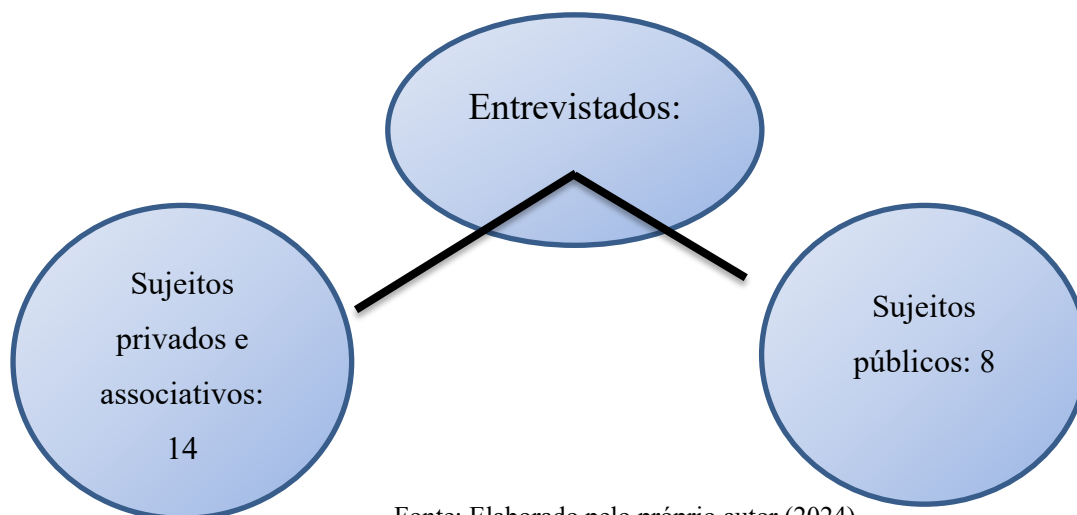
As entrevistas foram compostas por perguntas abertas e fechadas, de modo a permitir que os entrevistados discorressem com liberdade sobre os temas propostos, favorecendo uma abordagem dialógica e não apenas diretiva. Ainda que o roteiro tenha sido previamente estruturado, sua aplicação foi conduzida de maneira flexível, em um formato próximo ao de uma conversa informal, de modo a favorecer a espontaneidade das respostas e a emergência de elementos discursivos relevantes. A utilização da técnica de entrevista semiestruturada possibilitou ao pesquisador delimitar o escopo informacional, intervindo quando necessário para manter o foco nos objetivos centrais da investigação (Boni; Quaresma, 2005).

As entrevistas foram conduzidas entre os meses de novembro de 2021 e junho de 2022, totalizando 22 participantes — sendo 8 sujeitos públicos e 14 sujeitos privados, dos quais 8 também acumulavam representatividade associativa (Figura 3). Para a definição do número de entrevistas, adotou-se o critério da saturação amostral, ou seja, a interrupção da coleta de dados a partir do momento em que as informações obtidas tornaram-se recorrentes e não revelaram mais novidades substantivas acerca do objeto investigado (Fontanella et al., 2011).

A localização das entrevistas variou conforme a disponibilidade e a natureza das atividades laborais dos informantes. Os agricultores familiares e os empresários foram, em sua maioria, entrevistados em suas próprias Unidades Produtivas (UPs). Os representantes associativos forneceram seus depoimentos principalmente nas sedes das cooperativas ou associações às quais estavam vinculados. Em situações específicas, as entrevistas foram realizadas nas residências dos participantes — como no caso de produtores que não residiam nas UPs, ou de sujeitos públicos e associativos que, por questões de agenda, não podiam atender durante o expediente. De modo geral, os sujeitos públicos foram entrevistados em seus locais

de trabalho, o que favoreceu o levantamento de dados institucionais e a contextualização da atuação de cada entrevistado dentro da gestão pública municipal.

Figura 3 – Esquema de apresentação dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Além das entrevistas realizadas, a pesquisa contou com observação participativa em três reuniões/eventos posteriores à etapa de campo, os quais contribuíram significativamente para a qualificação e aprofundamento dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados (ver Apêndices A e B). Esses momentos de escuta ativa e troca dialógica com os sujeitos da pesquisa permitiram não apenas a triangulação metodológica dos dados, como também a validação social dos achados empíricos.

Como resultado parcial dessas atividades, foi elaborado e publicado um resumo expandido no II Congresso Brasileiro de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (II CBBNAL), realizado entre os dias 08 e 12 de agosto de 2022, intitulado: *O manejo florestal das palmeiras nativas: o açaí e o tucumã no polo de produção florestal nos municípios de Anamã e Beruri no Estado do Amazonas*.

Essas ações contribuíram para ampliar a compreensão acerca das percepções dos sujeitos públicos, privados e associativos sobre o valor estratégico do açaí e do tucumã, especialmente no contexto de valorização territorial por meio de instrumentos como as Indicações Geográficas (IGs). Tais encontros também reforçaram a relevância dessas frutas nativas como potenciais símbolos identitários e motores do desenvolvimento local.

Duas rodadas de conversa foram realizadas com os investigados da pesquisa, uma em cada município. Em Anamã, o encontro ocorreu no dia 08 de maio de 2022, das 15h às 17h30min; em Beruri, a atividade foi realizada no dia 29 de maio de 2022, das 09h às 12h.

Ambos os momentos foram estruturados a partir de uma apresentação introdutória sobre os fundamentos teórico-metodológicos da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). As rodadas de conversas foram fundamentais para captar o ponto de vista dos comunitários, revelando, inclusive, sugestões práticas de ações voltadas à consolidação da CBST nos territórios em questão.

Para a devida análise da CBST, foi necessário, antes, esclarecer o conceito polissêmico de “território”, conforme discutido na literatura especializada. De acordo com Cazella et al. (2009), os territórios podem ser construídos a partir de diferentes lógicas — como a ação pública, a ação coletiva ou a regulação social —, frequentemente sobrepostas e interdependentes. Nesta tese, adota-se a concepção proposta por Pecqueur (2005), que distingue duas dimensões fundamentais do conceito de território: uma dimensão político-institucional, relacionada ao exercício do poder e à governança, e uma dimensão socioeconômica, relacionada à produção de bens, serviços e identidades.

Com base nesses referenciais, passou-se à análise dos dados empíricos. A transcrição integral das entrevistas precedeu sua análise por meio da técnica de Análise de Conteúdo (AC), conforme proposta por Bardin (2011). A AC é um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e interpretação de conteúdos de comunicação, visando à identificação de estruturas, categorias e padrões significativos nos discursos analisados. Para sua operacionalização, foram seguidas as três etapas metodológicas definidas por Bardin (2001, p. 125): (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

1.9 Caracterização de Anamã E Beruri no Estado do Amazonas e as dinâmicas em tornos dos seus produtos

Os municípios de Anamã e Beruri, situados na região do médio Solimões, no estado do Amazonas, compartilham características geográficas, ambientais e socioeconômicas que marcam profundamente as formas de vida e produção de suas populações. Ambos localizam-se em áreas de várzea, com forte influência das cheias sazonais dos rios, e apresentam uma economia baseada majoritariamente na agricultura familiar, na pesca artesanal e na coleta de frutos nativos, como o açaí e o tucumã. Esses produtos, além de fundamentais para a segurança alimentar local, integram cadeias produtivas que geram renda, movimentam pequenos circuitos comerciais e contribuem para a organização territorial dos municípios investigados.

A análise dos dois municípios visa compreender como suas populações vêm resistindo e se reorganizando frente às adversidades naturais e econômicas, utilizando os recursos da floresta e das águas como meios de sustento e identidade cultural. Ao mesmo tempo, busca-se identificar o papel das políticas públicas e das iniciativas comunitárias na construção de alternativas econômicas para o desenvolvimento local. A seguir, apresentam-se as particularidades de cada município.

1.9.1 A cidade de Anamã

Dos 62 municípios do Estado do Amazonas, considerando sua extensão territorial em quilômetros quadrados, Anamã ocupa a penúltima posição em termos de área, superando apenas o município de Iranduba. Trata-se, portanto, do segundo menor município do estado em dimensão territorial, com área de 2.454 km² (IBGE, 2021). Além da pequena extensão, Anamã apresenta uma particularidade geográfica marcante: é um dos municípios mais afetados pelas cheias dos rios amazônicos, sendo, recorrentemente, a primeira cidade a ter 100% de sua área urbana inundada durante o inverno amazônico.

Nos anos de 2021 e 2022, a cidade foi severamente impactada por enchentes, como evidenciado pelos dados de campo, pelas imagens fotográficas registradas e por reportagens publicadas na imprensa local, como a veiculada pelo jornal *A Crítica*, em março de 2022:

Manaus, Cheias, Anamã, desabrigados, enchente, interior, calamidade. Em Anamã (AM) mais de 8 mil pessoas enfrentam transtornos da cheia O município de Anamã (AM) está com 100% do território inundado. Em meio ao estado de calamidade pública, mais de 8 mil moradores ainda resistem à cheia do rio Solimões e continuam morando nas casas alagadas. Em meio ao estado de calamidade pública, mais de 8 mil moradores do Município de Anamã (a 168 quilômetros de Manaus) ainda resistem à cheia do rio Solimões e continuam morando nas casas alagadas. O abastecimento de água foi interrompido, o fornecimento de energia elétrica está comprometido e unidades de saúde estão funcionando improvisadas em uma balsa. A cidade está com 100% do território inundado. De acordo com a Defesa Civil de Anamã, 10.193 pessoas foram afetadas pela enchente no município. Ao todo, 8.702 moradores ainda preferem enfrentar a subida das águas dentro de casa em cima das marombas a mais de 1 metro de altura do nível do chão (*Jornal A Crítica*, 12/03/2022, 07h13min).

Diante dessa realidade, observa-se que a população local desenvolveu estratégias adaptativas e se organiza, de forma antecipada, para enfrentar os períodos de cheia. A cidade revela uma população resiliente, que, apesar das dificuldades impostas pelo ciclo hidrológico amazônico, reconhece e valoriza os legados naturais deixados pela inundação — como o aumento da fertilidade do solo e a abundância de peixes em lagos e rios. Esse entendimento é reforçado por Carneiro e Ribeiro (2020), ao analisarem os impactos das cheias nas cidades amazônicas, confirmado em:

Outra característica da região amazônica refere-se às cidades que foram formadas ao longo dos rios, por isso, não estão imunes ao movimento das águas. Assim, passam a conviver com o fenômeno da enchente/cheia/vazante/seca, tendo ruas e casas

alagadas. Exemplo desse processo são as cidades de Anamã e Barreirinha, sendo Barreirinha localizado na região do baixo Amazonas. Durante grandes enchentes os impactos são visualizados na dinâmica da cidade, pois, as escolas, o comércio, as instituições de saúde e assistenciais, as habitações, enfim, o *modus vivendi* precisa ser readequado para este período (Carneiro; Ribeiro, 2020, p. 263).

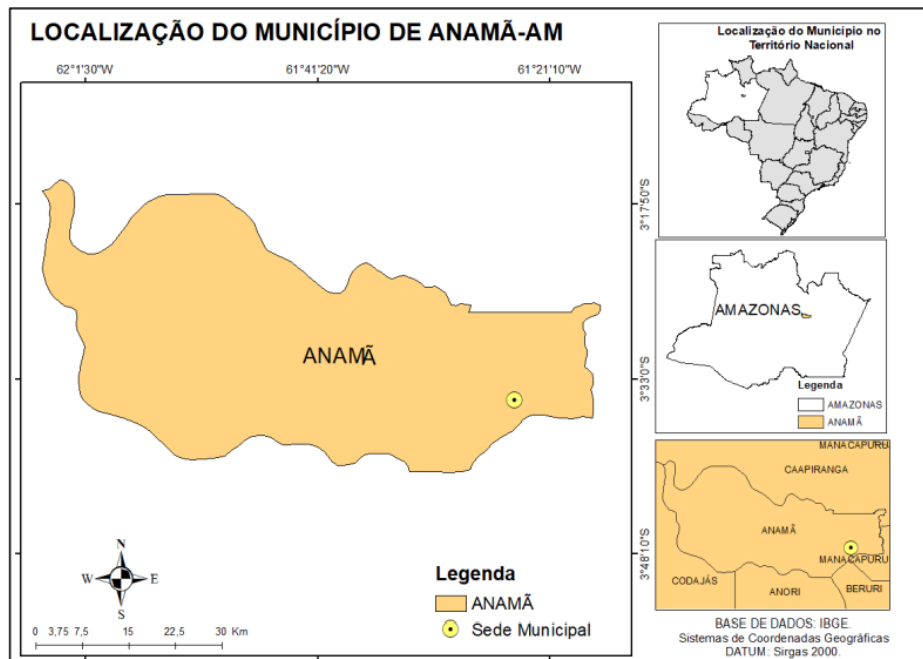
Além dos desafios naturais, Anamã também possui um contexto histórico e socioeconômico peculiar. De acordo com o IBGE (2021), o município está localizado a 161 km de Manaus e abriga áreas de lazer e lagos como Membeca e Patuá, ideais para atividades de pesca esportiva. Sua origem remonta à chegada de seringueiros e aventureiros em busca de terras férteis e de seringais, sendo atualmente composta por pouco mais de 14 mil habitantes distribuídos em 39 comunidades. Sua economia baseia-se fundamentalmente na agricultura e na pesca.

A obra *Amazonas Educativo* (2020) complementa essa contextualização ao registrar:

Anamã pertencente à microrregião do centro amazonense e microrregião de Coari, localiza-se a oeste de Manaus, capital do estado. Anamã está distante cerca de 129 quilômetros. Ocupa uma área de 2.446,121 Km² e sua população, estimada pelo IBGE, em 2019, era de 13.614 habitantes, sendo assim o 57º município mais populoso do estado do Amazonas e o menos populoso de sua microrregião. Certamente, em busca de férteis de seringais é chegaram as primeiras pessoas que iriam formar os agregados humanos iniciantes do município. O local foi rota de seringueiros e aventureiros. Há também a história de estabelecimento de fazendeiros na região, que é anterior ao ano de 1843. O povoamento da localidade teve início por volta de 1936 com a penetração de antigos seringueiros vindos do Acre. Em 1940, o distrito torna-se muito conhecido por seus seringais. Adota o nome, popularmente de Alto Seringal, porém, esse nome não é reconhecido pelo governo. Moradores do local migraram, em direção a Manaus, em 1957, pela péssima condição de vida humana no local. Em 1965, o local passa a ser conhecido como Princesa de Anori por populares (Amazonas Educativo, 2020, p. 126-127).

Com base nos dados levantados, é possível afirmar que Anamã apresenta características típicas das regiões de várzea amazônica, com uma extensa rede de lagos conectados ao rio Solimões, o que contribui para o aumento do volume hídrico e para as grandes inundações anuais. Esse ambiente, formado por planícies aluviais baixas, estrutura um modo de vida fortemente condicionado pela dinâmica das águas (Carneiro; Ribeiro, 2020).

Entretanto, é importante destacar que há áreas elevadas dentro do território urbano de Anamã, especialmente nas porções superiores da cidade. Esses espaços, por não serem atingidos diretamente pelas cheias, representam áreas estratégicas para o desenvolvimento de atividades produtivas e econômicas. Assim, mesmo em meio a uma paisagem marcada por desafios ambientais recorrentes, é possível vislumbrar alternativas viáveis para o aproveitamento racional de seus recursos naturais. É nesse contexto que se propõe o estudo do açaí e do tucumã como potenciais estruturantes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), com base na arquitetura ecológica e social singular da cidade. Vejamos a demonstração abaixo:

Quadro 2: Demonstração da cidade de Anamá.

Fonte: Zuza, (2019 p. 100).

A Figura 1, apresentada a seguir, ilustra a localização geográfica do município de Anamá, no estado do Amazonas. Conforme se observa no mapa, trata-se de um território situado na região centro-oeste do estado, tendo como municípios limítrofes Codajás, Caapiranga, Beruri, Anori e Manacapuru. A sede municipal está posicionada na porção sudeste do território de Anamá, às margens do lago homônimo, em uma área de várzea suscetível a inundações cíclicas.

Essa posição geográfica estratégica permite compreender as dinâmicas ambientais e socioeconômicas que caracterizam o município, especialmente no que se refere ao regime de cheias e vazantes que impactam diretamente a produção agrícola, a circulação de pessoas e mercadorias, e a organização espacial urbana e rural. O município apresenta um elevado potencial produtivo, com destaque para frutas e cultivos tradicionais da agricultura familiar, tais como açaí, tucumã, banana, macaxeira e farinha de mandioca. Tais produtos compõem uma base significativa para a estruturação de uma futura Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

Entretanto, neste estudo nos deteremos apenas ao açaí e ao tucumã, em função da sua importância socioeconômica e da aderência às práticas empíricas desenvolvidas pelas comunidades locais, o que se coaduna com os princípios da valorização territorial e da indicação geográfica.

A paisagem de Anamã é caracterizada por amplas áreas de várzea e rios entrelaçados, revela a íntima articulação entre os elementos naturais e os modos de vida locais. Nesse contexto, os “espaços herdados da natureza”, conforme conceituado por Costa (2017, p. 29), tornam-se locus privilegiado de produção, manejo e resiliência territorial. A citação a seguir resume com precisão essa condição:

Os espaços herdados da natureza que foram transformados em espaços de cultivos são muitos importantes não somente pelos proventos econômicos e resultado da produção, mas também pelos impactos que produzem na constituição de uma paisagem agrícola. A manutenção de áreas com biodiversidade é um grande desafio, não somente para a agricultura familiar camponesa, mas também empresarial e com o desafio para a criação de políticas públicas eficientes no plano da gestão, principalmente porque a agricultura é muito dependente de processos naturais mantenedores da biodiversidade.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que os processos de cultivo na região — particularmente no que se refere às palmeiras nativas do açaí e do tucumã — não se desvinculam das dinâmicas ecológicas das enchentes e da fertilização natural dos solos. A fertilidade conferida pelas águas dos rios e lagos interligados ao Solimões torna a várzea um território de elevada capacidade produtiva, ainda que altamente vulnerável às variações climáticas e sazonais.

Nesse sentido, a imagem a seguir ilustra com clareza a complexidade desse espaço territorial e as adaptações necessárias à sobrevivência e à economia local.

Fotografia 01: Cidade de Anamã em época de cheia



Fonte: Acervo do próprio pesquisador (maio de 2022)².

² Ruas de Anamã-Am. Este registro foi realizado através de um drone. Nesta imagem percebemos a cidade toda inundada. Porém, o acesso ao município é predominantemente por via fluvial através do rio Solimões e afluentes. E o acesso à área é feito através do Paraná do Anamã durante todo o ano. Não existe previsão de implantação de uma estrada de rodagem interligando a UTE à sede do município.

Este registro aéreo realizado por drone permite observar a totalidade da área urbana inundada durante o período de cheia. A predominância das vias fluviais é notória, configurando a principal forma de acesso ao município, realizada por meio do rio Solimões e seus afluentes, em especial pelo Paraná do Anamã. Não há, até o momento, infraestrutura rodoviária que interligue a sede do município a outras regiões, o que evidencia sua condição de isolamento relativo e reforça a importância do transporte fluvial para o escoamento da produção.

Com base nos dados do IBGE (2021), a sede de Anamã, situada em área de várzea, convive anualmente com a inundação de suas ruas e residências. No entanto, esse contexto não impede o desenvolvimento de atividades produtivas, sobretudo aquelas vinculadas à coleta e cultivo de açaí — fruto que ganha destaque na economia local. Segundo informações do IDAM (2022), diversos sítios particulares mantêm grandes plantações de açaí, o que confere à cidade um diferencial competitivo, atraindo compradores oriundos de municípios vizinhos e até da capital, Manaus.

Por outro lado, o tucumã apresenta menor expressão comercial na região, fato observado tanto na produção quanto na percepção dos sujeitos públicos e privados dos entrevistados. Essa distinção reforça a necessidade de ações voltadas à valorização e estruturação de cadeias produtivas que respeitem as especificidades locais e considerem o contexto ecológico, logístico e social do território amazônico. De acordo com o relatório de atividades do IDAM (2022) temos:

Quadro 3: Demonstração da produção de açaí em Anamã e Beruri

Produção de Açaí nos seguintes municípios do Estado do Amazonas:				
Municípios	2018	2019	2020	2021
Anamã	2t	2.8t	2.5t	2.2t
Beruri	2.5t	3,6t	4.1t	3,5t

Fonte: IDAM, 2022

Quadro 4: Demonstração da produção de Tucumã em Anamã e Beruri

Produção de Tucumã nas seguintes municípios do Estado do Amazonas:				
Municípios	2018	2019	2020	2021
Anamã	800kg	1.3t	1,5t	2t
Beruri	1,25	2.2t	2.1	2,8t

Fonte: IDAM, 2022

A análise dos dados apresentados nos quadros 3 e 4 revela que, embora as quantidades do açaí e do tucumã produzidas em Anamã e Beruri não sejam expressivas em termos de toneladas, sua relevância econômica não pode ser subestimada. As produções locais são direcionadas aos mercados de municípios vizinhos como Codajás, Anori e Tefé, bem como à capital do estado, Manaus, como documentado pelo relatório da Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas – SEPROR (2023).

A base econômica tradicional da região amazônica, historicamente vinculada ao extrativismo vegetal, ancora-se em uma biodiversidade exuberante que oferece múltiplas possibilidades de exploração sustentável. Como ressaltam Yamaguchi et al. (2024, p. 16), “a economia na região amazônica tem a sua base econômica fortemente vinculada ao extrativismo vegetal sob influência de uma enorme e grandiosa flora com diversas variedades de espécies”.

Ainda nesse contexto, destaca-se a fala do *Sr. Aroldo Santos Bastos*, representante do município de Anamã junto à capital Manaus, que esteve à frente da gestão de desenvolvimento econômico entre os anos de 2019 e 2022. Em depoimento concedido no dia 10 de janeiro de 2024, às 15h, o representante fez a seguinte afirmação:

Anamã é uma cidade que tem um potencial, a prova disso é que nós não queremos sair de onde nós estamos. Somos a primeira cidade a ser inundada a cada ano. Até que havia um projeto para mudarmos a cidade para a parte mais alta da cidade e nós não queremos. O que falta é o governo estadual, ou até mesmo o governo federal escutar a população e verificar quais são os potenciais econômicos que nós temos e podemos mudar a nossa situação econômica através do que nós temos, que não é só o açaí e do tucumã, mas também temos a mandioca e a festa da farinha que nós comemoramos nos dias 6 e 7 de junho (Fala do Senhor Aroldo Santos Bastos, em 10/01/2024, 15h).

Essa fala reforça a percepção local de pertencimento e resistência frente às adversidades ambientais, bem como a valorização dos recursos e as manifestações culturais existentes no município. Para o Sr. Bastos, além do açaí e do tucumã, há outros produtos com forte apelo econômico e cultural, como a mandioca, a banana e a farinha — esta última celebrada anualmente em festividade própria, a "Festa da Farinha", marcada no calendário local.

Em consonância com essa perspectiva, observa-se a crescente valorização do açaí no mercado internacional, o que pode representar uma oportunidade estratégica para municípios como Anamã. Segundo Yamaguchi et al. (2024, p. 61),

A chegada do açaí no mercado externo e a aceitação do fruto no Público internacional é uma realidade há muito conhecida pelos agentes da cadeia. Atualmente, o “ouro roxo”, como o açaí é conhecido em muitas regiões produtoras, chega a quase todos os continentes, e a movimentação financeira acompanha essa dimensão planetária (Yamaguchi, et, al, 2024, p. 61).

Essas constatações reforçam a importância de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, à valorização de práticas sustentáveis e ao incentivo à agregação de valor nos produtos oriundos do extrativismo amazônico, sobretudo em territórios de várzea como Anamã e Beruri.

Fotografia 02: Cidade de Anamã em época de cheia



Fonte 02: Acervo do próprio pesquisador (maio de 2022)³

A atual realidade do município de Anamã, marcada pelo ciclo anual das cheias dos rios e lagos, possui grande relevância ecológica e cultural. O município depende diretamente do legado deixado pelas enchentes, uma vez que as várzeas se regeneram periodicamente em sua própria organização, garantindo a manutenção da vida (Noda; Silva, 2016). Observa-se que, apesar das inundações, persiste entre os moradores o costume de permanecerem em suas residências, mantendo vivas suas tradições, culturas e modos de vida. Essa permanência reflete uma forma de resistência cultural, observada nas últimas décadas, conforme relatos do *Sr. Aroldo Santos Bastos* e de diversos sujeitos públicos, privados e associativos entrevistados ao longo da pesquisa.

Ao se analisar a realidade socioeconômica e ambiental de Anamã, constata-se a presença de uma tríade fundamental: cadeia produtiva, campesinato e biodiversidade. Segundo Costa (2017, p. 23), confirmado em:

É no contexto da tríade cadeia produtiva, campesinato e biodiversidade que identificamos o tema dos diferentes modos de reprodução camponesa, em diferentes cadeias produtivas e com diferentes biodiversidades, mas com o discurso do desenvolvimento e da preservação da natureza.

Cada rua da cidade de Anamã traz consigo narrativas próprias ligadas ao açaí e ao tucumã, frutos nativos da região. Os moradores locais relatam diferentes formas de preparo e consumo, que variam do suco natural ao sorvete artesanal. A produção e o comércio do açaí,

³ Ruas de Anamã-Am. Este registro foi realizado através de um drone. Ao lado esquerdo percebemos o Rio Solimões em sua maior extensão e do lado direito, olhamos a cidade sendo inundada. Uma cultura muito predominante com a realidade da população de Anamã no período de janeiro até junho, época em que o Rio Solimões permanece cheio.

em particular, mobilizam diversos sujeitos ao longo da cadeia produtiva, desde pequenos extrativistas até empresas de médio e grande porte (Yamaguchi et al., 2024, p. 56).

A resiliência da cidade de Anamã manifesta-se não apenas diante das cheias e secas, mas também na preservação de seus saberes e práticas tradicionais relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa resistência se estende às atividades econômicas ligadas à pesca e à comercialização de frutas regionais. Segundo Yamaguchi et al. (2024, p. 26), cadeia produtiva pode ser compreendida como: “Um sistema complexo de atividades interligadas e interdependentes realizadas por diferentes agentes econômicos com o objetivo de produzir, distribuir e comercializar um produto, ou serviço até que ele chegue ao consumidor final.”

Como exemplo dessa realidade, apresenta-se, na fotografia a seguir, uma vista aérea das ruas da cidade de Anamã em período de cheia:

Fotografia 03: Ruas da cidade de Anamã



Fonte 03: Acervo do próprio pesquisador (maio de 2022)⁴

Ao observarmos a cidade de Anamã tomada pelas águas barrentas no período sazonal de fevereiro a julho — intervalo que varia a cada ano —, é possível perceber uma relação orgânica da população com esse ciclo natural. Os habitantes já se preparam previamente para as transformações do espaço urbano, adaptando suas formas de locomoção, seja por meio das tradicionais *marombas* (passarelas de madeira), seja por ajustes estruturais em suas residências.

⁴ Ruas da cidade de Anamã-Am. Nesta fotografia do lado direito, percebemos o leito do Rio Solimões, e do lado esquerdo a cidade Anamã toda inundada. Aqui podemos pensar que a natureza vegetal faz parte de um processo concentrador, agregador de múltiplos conhecimentos e potencialidades, logo, é uma matriz para bioprodutos, em uma perspectiva que estrutura as sociedades e os grupos de decisão, para planejarem ações em diferentes escalas de tempo futuro, ligadas às potencialidades de uso dos recursos naturais.

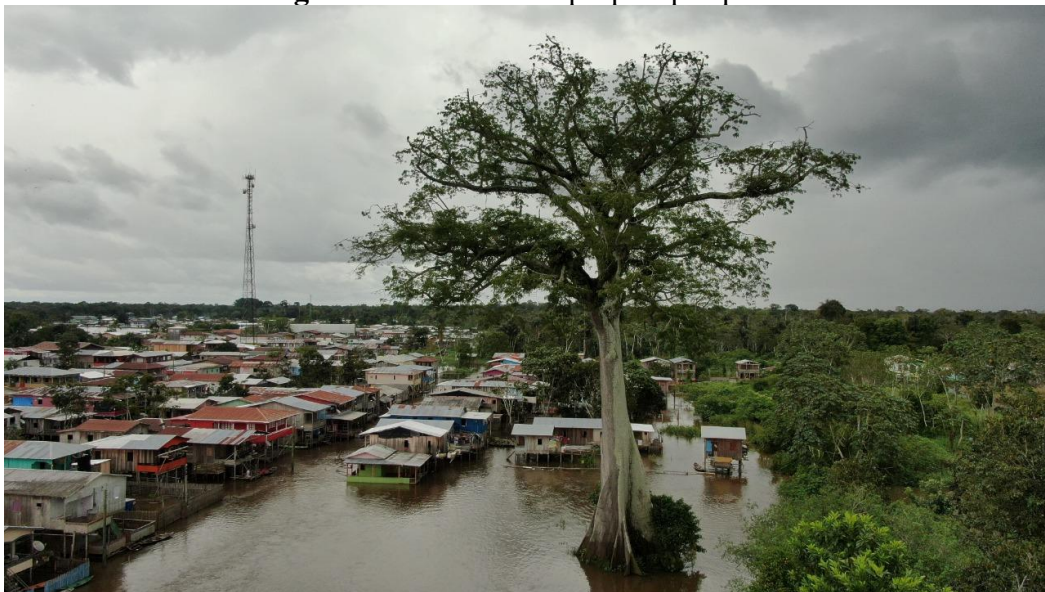
Essa adaptação reiterada ao ambiente alagadiço revela práticas culturais consolidadas e uma aprendizagem cotidiana fundamentada na experiência e na coletividade.

Nesse contexto, torna-se pertinente a reflexão proposta em Lave (2015, p. 40), ao afirmar que:

É muito útil reconhecer que um aprendiz não é alguém que não sabe, aprendendo (conhecimentos), provindos de alguém que sabe. Ao contrário, os aprendizes estão engajados (com outros) em aprender o que eles já estão fazendo – um processo multifacetado, contraditório e interativo. Além disso, pode parecer que mesmo nesses termos os “aprendizes” são indivíduos, mas eles não são nunca somente isso. Eles estão engajados em práticas cotidianas em múltiplos contextos, participando em diferentes modos uns com os outros.

A dinâmica de adaptação dos moradores de Anamã durante às cheias dos rios se insere nesse processo de aprendizagem situada, no qual o saber-fazer emerge das práticas compartilhadas em rede, envolvendo sujeitos que se moldam às exigências do meio e das condições ambientais de forma contínua e integrada.

Fotografia 04:Acervo do próprio pesquisador



Fonte :Acervo do próprio pesquisador (maio de 2022)⁵

A imagem evidencia um dos principais símbolos do município de Anamã: a árvore Samaúma (*Ceiba pentandra*), situada em meio à área urbana alagada. A fotografia, capturada por drone, mostra a convivência entre o urbano e o natural, indicando como a presença da

⁵ Ruas de Anamã-Am. A imagem acima é o cartão postal da própria cidade. São inúmeras as pessoas que chegam ao destino, com o intuito de fotografar esta referência, não só da cidade. A Samaúma, ou Sumaúma (*Ceiba pentandra*) é uma árvore encontrada na Amazônia. É considerada sagrada para os antigos povos “maia” e os que habitam as florestas. A palavra samaúma é usada para descrever a fibra obtida dos seus frutos. A planta é conhecida também por algodoeiro, conforme (Bynum, 2014).

floresta e suas espécies nativas compõem a paisagem e a identidade local, mesmo em meio às adversidades provocadas pelas cheias. A Samaúma, nesse contexto, representa não apenas a imponência da natureza, mas também a permanência das histórias, crenças e narrativas que sustentam a memória coletiva da cidade.

E por se tratar de inúmeras histórias, como: a maior planta da Amazônia, uma planta misteriosa, conforme:

A sumaúma é uma árvore de grande porte, podendo atingir até 50 m de altura e 2 m de diâmetro, apresentando amplas sapopemas basais, com 80 a 160 cm de diâmetro. O fuste é reto, cilíndrico e não apresenta ramificações até cerca de 2/3 da altura. A casca tem cor verde-acinzentada e é revestida de acúleos, pontiagudos quando as plantas são juvenis, mas que depois tornam-se predominantemente cônicos. As folhas são compostas, digitadas, alternas, longo-pecioladas, com 5 a 7 folíolos dígito-palmados, muitas vezes denteados na parte superior. Inflorescências em panículas terminais, com flores esbranquiçadas (Souza *et al.*, 2005, p.10).

A sumaúma, símbolo da cidade de Anamã e do próprio estado do Amazonas, resiste ao tempo e às adversidades climáticas, como as cheias e secas características da região. Trata-se de uma planta de importância não apenas ecológica, mas também cultural e afetiva para os moradores. Como destaca Yamaguchi *et al.* (2024, p. 26):

Desenvolve-se bem a pleno sol, mas ocorre também em matas secundárias, apresentando comportamento de pioneira. Como é muito exigente em relação à quantidade de luz, a regeneração natural não é abundante, mesmo produzindo grande número de sementes.

A cidade de Anamã é marcada por sua geografia de várzea e pela sazonalidade das águas, foi beneficiada em 2021 com projetos promovidos pelo Governo do Estado do Amazonas, conforme registrado por moradores e veiculado em jornais impressos e falados da região. Em abril daquele ano, por meio da Agência de Fomento do Amazonas (AFEAM), em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), foram financiadas canoas de alumínio, rabetas e motores de popa destinados a pescadores artesanais do município (IDAM, 2021).

Segundo o relatório do IDAM (2021), a entrega dos equipamentos ocorreu no dia 24 de abril de 2021 (um sábado) e beneficiou cerca de 37 pescadores, com projetos que totalizaram aproximadamente R\$ 520 mil. A ação contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Anamã, bem como de associações, sindicatos e da colônia de pescadores local. No total, foram financiadas 28 canoas de alumínio, quatro motores de popa, 23 motores Honda 6,5 HP com rabeta e um motor 13 HP com rabeta.

Conforme levantamento da unidade local do IDAM, até aquele momento o Instituto já havia atendido mais de 50 pescadores artesanais na região, com projetos aprovados que

ultrapassaram a marca de R\$ 800 mil, destinados ao custeio e investimento. Tais ações reforçam o entendimento de que:

Em abril de 2021, o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Agência de Fomento do Amazonas (Afeam) e em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), financiou canoas de alumínio, rabetas e motores de popa para pescadores artesanais de Anamã Sustentável do Amazonas (IDAM, 2021).

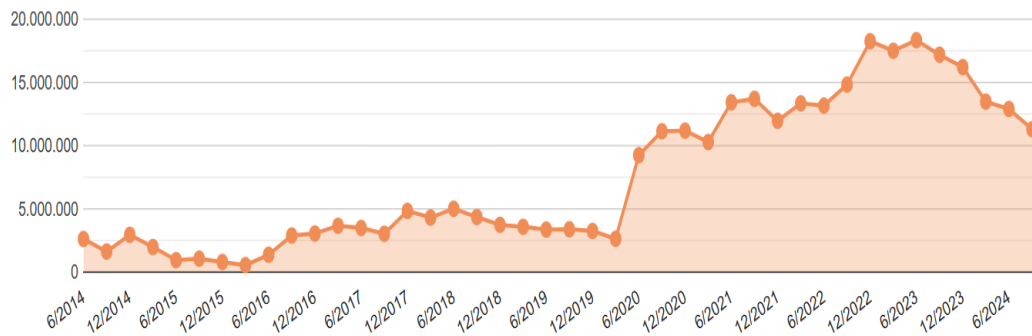
Ainda em conformidade com o Idam (2021), a ação de entrega dos equipamentos aconteceu no sábado dia 24 de abril de 2021, e beneficiou cerca de 37 pescadores com projetos que somaram um quantitativo de R\$ 520 mil. A iniciativa contou com apoio da Prefeitura Municipal de Anamã, associações, sindicato e colônia de pescadores do município.

Conforme levantamento da unidade local do Idam em Anamã, até o momento o Instituto já atendeu mais de 50 pescadores artesanais, e os projetos aprovados ultrapassam a margem de R\$ 800 mil para custeio e investimento. Porém, com as ações do Idam, na cidade de Anamã, entendemos que estamos diante de: As políticas públicas são guiadas por diretrizes prioritárias que, por sua vez, norteiam as subpolíticas, programas e mudanças incrementais dela decorrentes. A escala da política analisada depende do interesse do pesquisador (Lotta, 2019, p.70).

Nesse contexto, os investimentos realizados abrem caminho para o fortalecimento da cadeia produtiva local, especialmente a do açaí. Essa cadeia pode ser entendida como um conjunto de etapas interdependentes que transformam a matéria-prima em um produto final, a partir de processos de extração, modificação e distribuição (Yamaguchi et al., 2024, p. 27). As frutas nativas, como o açaí e o tucumã, são comercializadas em outras cidades do estado, como Manicoré, Tefé e Manaus.

A ampliação do comércio dessas frutas tem contribuído para o aumento da circulação de recursos financeiros no município, alterando positivamente sua dinâmica econômica. De acordo com o então diretor-presidente do IDAM, Tomás Igo Munoz Sanches, o crédito rural, quando bem aplicado, é uma ferramenta eficaz de desenvolvimento na zona rural. Segundo ele, o governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, priorizou, em 2021, tais iniciativas por meio das políticas públicas executadas pelo IDAM e pela Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR).

O acesso ao crédito tem sido determinante para que pequenos produtores amazônicos superem a lógica da produção de subsistência, migrando para um modelo de produção voltado à escala comercial. Nesse sentido, dados do portal da AFEAM confirmam a relevância do crédito como instrumento de inclusão produtiva e fortalecimento econômico na região.

Quadro 5: Demonstração dos investimentos da AFEAM no Estado do Amazonas

Fonte: Banco de dados do portal da AFEAM (2024)

O **Quadro 5**, com base no gráfico apresentado, demonstra a evolução dos investimentos realizados pela AFEAM (Agência de Fomento do Estado do Amazonas) ao longo do período de junho de 2014 a junho de 2024. A curva de tendência evidencia três fases distintas:

1. Período de baixa estabilidade (2014–2019):

Entre 2014 e o final de 2019, observa-se um padrão relativamente estável, com oscilações em patamares baixos, geralmente abaixo da faixa de 5 milhões. Esse período pode indicar um investimento moderado ou restrito, possivelmente vinculado a restrições fiscais ou ausência de políticas robustas de fomento regional.

2. Salto abrupto e crescimento (2020–2022):

A partir de 2020, há um **aumento expressivo nos investimentos**, ultrapassando a marca dos 10 milhões, com o auge ocorrendo em meados de 2022, quando os valores se aproximam de 20 milhões. Essa mudança pode ser explicada por políticas de recuperação econômica pós-pandemia, investimentos estratégicos em produção rural sustentável e inclusão produtiva, conforme relatado em ações como as do IDAM e da SEPROR.

3. Declínio gradual (2023–2024):

Após o pico de 2022, nota-se um declínio gradual nos investimentos, embora os valores ainda permaneçam significativamente superiores aos registrados no período anterior a 2020. Essa queda pode estar associada à transição de gestões públicas, redirecionamento de políticas orçamentárias ou término de ciclos de financiamento específicos.

O gráfico evidencia a importância da AFEAM como instrumento de desenvolvimento econômico no Estado do Amazonas, principalmente a partir de 2020, quando o volume de investimentos atinge outro patamar. Essa elevação sugere maior atenção às demandas produtivas da região, o que repercute diretamente em municípios como Anamã, conforme apontado nos dados anteriores. A análise do gráfico reforça que o crédito rural, quando articulado a políticas públicas bem estruturadas, pode transformar realidades locais e fomentar cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento sustentável.

Por meio do crescimento das produções de açaí e tucumã, essas frutas vêm oportunizando melhorias significativas na organização das unidades de produção familiar, conforme os dados do Relatório do IDAM (2022). Para alguns habitantes que vivem da pesca ou de outras plantações, como banana e macaxeira, e que possuem transporte próprio para escoamento da produção. Essa dinâmica representa um caminho para maior autonomia econômica. Tal autonomia não se restringe à atividade pesqueira, mas se estende a diversas práticas produtivas nos municípios investigados.

De acordo com o gerente do IDAM em Anamã, à época no cargo (2022), Sr. Tomás Igo Munoz Sanches, “o incentivo possibilitou aos pescadores de todo o estado a aquisição de instrumentos de trabalho, que serão pagos em longo prazo e com menores taxas de juros. Na prática, esse apoio ao pescador ajuda-o no desenvolvimento das atividades pesqueiras e melhora a renda e a qualidade de vida dos que praticam essa importante atividade no Estado do Amazonas”.

O Relatório do IDAM (2022) aponta ainda que:

Com relação ao crédito rural, foram elaborados pelas equipes técnicas do Idam e encaminhados aos agentes financeiros (Agência de Fomento do Estado do Amazonas – Afeam e Banco da Amazônia) 2.427 projetos envolvendo um volume de recursos da ordem de R\$ 54,99 milhões, dentre os quais 1.751 foram contratados, atingindo um montante de R\$ 41,16 milhões. As principais atividades financiadas foram: pesca artesanal, mandioca, açaí, pecuária (bovina/ bubalina), hortaliças, abacaxi, banana, cupuaçu, piscicultura, avicultura (corte/postura/caipira), (Idam, 2022, p. 10).

No que se refere à organização e preservação dos recursos hídricos, o IBGE (2010) destaca que, em Anamã, os lagos são monitorados e cuidados pelos próprios moradores, mediante acordos comunitários de pesca. Tais acordos classificam os lagos em: lago de preservação (destinado à reprodução dos peixes); lago de manutenção (utilizado para pesca de subsistência, com práticas artesanais e limites de retirada); e lago de comercialização (onde é permitida a pesca comercial de até 300 kg por semana, com regras ambientais e sem uso de arrastão). Essa estrutura de controle não é comum a toda a Amazônia, sendo uma prática particular na cidade de Anamã (IBGE, 2010).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (2006) alerta que as áreas de floresta vêm sendo convertidas em terras agrícolas em ritmo acelerado, com uma taxa de desmatamento que atinge cerca de 17 milhões de hectares por ano.

A obra *Amazonas Educativo* (2020) traz informações sobre o processo histórico de emancipação de Anamã:

Em 1968, o povoado foi elevado a distrito. Em 1976, através do decreto-lei nº 177 de 21 de junho, Anori, um distrito próximo, é elevado à categoria de município e Anamã torna-se se distrito de Anori. Somente no ano de 1981, pela Emenda Constitucional nº 12, conseguida em Brasília pelo então vereador de Anori Sebastião Pacheco Teles, o distrito de Anamã foi desmembrado de Anori, e passou a construir novo município de Anamã. Os moradores do povoado acreditavam que o distrito deveria ter um nome que espalhasse a dimensão futura da cidade e Anamã, que segundo as versões mais aceitas significa “Joia do Rio”, ou “onde a terra é grande”, era fruto de indecisão entre a pequena população de menos de dois mil habitantes do local. O nome do município de Anamã provém da junção do termo tupi “Ānn”, que quer dizer “joia, esmeralda” e a palavra “Mã”, que quer dizer “Rio grande, muito cheio, muita coisa”. (*Amazonas Educativo*, 2020, p. 127).

Conforme observa Cordeiro (2006), a história econômica das regiões brasileiras é marcada por ciclos bem definidos, com predominância de atividades como pecuária extensiva, extração madeireira, fruticultura de clima temperado e, mais recentemente, turismo rural e produtos de qualidade. No caso de Anamã, embora essas atividades também estejam presentes, os ciclos mais significativos e marcantes, do ponto de vista da identidade e sustentabilidade local, são os da coleta das frutas nativas, como o açaí e o tucumã. Conforme destaca Cordeiro (2006), os diversos ciclos econômicos da região contribuíram significativamente para a construção da história, da cultura e da organização social do povo amazônico.

Segundo reportagem da Agência Cenarium (04/12/2024), baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região do Vale do Rio Purus, no estado do Amazonas — onde se localiza o município de Anamã — foi identificada como a mais pobre do Brasil em 2023, com 66,6% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Essa área é composta por 13 municípios: Anamã, Anori, Beruri, Boca do Acre, Caapiranga, Canutama, Careiro, Coari, Codajás, Lábrea, Manaquiri, Pauini e Tapauá. Ainda segundo o IBGE, outra região com alta incidência de pobreza é o entorno da Região Metropolitana de Manaus, que inclui municípios como Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, confirmado em:

“O Vale do Rio Purus”, no Amazonas, formado por 13 cidades, era a região do País com a proporção mais alta de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza em 2023, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A localidade, com 66,6% da população nessa situação, é seguida pelo litoral e baixada maranhense, com 63,8%, e pelo entorno da Região Metropolitana de Manaus, também no Amazonas, com 62,3%. Segundo o IBGE, essa localidade é formada por 13 municípios: Anamã; Anori; Beruri; Boca do Acre; Caapiranga; Canutama; Careiro; Coari; Codajás; Lábrea; Manaquiri; Pauini; e Tapauá. Quanto no entorno de Manaus estão Careiro da Várzea; Iranduba; Itacoatiara;

Manacapuru; Novo Airão; Presidente Figueiredo; e Rio Preto da Eva.” (Agência Cenarium, 2024⁶).

Dessa forma, Anamã se revela como um território marcado por profundas contradições: ao mesmo tempo em que enfrenta altos índices de pobreza, conforme apontado pelo IBGE (2023) e noticiado pela Agência Cenarium (2024), o município demonstra forte capacidade de resiliência e mobilização local. A organização comunitária em torno da pesca artesanal, o uso sustentável dos lagos, a valorização das frutas nativas e a inserção de políticas públicas de fomento econômico, como o crédito rural, demonstram que há caminhos possíveis para a construção de um desenvolvimento mais autônomo e sustentável, desde que respeitadas as especificidades socioterritoriais da região.

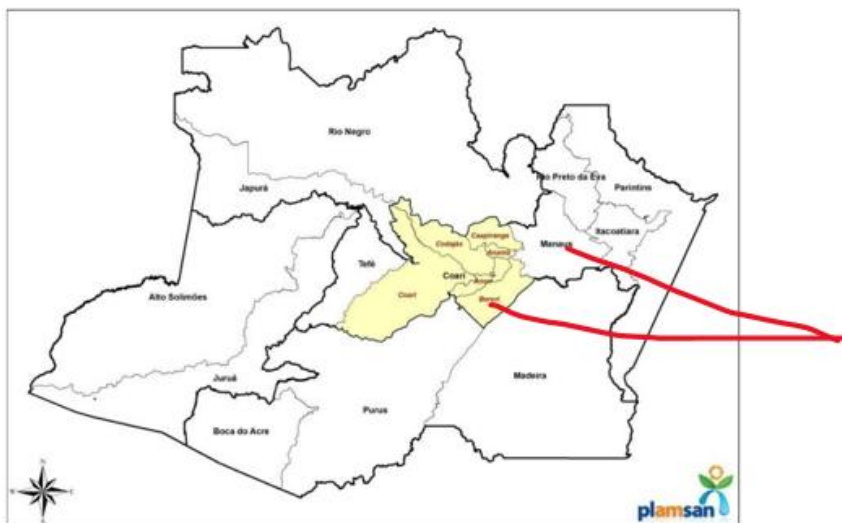
A compreensão dessas dinâmicas em Anamã permite abrir a análise para o próximo município investigado, Beruri, também situado na região do Médio Solimões, com desafios e características próprias, mas inserido no mesmo contexto socioambiental e econômico da várzea amazônica.

1.9.2 O Município de Beruri o Estado do Amazonas

Ao trazermos a história de Beruri, no Estado do Amazonas, buscamos não apenas conhecer e compreender sua realidade socioeconômica e territorial, mas também valorizar e reconhecer o potencial econômico que o município carrega em meio às adversidades impostas por sua localização e pelas dinâmicas ambientais. De forma abrangente, a noção de *fronteira* pode ser interpretada como um espaço que oferece condições para a expansão de atividades econômicas antes ausentes, presentes em pequena escala, ou mesmo em crise (Sawyer, 1984). Nesse sentido, Beruri representa uma dessas fronteiras em constante construção, onde as relações entre natureza, produção e circulação moldam os modos de vida locais.

⁶ AGÊNCIA CENARIUM. *Região do AM tem maior proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza no Brasil*. 04 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciacenarium.com.br/regiao-do-am-tem-maior-proporcao-de-pessoas-abaixo-da-linha-da-pobreza-no-brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Imagem 02: Localização de Beruri no Estado do Amazonas



Fonte: Google mapa 2023

O mapa acima evidencia a localização estratégica de Beruri no estado do Amazonas, integrando a região do médio Solimões e tendo como vizinhos os municípios de Coari, Codajás e Anamá. A posição de Beruri às margens do rio Purus determina as condições logísticas do município, que depende quase exclusivamente do modal hidroviário para transporte de pessoas, mercadorias e produtos. O acesso à capital, Manaus, é realizado por meio de balsas, barcos e lanchas, o que implica tempos de deslocamento mais longos e uma logística complexa para o escoamento da produção agrícola e extrativista.

Ao mesmo tempo em que representa um desafio à integração regional, essa condição geográfica contribui para a manutenção de formas tradicionais de vida e de economia, pautadas pelo extrativismo, pela pesca artesanal e pelo cultivo de espécies nativas como o açaí e o tucumã. Essas atividades sustentam grande parte da população e articulam-se com as políticas públicas locais e estaduais, além da atuação de cooperativas e associações.

Nos próximos tópicos, analisaremos de forma mais detalhada os aspectos produtivos, sociais e ambientais do município de Beruri, com base nos dados empíricos levantados durante a pesquisa e nos relatos dos sujeitos locais entrevistados.

Segundo a divisão administrativa do Estado do Amazonas, o município de Beruri está inserido na Mesorregião Centro Amazonense, composta por 30 municípios agrupados em seis microrregiões, sendo Manaus o principal deles (PLAMSAN, 2021, p. 10). No que se refere aos limites territoriais, Beruri faz fronteira: ao norte com Anori, ao nordeste com Manacapuru e Manaquiri, ao sudeste com Borba, ao sul com Manicoré e ao sudoeste com Tapauá (Plamsan, 2021, p. 13).

Beruri não se restringe apenas aos recursos da terra, como o açaí, o tucumã e a castanha. O capital do município também deriva de elementos naturais, como a água, as plantas, as sementes, o carbono, os conhecimentos tradicionais e a cultura popular. Nesse contexto, há uma diversificação econômica que decorre do interesse sobre o capital natural e cultural, o qual estimula a abertura de novas fronteiras para os agentes capitalistas. Como destaca Becker (2004, p. 81): “Esse capital vem dos elementos naturais, da biodiversidade e da tradição local como: água, as plantas, as sementes, o carbono, os conhecimentos tradicionais e a cultura popular”.

Essas práticas são visíveis em Beruri, sobretudo pelas festas culturais promovidas no município, como a Festa da Castanha — que ocorre no mês de setembro junto ao festejo de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da cidade — e a Festa do Pirarucu. Sobre essa última, o Portal do IDAM (2013) registra: “A Primeira Feira do Pirarucu Manejo no município de Beruri (a 173 quilômetros de Manaus) movimentou em torno de R\$ 10 mil. O número está relacionado à comercialização da carne e carcaça do pescado. O evento que aconteceu no início de dezembro foi realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Secretaria de Produção Rural (Sepror), Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus e Prefeitura Municipal”. Beruri é uma cidade localizada no interior do Estado do Amazonas. Pertencente à Microrregião de Coari e à Mesorregião do Centro Amazonense, sua população estimada é de 20.503 habitantes, segundo dados do IBGE (2021).

Fotografia 05: Rua de Beruri-AM 1



Fonte: Acervo do próprio pesquisador (maio de 2022)⁷.

A cidade de Beruri, no Estado do Amazonas, apresenta uma trajetória histórica diretamente ligada ao município de Manacapuru. De acordo com o IBGE (2010), a origem remonta ao ano de 1786, quando foi fundada a cidade de Manacapuru sobre uma aldeia preexistente dos povos indígenas mura. Em 1894, ocorreu o desmembramento de Manaus, e Manacapuru passou a constituir um município autônomo.

No ano de 1938, o então povoado de Beruri foi elevado à condição de zona distrital de Manacapuru, conforme o Decreto-Lei Estadual nº 176, de 01 de dezembro de 1938, permanecendo subordinado administrativamente a esse município (IBGE, 2021). Posteriormente, em 1939, após perder parte de seu território para o município de Manaus, Manacapuru passou a ser composto por três distritos: Manacapuru (sede), Caapiranga e Beruri.

A emancipação político-administrativa de Beruri ocorre em 10 de dezembro de 1981, por meio da Emenda Constitucional nº 12, quando o então distrito, acrescido de território adjacente pertencente ao município de Borba, passou a formar o novo município de Beruri.

O gentílico oficial é beruriense, e o município passou a compor a divisão territorial do Amazonas com autonomia própria a partir dessa data, conforme registros do IBGE (2021).

Fotografia 06: Rua de Beruri-AM 2



⁷ Rua de Beruri-Am. Percurso das pessoas em direção ao porto da cidade. Pinto (1982) faz a seguinte observação dessas comunidades, para ele ainda identificadas como vila: Em algumas delas, as casas estão próximas umas das outras, alinhadas em uma rua [caminho] de frente para o rio, paraná ou lago. Em outras, as casas estão espalhadas e, ao primeiro contato, não serão identificadas como uma vila [comunidade]. Só após o conhecimento das redes de parentesco e vizinhança, é que se percebe que aquele espaço, aparentemente descontínuo, é a base de relações sociais solidamente estruturadas.

Fonte: Acervo do próprio pesquisador (maio de 2022)⁸.

De acordo com o IBGE (2010), na divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o distrito de Beruri ainda integrava o município de Manacapuru, situação que se manteve na divisão de 1º de janeiro de 1979. Posteriormente, Beruri foi elevado à categoria de município, por meio da Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, conforme o Art. 2º – Disposições Gerais e Transitórias. A sua delimitação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 6.158, de 25 de fevereiro de 1982, com território desmembrado dos municípios de Borba e Manacapuru. A sede administrativa do novo município localizou-se no então distrito de Beruri. O município foi oficialmente instalado em 31 de janeiro de 1983, constituído por um único distrito, configuração que permaneceu vigente na divisão territorial de 2009.

Conforme ressalta o IBGE (2010), “essa dinâmica de pesca e controle não se repete em todos os lagos da Amazônia”, indicando as singularidades do território de Beruri em relação ao uso sustentável de seus recursos hídricos.

Segundo a obra *Amazonas Educativo* (2020, p. 144):

Beruri pertence à microrregião de Coari e à mesorregião do centro amazonense. Sua população é de 19.679 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE em 2019. O município encontra-se ligado historicamente a Manacapuru, cujas origens retornam à 1786, quando foi fundada a atual cidade deste nome numa preexistente aldeia dos índios Muras. Em 1894, Manaus desmembrou-se e formou o município de Manacapuru, que recebeu sua autonomia no mesmo ano. No ano de 1938, o povoado de Beruri passou a ser considerado uma zona distrital de Manacapuru. Em 1939, após perder grande parte de seu território para o município de Manaus, Manacapuru ficou limitado apenas a dois distritos, além da sede do município: Capianga e Beruri. Em 1961, o distrito de Beruri foi emancipado e passou a construir município autônomo. Nove anos mais tarde, em 1970, através da Lei nº 1.012, voltou a ser distrito de Manacapuru. Enfim, Beruri tornou a ser município autônomo em 10 de dezembro de 1981, através da Emenda Constitucional nº 12, acontecendo em seu território áreas pertencentes à Borba e Manacapuru, de onde se emancipou (*Amazonas Educativo*, 2020, p. 144).

Beruri é marcada por suas expressões culturais, como a festa da castanha e o festejo de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do município, que constitui uma tradição e uma identidade cultural local. Essas celebrações, entre outras práticas, conferem ao município singularidades que fortalecem os vínculos comunitários e culturais.

Ainda segundo *Amazonas Educativo* (2020, p. 144):

Beruri localiza-se a uma latitude 03°53'54" Sul e uma longitude 61°22'23" oeste, estando a uma altitude de 35 metros. Possui uma área de 17.472,785 Km², o que representa 1,10% da área território do Amazonas. O setor primário da economia do município é pouco desenvolvido, voltada principalmente para o consumo doméstico. Há indústrias de serraria, estaleiro, móveis de madeira, olaria e gelo. O comércio varejista na cidade é movimentado

⁸ Rua de Beruri-Am. Ao lado esquerdo, temos a estrutura das residências, todas em direção ao Rio. Ainda conforme Pinto (1982), a ocupação das áreas de várzea no município de Beruri pelos camponeses-ribeirinhos remonta a meados do século XIX. Essa ocupação é fruto do processo de trocas culturais iniciado pela ocupação portuguesa no século XVII e impulsionado durante o período pomбалino no século XVIII.

principalmente por gêneros alimentícios e materiais de construção, incluindo medicamentos, tecidos, calçados, roupas, confecções e estivas (Amazonas Educativo, 2020, p. 144).

Esse panorama revela a fragilidade econômica de base produtiva do município de Beruri, evidenciando um predomínio de atividades voltadas à subsistência e um comércio voltado às necessidades básicas da população local. A escassez de indústrias de transformação e a baixa agregação de valor aos produtos locais são fatores que limitam a geração de renda e o desenvolvimento autônomo da região.

Fotografia 07: Produção Rural de Beruri-AM



Fonte: Acervo da secretária de Produção Rural de Beruri-Am, (maio de 2022)⁹.

Essa imagem retrata práticas agrícolas e extrativistas que se configuram como fontes de subsistência e, potencialmente, como alternativas econômicas sustentáveis quando acompanhadas de políticas públicas estruturantes. O registro fotográfico ilustra o vínculo entre o território e seus modos tradicionais de produção.

⁹ A Sr.^a Marilene Moreira da Silva. Sítio particular em Beruri-Am. Na imagem acima percebemos a importância do Açaí como manejo e um produto principal, como principal aspecto ao que se refere à intrínseca correlação da CBST com o tema da proteção aos sistemas ambientais, os serviços ecossistêmicos, sobretudo a ambiental (Glon; Pecqueur, 2016).

Fotografia 08: Sítio de Açaí

Fonte: Acervo da secretária de Produção Rural de Beruri-AM¹⁰

O cultivo do açaí em Beruri mostra-se como uma das principais potencialidades econômicas locais. A paisagem captada nesta fotografia nos permite visualizar a estrutura produtiva ainda limitada, porém promissora, sobretudo diante da crescente valorização do açaí no mercado interno e externo.

Ainda de acordo com o IBGE (2010), o referido município fornece essas frutas nativas não apenas para Anori e Codajás, mas também para diversas cidades inseridas no polo da região. Essa circulação de produtos evidencia o papel estratégico de Beruri como um dos elos na cadeia de abastecimento regional de frutas amazônicas.

Como há uma demanda crescente por esses produtos, é possível consolidar essa cadeia produtiva por meio de incentivos do governo estadual, do governo federal e das agências de fomento. Isso pode ocorrer por meio de linhas de crédito específicas, subsídios e capacitações técnicas. Essas ações devem ser pensadas tanto para pequenos produtores quanto para empreendedores de médio porte, pois, como alerta a experiência amazônica, “os planos de desenvolvimento sem o Estado são difíceis; somente com a iniciativa privada não acontece”.

Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas estruturadas para viabilizar a expansão das cadeias produtivas locais. A presença do Estado como mediador, investidor e articulador é fundamental para que as riquezas naturais e culturais da região se convertam, de

¹⁰ A Sr.^a Marilene Moreira da Silva. (maio de 2022). Sítio particular. Com a imagem acima, percebemos essa realidade trabalhada de forma muito tímida ainda. Partindo desta proposta, temos como produto principal o açaí, que poderá fazer parte de uma cesta de bens e serviços territoriais pressupondo a existência de um cenário constituído pela marca existente no próprio município de Beruri no Estado do Amazonas.

fato, em desenvolvimento econômico e social para os berurienses. Assim, as cadeias produtivas são:

As cadeias produtivas pertencem a circuitos espaciais produtivos, às vezes uma cadeia produtiva tem sua “eficiência econômica”, mas esbarra com as dificuldades de um circuito espacial produtivo não tão “eficiente economicamente”, às vezes o contrário ocorre, e em outras ambas estão alinhadas (Costa, 2019, p. 73).

Falar do açaí é trazer à tona os saberes tradicionais e os conhecimentos básicos que estão presentes não apenas nas comunidades rurais do município de Beruri, mas também no cotidiano da população da sede municipal. Esse conhecimento, transmitido de geração em geração, está diretamente ligado às práticas alimentares, aos modos de produção e as práticas culturais da realidade da população. Conforme aponta Yamaguchi *et al.*, (2024, p. 24):

A forma mais comum de consumir o açaí é na preparação do “vinho de açaí”, uma bebida não alcoólica que é comumente considerada energético, obtida a partir da fruta escura e pequena do açaizeiro. Vem sendo crescente o uso da polpa de açaí congelada, frequentemente servida com outros ingredientes como banana, morango, kiwi, granola, mel, coco ralado, chocolate, leite condensado e frutas frescas.

A presença do açaí nos quintais e nos arredores das residências de uma boa parte da população de Beruri configura-se como um verdadeiro símbolo da cultura alimentar amazônica. A fruta não apenas compõe a base nutricional das famílias, como também carrega significados identitários que reforçam o pertencimento ao território e a valorização dos recursos nativos.

Segundo os autores Yamaguchi *et al.*, (2024, p. 51), podemos confirmar:

O açaí é uma fruta nativa da região amazônica, reconhecida por suas propriedades nutritivas e pelos benefícios que traz à saúde. Esse aumento no consumo de açaí tem sido impulsionado por diversos fatores. Primeiramente, há um crescente interesse global por alimentos saudáveis e naturais, nos quais o açaí se encaixa perfeitamente (Yamaguchi, *et al.*, 2024, p. 51).

No contexto de Beruri, o açaí ultrapassa sua função nutricional e econômica: ele torna-se um elemento de identificação comunitária. Embora historicamente tenha ganhado projeção no estado do Pará, sua valorização no estado do Amazonas é crescente, especialmente em municípios como Beruri, onde a produção se intensifica e se organiza progressivamente.

Sua visibilidade nacional e internacional também é evidenciada pelos estudos de Santana e Gomes (2005) e Silva; Santana e Reis (2006), os quais destacam a relevância da fruta tanto no mercado interno quanto nas exportações para países como Estados Unidos, Japão e membros da União Europeia, graças ao seu elevado valor antioxidante e às propriedades funcionais atribuídas à polpa.

Além disso, o processo de conservação da polpa também reforçado sua viabilidade econômica e logístico-comercial, confirmado em:

Após o despulpamento, a polpa de açaí é armazenada adequadamente. Em algumas situações, a polpa é consumida logo, principalmente em locais onde o açaí é

consumido fresco. No entanto, em outros casos, a polpa é congelada ou pasteurizada para aumentar sua vida útil e facilitar o transporte e a distribuição para locais distantes (Yamaguchi, et, al, 2024, p. 51).

Dessa forma, pode-se afirmar que o município de Beruri apresenta condições propícias não apenas para fomentar a cadeia produtiva do açaí, mas também para desenvolver uma proposta de cesta de bens e serviços territoriais, baseada no aproveitamento sustentável das espécies nativas. Esse cenário fortalece tanto a economia local quanto as práticas socioculturais associadas ao manejo e ao uso tradicional dessas frutas na região amazônica.

As Fotografias 09 e 10, que mostram a feira do município de Beruri (AM), são fundamentais para visualizar concretamente a dinâmica econômica local e o papel central dos produtos nativos no cotidiano da população. Esses registros visuais evidenciam o espaço da feira como um território de circulação de saberes e mercadorias, onde práticas tradicionais, como a venda do açaí, do tucumã, da castanha e de outros produtos extrativistas, se entrelaçam com estratégias de sobrevivência, geração de renda e valorização cultural.

Ao representar visualmente os pontos de comercialização, as fotografias revelam:

- A presença ativa de produtores e feirantes locais, muitos dos quais oriundos de comunidades ribeirinhas ou de áreas rurais;
- A informalidade estrutural, que também carrega traços de autonomia e resistência socioeconômica;
- A diversidade de produtos à disposição da população, indicando uma cadeia produtiva ainda que artesanal, sustentada pelo extrativismo e pela agricultura familiar.

Essas imagens fortalecem a argumentação textual ao ilustrar, na prática, como se dá o escoamento dos produtos regionais e o quanto a feira é um espaço estratégico para o desenvolvimento econômico local, mesmo diante dos desafios logísticos impostos pela distância em relação à capital do estado.

Fotografias 09 e 10: Feira de Beruri no Estado do Amazonas



Fonte: Acervo do próprio autor 2022¹¹.

Ao observarmos a realidade socioeconômica do município de Beruri, torna-se evidente que muitos dos produtos extrativos enfrentam um desequilíbrio entre a oferta natural e a demanda do mercado. Esse desequilíbrio pode acarretar sérios riscos de perda de oportunidades econômicas, especialmente quando se considera o isolamento logístico da região em relação à capital do estado do Amazonas. Ainda assim, diversos produtos oriundos do extrativismo vegetal gozam de aceitação consolidada no mercado regional e nacional.

Entre esses produtos destacam-se as palmeiras nativas da Amazônia, tais como o açaí, a pupunha e a bacaba, que vêm apresentando contínua formação de nichos de mercado específicos, como aponta Homma (2017). Essas espécies, ao mesmo tempo em que se inserem em cadeias produtivas consolidadas, também requerem políticas públicas adequadas para garantir sua sustentabilidade ecológica e viabilidade econômica em médio e longo prazo.

Portanto, a valorização das plantas nativas — especialmente o açaí e o tucumã — é essencial, pois, nas comunidades e na sede do município de Beruri, o aproveitamento do açaizeiro, por exemplo, é integral, englobando usos alimentares, medicinais, artesanais e comerciais. Essa

¹¹ Feiras de Beruri no Estado do Amazonas (06 de setembro de 2022). Nestas fotografias percebemos a realidade das feiras da cidade. Aqui, podemos trazer uma interface, sobre o que alguns autores têm mobilizado sobre o enfoque da CBST em estudos sobre o desenvolvimento territorial em zonas rurais brasileiras (Inácio, 2007; Cazella; Bonnal; Maluf, 2009; Flexor; Benavides, 2009; Farias, 2013; Dallabrida, 2017; Sperb; Serva, 2018; Mello; Froehlich, 2019; Lins, 2019).

multifuncionalidade da planta confere-lhe centralidade nas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Quadro 6: Demonstração do aproveitamento das partes da palmeira do açaí

Partes que compõem a palmeira do açaí.	Formas de uso
Fruto	Através do despulpamento obtém-se o tradicional “vinho de açaí”; o caroço (endocarpo e a amêndoa), após sua decomposição é largamente utilizado como adubo orgânico; as sementes secas e polidas são utilizadas na confecção de artesanato e bijuterias (biojóias).
Caule	Utilizado como esteio para construções rústicas, ripas para cercados, currais, paredes, caibros para cobertura de barracas e lenha; é matéria-prima para a produção de papel e produtos de isolamento elétrico.
Raízes	Utilizada para fins medicinais.
Folhas	Cobertura de barracas, fechamento de paredes, ração para animais, fabricação de papel.
Palmito	Localizado no ápice da copa, é a gema apical que se encontra envolvida pela bainha das folhas do açaizeiro. É um produto comumente utilizado na culinária regional, sendo que grande parte da produção é destinada à exportação.
Planta	Ornamentação (paisagismo); proteção do solo; recomposição de matas ciliares; reflorestamento.

Fonte: Fonte: Bentes-Gama et al, 2005. Org.: Carmo (2022); Cunha, (2024, p. 25).

O Quadro 6 evidencia a versatilidade da palmeira do açaí como um recurso de grande valor socioeconômico e ecológico para a região amazônica. Cada parte da planta — do fruto às raízes, do caule às folhas — possui formas de aproveitamento que refletem o saber tradicional, a sustentabilidade e o potencial de geração de renda para as comunidades locais.

O fruto, por exemplo, é amplamente reconhecido não apenas pela produção do tradicional “vinho de açaí”, mas também pelo uso de suas sementes como adubo e matéria-prima para artesanato, o que demonstra um ciclo produtivo de baixo desperdício. Já o palmito, embora sua extração deva ser manejada com cuidado para não comprometer a planta, constitui um produto de valor elevado no mercado, tanto nacional quanto internacional.

O aproveitamento do caule, raízes e folhas ainda revela uma importante conexão entre as práticas tradicionais e as necessidades cotidianas da população amazônica — como moradia,

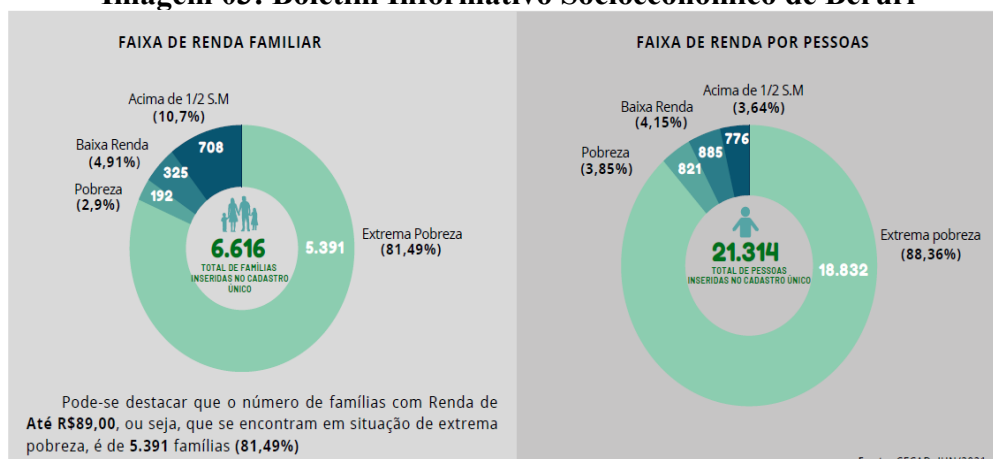
medicina natural e alimentação animal — indicando que o açaizeiro não é apenas uma cultura agrícola, mas um elemento estruturante na vida das comunidades.

Esse quadro também permite compreender como a valorização integral da palmeira do açaí pode se transformar em estratégia de desenvolvimento sustentável para municípios como Beruri, onde a exploração racional dos recursos naturais é essencial para a economia local. O conhecimento tradicional associado ao manejo do açaizeiro reforça a importância de políticas públicas que apoiem as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, promovendo a segurança alimentar, o fortalecimento da cultura local e a conservação do bioma amazônico.

Além das utilizações descritas no quadro, outros estudos ressaltam o aproveitamento integral da palmeira do açaí. Os frutos são processados na tradicional bebida regional conhecida como “vinho de açaí”. As inflorescências são utilizadas na confecção de vassouras; as raízes, com propriedades medicinais, têm uso como vermífugo e antidiarreico; o caule é explorado na extração de palmito e celulose, na construção civil, como lenha e também em aplicações como isolamento elétrico; as folhas são aproveitadas para cobertura de casas e produção de celulose; e as sementes são utilizadas tanto como adubo orgânico quanto na produção de biojoias (Calzavara, 1972; Siqueira et al., 1998).

Apesar das múltiplas possibilidades de uso da palmeira do açaí, os frutos e o palmito se destacam como os principais produtos alimentares de valor econômico, sendo os frutos, em especial, os mais conhecidos e valorizados, consumidos há séculos pelos povos originários da região amazônica.

Segundo o *Boletim Informativo Socioeconômico de Beruri*, elaborado pela Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), em junho de 2021, observa-se um quadro preocupante de vulnerabilidade social no município. Dos 6.616 domicílios cadastrados no CadÚnico, 81,49% das famílias (5.391) vivem em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$ 89,00. Quando analisada a distribuição por indivíduos, dos 21.314 cidadãos cadastrados, 88,36% (18.832 pessoas) também se enquadram nessa faixa de extrema pobreza, revelando um alto grau de exclusão social e necessidade de políticas públicas voltadas à superação da pobreza no município.

Imagem 03: Boletim Informativo Socioeconômico de Beruri

O quadro revela que 81,49% das famílias cadastradas em Beruri vivem em situação de extrema pobreza (renda familiar mensal até R\$ 89,00), enquanto apenas 10,7% estão acima de meio salário mínimo per capita. Entre as pessoas, 88,36% enfrentam extrema pobreza. Esses números indicam uma realidade socioeconômica bastante vulnerável, mesmo considerando que o programa Bolsa Família cubra parte dessas famílias. A prevalência de renda muito baixa em quase toda a população destaca a urgência de intervenções que valorizem os produtos locais, como o açaí e o tucumã, para fomentar renda, autonomia e inclusão social no município

Com base nos dados apresentados e analisados neste capítulo, foi possível compreender a realidade socioeconômica, histórica e produtiva dos municípios de Anamá e Beruri, no estado do Amazonas, evidenciando os desafios enfrentados por suas populações, bem como as potencialidades locais que emergem a partir da relação com os recursos naturais, especialmente as frutas nativas. A caracterização territorial e os dados levantados junto a fontes oficiais e observações de campo revelam não apenas as fragilidades estruturais, como também os caminhos possíveis para o fortalecimento da economia local e da autonomia produtiva. Neste sentido, as frutas açaí e tucumã, amplamente presentes nas práticas extrativistas e na cultura alimentar da região, surgem como elementos estratégicos na construção de uma política territorial integrada. Diante disso, o próximo capítulo busca aprofundar a reflexão sobre o papel dessas plantas nativas na configuração e valorização do território, explorando seus usos, significados e as possibilidades de desenvolvimento a partir da produção local de açaí e tucumã nos municípios investigados nesta pesquisa.

¹² Boletim Informativo Socioeconômico – Beruri. Perfil socioeconômico das famílias e pessoas inseridas no Cadastro Único (CECAD), junho de 2021. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/BERURI.pdf>. Acessado em 01/05/2024.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO A PARTIR DAS PLANTAS NATIVAS DO AÇAÍ E DO TUCUMÃ NOS MUNICÍPIOS DE ANAMÃ E BERURI-AM

A construção de um território, especialmente em contextos amazônicos, não pode ser compreendida apenas a partir de delimitações geográficas ou administrativas. Ela se dá, sobretudo, pelas práticas sociais, econômicas e culturais que envolvem os sujeitos que habitam esse espaço e que, por meio de suas experiências cotidianas, ressignificam e recriam o lugar em que vivem. Nesse sentido, as plantas nativas do açaí (*Euterpe oleracea*) e do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) assumem papel central na organização dos territórios dos municípios de Anamã e Beruri, no estado do Amazonas. Para além de sua relevância econômica, essas espécies representam uma conexão econômica entre os saberes tradicionais, a biodiversidade e a luta por autonomia territorial. Este capítulo tem como objetivo analisar como essas plantas, presentes na vida material e cultural das comunidades locais, contribuem para a consolidação de um território marcado pela resistência, pela diversidade e pela valorização de práticas sustentáveis de uso da floresta.

Partindo destes pressupostos, podemos complementar com as seguintes contribuições: o território não se resume apenas à sua dimensão física ou cartográfica, mas é, sobretudo, um espaço vivido, carregado de significados, memórias e práticas que o constituem como lugar. Ele se configura como uma construção social e simbólica, marcada pela presença dos sujeitos e por suas relações com os recursos naturais, com as instituições e com os modos de vida que nele se desenham. Nos municípios investigados, essa construção territorial ganha forma por meio da interação entre comunidades tradicionais e os elementos da biodiversidade local, especialmente o açaí e o tucumã, que se destacam não apenas como fontes de renda, mas também como marcadores identitários e culturais.

É a partir desse entendimento ampliado de território — enquanto espaço de disputa, de produção e de pertencimento — que se estrutura o próximo capítulo. Nele, analisaremos como as plantas nativas do açaí e do tucumã se tornam vetores para a consolidação de uma política de valorização territorial, ancorada em saberes locais e em estratégias econômicas de uso dos recursos. Ao observar seus usos, circuitos produtivos e significados atribuídos pelas populações locais, buscamos compreender como esses elementos naturais contribuem para a construção de um território que, ao mesmo tempo em que resiste às adversidades históricas e socioeconômicas, aponta para caminhos possíveis de desenvolvimento com identidade e autonomia. Partindo deste ponto, buscamos as seguintes contribuições em:

De fato, há uma antinomia entre a vontade e a ação do Estado, de um lado, e a aspiração a uma vida regional, de outro. Eis por que certas pessoas pensam que "a questão regional não designa nenhuma realidade objetiva, não remete a nenhum suporte material; é, no máximo, uma questão vazia. O que significa essa introdução? Duas coisas: 1) Que a região permanece, ao menos até hoje, mais um objeto de discurso que de práticas; 2) E a partir dessa constatação que o trabalho do sociólogo consiste, sobretudo, em dar a essa questão um conteúdo relativo às relações sociais". Objeto de discurso *versus* objeto de prática, essa oposição pode constituir o primeiro elemento de um encadeamento de leitura possível. É inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região é dita, não vivida. E, no entanto, podemos nos enganar com isso, e de fato nos enganamos, uma vez que baterias de decretos e leis parecem dar uma consistência à ideia de região (Raffestin, 1993, p. 182).

O território-dado deste estudo, segundo a formulação bifacial cunhada por Pecqueur (2005), corresponde à delimitação administrativa baseada no *Relatório de Avaliação Ambiental do Programa de Desenvolvimento Regional do Amazonas* para o Projeto Zona Franca Verde (ZFV – BIRD). Trata-se de um programa já extinto do Governo do Estado do Amazonas, que incluía, além das cidades de Anamã e Beruri, inúmeros outros municípios amazonenses. Esse projeto também desenvolveu estudos sobre a Zona Franca de Manaus, refletindo sobre “os cinquenta anos de atuação estatal no âmbito da Suframa em busca da promoção do desenvolvimento da Amazônia” (Rey, 2019).

Anamã e Beruri, no estado do Amazonas, apresentam especificidades significativas quando se trata de frutas nativas, especialmente o açaí e o tucumã. A partir desses elementos, pode-se afirmar a relevância do território, considerando a realidade concreta desses municípios. Nesse sentido, o território pode ser compreendido como:

O território enquanto base material, que a um só tempo, é reflexo e condicionante das dinâmicas e processos sociais, precisa ser compreendido em uma perspectiva relacional, sobretudo no que tange as suas imbricações com outras instâncias da sociedade, a exemplo da política, economia e cultura, demandando também a adoção de uma perspectiva processual, que possibilite apreender a configuração e os usos presentes, sem perder de vistas as nuances da produção/construção territorial (Silva, 2019, p. 60).

Assim, a partir de uma realidade particular, o território pode ser constituído com base na cultura e nas especificidades locais. No caso dos frutos nativos existentes nos municípios de Anamã e Beruri, o território revela-se também por meio dos serviços e práticas sociais que os envolvem. Essa compreensão encontra respaldo na seguinte análise:

Por isso, a categoria território apresenta vantagens analíticas importantes em face da categoria favela: é mais neutra e mais precisa na identificação do fenômeno da fragmentação das cidades e de seus efeitos sociais e políticos sobre o processo de construção da cidadania no mundo popular. A noção de território remete à ideia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular – inclusive a favela – e que se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania (Burgos, 2005, p.191).

Independentemente da cidade em questão, todas as formas de territorialidade implicam alguma estrutura social e uma autenticação cultural. No entanto, embora os frutos produzidos em Anamá e Beruri tenham um valor significativo que vai além do consumo interno, observa-se que a população local nem sempre os reconhece como elementos culturais, tradicionais ou identitários. Muitas vezes, essas espécies são percebidas como apenas mais uma entre tantas plantas nativas da região.

Para que um território seja construído de forma integrada e consciente, é preciso compreender seus recursos atuais, potenciais e simbólicos. É nesse contexto que Pecqueur (2005, p. 35) oferece uma importante contribuição:

[...] a revelação de recursos inéditos representa um potencial inovativo por parte dos atores territoriais. A criação coletiva do território por um grupo de atores em posição de viabilizar seu projeto está associada à ideia de que as transformações das propriedades do território-dado têm capacidade de gerar e maximizar a valorização de diversos recursos – genéricos e específicos - desse espaço.

Desta forma, não se trata aqui de apresentar o inédito, mas de reconhecer e analisar duas frutas nativas — o açaí e o tucumã — que já fazem parte do cotidiano dos moradores, bem como da atuação dos sujeitos públicos, privados e associativos nos municípios investigados. A partir do entendimento e da vivência empírica com essas plantas, foi possível observar e compreender sua relevância e as consequências de sua presença nos territórios em questão.

Nesse contexto, a realização da pesquisa de campo foi fundamental. O contato direto com os sujeitos permitiu descrever a realidade do açaí e do tucumã de forma concreta, justificando-se, por um lado, pela escassez de produção científica voltada a essa abordagem e, por outro, pela relativa abundância de estudos que tratam do desenvolvimento territorial apenas de modo normativo, muitas vezes sem respaldo em referencial teórico-metodológico consistente.

Os resultados aqui apresentados foram construídos a partir de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observação nos participante, realizadas *entre 9 de novembro de 2021 e 28 de junho de 2022, junto a diferentes sujeitos sociais em Anamá e Beruri, no Estado do Amazonas*.

A inquietação teórica abordada neste capítulo aponta para o potencial da Construção de Base Socioeconômica Territorial (CBST) como aporte teórico-metodológico eficaz para estudar o desenvolvimento territorial em cidades menores no Brasil. A CBST pode, ainda, orientar ações empíricas voltadas à promoção de um estilo de desenvolvimento enraizado nas potencialidades locais.

Nos municípios investigados, há ações coletivas articuladas por sujeitos territoriais que se vinculam a produtos e serviços específicos, como o açaí e o tucumã, além de outras plantas nativas que ainda necessitam de investigação mais aprofundada. Para os fins deste estudo, priorizaram-se os casos do açaí e do tucumã por sua relevância socioeconômica atual ou pelo potencial de expansão, inclusive com iniciativas já em curso voltadas à obtenção de Indicações Geográficas (IG). Também foram consideradas outras culturas mencionadas pelos próprios sujeitos locais, as quais constituem componente essencial para a discussão e a consolidação de uma CBST.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da pesquisa refere-se à presença de inúmeros sujeitos sociais oriundos de outras localidades, mas com laços de moradia e identidade construídos em Anamã e Beruri. Esses sujeitos demonstram forte identificação com a realidade local, contribuindo com novas observações e adaptações em relação aos produtos nativos, como o açaí e o tucumã, valorizando-os como expressões culturais e econômicas do território.

Nesse sentido, cabe destacar a análise de Burgos (2005, p. 195), ao afirmar:

De outra parte, os grandes fluxos migratórios de moradores de outras regiões na direção dos territórios das principais cidades do país devem ser sempre lembrados quando se quer compreender o processo de reestruturação das relações dos territórios com a cidade. Na medida em que altera o padrão de sociabilidade anteriormente existente, a chegada em massa de imigrantes às cidades durante mais de quatro décadas é decisiva para a erosão do padrão de integração social anterior, baseado em interações de tipo face a face e na reciprocidade interpessoal; no seu lugar, afirma-se um padrão mais impessoal de integração social, baseado em frágeis identidades coletivas territoriais.

As contribuições de Burgos (2005), são fundamentais para a compreensão da construção territorial, pois permite refletir sobre a mistura de identidades, costumes e culturas, incluindo a presença de sujeitos transeuntes provenientes de outras localidades. Essa perspectiva nos conduz à noção de um aparente paradoxo cultural, especialmente quando observamos outras realidades inseridas nos territórios, como a pesca e o cultivo de produtos como macaxeira e banana, atividades registradas pelo IBGE (2022). Contudo, essas práticas integram a lógica da policultura própria do trabalho familiar agrícola.

Durante as observações de campo, foi possível identificar uma sociedade fortemente marcada pela resistência e pelo cuidado ambiental, evidenciado na prática de cultivar a terra sem provocar grandes desmatamentos, respeitando o equilíbrio ecológico. Os moradores produzem para consumo próprio uma diversidade de cultivos, como cheiro-verde, pimenta, couve e cará.

Nesse contexto, destacam-se as contribuições relacionadas às técnicas extrativistas na Amazônia. Segundo Yamaguchi et al. (2024, p. 31),

Na Amazônia, as técnicas extrativistas que são realizadas ainda são tradicionais. Historicamente sempre foi abordada como fonte de recursos naturais, porém essas práticas não evoluíram ao passo dos benefícios colhidos, e poucas foram as melhorias de qualidade de vida dos trabalhadores que fazem parte dessa cadeia.

Em relação ao açaí e ao tucumã, observa-se que os processos de coleta seguem métodos tradicionais. Conforme os autores:

“O extrativismo pode ser resumido em algumas etapas:

1. Deslocamento até o açazal e identificação da maturação do fruto: esse percurso acontece em terra firme e algumas vezes em áreas de várzeas. Esse último apresenta a dificuldade da caminhada para alcançar o local onde as palmeiras se encontram.
2. Colheita: acontece por meio das escaladas nas árvores, utilizando a peconha como facilitador dessa subida, acompanhado com o facão para a retirada do cacho maduro.
3. Debulha: os cachos apanhados podem ter dois destinos – ou são debulhados no mesmo período da coleta, retirando os caroços de açaí dos seus cachos, ou são transportados em cestos feitos de cipó ou sacas de fibras. Quando a coleta é realizada em sítios, o produto colhido é levado para locais específicos, como a casa de farinha.
4. Transporte: os cachos são transportados inteiros ou após a debulha, os frutos são guardados em sacas para posteriormente serem comercializados tanto localmente como transportados para as cidades maiores” (Yamaguchi et al., 2024, p. 33).

Essas práticas revelam tanto uma reflexão necessária, quanto uma luta cotidiana no contexto amazônico, marcada por constantes adaptações às estações do ano e à complexidade ecológica da região. Assim, compreende-se que os diversos sujeitos sociais — com suas culturas, hábitos e modos de vida — contribuem para a formação de um território a partir dos recursos nativos disponíveis, especialmente o açaí, o tucumã e outras frutas.

No processo de construção territorial, é essencial considerar as especificidades de cada localidade. Neste caso, referimo-nos a Anamã e Beruri, no estado do Amazonas. Becker (2004, p. 84) enfatiza que:

Se a Amazônia é efetivamente uma região, então há que se substituir a política de ocupação por uma política de consolidação do desenvolvimento. Uma política de ocupação não tem mais cabimento, porque a região já está ocupada. As florestas que restaram devem permanecer com seus habitantes. É necessário articular os diferentes projetos e os diversos interesses e conflitos que incidem na região.

A citação de Becker nos leva a refletir sobre a necessidade de pensar o bem-estar da população local, a partir da geração de renda e da construção de novas possibilidades econômicas para os diversos sujeitos residentes. Nessa direção, Silva e Conceição (2021, p. 23) contribuem com a seguinte análise:

A matriz Território-Ativo-Estratégico pode ser concebida a partir do “afastamento-operação-produção”, em que há um afastamento gradativo das comunidades tradicionais dos recursos naturais, em virtude de os megaprojetos entrarem em operação e em estágio produtivo, na qual se sobrepõe à reivindicação de direitos humanos e territoriais dos povos amazônicos (Silva; Conceição, 2021, p. 23).

A construção de uma cesta de bens e serviços territoriais nos municípios de Anamá e Beruri deve partir das realidades já existentes nesses territórios. Neste sentido, buscamos também compreender o manejo das plantas nativas, segundo as particularidades locais. Esta proposta não visa isolar ou classificar os sujeitos por categorias estanques, mas sim compreender as realidades vividas por eles. O extrativismo, como organização do trabalho, não se restringe a uma única função: o extrativista desempenha múltiplas tarefas, utilizando diversos instrumentos durante a coleta, o transporte e a produção final.

Como afirmam, Yamaguchi et al. (2024, p. 40): “No processo de organização do trabalho, o extrativista não se restringe a uma única função; ao contrário, desempenha múltiplas atividades utilizando diferentes instrumentos, seja na colheita, no transporte ou na produção final”.

Conclui-se, portanto, que a cultura local em Anamá e Beruri, associada à valorização econômica dos frutos nativos, pode abrir caminho para novas perspectivas financeiras e sociais. Tais oportunidades poderão se concretizar com o apoio de políticas públicas adequadas, articuladas entre os governos estadual e federal, e com a atuação ativa de instituições como a Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas.

2.1 O Açaí e o Tucumã como elementos estruturantes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais

A elaboração de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) em determinado município, localidade ou mesmo em distritos afastados de centros urbanos requer atenção apurada às especificidades desses espaços. Para tanto, é imprescindível considerar o envolvimento dos diferentes sujeitos sociais, seus modos de vida, formas de produção, expressões culturais e as particularidades dos produtos criados ou processados no território. Esses elementos devem ser analisados à luz das condições locais, especialmente das dificuldades impostas pela distância em relação aos grandes centros comerciais, o que compromete diretamente o escoamento da produção.

Nesse contexto, vale destacar que “a notoriedade exigida para a concessão de uma Indicação de Procedência pode ser comprovada por meio de diferentes documentos, tais como levantamentos históricos, coleta de depoimentos, reportagens, artigos científicos, acervo

peçoal dos produtores, entre outros” (Saldanha, 2020, p. 32). Já a comprovação da influência do meio geográfico nas características e na qualidade do produto ou serviço — exigência para a obtenção de uma Denominação de Origem — deve ser demonstrada por meio de relatórios técnicos, estudos ambientais e laudos específicos.

No que se refere ao açaí artesanal, destaca-se que sua produção em pequena escala, realizada em sítios tradicionais, remonta às práticas dos povos indígenas e de seus descendentes, particularmente na Região Nordeste do Brasil. Como afirmam Pieper e Cruz (2014), “por aproximadamente dois séculos, esse tipo de açaí e o tucumã eram transportados em embarcações fluviais para serem trocados por outras mercadorias não produzidas na região, como sal, café e açúcar” (Pieper; Cruz, 2014, p. 32). O açaí foi o primeiro produto a ser mobilizado nos municípios de Anamá e Beruri com vistas à obtenção de uma Indicação Geográfica (IG). Trata-se de um bem de relevância cultural e histórica para a região do Purus, produzido predominantemente por agricultores familiares e incorporado às práticas tradicionais de uso da terra.

Com base nessa centralidade, o açaí é apresentado nesta tese como o produto estruturador da proposta de CBST para os municípios em análise. Um estudo realizado pelo Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob encomenda da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), sistematiza importantes informações técnicas sobre a espécie:

O açaizeiro é uma palmeira delgada que pode atingir acima de 25m de altura. Apresenta-se em forma de touceiras. No estuário do Amazonas cada touceira possui em torno de 20 estipes, dos quais pelo menos três em produção. De cada estipe nascem 6 a 8 cachos anualmente com cerca de 2.5 kg de frutos cada um. O sistema radicular é superficial e bastante longo, podendo atingir 6 m ou mais de raio. A radiação solar tem grande influência na produção e na qualidade dos frutos. Para uma boa produtividade o açaizeiro requer abundância de luminosidade. Havendo deficiência o florescimento pode ser retardado. Os tipos mais encontrados são o açaí preto, cujos frutos maduros têm polpa arroxeadada, e o açaí branco, com frutos de coloração verde, mesmo quando maduras. O açaí preto é a variedade preferencial devido à sua maior abundância e por ser também mais resistente ao ataque de brocas (F.G.V, 2003, p. 3).

Com efeito, tais informações atestam não apenas a viabilidade técnica do cultivo, mas também a solidez da escolha do açaí como carro-chefe da CBST em construção. O produto é amplamente conhecido e valorizado não só nos municípios de Anamá e Beruri, mas também em diversas outras localidades do estado do Amazonas.

Adicionalmente, é relevante destacar que o açaí conta com reconhecimento institucional quanto às suas classificações. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2003), a polpa de açaí e o próprio açaí são definidos como “produtos extraídos da parte comestível do fruto do

açaizeiro (*Euterpe oleracea*, Mart.), após amolecimento por meio de processos tecnológicos adequados” (FGV, 2003, p. 4). Conforme a quantidade de água adicionada no processo e o grau de densidade obtido, o produto pode ser classificado em:

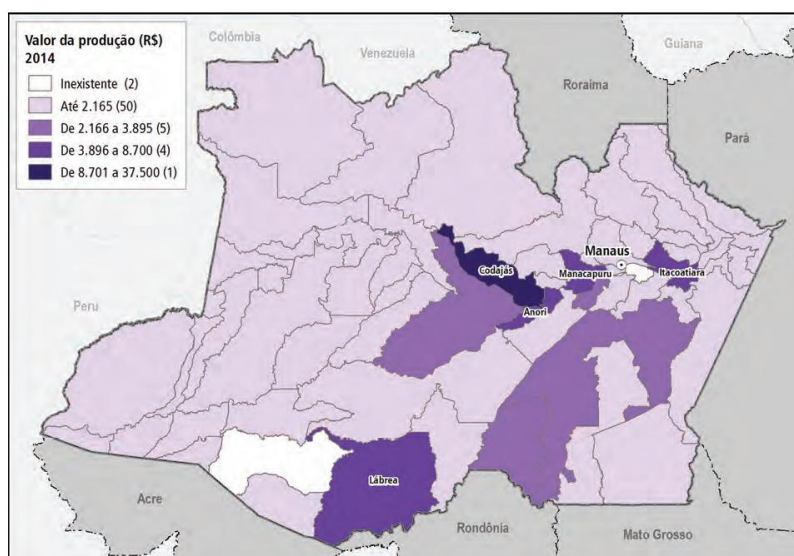
- Polpa de açaí: extraída sem adição de água, por meios mecânicos e sem filtração, podendo ser submetida a processos físicos de conservação.
- Açaí tipo A (grosso ou especial): polpa extraída com adição de água e filtração, com mais de 14% de sólidos totais.
- Açaí tipo B (médio ou regular): polpa com adição de água e filtração, com 11% a 14% de sólidos totais.
- Açaí tipo C (fino ou popular): polpa com adição de água e filtração, apresentando entre 8% e 11% de sólidos totais.

A matéria-prima deve ser proveniente de frutos frescos, maduros e isentos de sujidades, parasitas e microrganismos que comprometam a segurança alimentar do produto. No que tange à institucionalização da IG, o processo de registro do açaí e do tucumã artesanal do Purus encontra-se em andamento, com pedido submetido ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Esses produtos representam o terceiro e o quarto esforços regionais nesse campo, sucedendo as experiências relacionadas à pesca artesanal (Cerdan et al., 2018) e à produção de banana e outros cultivos.

Apesar de apresentarem baixos indicadores socioeconômicos — tais como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), renda per capita, taxa de desemprego e Produto Interno Bruto (PIB) —, os municípios de Anamá e Beruri reúnem importante diversidade de produtos e serviços com características específicas, conforme dados do IBGE (2010). Dentre esses produtos, o açaí e o tucumã se destacam por sua presença histórica, pelo enraizamento cultural e pela demanda consolidada em mercados externos ao território. Ambos remontam ao século XVIII, sendo tradicionalmente cultivados em sítios nativos, o que lhes confere singularidade sensorial e vínculos com a memória coletiva do território. Como afirmam Yamaguchi et al. (2016), “esses elementos propiciam uma especificidade no sabor e na textura” dos frutos nativos da região.

Imagem 04: Localização do açaí no Estado do Amazonas

Açaí



Fonte: (SEPLANCTI - Amazonas em Mapas, p. 123).

Sobre o açaí, observa-se sua importância estratégica a partir dos dados apresentados no estudo conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2003). Com base nessas informações e considerando a realidade produtiva do açaí nas diversas localidades do estado do Amazonas, em especial nos municípios de Anamã e Beruri, foco deste trabalho, é possível destacar o papel central dessa fruta nativa na estruturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

De acordo com a FGV (2003), a exploração do açaí nos estados analisados é predominantemente extrativista, ocorrendo em áreas de ocorrência das espécies *Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria*, conforme a região. Recentemente, o cultivo do açaí para fins comerciais tem despertado maior interesse por parte dos produtores rurais, impulsionado pelo aumento da demanda, sobretudo nos mercados do Sudeste do país: “O cultivo do açaí, para a produção de frutos, está sendo agora objeto de maior interesse por parte dos produtores rurais, tendo em vista o aumento da demanda causado pela abertura de novos mercados em anos recentes, principalmente o do sudeste do país” (FGV, 2003, p. 5).

Dessa maneira, ao se observar os dados cartográficos de produção do açaí, é possível compreender que as diversas cadeias produtivas regionais oferecem condições reais para a consolidação de uma CBST, valorizando a mão de obra local e ampliando as oportunidades econômicas nos próprios territórios onde os frutos são produzidos e coletados. Ainda que o número de sujeitos envolvidos diretamente na manutenção e ampliação do cultivo seja restrito, especialmente nos municípios investigados, constata-se que, à medida que o açaí conquista

reconhecimento não apenas por sua qualidade, mas também como marca territorial com potencial de projeção nacional e internacional, delinea-se uma nova trajetória de valorização desses espaços.

Em relação ao tucumã, verifica-se igualmente sua ampla difusão no estado do Amazonas. Embora este trabalho se concentre nos municípios de Anamã e Beruri, é pertinente reconhecer a presença significativa dessa fruta em diversos contextos regionais. Conforme apontam Shanley, Medina e colaboradores (2005), o tucumã é descrito da seguinte forma:

Uma palmeira típica produz cerca de 50 quilos de frutos por ano, mesmo em solos pobres. Em geral, os tucumanzeiros produzem de 2 a 3 cachos anualmente, mas podem chegar a mais de 5. Cada cacho pesa entre 10 a 30 quilos e contém de 200 a 400 ou mais frutos. A frutificação tem início entre 4 e 8 anos, quando as árvores medem de 1,5 metro até 5 metros de altura (Shanley; Medina, 2005, p, 210).

A presença do tucumã no cotidiano amazônico é inegável, sendo amplamente reconhecido por diversos segmentos da população. Sua inclusão na CBST contribui para a valorização de sua identidade sociocultural e de sua qualidade nutricional, reforçando seu papel como elemento emblemático do território. Ainda segundo os autores:

O tucumã-do-amazonas é uma palmeira grande, podendo atingir até 25 metros de altura, possui um único tronco grosso e é temido por seus espinhos compridos. Seus frutos grandes são bastante nutritivos, são maiores e têm menos fibra que os do tucumã-do-pará e são muito apreciados por pessoas e animais. O tucumã do-amazonas cresce sem problemas nos solos pobres de terra firme, onde pode produzir sem adubos durante anos. Sua boa resistência ao fogo e abundante produção de sementes aumentam a frequência de plantas em áreas desmatadas como roçados, pastagens e capoeiras (Shanley; Medina, 2005, p, 215).

Ao discutir e atribuir identidade a determinados produtos como marcas de um território e de seus sujeitos sociais, as comunidades assumem a responsabilidade de conhecer e preservar as especificidades desses bens, compreendendo suas potencialidades sob o prisma do manejo florestal, ambiental e sustentável. Assim, a proposta de construção de uma CBST para Anamã e Beruri não se ancora nas carências ou dificuldades enfrentadas, mas sim, nas potencialidades desses territórios.

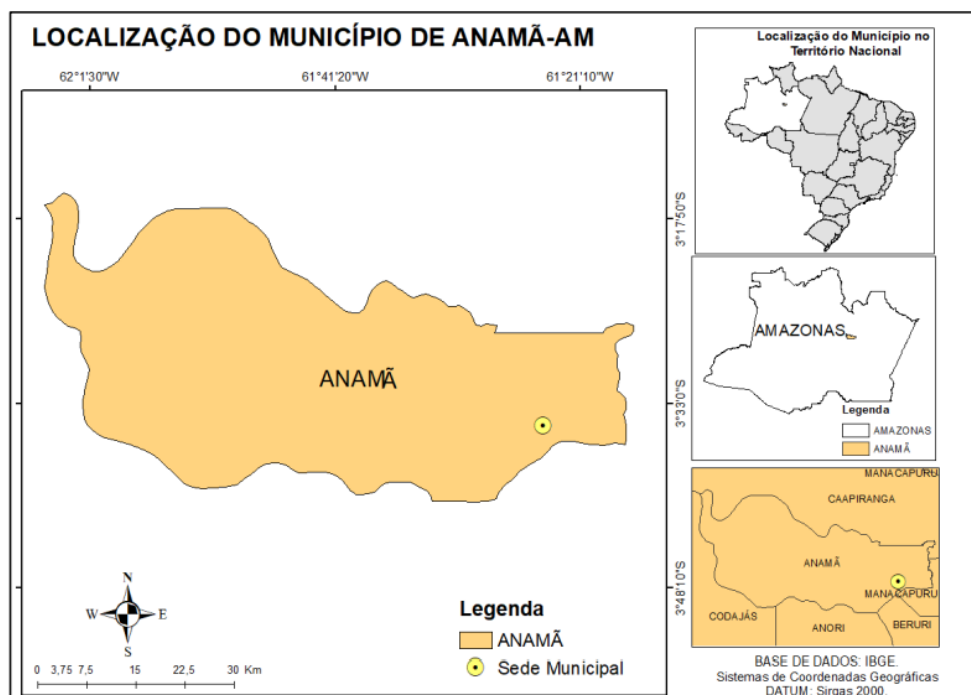
No que tange à organização institucional da CBST, cabe considerar dois níveis distintos, conforme propõem Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021): “O primeiro nível lida com a geração coletiva de qualidade e envolve, em especial, organizações de produtores e prestadores de serviços do território” (Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021, p. 9).

Por fim, destaca-se que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município de Anamã está localizado a aproximadamente 129 quilômetros da capital do estado do Amazonas, Manaus — distância que impõe desafios

logísticos, mas também reforça a necessidade de estratégias territoriais voltadas à autonomia e à valorização da produção local.

No mapa abaixo temos a localização de Anamã, conforme (IBGE, 2021), são em torno de 129 quilômetros de Anamã até a capital.

Imagem 05: Localização de Anamã no Estado do Amazonas



Fonte: Zuza, (2019 p. 100).

À primeira vista, ao se considerar o distanciamento entre os municípios de Anamã e Beruri em relação à cidade de Manaus, sobretudo no que se refere à locomoção e ao escoamento das frutas nativas até a capital, a logística fluvial impõe-se como elemento central. No entanto, tais desafios logísticos, longe de representarem entraves absolutos, podem ser ressignificados como diferenciais estratégicos na construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Nessa perspectiva, os verdadeiros atributos desses produtos não se resumem à sua qualidade intrínseca, mas se ancoram no próprio distanciamento geográfico, na singularidade das formas de produção e na identidade construída por meio das marcas territoriais. Esses elementos são fortalecidos pela luta cotidiana das populações locais pela valorização de seus produtos, pela preservação ambiental e pela permanência digna em seus territórios de origem, como tem sido reiterado em diversas pesquisas e ações de fortalecimento local.

A construção do projeto territorial pode ser por iniciativa de uma minoria de atores e apresentar a sobreposição de três processos: (a) de territorialização com foco no domínio privado ou coletivo sobre os recursos; (b) de integração a mercados via cadeias comerciais diferenciadas, com instituições e organizações específicas; (c) da

construção de um sistema de governança territorial, orientada pela coerência de atributos territoriais e pela constituição de redes de parcerias envolvendo a sociedade civil e o Estado. O território é, portanto, uma unidade ativa de desenvolvimento que, para além de uma realidade geográfica, se configura como uma combinação de realidades humana, social, cultural e histórica, e que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra (Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021, p. 8).

A construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) possibilita não apenas a valorização dos recursos locais, mas também a reflexão crítica acerca de problemáticas socioeconômicas que historicamente afetam os territórios amazônicos. Nesse contexto, a CBST emerge como uma estratégia de desenvolvimento territorial que pode atenuar — ainda que de forma parcial ou temporária — desafios estruturais como o êxodo rural, os fluxos migratórios desordenados e a ausência de processos consolidados de sucessão familiar nas atividades produtivas tradicionais.

Ao incorporar elementos simbólicos, culturais e econômicos à dinâmica local, essa proposta contribui para a valorização das identidades territoriais, ao mesmo tempo em que estimula novas formas de permanência no campo e de apropriação qualificada do território. Entre os principais impactos positivos esperados estão o fortalecimento da agricultura familiar, a reorganização produtiva a partir dos saberes locais e o incentivo à permanência das novas gerações no meio rural, com perspectivas de renda e reconhecimento cultural.

Nesse sentido, e com base nos aportes teóricos de Souza (2003), compreende-se que a cidade — enquanto categoria analítica e espaço vivido — não deve ser reduzida a uma simples entidade geográfica, mas entendida como uma totalidade contraditória, que articula fluxos, relações de poder, desigualdades e territorialidades em constante transformação. Assim, pensar a CBST implica, também, refletir sobre a relação campo-cidade, sobre os circuitos produtivos locais e suas possibilidades de inserção nos mercados regionais e nacionais, sem que isso signifique a perda das especificidades que conferem sentido à produção local.

A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas ou estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e interação com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidades e de interesse, menos ou mais definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter ou preservar” (Souza, 2005, p. 28).

Ao discutirmos a proposta de uma cesta de bens e serviços territoriais (CBST), observamos que parte significativa da população rural tende a se afastar de seus territórios de origem, migrando para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Esse

deslocamento é impulsionado, sobretudo, pela perspectiva de aumento da renda e pelo poder simbólico que as cidades exercem sobre as populações de baixa renda (Casagrande; Souza, 2012).

Outro aspecto relevante é apresentado por Evangelista e Carvalho (2001), ao definirem o processo migratório como o deslocamento de indivíduos entre regiões distintas, o que implica alterações no tamanho e na composição das populações, especialmente no que se refere à distribuição por sexo, idade e força de trabalho. Trata-se, portanto, de um fenômeno seletivo, que incide sobre sujeitos com características econômicas, sociais, educacionais e demográficas específicas, como já apontava Todaro (1999).

No que diz respeito à sucessão familiar, Silvestro (2001) propõe que esse processo ocorre em três fases: a transferência do patrimônio, a continuidade da atividade profissional e a retirada progressiva da geração anterior da gestão do empreendimento. A ausência de mecanismos que assegurem essa continuidade tem contribuído para o enfraquecimento de atividades tradicionais e o abandono de práticas produtivas ligadas ao território.

Com base nesses três elementos — êxodo rural, migração e sucessão familiar — evidencia-se a urgência de fomentar estratégias que valorizem os recursos e saberes locais. Nesse contexto, os frutos nativos açaí e tucumã, amplamente reconhecidos em Anamá e Beruri, constituem-se como potenciais estruturantes para a implantação de unidades de beneficiamento e agregação de valor. Sgarbi (2007, p. 28) destaca, nesse sentido, a importância da agroindústria familiar rural como instrumento de valorização da produção local e de fortalecimento do desenvolvimento endógeno.

Com o envolvimento ativo dos diversos sujeitos sociais, a institucionalização da CBST torna-se não apenas viável, mas necessária, pois promove o reconhecimento territorial e a emergência de uma nova cultura produtiva, voltada à criação de marcas e produtos vinculados à identidade local. Essa valorização nasce da própria realidade e dos recursos preexistentes nos territórios em questão. Como reforça Haesbaert (2022, p. 161):

Uma das grandes contribuições da leitura latino-americana sobre o território se deve ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas ou, como enfatizava o geógrafo Milton Santos, do “uso” do território —mas que se estende bem além do simples “valor de uso”, compreendendo também um expressivo valor simbólico (para não falar do emocional e mesmo do espiritual). Como já foi visto, ao contrário das geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território, a partir da ação dos grupos hegemônicos, na América Latina ele é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social.

Dessa maneira, a criação de uma CBST fortalece a identidade e a cultura dos territórios, ao passo que amplia as possibilidades de desenvolvimento e geração de renda para seus

habitantes. As práticas produtivas e simbólicas vinculadas aos frutos regionais, ao serem reconhecidas e valorizadas, promovem a transformação dos paradigmas locais, consolidando novas formas de pertencimento e sustentabilidade. A escolha do território e dos bens que compõem a cesta, deve considerar não apenas aspectos econômicos, mas também os elementos simbólicos e sociais que estruturam a vida cotidiana dessas populações.

2.2 A Cesta de Bens e Serviços Territoriais como perspectiva de ativos econômicos em Anamã e Beruri (AM)

A constituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) representa uma estratégia inovadora e participativa de valorização dos ativos locais, ao articular produtos, saberes e práticas socioculturais associados a um determinado território. No caso dos municípios amazonenses de Anamã e Beruri, situados na calha do rio Purus, essa proposta ganha relevo diante das especificidades ecológicas, econômicas e culturais que marcam essas localidades. Compreender a CBST como uma ferramenta de desenvolvimento territorial implica reconhecer que o valor dos bens e serviços vai além de sua dimensão material, incorporando significados identitários, históricos e simbólicos compartilhados pelas populações locais. Assim, esta seção busca discutir a CBST como uma alternativa de fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, tomando como referência, os frutos nativos como o açaí e o tucumã, cuja presença histórica e cultural nas comunidades configura um ponto de partida para a construção de novas dinâmicas produtivas e territoriais.

Segundo Raffestin (2003, p. 143), o território não é apenas uma delimitação espacial, mas um espaço transformado por relações entre os diversos sujeitos. Nessa perspectiva, o território representa um espaço onde se projetam trabalho, energia e informação, revelando, assim, relações marcadas pelo poder. A territorialidade, portanto, é construída socialmente, sendo expressão concreta de práticas e significados.

A partir dessa abordagem, Pecqueur (2001, p. 45, tradução nossa) afirma que a cesta de bens e serviços territoriais representa “a expressão de uma oferta específica, composta e territorial”. Embora, cada bem ou serviço possa ser comercializado de forma individual, a integração entre os produtos potencializam sua valorização econômica, cultural e simbólica, resultando em maior retorno agregado do que a venda isolada de cada item.

Sob esse olhar, os produtos derivados do açaí e do tucumã, frutos nativos dos municípios investigados, extrapolam a dimensão econômica, científica e tecnológica. Esses frutos estão imbricados nos saberes locais e nas formas de organização comunitária, possibilitando sua

articulação com tecnologias sociais. Pires et al. (2010, p. 37) explicam que a governança territorial pode ser entendida como uma forma de coordenação do desenvolvimento econômico, apoiada na articulação entre os sujeitos sociais e instituições presentes no território.

Ainda nesse campo, Moran (1990) destaca que o desenvolvimento territorial pode integrar tecnologias sociais aos saberes tradicionais e ao conhecimento técnico-científico, de forma eficaz e reaplicável, promovendo a economia local. A floresta, nesse contexto, é vista como bem comum, coexistindo com propriedades privadas e representando a complexidade das interações entre fenômenos naturais e as ações humanas.

Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 26), o território requer condições específicas para sua constituição, o que revela a necessidade de reconhecer as singularidades de cada localidade. Mesmo em contextos marcados pelo distanciamento geográfico, a cultura, o respeito ao meio ambiente e a valorização dos modos de vida locais podem se tornar diferenciais estratégicos.

Nesse sentido, Saquet e Sposito (2009, p. 219) defendem que:

É o território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a sua concretude expressa através da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem do novo território (Saquet; Sposito, 2009, p. 219).

Ao propormos uma CBST nos municípios investigados, reconhecemos a possibilidade de múltiplas variáveis emergirem. Entretanto, sua consolidação pode representar um caminho promissor para o fortalecimento socioeconômico local, ampliando as oportunidades e a autonomia dos sujeitos que vivem no território. A esse respeito, Lefebvre (2006, p. 20) argumenta:

A teoria que se busca, que se ressent de um momento crítico e que desde logo recai no saber em migalhas, essa teoria se pode designar, por analogia, como “teoria unitária”. Trata-se de descobrir ou de engendrar a unidade teórica entre “campos” que se dão separadamente, assim como na física as forças moleculares, eletromagnéticas, gravitacionais. De quais campos se trata? De início, do físico, a natureza, o cosmos. Em seguida, do mental (aí incluídas a lógica e a abstração formal). Por fim, do social. Dito de outro modo, a pesquisa concerne ao espaço lógico-epistemológico – o espaço da prática social –, aquele que os fenômenos sensíveis ocupam, sem excluir o imaginário, os projetos e projeções, os símbolos, as utopias.

Com base nesse referencial, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma investigação de campo, com diálogo junto aos sujeitos públicos, privados e associativos, visando à construção de uma proposta de desenvolvimento territorial endógeno. Em Anamã e Beruri, destacam-se não apenas o açaí e o tucumã como frutos emblemáticos, mas também eventos culturais importantes, como a Festa da Farinha e a Festa da Castanha, respectivamente (IBGE, 2022).

Dessa maneira, a realidade destes municípios se revela única, marcada por paisagens, culturas e práticas sociais que, à primeira vista, podem parecer paradoxais, mas que constituem o verdadeiro diferencial desses territórios. Em meio a essas particularidades, a consciência ambiental e a força histórica do povo amazônico se impõem como elementos estruturantes.

Cunha e Guerra (2009, p. 98) alertam para os riscos de uma sociedade fragmentada e simplificadora, que se afasta da complexidade necessária à vida planetária:

Uma sociedade cada vez mais complexa, planetária, como a dos nossos dias atuais, baseadas em paradigmas fragmentários, individualista, simplificadores da realidade, antagônicos a uma realidade complexa, caminha a passos largos para a degradação da qualidade de vida humana e planetária; para uma crise socioambiental de insolvência. “Uma sociedade em que indivíduos e grupos têm muita autonomia e que, evidentemente, há desordens e liberdades, no limite ela se destrói, pois os indivíduos e grupos não têm mais relações entre si.

Assim, a construção de uma CBST representa não apenas uma estratégia de valorização econômica, mas também uma resposta territorial às crises sociais, culturais e ambientais enfrentadas pelas populações da Amazônia profunda.

A exigência de unidade pode se formular de outra maneira, o que a acentua. O pensamento reflexivo ora confunde, ora separa os “níveis” que a prática social discerne, colocando assim a questão de suas relações. O habitar, a habitação, “o habitat”, como se diz, concernem à arquitetura. A cidade, o espaço urbano, dependem de uma especialidade: o urbanismo. Quanto ao espaço mais amplo, o território (regional, nacional, continental, mundial), é da alçada de uma competência diferente, a dos planejadores, dos economistas. Portanto, ora essas “especialidades” entram umas nas outras, interpenetram-se sob o tacho de um ator privilegiado - o político -, ora elas caem umas fora das outras, abandonando todo projeto comum e toda comunidade teórica (Lefebvre, 2006 p. 20).

Diante dos fatos apresentados, compreende-se que o essencial é que as estratégias voltadas à criação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando, assim, o desenvolvimento social em escala no próprio território de origem dos produtos. Conforme observam Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 2), “na abordagem do desenvolvimento territorial, a noção de território complexifica o espaço funcional ao considerar como central os sujeitos sociais e sua criação de meios inusitados para o desenvolvimento produtivo de um dado local”.

Nesse sentido, tecnologias sociais criadas pelos próprios sujeitos locais podem ser desenvolvidas e aplicadas nas comunidades em que vivem. Esse aspecto revela a urgência de uma reorganização dos saberes relacionados às práticas ambientais, especialmente no campo educacional. Menezes (2021, p. 42) afirma que, com o estabelecimento da Política Nacional de Educação Ambiental, “o país procurou dar um foco holístico, democrático e participativo quanto à temática ambiental”, incentivando a atuação da educação ambiental como

transformadora da realidade socioambiental. Contudo, adverte que “ainda há necessidade de interesse e empenho por parte do poder público, privado e sociedade em geral”.

Essa reorganização de saberes remete à construção de um conhecimento mais abrangente e integrado. Moran (2004, p. 491) aponta que, “a partir do momento em que temos um certo número de instrumentos conceituais que permitem reorganizar os conhecimentos [...] temos a possibilidade de descobrir o semblante de um conhecimento global”.

No plano internacional, destaca-se a Convenção sobre Diversidade Biológica, o primeiro tratado a reconhecer, formalmente, a soberania dos países sobre os recursos genéticos localizados em seus territórios. Segundo Lucca (1999, p. 4), embora o parágrafo 1º do artigo 15º da Convenção reforce a soberania dos Estados, o parágrafo 2º dispõe que “cada Parte Contratante deve procurar criar condições para permitir o acesso a recursos genéticos para utilização ambientalmente saudável por outras Partes Contratantes”, de modo a evitar restrições que contrariem os objetivos da própria convenção.

Outro ponto de controvérsia levantado por Lucca (1999) refere-se ao reconhecimento do direito das comunidades locais sobre o conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos e biológicos. Nesse contexto, discute-se se seria possível garantir esse direito mediante a criação de mecanismos de repartição justa e equitativa dos benefícios, ou se tal reconhecimento esbarraria nos limites impostos pelos atuais critérios de propriedade intelectual.

Em consonância com essa visão crítica e ampliada do território, Raffestin (1993, p. 145) argumenta que “a imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder [...] habituamo-nos a agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos”. Essa constatação nos convida a refletir sobre a representação moderna do espaço e suas implicações políticas e simbólicas.

No caso específico do município de Beruri, constata-se um crescimento demográfico relevante, conforme dados do IBGE (2010), o que justificou o número de participantes da pesquisa nos âmbitos público, privado e associativo. Ainda que essa tendência seja mais evidente na zona rural, ela reflete também um padrão regional presente em Manaus e no Estado do Amazonas. Em termos legais, embora o Código Florestal (Leis nº 12.651/2012 e nº 12.727/2012) preveja a exploração racional dos recursos florestais, a realidade prática demonstra que, sem fiscalização efetiva, o desmatamento continua a ocorrer.

Por fim, Gardetti (2019) ressalta que os benefícios da economia circular podem ser divididos entre ganhos de curto e longo prazo, reforçando a importância de modelos produtivos

sustentáveis que incorporem, desde sua concepção, os princípios da conservação ambiental e da equidade social.

Em Rodrigues (2019, p. 192), encontramos a seguinte reflexão:

[...] na maioria dos casos as vantagens em modificar um processo produtivo são mais intensas a longo prazo e, a curto prazo, essas mudanças requerem uma transformação social e cultural dentro das organizações. Sendo este um sistema baseado no ciclo natural, o empreendimento que for adotá-lo deve internalizar que a regeneração dos recursos necessita de tempo e espaço, como por exemplo a água e a energia. Para que águas residuais possam se regenerar e voltar ao processo produtivo, é necessário um local de tratamento e um tempo para restituição de suas propriedades físico-químicas. Da mesma forma ocorre com a energia, a qual pode ser extraída de diversos subprodutos de um processo, mas irá requerer tempo e tecnologia de transformação (Rodrigues, 2019, p. 192).

Apesar do crescente conhecimento técnico e acadêmico sobre práticas sustentáveis, constata-se que ações não sustentáveis, como o desmatamento e as queimadas, ainda persistem. Grande parte da população mantém tais práticas, e os organismos governamentais — em suas diferentes esferas — não têm conseguido efetivar os preceitos legais. A atual legislação florestal, ao tentar regular essas práticas, por vezes entra em contradição, como quando proíbe o comércio de espécies ameaçadas de extinção, mesmo em municípios como Beruri e Anamã, onde essas espécies são parte importante da cultura local.

Diante disso, o manejo florestal assume papel central não apenas para a preservação do açaí e do tucumã, mas também de outras espécies nativas de valor socioeconômico. A inserção desses produtos em uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais deve considerar sua utilidade coletiva, envolvendo atores públicos, privados, associativos e os próprios moradores. Destaca-se que o açaí e o tucumã são bens territoriais característicos das cidades de Anamã e Beruri, como já reconhecido pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM, 2022).

Nesse contexto, é fundamental compreender os critérios técnicos que envolvem o manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs). Segundo Machado (2008, p. 43):

Com relação aos critérios a serem definidos para o manejo, há de considerar-se a diferenciação dos PFMNs (Produtos Florestais não Madeireiros) em pelo menos dois grupos, os mesmos citados anteriormente – PFMNs com e sem supressão de indivíduos – uma vez que o impacto do manejo sobre as populações desses dois grupos tende a ser distinta. Dessa forma, devem-se adotar critérios um pouco mais restritivos e rigorosos para o manejo em que seja necessária a supressão de indivíduos, possivelmente algo próximo aos critérios já estabelecidos para o manejo madeireiro, que também tem como base a supressão de suas matrizes (Machado, 2008, p. 43).

Dessa maneira, ainda que haja avanços e conquistas no campo do manejo florestal, é necessário que os esforços se ampliem e se consolidem não apenas nos municípios investigados, mas em todo o território nacional.

Por fim, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2018) complementa essas considerações ao afirmar que: “O manejo dos açaizais nativos consiste na seleção, localização e mapeamento da área de produção, dando preferência àquelas que possuem grande concentração de estirpes produtivas e de fácil acesso”.

A partir desse conhecimento, é possível estruturar ações continuadas com a participação ativa dos diversos sujeitos sociais envolvidos, fortalecendo a valorização econômica e o uso dos recursos territoriais.

2.3 Principais Produtos que Compõem a Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anamã e Beruri (AM)

A delimitação e a identificação dos principais produtos que integram a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) nos municípios de Anamã e Beruri exigem um olhar atento às especificidades socioculturais, ecológicas e econômicas do território. A discussão sobre esses produtos não pode ser dissociada de sua relação com os sujeitos locais, com as práticas de manejo, com a cultura e com os saberes que moldam o modo de vida regional. Assim, pensar a CBST implica compreender como o território se articula a partir da valorização de seus recursos endógenos, especialmente aqueles que são coletivamente reconhecidos e apropriados pela comunidade local.

Pensar na criação, ou até mesmo apresentar uma discussão sobre uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, requer conhecer os produtos, a localidade, a durabilidade desses produtos e, acima de tudo, sua aceitação pelos diversos sujeitos do território. Além disso, é necessário considerar as possibilidades concretas de manejo florestal sustentável. Conforme Santos (2006, p. 25):

De um ponto de vista propriamente geográfico a questão se coloca de forma diferente. Devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam. A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área. Do ponto de vista específico da técnica dominante, a questão é outra; é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas.

Diante disso, a articulação entre produto e território deve ocorrer de forma específica, considerando que os sujeitos conhecem e legitimam tais produtos, mesmo que informalmente. Assim, é desejável que esses sujeitos estejam em sintonia com os processos de inovação e valorização territorial, nos quais a CBST é formulada e apresentada à sociedade.

Sob outra perspectiva, Bauman (1999, p. 82) alerta que: “A vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quererem voláteis, não mais por regulamentação normativa”.

Isso implica que os sujeitos envolvidos poderão, ou não, aderir à proposta da CBST como forma de melhoria da qualidade de vida. A valorização dos produtos, como o açaí e o tucumã, presentes, tanto nas zonas urbanas quanto nas comunidades rurais de Anamã e Beruri, está associado à cultura de gerações, como observa Carvalho (2007, p. 64):

[...] as manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos folkcomunicaçãois. A partir deste diagnóstico inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos.

Compreendendo o território para além de sua dimensão geopolítica, Colussi e Pereira (2016, p. 10) esclarecem que: “O território, portanto, não se restringe às fronteiras entre diferentes estados ou países, mas é caracterizado pela ideia de posse, domínio e poder, correspondendo ao espaço geográfico socializado, independentemente da extensão territorial”.

Assim, as cidades investigadas revelam-se como áreas com características singulares. A especificidade de seus produtos, associada à valorização ambiental, pode representar um diferencial estratégico, resultando em marcas territoriais vinculadas à identidade e ao saber local.

Haesbaert (2022, p. 44) reforça esse entendimento: “O espaço geográfico enquanto dimensão constitutiva e inexorável de nossa existência, a começar pelo próprio corpo, visto que pode ser concebido sobretudo como condição para a mudança de perspectiva – sobre os outros e sobre o contexto em que estamos inseridos”.

Nesse sentido, o conhecimento e a valorização dos saberes locais tornam-se pilares para o desenvolvimento territorial. Como afirma Barbosa (2012, p. 27): “Conhecimento é poder. [...] A economia mundial passou a ter o conhecimento como base. É possível criar mais riqueza com uma ideia do que com dezenas de horas numa linha de produção tradicional”.

Ainda sobre a CBST, Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021) ressaltam:

“Um recurso específico territorial não pode ser encontrado, de maneira idêntica, fora de onde foi produzido em função de fatores ecológicos e cognitivos. A especificação consiste, portanto, na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam e constroem mediante processos formais e informais de ação coletiva voltados para a geração da qualidade”.

Dessa forma, as frutas nativas — açaí e tucumã — possuem potencial para mobilizar ações coletivas de valorização produtiva, econômica e cultural nos municípios investigados. Ao promover a articulação entre recursos, práticas e agentes locais, a CBST poderá consolidar

uma estratégia de desenvolvimento que se ancora na especificidade e na força da territorialidade.

Conforme destaca Bauman (1999, p. 74): “A vida organizada em torno do papel de produtor tende a ser normativamente regulada. [...] O principal cuidado, portanto, é com a conformidade: manter-se seguramente entre a linha inferior e o limite superior – manter-se no mesmo nível (tão alto ou baixo, conforme o caso) do vizinho”.

Por fim, o reconhecimento dessas frutas nativas como bens territoriais exige a articulação de redes de inovação e estratégias de seletividade espacial, ampliando sua presença no mercado e fomentando a economia regional. Como observa Castells (2002, p. 120): “A produtividade impulsiona o progresso econômico. [...] Foi por meio do aumento da produção por unidade de insumo no tempo que a raça humana conseguiu dominar as forças da natureza e, no processo, moldou-se como cultura”.

Portanto, o território, nesse trabalho, é compreendido como uma construção social de sujeitos mobilizados para resolver problemas compartilhados. Nessa direção, Pecqueur (2001) afirma que: “Essa perspectiva, por sua vez, se volta para a valorização socioeconômica de produtos e serviços a partir da identificação de inputs territoriais existentes na forma de recursos e ativos”.

Partindo dos pressupostos mencionados anteriormente, apresentamos, no mapa a seguir, o distanciamento entre a cidade de Manaus e o município de Beruri. A distância entre os dois municípios é de aproximadamente 173 km por via fluvial. No entanto, caso o trajeto fosse realizado por estrada, o percurso seria de cerca de 247 km. Apesar disso, o meio mais viável de transporte continua sendo o fluvial, cuja duração da viagem varia entre dezoito e vinte e quatro horas, dependendo do nível de cheia dos rios.

Imagem 06: Distância de Beruri a Manaus no Estado do Amazonas



Fonte: Google mapa, 2023.

Ao discutirmos a estrutura modal da Amazônia — e aqui, especificamente, do município de Beruri —, consideramos as seguintes informações:

[...] um sistema de transportes é constituído pelo modo (via de transporte), pela forma (relacionamento entre os vários modos de transporte), pelo meio (elemento transportador) e pelas instalações complementares (terminais de carga), (Rodrigues (2007, p. 25).

A navegação configura-se como o principal modo de transporte na Amazônia desde o início do processo de ocupação da região até os dias atuais, mesmo com a existência de rodovias, como afirma Colares (2018, p. 35).

Partindo dessa realidade nos municípios investigados, observa-se que Anamã possui uma população de 9.962 habitantes, enquanto Beruri registra um total de 20.718 habitantes (IBGE, 2023). Dentre esse total, cerca de 43% da população reside na zona rural e desenvolve atividades agropecuárias. No entanto, nem todos os moradores estão diretamente envolvidos no cultivo de açaí ou tucumã, o que resulta em uma produção reduzida desses frutos para o estado do Amazonas. Os dados quantitativos referentes a essas produções podem ser consultados nas Tabelas 3 e 4 (p. 60–61), conforme o relatório do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM (2022).

No tópico a seguir, analisamos as ações coletivas de diferenciação do açaí e do tucumã, produtos associados a processos de obtenção de Indicação Geográfica (IG), muitos dos quais apresentam destacada importância socioeconômica em Anamã e Beruri. Ainda na perspectiva dos principais produtos que compõem a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), observam-se inúmeras especificidades dentro dos próprios territórios estudados. Essas especificidades vão além das frutas nativas e incluem aspectos como a paisagem, o clima, o

patrimônio histórico, a gastronomia e elementos culturais característicos dos municípios em questão. Tais fatores demonstram o potencial desses territórios para interligar os produtos da CBST não apenas com a capital do estado, mas também com outras cidades.

Os diversos atributos dos territórios investigados — incluindo clima, paisagem e meio ambiente — representam componentes fundamentais do potencial da CBST. Os atrativos históricos, culturais e naturais dos municípios contribuem para uma reflexão sobre o respeito ao meio ambiente e sobre a economia local. Assim, a caracterização de um território passa pela valorização de seus múltiplos atributos, bem como de suas produções locais. As condições naturais tornam-se um diferencial importante para as atividades produtivas, favorecendo, sobretudo, a população diretamente envolvida nesses processos.

Assim sendo, as frutas nativas produzidas e beneficiadas nos municípios investigados passam a representar um novo significado para a economia territorial. Nos municípios investigados, observam-se subsistemas de governança relacionados aos sujeitos envolvidos em ações de diferenciação da qualidade de produtos e serviços. No entanto, embora haja distintas categorias de sujeitos atuando de formas diversas sobre os produtos e serviços analisados — com destaque para os sujeitos privados e associativos —, não se constata a existência de uma estrutura organizacional capaz de coordenar de maneira integrada essas iniciativas no território.

Dentre os sessenta e dois (62) municípios que compõem o estado do Amazonas, segundo Beltrão (2010), Anamá e Beruri apresentam especificidades não apenas em relação ao açaí, mas também ao tucumã. Estas frutas nativas possuem formas de produção específicas, que vão além da simples colheita e beneficiamento, tornando-se também elementos centrais na discussão sobre a construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

Nesta tese, a CBST é concebida como uma atividade de inovação aplicada à realidade dos municípios analisados. Compreendemos, porém, que o bioma amazônico, por sua magnitude e diversidade, oferece uma gama de serviços ambientais essenciais, tais como abrigo a diversas formas de vida, ritmicidade das cheias e enchentes, formação de bacias hidrográficas, recarga dos aquíferos subterrâneos e manutenção da biodiversidade. Neste sentido, destaca-se a seguinte contribuição:

As sociedades historicamente sempre se utilizaram da natureza, com maior ou menor grau de técnicas e tecnologias, seja a natureza como substância ou como suporte, todas as matérias primas utilizadas pelas sociedades são denominadas, de forma ampla ou específica de *recursos naturais*. Neste contexto, alguns sistemas de cultivo contribuem para a conservação de sistemas naturais de alta biodiversidade (principalmente vegetal), mesmo que sejam vulneráveis e passíveis de serem portadores de potencialidades paisagísticas ao produzirem serviços ecossistêmicos ou ambientais para o sistema de cultivo, como por exemplo, a polinização, equilíbrio natural contra pragas, fertilidade do solo e produção de biomassa, qualidade e

quantidade de água, paisagens com potencialidades de produzirem valor bela beleza cênica (atividade de lazer e turismo). (Costa, 2017, p. 29)

Esta investigação abordou dois ativos territoriais específicos — o açaí e o tucumã — e um ativo genérico nos municípios de Anamá e Beruri, no estado do Amazonas. Todos esses ativos demonstram forte vínculo com o território, seja em sua dimensão histórica, cultural ou natural, conferindo singularidade às localidades investigadas. Dessa forma, os ativos territoriais, articulados ao cenário natural, despontam como alternativas viáveis para a adoção de estratégias de desenvolvimento territorial com base na proposta da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

A valorização dos atributos territoriais por meio da especificação de produtos e serviços vai além da geração de renda — embora esta seja fundamental para os sujeitos sociais envolvidos. Essa valorização pode proporcionar a ressignificação de produtos e sujeitos que, até então, permaneciam à margem das dinâmicas territoriais hegemônicas. Nos municípios investigados, o açaí e o tucumã, até recentemente, não eram percebidos pelos agricultores familiares como fontes significativas de renda.

Entretanto, tais produtos vêm assumindo papel central na economia de parcela relevante das unidades produtivas familiares. Muitos desses agricultores, ao se reconhecerem como sujeitos sociais, passam a valorizar os produtos característicos de seus municípios, fortalecendo, assim, o território e suas especificidades. Na medida em que ocorre esse processo de valorização, são inevitáveis as transformações culturais, sociais e econômicas, conforme nos lembra Sahlins:

Esses (e outros) ensinam que a experiência de sujeitos humanos, especialmente do modo como é comunicada no discurso, envolve uma apropriação de eventos em termos de conceitos a priori. A referência ao mundo é um ato de classificação, no curso do qual as realidades são indexadas a conceitos em uma relação de emblemas empíricos com tipos culturais. Conhecemos o mundo como instâncias lógicas de classes culturais: "Capitão Cook é um deus." Não é, como alguns acreditam, que tenhamos uma "necessidade" de classificar. A classificação formal é uma condição intrínseca da ação simbólica (Sahlins, 1997, p. 182).

Ademais, ressalta-se que nenhum produtor rural se dispõe a investir seu limitado capital em atividades que não assegurem retorno financeiro no médio e longo prazo. O cultivo de espécies ameaçadas de extinção, por exemplo, deixa de ser uma opção viável não apenas por conta da proibição legal, mas também devido à percepção social e à fiscalização. Frequentemente, diante de uma floresta adulta, os órgãos de controle questionam se ela foi efetivamente plantada por ação humana, ou se é fruto da regeneração natural — o que inibe práticas sustentáveis e gera insegurança jurídica e econômica para o pequeno produtor.

Esta abordagem enfatiza a auto-organização, as interdependências produtivas, as complementaridades e a indivisibilidade dos diversos meios, compreendidos não apenas como recursos materiais, mas também como elementos dinamizadores das práticas sociais e econômicas no território. O meio, ao apoiar-se nessas características, possibilita a geração de interações e saberes práticos (*savoir-faire*), potencializando a capacidade de inovação local. Tal processo contribui para transformar realidades e ampliar horizontes, levando sonhos e novas perspectivas de vida a uma cidade, ou comunidade de forma concreta e ativa.

A partir do entendimento de que o desenvolvimento territorial está intrinsecamente relacionado à formação e ao fortalecimento de redes de múltiplos sujeitos e de processos de intercooperação, autores como Mollard (2001) e Pecqueur (2001) desenvolveram um arcabouço teórico-metodológico que resultou na concepção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Essa abordagem surge no contexto de crise dos sistemas agrícolas intensivos e diante da necessidade de reconfiguração dos espaços rurais em torno das relações entre produtos, serviços, qualidade e território.

Escolher o açaí e o tucumã como produtos representativos da CBST, conforme os pressupostos discutidos neste trabalho, constitui um gesto de valorização das realidades locais. Tal escolha não se baseia apenas na demanda de consumidores, ou no potencial de mercado, mas se ancora na coerência entre os sujeitos envolvidos e os diversos processos socioeconômicos e culturais em curso nos municípios investigados. Ao privilegiar esses frutos nativos como componentes estratégicos da CBST, delinea-se a possibilidade da construção de um novo paradigma de esperança — não apenas em termos de desenvolvimento econômico, mas também de afirmação territorial e reconhecimento das especificidades locais. Nesse sentido, a CBST configura-se como proposta inovadora para fortalecer a identidade, a sustentabilidade e a autonomia dos territórios amazônicos.

2.4 O Açaí e o Tucumã como fontes de renda nos municípios de Anamá e Beruri (AM)

Diante do exposto, observamos que os municípios de Anamá e Beruri, no estado do Amazonas, reúnem praticamente todos os elementos necessários — cenário, governança territorial, produtos e serviços específicos — para desencadear um processo de desenvolvimento territorial pautado na valorização dos recursos endógenos. Segundo Colletis e Pecqueur (2005), é possível distinguir entre ativos e recursos territoriais genéricos e específicos. Os recursos genéricos independem da origem territorial e do “gênio” ou da cultura local em que são produzidos, sendo, portanto, transferíveis entre territórios distintos e tendo o mercado como principal espaço de circulação.

Em termos práticos, essa distinção pode ser ilustrada com a analogia entre os recursos e a mão de obra: os recursos genéricos podem ser comparados à mão de obra não qualificada, que, mesmo ao ser empregada, não altera sua natureza essencial, embora passe a adquirir valor econômico por meio da sua utilização. Nesse sentido, refletir sobre a valorização do território implica considerar ações específicas. Como afirma Santos (2006, p. 60): “[...] os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território”.

Entre os ativos locais da Amazônia, destacam-se o açaí e o tucumã, frutos nativos cuja produção ocorre, em alguns casos, de maneira espontânea, mas também por meio do manejo consciente por parte das populações locais. Segundo Medina e Cruz (2021, p. 313), “a produção de açaí ocorre em quatro sistemas distintos: extrativismo, manejo em áreas de várzea, cultivo com irrigação e cultivo sem irrigação em áreas de terra firme”. O extrativismo, historicamente, constitui uma atividade agrícola ribeirinha, associada a outras práticas como o cultivo de mandioca, a pesca e a coleta de madeira.

A afinidade dos sujeitos públicos, privados e associativos de Anamã e Beruri com essas espécies é notável, dada a centralidade que essas frutas ocupam na alimentação e na economia regional. Como relatam Nogueira et al. (2006, p. 71), “no caso da palmeira açazeiro, que sofre duplo extrativismo (coleta de fruto e extração de palmito), o crescimento do mercado de fruto está levando à formação de estoques mais homogêneos [...] e reduzindo a extração de palmito”.

Já o tucumã-do-Amazonas, uma palmeira robusta e de alta resistência, tem características que a tornam adequada aos solos pobres da região. Como apontam Medina e Shanley (2005, p. 215), “seus frutos grandes são bastante nutritivos [...], muito apreciados por pessoas e animais. Cresce sem problemas nos solos pobres de terra firme, onde pode produzir sem adubos durante anos”.

Esses produtos desempenham um papel central na dinâmica econômica não apenas dos municípios investigados, mas também no contexto regional e nacional. Conforme Marcovitch e Val (2024, p. 22), “a produção do fruto e o processamento de polpa de açaí, localizados no interior do Estado, absorvem a maior parte da renda total gerada (acima de 80%), enquanto a economia extra local [...] retém um valor adicionado equivalente a menos de 15% do total”.

Ainda no contexto da discussão sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), é relevante destacar que o município de Beruri abriga sessenta e sete comunidades, das quais vinte e três foram elencadas nesta pesquisa, conforme dados do IBGE (2022). Esse cenário evidencia a diversidade e a amplitude territorial necessárias para consolidar uma proposta de desenvolvimento endógeno, ancorada em práticas sustentáveis e na valorização de ativos locais.

Quadro 7: Comunidades do município de Beruri no estado do Amazonas

Nº de ordem	Nome da Comunidade:	Local da Comunidade:
01	Santana do Supiá.	Velho Supiá.
02	Novo Supiá.	Novo Supiá.
03	Vila Canaã.	Paraná do Macaco.
04	São Sebastião.	Paraná do Macaco.
05	Nazarezinho –Marrecão.	Bacuri.
06	Santo Antônio.	Santo Antonio do Aimim.
07	São Raimundo;	Boca do Aimin.
08	N. S. do P. Socorro.	Tuiué.
09	Frangulhão;	Tuiué;
10	Nova Santa Rita.	Paraná do Joari.
11	São Francisco.	Lago do Joari.
12	Santa Luzia.	Costa do Sacado.
13	Terra Vermelha.	Terra Vermelha.
14	Paraná do Jarí.	Genipapo.
15	Nova Esperança.	Lago do Jarí – Nova Esperança.
16	Santa Luzia.	Lago do Jarí – Santa Luzia.
17	N. S. P. Socorro.	Lago do Jarí.
18	Deus é Amor.	Lago do Mira.
19	Santa Rita.	Paraná do Jarí.
20	São Lázaro – Mamede.	Boca do Jari de Baixo.
21	N. S. de Nazaré.	Vila do Arumã.
22	São João.	Lago do Uauaçu.
23	Costa do Sacado,	Costa do Sacado.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com dados do (IBGE, 2023)

O Quadro 7 apresenta um levantamento detalhado de vinte e três comunidades localizadas no município de Beruri, no estado do Amazonas, com suas respectivas localizações geográficas, conforme sistematização realizada a partir de dados do IBGE (2023). Essas comunidades estão distribuídas em áreas de várzea e terra firme, frequentemente associadas a corpos d'água como lagos, paraná e bocas de rios, o que evidencia a forte dependência da dinâmica hidrográfica para a constituição e manutenção do espaço habitado amazônico.

A distribuição espacial das comunidades revela uma configuração territorial bastante descentralizada e dispersa, o que é típico da organização dos municípios ribeirinhos da região Norte do Brasil. Muitas dessas localidades — como Lago do Jarí, Lago do Mira, Paraná do Macaco, Boca do Aimin, entre outras — representam unidades territoriais com forte presença de práticas extrativistas e agroflorestais, principalmente ligadas ao cultivo e coleta de frutos nativos, como o açaí e o tucumã.

É possível observar que algumas comunidades compartilham a mesma base geográfica, como é o caso de Santa Luzia e Nova Esperança, ambas situadas no entorno do Lago do Jarí, o que pode indicar subdivisões recentes, crescimento populacional, ou reorganizações territoriais com base em laços familiares e econômicos locais. Isso reforça a necessidade de estratégias específicas para cada microterritório no que tange à gestão de políticas públicas, de infraestrutura, e também de iniciativas voltadas à Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

Ademais, o quadro evidencia a existência de uma rede comunitária ampla e diversa, que pode ser mobilizada como base social e organizativa para ações de desenvolvimento territorial sustentável. As denominações das comunidades (por exemplo, "Deus é Amor", "Nova Santa Rita", "N. S. do P. Socorro", "São Raimundo") também revelam a centralidade de elementos simbólicos e religiosos na constituição identitária desses grupos, aspecto relevante para a compreensão do território enquanto espaço vivido e socialmente construído.

Portanto, a leitura crítica do Quadro 7 corrobora a ideia de que o município de Beruri possui uma estrutura socioespacial favorável à implementação de políticas de valorização territorial, sendo imprescindível considerar essa diversidade interna na formulação e execução de propostas como a CBST. O reconhecimento e o fortalecimento dessas comunidades são elementos centrais para o sucesso de estratégias baseadas no uso sustentável dos recursos naturais e na valorização dos saberes locais.

As diversas comunidades mencionadas no quadro anterior são fundamentais para a produção do açaí em Beruri, pois foi a partir das falas dos sujeitos públicos, privados e associativos que se obteve o mapeamento do percurso realizado por esse fruto até chegar ao consumidor final, conforme exemplificado na imagem a seguir:

Imagem 07: Exemplificação do percurso do açaí



Fonte: (Marcovitch; Val, 2024, p. 37).

Os sujeitos públicos — como servidores municipais, comerciantes e vendedores — e os sujeitos privados e associativos — incluindo membros de associações locais, produtores, extrativistas e cooperativas — participam ativamente das dinâmicas socioeconômicas associadas ao açaí. Esses sujeitos constituem uma rede de saberes e práticas enraizadas na realidade local, o que nos permite refletir sobre a diversidade presente no território de Beruri.

Nesse sentido, como bem afirma Coll (2006, p. 40):

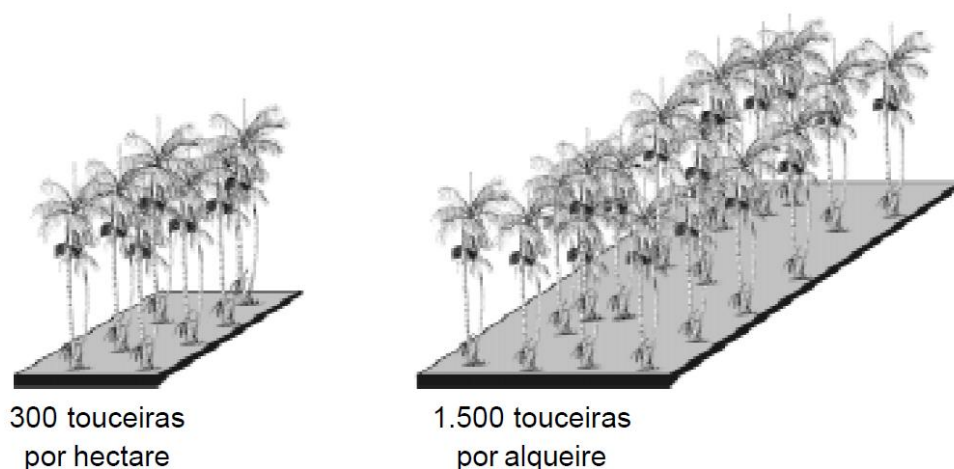
A diversidade é a expressão da criatividade humana mais profunda, que procura construir-se e situar-se em determinado ponto do tempo e do espaço e sem a qual ser pessoa não faz sentido. A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda realidade.

Dessa forma, compreendemos que a atuação dos sujeitos sociais e o engajamento dos poderes públicos devem ser ampliados mediante ações concretas, como a realização de feiras culturais e eventos regionais voltados à valorização do açaí e do tucumã. Tais ações podem fomentar a construção e a legitimação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), alicerçada em produtos amplamente reconhecidos e utilizados na vida amazônica. Nesse processo, a gestão logística ocupa lugar central. Como destaca Silva (2017, p. 16):

Ao lidar com a comercialização do açaí, a gestão logística está ligada à eficiência e eficácia quanto ao destino do fruto *in natura* ou em polpa, fruta processada por meios técnicos, seu transporte é um dos fatores que faz todo o sentido para o crescimento econômico no ramo do açaí para o estado do Pará. Isso está diretamente relacionada à crescente demanda do consumo, ressaltando a preocupação com a qualidade e o manejo e distribuição para a comercialização, incluindo uma boa administração desde a extração até a comercialização final do açaí, para assim diminuir fatores perda de qualidade durante a exportação, já que a distância e conservação do produto pode afetar sua qualidade final. O consumo de curto prazo após a colheita é o mais apropriado, pois garante a aquisição de todos os valores de componentes nutricionais do suco.

Ao refletirmos sobre essas contribuições, percebemos que a transformação dos recursos, como o açaí e o tucumã, em ativos específicos induz à geração e circulação de conhecimentos territorialmente situados. Quanto maior o conhecimento acumulado sobre os recursos de um território, maiores são as possibilidades de consolidação de um processo sustentável de desenvolvimento social e econômico. Essa valorização passa, portanto, pelo reconhecimento das práticas culturais e produtivas, da identidade local e das imagens que esses produtos evocam — como no caso do açaí, cuja presença simbólica e comercial transcende os limites dos municípios estudados, ganhando projeção em todo o estado do Amazonas.

Figura 04: Modelo de estratégias de produções do açaí no Estado do Amazonas



FONTE: (CYMERYYS, SHANLEY, 2004, p. 164).

Uma exemplificação das imagens anteriormente, apresentadas evidencia estratégias duradouras de desenvolvimento e produção nos territórios investigados. Ainda que estejam predominantemente localizadas em zonas rurais, essas experiências não constituem uma norma ou padrão rígido. No entanto, a consolidação dessas iniciativas exige a aproximação entre sujeitos internos e externos aos territórios, o que contribui para a formação de redes institucionais capazes de viabilizar a troca de informações e a conversão de recursos em ativos territoriais (Perron; Janin, 2014).

Nessa perspectiva, o relevante é a proposição de ferramentas que possibilitam analisar, compreender e gerir essa transição. Como enfatiza Lacombe (2014):

O importante é a proposição de ferramentas para analisar, compreender, gerenciar essa transição. É uma questão de “ativar”, de valorizar recursos, muitas vezes, simplesmente potenciais e latentes, para fazer deles, através do exercício da cognição, aprendizagem e de troca, ativos específicos susceptíveis de gerar rendas de diferenciação a serem valorizadas. Os recursos não são dados, mas construções; a definição da especificidade é o resultado de um trabalho e as rendas procedem de diferenciações bem-sucedidas. Todas essas tarefas exigem de atores (públicos, privados e associativos) um acompanhamento que renova as condições de eficiência e de legitimidade do exercício do poder; daí a atenção dada às formas de governança (Lacombe, 2014, p. 11) tradução do autor.

Para que uma dinâmica de desenvolvimento territorial baseada na identificação e ativação de recursos específicos seja desencadeada, é imprescindível reconhecer a importância dos efeitos de proximidade, da endogenia das dinâmicas territoriais, das lógicas de reciprocidade na valorização desses recursos e, especialmente, dos regimes de governança territorial (Bérard et al., 2005).

Sob essa ótica, a construção de novos territórios implica o surgimento de modos de governança inovadores, que desafiam tanto os sujeitos, quanto instituições ao imporem novos

mecanismos de gestão de conflitos. A criação de uma coordenação eficaz entre os sujeitos territoriais torna-se, assim, uma condição indispensável para a realização de um inventário consistente de recursos específicos e para a dinamização de ações voltadas à consolidação da CBST. Nessa dinâmica, os sujeitos associativos cumprem papel estratégico ao apoiar e organizar as ações em curso. Cabe ressaltar que, embora muitas vezes estejam imbricados com o setor privado, esses sujeitos distinguem-se por sua natureza coletiva e por sua atuação voltada ao interesse comum (Campagne; Pecqueur, 2014).

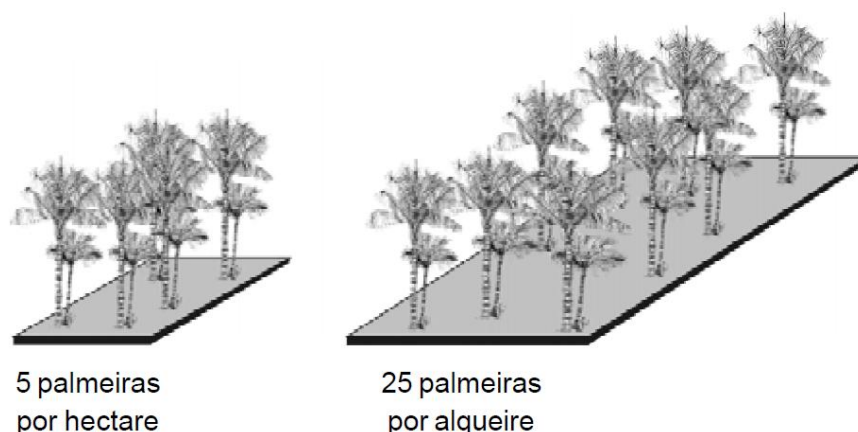
Com o objetivo de explicitar a estrutura geral da CBST e o papel de cada tipo de sujeito na estratégia de desenvolvimento, compreendemos que os produtos são elementos centrais. Eles se articulam ao desenvolvimento do território, à oferta de serviços, à proteção ambiental e à atuação dos diversos sujeitos sociais envolvidos na construção da cesta. Desse modo, o processo de identificação e a valorização dos recursos é sempre intencional, mesmo quando a criação de determinados recursos ocorra de forma não premeditada.

Ainda no campo do território, é possível afirmar que os recursos específicos se vinculam a características intrínsecas a uma dada localidade, tendo como base a ação humana — intencional, ou não — e podendo atuar como fator indutor da produção. Por outro lado, os ativos territoriais específicos decorrem exclusivamente da ação intencional humana, sendo, portanto, fruto direto das estratégias elaboradas pelos sujeitos sociais (Mollard, 2001).

Conforme argumentam Carrière e Cazella (2006), a metamorfose dos recursos em ativos específicos está intrinsecamente ligada à história e à memória social e à aprendizagem coletiva do território. Em outras palavras, quando um recurso específico se torna ativo, ele é transformado no processo de produção por meio da incorporação de um novo sistema normativo, alterando sua natureza. No estágio da virtualidade, qualquer elemento pode ser considerado um recurso em potencial, mas nem todos os recursos se tornam automaticamente ativos. Isso ocorre porque as condições para essa transformação não estão no objeto ou recurso em si, mas nas estratégias mobilizadas pelos sujeitos envolvidos (Pecqueur, 2005).

Nas imagens a seguir, observamos o tucumã como uma palmeira amplamente difundida nos territórios estudados. Trata-se de uma planta com uma história centenária, cuja presença e utilização estão profundamente enraizadas na cultura local. Partindo desses pressupostos, o tucumã foi escolhido como uma das frutas a compor a proposta da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) para as cidades de Anamã e Beruri, no Estado do Amazonas.

Figura 05: Modelo de estratégias de produções do tucumã no Estado do Amazonas



FONTE: ((CYMERYS, SHANLEY, 2004, p. 210).

Uma das principais características do estilo de desenvolvimento territorial consiste na transformação de recursos em ativos, a partir de processos de valorização e/ou especificação no contexto dos mercados locais e regionais. Tal perspectiva pressupõe que os recursos territoriais latentes somente adquirem valor econômico e simbólico a partir da ação coletiva de sujeitos sociais comprometidos com sua identificação e mobilização. Conforme afirmam Benko e Pecqueur (2001), os recursos passam a ser valorizados “somente após a existência da ação coletiva de sujeitos sociais interessados na sua revelação”.

Ainda em relação ao tucumã — fruta nativa do bioma amazônico e com ampla presença nos territórios analisados —, destacam-se seus benefícios nutricionais, que o tornam um ativo territorial relevante não apenas pela sua identidade cultural, mas também pelas suas propriedades alimentares. Nesse sentido, Cymerys e Shanley (2004) afirmam:

Ainda sobre o tucumã, trazemos as seguintes contribuições confirmado em:

O tucumã é uma fonte excepcional de vitamina A; sua polpa tem 3 vezes mais vitamina A que a cenoura.¹ A dose de vitamina A é tão alta que apenas 1 fruto satisfaz as necessidades diárias de adultos ou crianças; tem médico que recomenda tucumã para ajudar no tratamento de vista. O tucumã também possui boas quantidades de vitamina B1, vitamina C, proteínas e uma grande quantidade de óleo, por isso é uma excelente fonte de calorias (247 calorias por 100 gramas de fruto fresco).

Diante dessas informações, é possível perceber uma **acentuada desarticulação** entre os sujeitos territoriais implicados nas diversas iniciativas relacionadas ao açaí e ao tucumã. Tal desarticulação dificulta a interligação e valorização mútua desses ativos específicos, os quais representam não apenas recursos naturais, mas também potenciais vetores de fortalecimento da economia territorial. Os ativos, portanto, podem ser compreendidos como atividades dotadas de valor estratégico, capazes de criar elos entre diferentes recursos e entre os sujeitos sociais que os manejam nos territórios.

Além disso, vale destacar que elementos como a beleza cênica, a paisagem natural, o clima e os aspectos culturais — muitos ainda não são suficientemente explorados — compõem a base dos recursos territoriais de Anamã e Beruri. Esses elementos possuem um alto potencial para ativar novos processos de valorização, constituindo-se como atrativos adicionais que contribuem para a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) enraizada nas singularidades locais.

Sob essa perspectiva, os ativos territoriais diferem substancialmente dos ativos genéricos. Enquanto estes últimos são transferíveis e independem das especificidades do território, os ativos específicos demandam maior esforço de articulação, apresentam elevado custo de transferência e são, em muitos casos, intransferíveis. Como explicam Benko e Pecqueur (2001), esses ativos são resultantes de processos interativos e cognitivos desenvolvidos por diferentes sujeitos dotados de competências complementares, os quais, ao se articularem, constroem novos conhecimentos e soluções adaptadas às condições locais.

Diante de tais considerações, torna-se evidente a relevância do açaí e do tucumã como vetores para o desenvolvimento territorial de Anamã e Beruri. A constituição da CBST, nesse contexto, impõe o desafio de identificar e ativar os recursos específicos já existentes nos municípios. Como observa Pecqueur (2005), essa ativação demanda um processo intencional de especificação, no qual os recursos — antes apenas potenciais — tornam-se efetivamente produtivos ao serem inseridos em cadeias de valor ligadas ao território. Complementando essa ideia, Requier-Desjardins (2013) enfatiza que: “a ativação de recursos específicos representa um processo de transformação, que resulta da ação coletiva de um conjunto de sujeitos ancorados territorialmente em determinado local.”

Assim, a CBST não se limita a uma abordagem técnica ou econômica. Ela é, sobretudo, o resultado de um processo social, cultural e político, que envolve múltiplos sujeitos e seus saberes, práticas e estratégias em defesa de um desenvolvimento territorial sustentável, justo e enraizado.

CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA TERRITORIAL E A CONSTRUÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST) NOS MUNICÍPIOS DE ANAMÃ E BERURI – AM

A construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável depende diretamente da articulação entre os diversos sujeitos sociais presentes em um determinado espaço. Nesse contexto, a governança territorial se apresenta como um elemento central para viabilizar ações coletivas, valorizar recursos locais e fomentar a criação de produtos e serviços enraizados nas especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais de cada território.

Este capítulo tem como foco a análise do sistema de governança nos municípios de Anamã e Beruri, no estado do Amazonas, evidenciando como as instituições formais e informais, bem como os sujeitos públicos, privados e associativos, que atuam na promoção do desenvolvimento local. Compreender essa dinâmica é fundamental para o entendimento dos processos que envolvem a formulação e a consolidação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), baseada em ativos específicos como o açaí e o tucumã — produtos que representam não apenas potencial econômico, mas também valores econômicos e identitários profundamente enraizados nos territórios investigados.

A partir dessa perspectiva, o capítulo está estruturado em dois itens principais: o primeiro aborda o sistema de governança territorial nos municípios investigados; o segundo discute a relevância dos diferentes sujeitos sociais na construção da CBST, destacando suas contribuições para a valorização dos recursos territoriais e para o fortalecimento da identidade e da autonomia desses municípios amazônicos.

Trazer a governança territorial para os municípios investigados, significa reconhecer a autenticidade de seus produtos nativos, com destaque para o açaí e o tucumã, enquanto bens e serviços vinculados à ação de diversos sujeitos sociais e associativos desses territórios. Nesse contexto, compreende-se que a governança territorial representa um instrumento essencial para articular estratégias locais que favoreçam o desenvolvimento sustentável, ancorado nas especificidades do território.

A importância da governança territorial é evidenciada na seguinte definição:

A governança territorial é definida como o processo institucional-organizacional da construção de uma estratégia, para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre sujeitos geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, que atende a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os sujeitos econômicos entre

si e com os sujeitos institucionais-sociais e políticos através de “regras do jogo”. Media também a dimensão local e a global (nacional, ou mundial) através das ações realizadas por atores ancorados no território (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 36).

No contexto brasileiro, a temática da governança territorial vem sendo abordada por meio de múltiplas ações voltadas ao desenvolvimento regional. No entanto, sua concretização ainda se apresenta como um desenho institucional em construção, com formas organizativas incipientes e em processo de consolidação.

Atualmente a expressão governança vem sendo usada em vários contextos e pode ser aplicada a empresas, instituições, organismos governamentais, ou não governamentais, na esfera local ou para as interações entre os outros setores da sociedade, como governança corporativa, governança política e governança territorial (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 34).

A Governança de um território é uma forma de governança política. A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre sujeitos sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais. Essa conotação da governança aparece na França, no contexto político dos anos 1990, designando novas formas de ação coletiva em redes de sujeitos de caráter flexível e diversificado, surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e ineficácia na ação pública estatal, voltada somente à aplicação e produção de normas jurídicas, portanto, sendo um enfraquecimento do poder do Estado nacional em detrimento de outras instâncias de autoridade estatal, coletividades territoriais e da sociedade civil (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 36).

Partindo das considerações sobre a governança de um território, compreende-se que os sujeitos sociais exercem funções fundamentais nesse processo. Cada sujeito pode ser entendido como indivíduo ou grupo, conforme elucidam Pires, Fuini, Mancini e Neto (2011, p. 43). Por estarem inseridos em seu próprio meio social, esses sujeitos detêm um saber localizado que lhes permite conhecer não apenas as espécies vegetais de uso tradicional, como o açaí e o tucumã, mas também, outros produtos com potencial de integração à Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). A escolha dos produtos, portanto, é orientada pelas especificidades e demandas socioterritoriais de cada localidade.

Ainda no âmbito da governança, é pertinente recuperar o conceito em sua formulação original, desenvolvido a partir das observações de Ronald Coase na década de 1930 e retomado nos estudos de Oliver E. Williamson (1979), no contexto da teoria da firma. Essa abordagem se estrutura em torno de quatro dimensões principais: os limites da firma, sua organização

interna, sua formação, bem como seu crescimento e diversificação. Nesse sentido, Martins, Cruz e Guindani (2009, p. 9) destacam o papel do empresário como articulador de estratégias voltadas à eficiência das redes contratuais entre agentes privados. A valorização de produtos como o açaí e o tucumã, nesse contexto, pode ser compreendida como parte dessas estratégias, ao promover o fortalecimento das economias locais.

A partir da década de 1980, o conceito de governança passou por reformulações, sobretudo nas análises desenvolvidas pelo Banco Mundial (BM). Sob essa perspectiva, governança passou a ser associada à capacidade do Estado de promover o desenvolvimento equitativo e sustentável do livre comércio, a partir da implementação de políticas econômicas sólidas e da gestão eficiente de recursos públicos (Fuini, 2012). Essa concepção amplia a noção de governança, deslocando seu foco exclusivo das instituições estatais para incluir a interação entre diferentes sujeitos sociais territorialmente ancorados.

No que tange à relação entre governança e território, destaca-se a ideia de que o território é uma construção social, cuja configuração depende da articulação entre diferentes estilos de sujeitos. Leloup et al. (2005) argumentam que as ações de coordenação territorial não devem ser reduzidas à formulação de políticas públicas no sentido tradicional, mas compreendidas como ações públicas mais amplas. Nessa mesma direção, Campagne e Pecqueur (2014) afirmam que o território constitui a base de um novo modelo de desenvolvimento, socialmente construído, resultante da cooperação entre os sujeitos locais que atuam na valorização de seus próprios recursos.

Nos municípios estudados, essa concepção territorial adquire contornos particulares, sobretudo pela relevância dos frutos nativos, como o açaí e o tucumã, na configuração das identidades locais. A valorização social e econômica desses produtos fortalece as relações entre os diversos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que legitima a proposição da CBST como uma estratégia de desenvolvimento territorial. Assim, a articulação entre saberes locais, recursos naturais e dinâmicas institucionais se apresenta como condição indispensável para a construção de um modelo de desenvolvimento enraizado nas especificidades socioterritoriais da região.

A presença de diversas instituições em um dado território pode remeter a densidade institucional, que tem influência decisiva no desempenho econômico das localidades, por meio de seus sistemas produtivos, e no campo da regulação política do espaço, aparecendo como instrumentos cuja territorialização indica o exercício da cidadania através do vínculo entre distribuição espacial e posse efetiva de direitos (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p.45).

Contudo, o açai e o tucumã que são produzidas nas cidades investigadas, podem convergirem em torno de vários sujeitos articulados por uma instância coletiva, proporcionando-lhes a função de definir as principais estratégias competitivas de um arranjo produtivo local (Fuini, 2010), efetivando uma governança.

Assim, esse tipo de governança territorial, confirmado em: A Governança de um território é uma forma de governança política. A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre sujeitos sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p.36).

A governança territorial pode se constituir a partir da articulação entre diversos sujeitos sociais reunidos por meio de uma instância coletiva, a qual assume a função estratégica de definir os rumos e as prioridades competitivas de um arranjo produtivo local (Fuini, 2010). Tal modelo de gestão e tomada de decisão acerca de questões públicas pressupõe uma visão compartilhada sobre o futuro do território, construída pelos diferentes sujeitos envolvidos em múltiplos níveis de atuação (Dasi, 2009).

No caso específico dos municípios investigados, o conceito de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) articula-se à proposta de valorização integrada de produtos e serviços territoriais específicos. Nesse contexto, a governança territorial ocupa um papel central, ao permitir que as ações de desenvolvimento territorial sejam colocadas em prática de maneira minimamente coordenada por distintos agentes sociais (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 36).

Esses sujeitos territoriais podem ser agrupados em três categorias principais: os públicos, que integram a administração estatal; os privados, representados por empreendedores e agricultores familiares; e os associativos, que incluem membros de cooperativas, associações e outras formas de organização coletiva da sociedade civil (Campagne; Pecqueur, 2014). A atuação conjunta dessas esferas revela-se crucial para o enfrentamento de conflitos de interesse e para a busca de soluções compartilhadas.

É importante destacar que, para que se instaure uma dinâmica efetiva de desenvolvimento territorial, torna-se necessário reconhecer o papel dos efeitos de proximidade, da endogeneidade das práticas e das lógicas de reciprocidade na valorização dos recursos locais, além dos arranjos institucionais próprios dos regimes de governança territorial (Bérard *et al.*, 2005). Nessa direção, compreende-se que o termo “governança” tem sido empregado em diferentes áreas do conhecimento como Sociologia, Ciência Política, Administração, Economia e Geografia, visto que, nem sempre com o mesmo significado (Dallabrida, 2011).

Entendida de forma mais precisa, a governança diz respeito à delimitação de processos coletivos de gestão, estruturados com base em normas e regras estabelecidas democraticamente, enquanto a gestão, propriamente dita, refere-se à execução das ações previstas, cabendo aos sujeitos locais sua operacionalização, com base em seus saberes e competências (Roth *et al.*, 2011).

Nesse cenário, observa-se que as fronteiras territoriais em que se situam os municípios investigados, trazem desafios e potencialidades próprios. O principal diferencial da governança territorial está na participação ativa dos sujeitos associativos vinculados à sociedade civil, cuja atuação, em parceria com os entes públicos, potencializa a promoção de ações coletivas. Tal perspectiva torna-se particularmente relevante quando se aborda a constituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no estado do Amazonas, como confirmam os estudos de referência.

A Amazônia, além de conviver com imensas áreas vazias de difícil acesso e com cidades decadentes onde a pobreza impera, tem localização próxima aos principais mercados consumidores do mundo, o que desperta o interesse das redes criminosas sobre a região. É nesse sentido que as redes consolidam seus pontos fixos e móveis de articulação, aproveitando-se dessa fragilidade para criar estratégias de controle do território em rede (Couto; Santos; Ribeiro, 2019, p. 60).

Quaisquer que sejam as cidades do estado do Amazonas, olhamos as diferenças territoriais, sendo que em cada local é uma especificidade diferente, confirmada em:

Todas essas características, aglomerados urbanos dispersos ao longo das calhas dos rios, associados a outros aspectos decorridos ao longo da história deste estado podem ter contribuído para a atual percentagem de 98% de sua cobertura florestal preservada. O acesso ao Estado é feito, principalmente, por via fluvial ou aérea. O clima é equatorial úmido, com temperatura média de 26,7°. A umidade relativa do ar fica em torno de 70%, com duas estações definidas: chuvosa (inverno) e seca, ou menos chuvosa (verão) (Parédio, 2012, p. 32).

Diante destas especificidades, que são as realidades de Anamá e Beruri, considerando o percurso até a capital do estado que é a cidade de Manaus, consideramos que a execução da governança territorial, é específica, uma vez que aqui como perspectiva, o distanciamento é o diferencial, pois através desta realidade, podemos aqui buscar inúmeras discussões, mencionado e confirmado em:

A Governança de um território é uma forma de governança política. A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre sujeitos sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e

regulação dos processos econômicos e sociais territoriais. Essa conotação da governança aparece na França, no contexto político dos anos 1990, designando novas formas de ação coletiva em redes de sujeitos de caráter flexível e diversificado, surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e ineficácia na ação pública estatal, voltada somente à aplicação e produção de normas jurídicas, portanto, sendo um enfraquecimento do poder do Estado nacional em detrimento de outras instâncias de autoridade estatal, coletividades territoriais e da sociedade civil (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 36).

Trazer Anamã e Beruri, para discutimos as produções do açaí e do tucumã em seu território, para a criação, ou discussão de uma cesta de bens e serviços territoriais é valorizar as plantas úteis que já existem nestas localidades. Assim, estas plantas úteis poderão fazer uma mudança, através dos seus próprios moradores, seja na participação como membro ativo do território, ou nas discussões para uma boa governança, confirmado em: A denominada boa governança é um termo utilizado na literatura de desenvolvimento para descrever como as instituições públicas conduzem assuntos e gerem os recursos públicos a fim de garantir a realização dos direitos humanos (Pires et al., 2011, p. 38).

Desta forma, partindo da realidade dos produtos existentes nas localidades, que são o açaí e o tucumã, os sujeitos investigados, a população e as comunidades poderão trabalhar de forma coletiva, confirmado em:

Em qualquer sociedade, independentemente de leis locais, nacionais ou internacionais, a qualquer momento, podemos observar um, ou mais processos de governança. Cada sociedade desenvolve os seus próprios processos e modelos, a sua própria decisão, ou resolução de litígios entre seus membros, suas normas e instituições (Pires et al., 2011, p. 40).

Assim, a união dos sujeitos envolvidos no processo de autenticidade do próprio local, ou seja, a venda do açaí e do tucumã de onde elas são geradas, não levando para as outras cidades, mas sim no próprio local de origem, onde são produzidas. Nesse processo de venda no próprio local de origem, poderão ocorrer os riscos, ou seja, estas frutas poderão demorar mais tempo em seu local de produção até chegar a seu destino final, que será o consumidor, ou outras localidades e territórios do Estado do Amazonas.

Além disso, a governança territorial não para por aqui, tendo em vista que estas localidades, que são Anamã e Beruri, têm um fator fundamental que é o trabalho dos sujeitos (públicos, privados e associativos), confirmado nas entrevistas, e ainda o equilíbrio ambiental, confirmado no relatório anual do (IDAM, 2022), do espaço onde estas frutas são produzidas, tendo em vista a valorização do meio ambiente, fazendo valer a Lei de Crimes Ambientais nº. 9.605/1998, considerada como de fundamental evolução por trazer ao cidadão mecanismos

quando da proteção da vida através das sanções penais ambientais, dispõe ainda de sanções administrativas, providas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Fiorillo, 2003, p. 376), visto que na medida em que os sujeitos são envolvidos, estes espaços são valorizados através das ações sociais, como palestras na sociedade, seminário e um acordo de cooperação técnica com as escolas da educação básica e os próprios envolvidos nos processos. Assim, podemos entender em:

A competitividade territorial, econômica e de longo prazo é, portanto, uma construção social, em que a localização das empresas depende da existência de um entorno capaz de responder em melhores condições a complexidade crescente das pressões da globalização, e nas relações ocorridas nesse entorno não deve haver direcionamento exclusivo de diretrizes estatais, nem de atividades empresariais privadas, as negociações devem levar em conta não só o modo como a sociedade organiza a produção social, mas também como ela participa da criação dos espaços necessários de negociação entre os diferentes sujeitos sociais em prol de uma meta comum; dessas prerrogativas se segue um desenvolvimento territorial socioeconômico de forma equilibrada, socialmente justo e ambientalmente sustentável (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 69).

Partindo das contribuições acima, o ponto primordial na governança territorial são os próprios territórios, sua realidade e, acima de tudo, as ações desenvolvidas por cada sujeito envolvido, nas suas práticas através de suas lutas diárias. E partindo da comunicação entre os diversos sujeitos, buscamos uma outra perspectiva que, a partir da execução da cesta de bens e serviços territoriais, surgirá então a transformação social, bem como a inovação social.

A partir desta perspectiva e trazendo a ideia de desenvolvimento no território onde estamos propondo a criação de uma cesta de bens e serviços territoriais, estamos convictos de que esta elucidação implica uma reparação das desigualdades sociais existentes, bem como a promoção da igualdade social e melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza (Sachs, 2004). Todo esse envolvimento dos sujeitos, alocados no território, é fundamental para o entendimento dos sujeitos envolvidos, trazendo assim novas perspectivas para os territórios investigados.

Assim, quando temos sujeitos públicos, privados e associativos envolvidos e conscientes da importância do território para a evolução do processo, entendemos sua importância, bem como seus produtos, sua cultura e, acima de tudo, sua contribuição como peça fundamental para a evolução do território. Diante dos resultados apresentados pelos sujeitos que foram investigados, esse contexto social é fundamental para a inovação do uso do açaí e do tucumã, não apenas a inovação como uma ferramenta e fonte de produtividade econômica e de

competitividade, mas também inclui o potencial de ser usada para alcançar objetivos sociais e coesão social na sociedade (Gabriela, 2012).

Entretanto, quando os sujeitos envolvidos no território participam de forma estratégica, os mesmos poderão entender de forma clara sobre os desafios, as causas e as consequências para a criação da cesta de bens e serviços territoriais, como um ponto que poderemos elucidar, através da forma de organização, se estes sujeitos não obtiverem uma perspectiva, as dificuldades serão mais evidentes, tendo em vista acreditar nos próprios produtos dos quais estão em evidência no próprio território, aqui é válido mencionar que são as frutas nativas do açaí e do tucumã, conforme Medina; Shanley (2013).

3.1. O sistema de governança territorial nos municípios de Anamá e Beruri no estado do Amazonas

Quando nos propomos a discutir um sistema de governança territorial, de imediato buscamos outras governanças, dentre elas a governança pública, a política, a corporativa (Pires *et al.* 2012, p. 35-36), e a de Tecnologia da Informação: como uma estrutura de relacionamentos e processos para dirigir e controlar a TI afim de alcançar as metas da instituição pela agregação de valor, enquanto se mantém o equilíbrio dos riscos versus retorno sobre esta função e seus processos (TCEPR, 2017, p. 6).

Entretanto, aqui enfatizamos a Governança Corporativa, considerando que a mesma envolve um conjunto de processos que afetam a maneira como uma corporação é dirigida, administrada ou controlada (Pires *et al.* 2012, p. 35). E quando buscamos uma afirmação sobre governança, não temos só uma combinação entre os diversos autores, mas sim algumas dimensões e perspectivas, porém aqui trazemos uma afirmação, a partir das produções entre o açaí e tucumã que são produzidos nos municípios em que a pesquisa foi investigada:

A produção e o comércio do açaí são uma atividade que envolve diversos sujeitos ao longo da cadeia produtiva, desde os pequenos produtores até as empresas de médio e grande portes (Medeiros; Sablayrolles; Cazella; Pecqueur, p. 56). Esses produtores desempenham um papel importante na preservação da cultura tradicional do açaí e na geração de renda para as comunidades locais. Eles fornecem os frutos de açaí frescos para diferentes segmentos do mercado, como mercados regionais, feiras e até mesmo para outras etapas da cadeia produtiva (Medeiros; Sablayrolles; Cazella; Pecqueur, p. 56).

O enfoque da cesta de bens e serviços parte de uma proposta, da discussão, ou da realidade específica das frutas, ou produtos que são produzidos, ou são gerados, assim como o

açaí e o tucumã são produzidos nas cidades investigadas. E partindo desta realidade, surge então um modelo de cesta de bens para a nossa realidade. Não há um modelo de cesta em nível macro, cada situação ou contexto, tem modelo de cesta, variando de acordo com a realidade do território. Contudo, se temos os diversos sujeitos envolvidos, é fundamental trabalharmos uma forma de gestão, podendo confirmar em:

[...] a qualquer tipo de organização, pública ou privada, independentemente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em orientações, promovendo a gestão estratégica da empresa, alinhando interesses dos principais envolvidos, com o objetivo de preservar a sustentação, agregar valor e contribuir para a longevidade da organização (Oliveira; Pisa; Augustinho, 2016, p.111).

Partindo da concepção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) a ser discutida e implementada nas cidades investigadas, propõe-se um modelo que visa a geração de benefícios socioeconômicos e territoriais concretos. A partir da mobilização dos sujeitos locais e do reconhecimento das especificidades produtivas notadamente as cadeias do açaí e do tucumã, a CBST constitui-se como uma estratégia de articulação entre a população e os diversos segmentos institucionais e associativos presentes nesses territórios.

No contexto brasileiro, o debate sobre governança territorial foi aprofundado por Dallabrida e Becker (2003), em publicações como *Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica* a *Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança*. Nesses estudos, o autor associa a governança à prática do planejamento do desenvolvimento a partir da institucionalização de processos de concertação público-privada. Tal abordagem alinha-se à proposta desta tese, que considera Anamã e Beruri como territórios estratégicos para a aplicação dessa perspectiva teórico-metodológica.

Em diálogo com essas contribuições, Boisier (1998) aponta dois requisitos fundamentais para a realização de “intervenções territoriais inteligentes” com chances de sucesso: (i) a construção de um novo conhecimento e (ii) a consolidação de um poder político local e/ou regional. Esses elementos são plenamente aplicáveis à realidade investigada, na medida em que se reconhece o papel dos sujeitos públicos, privados e associativos na promoção de práticas que valorizem os recursos locais, neste caso, o açaí e o tucumã.

Dessa forma, observa-se uma convergência entre os sujeitos citados (Dallabrida e Becker, 2003; Dallabrida, 2003; Boisier, 1998) quanto à compreensão da governança territorial como um processo de articulação entre diferentes sujeitos sociais e instituições, incluindo o

Estado e as organizações da sociedade civil. Para além de estruturas formais, essas articulações formam redes de poder socioterritorial, conceito que designa os diversos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados por suas lideranças, das mais locais às mais institucionalizadas, como as prefeituras, associações, comerciantes, produtores de açaí e tucumã, entre outros.

A título de ilustração, a realidade produtiva do açaí e do tucumã nos municípios investigados, conforme demonstrado nas Tabelas 3 e 4 (p. 60 e 61) desta tese, evidencia um estágio ainda inicial em termos de volume. No entanto, ao considerar-se os dados em escala estadual, observa-se que o Amazonas ocupa a segunda posição no ranking nacional de produção de açaí, sendo superado apenas pelo estado do Pará, conforme relatório do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM, 2022).

O Pará registrou a maior produção de açaí com 154.4 mil toneladas, o que representa 68,0% do total nacional. Com o aumento de 3,2% na quantidade e de 8,5% no valor da produção, essa unidade da Federação alcançou R\$ 617,3 milhões, e o estado do Amazonas vem em seguida com 45.208 mil toneladas (Yamaguchi, et al, 2024, p. 60).

Nos municípios investigados, se os sujeitos privados e associativos (aqui intitulados pelos membros das associações, produtores, coletadores e corporativos) ampliarem as suas produções de frutas úteis como o açaí e o tucumã nos territórios, esses sujeitos poderão dialogar de maneira mais objetiva com outros sujeitos, a exemplo dos (públicos aqui intitulado pelos servidores públicos, comerciantes, vendedores e compradores), porém o conhecimento científico e uma consultoria específica na área de gestão, o diálogo e a convivência desses sujeitos, tornar-se-ão mais fortes e poderão discutir a cesta de bens e serviços territoriais.

A discussão da cesta de bens e serviços territoriais em uma localidade tem que envolver os sujeitos (públicos, privados e associativos), pois é através destes sujeitos que estão alocados e conhecem os territórios que a discussão flui, fortalece e equilibra a discussão para a realização da mesma, confirmado em:

A governança corporativa envolve um conjunto de processos que afetam a maneira como uma corporação é dirigida, administrada ou controlada. Uma boa governança corporativa agrega a perspectiva de longo prazo, buscando tratar os interesses dos acionistas e de como esses se articulam dentro da esfera de controle da corporação, mas também visa atingir metas que beneficiem clientes, funcionários, fornecedores e do ambiente tanto de trabalho quanto o da inserção da própria empresa (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011. p. 35).

Os sujeitos mencionados acima (Pires; Fuini; Mancini e Neto) enriquecem o trabalho existente nos territórios investigados. Aqui, no presente trabalho, fazemos uma referência somente às plantas nativas, suas produções e, acima de tudo, à sua importância para a evolução

e identidade dos habitantes, e, acima de tudo, dos sujeitos envolvidos que são os protagonistas da discussão e criação da CBST, porém, não basta discutir, ou criá-la, mas sim em trabalhá-la em um determinado período, envolvendo a comunidade de maneira ampla e atos ativos dos diversos sujeitos, conforme: (Medeiros; Sablayrolles; Cazella; Pecqueur, 2021).

Diante dos fatos, para alcançar uma governança territorial mais equilibrada, além da participação interativa dos diversos sujeitos, a governança necessita de dois tipos de capital para o planejamento do desenvolvimento territorial: o capital físico, representado pelos recursos de fundos, equipamentos e outros, e o capital institucional, que agrega os recursos intelectuais, sociais e políticos (Dasí, 2009).

Nesse sentido, obter a participação ativa dos sujeitos privados e associativos é peça-chave para montar esse quebra-cabeça da governança territorial. Assim, trazemos as contribuições do Instituto Ethos (2012), confirmadas em:

Adaptar a governança a esse novo olhar significa modificar as estruturas existentes de forma a oferecer possibilidades e influenciar mecanismos de políticas públicas que favoreçam o debate sobre novos caminhos para a economia. O diálogo criado a partir daí pode dar as condições necessárias para a legitimação de diferentes sujeitos mais influentes nesse novo modelo de gestão participativa, bem como para a definição de metas claras e a promoção do comprometimento das partes para uma mudança efetiva de foco, do momento atual para o futuro (Oliveira; Pisa; Augustinho, 2012, p. 129).

A partir do referido entendimento, a governança territorial envolve inúmeros produtos e serviços, tendo em vista que alguns encontram-se em construção, mas talvez seja o mais democrático e, inclusive, dentre todas as iniciativas em curso, o mais visível, são as produções do açaí e do tucumã existentes nos municípios de Anamã e Beruri. Os territórios possuem uma grande diversidade de perfis socioeconômicos, dentro dos sujeitos associativos, que estão presentes nos municípios investigados.

Diante das produções do açaí e do tucumã existentes nos municípios de Anamã e Beruri, conforme as tabelas 3 e 4 (nas páginas 60 e 61) da presente tese e de acordo com os dados do (Idem, 2022), a governança baseia-se na comunicação dos diversos sujeitos dentro dos locais onde detectamos, percebemos, ou presenciamos uma movimentação de produtos, ou até mesmo um diálogo embrionário, entre os sujeitos associativos citados, envolvendo ainda os principais sujeitos que é a parceria com os sujeitos públicos, com os demais sujeitos implicados com a atividade da cadeia produtiva. Contudo, há muito a ser feito no território para que haja um engajamento dos diversos sujeitos territoriais que buscam valorizar os produtos e serviços

específicos do território a fim de construir uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da CBST (Medeiros et al., 2021).

Os sistemas de governança de processos complexos são fundamentais para que a valorização de recursos territoriais específicos ocorra e não dissipe essa estratégia de desenvolvimento territorial. Esse tipo de governança tem uma ancoragem territorial, fundamentada na especificação de recursos e ativos territoriais, que estão na base da teoria da CBST. Além disso, a valorização dos produtos e serviços territoriais específicos representa uma alternativa para a criação de sistemas agroalimentares e de serviços que promovam o resgate histórico e cultural por parte dos sujeitos locais (Lauermann et al., 2022). Assim, podemos entender, a partir das contribuições abaixo:

A Amazônia vem enfrentando nas últimas décadas um problema que vai para além dos limites territoriais brasileiros, tendo influência direta dos países da Pan-Amazônia, ou seja, a Amazônia transfronteiriça. A expansão das redes ilegais ligadas ao crime organizado, sobretudo relacionadas ao narcotráfico, contrabando, biopirataria e tráfico de armas, desafiam a segurança nacional e o poder do Estado (Couto; Santos; Ribeiro, 2019, p. 50).

Quaisquer que sejam os sistemas de governança territorial, faz-se necessário que um, ou mais sujeitos assumam a função de coordenar de forma transversal, bem como a mediação de conflitos, promoção da gestão compartilhada, reunião dos diferentes sujeitos que favoreçam as diversas abordagens colaborativas de construção coletiva de recursos territoriais específicos, assim como a mobilização e a coordenação das diferentes categorias de sujeitos envolvidos no processo de elucidação da mesma (Perron; Janin, 2014).

Além disso, a governança territorial, representa um novo formato operacional de diferentes sujeitos envolvidos, visto que em um projeto comum poderá elucidar inúmeros paradigmas de um determinado território. Assim, a tomada de decisão passa por um processo democrático e planejado, ou seja, um formato horizontal sem a existência da imposição de um modelo top-down, ou verticalizado (Dasí, 2009). Desse modo, a construção de um sistema de governança territorial representa um:

Elemento chave dentro de um processo de desenvolvimento territorial sustentável que recorre à construção de uma “cesta de bens”, tendo em vista o processo de coordenação que permite aos atores locais identificarem e se apropriarem de recursos territoriais específicos e construir uma territorialidade em torno deles. Esse processo não se limita a um espaço administrativo e depende do envolvimento de múltiplos atores, tanto públicos quanto privados e associativos, combinado à sua proximidade geográfica e representatividade dentro do seu segmento produtivo, ou área de atuação (Leloup *et al.*, 2005).

Enfim, o desenvolvimento territorial não segue um roteiro único nem uma ordem temporal, pois cada território configura um processo diferente. Alguns territórios partem da valorização de um, ou mais recursos específicos por iniciativa de sujeitos privados, outros de

um programa iniciado por sujeitos públicos e outros pelo surgimento de associações que promovem a construção de uma agenda de governança territorial (Campagne; Pecqueur, 2014). Por isso, a governança dos distintos sujeitos territoriais assume um caráter único no processo de desenvolvimento de cada território em particular. E assim, é a perspectiva na presente tese, elevando assim, a qualidade de vida, não só dos sujeitos envolvidos no processo da discussão e elucidação da (CBST), mas também de toda a população e comunidades das cidades de Anamã e Beruri no Estado do Amazonas.

3.2. A importância dos sujeitos privados, públicos e associativos de Anamã e Beruri na criação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais

Trazer a proposta dos sujeitos envolvidos com os diversos produtos do território é fundamental para a criação, ou até mesmo uma discussão, para a cesta de bens e serviços territoriais. Os sujeitos privados e associativos correspondem, principalmente, aos membros das associações, produtores, coletores e cooperativas, bem como os proprietários de pousadas e os possuidores de vínculos com outras empresas locais. Esses sujeitos desempenham um papel muito importante, que é a geração de renda e emprego, promovendo externalidades positivas para o território, dentro de um processo de desenvolvimento territorial (Campagne; Pecqueur, 2014).

Em uma outra perspectiva, apresentamos os diversos sujeitos como processo de construção e até mesmo uma evolução do território. Quando os diversos sujeitos estão juntos e entendidos como grupos, os mesmos trarão um novo olhar para os territórios, mudando a cultura e até mesmo os paradigmas existentes nos territórios, aqui especificamente nos municípios investigados que são Anamã e Beruri. Assim, trazemos a seguinte contribuição:

Os sujeitos podem ser entendidos como indivíduos ou grupos. Sua ação coletiva leva à formulação de normas (ou regras) que orientam o comportamento e, por sua vez, são afetados pela ação coletiva. Todos os atores, porém, não têm a mesma influência no processo de governança, que depende dos recursos disponíveis e da vontade e capacidade em mobilizar e interagir com outros atores. Há de se considerar que o maior número possível de atores deve estar incluído na análise, mesmo com seus pesos diferentes, sendo ou não reconhecidos por lei, tendo em vista que a informalidade pode gerar um grande entrave para a análise, e também para a própria legalidade das relações frente ao poder constituído (o Estado); (Pires; Fuini, Mancini; Neto, 2011, p. 44).

Os municípios de Anamã e Beruri, são municípios muito específicos, tendo em vistas suas especificidades e distanciamento até a capital. Entretanto, ambos têm as suas plantas úteis que são o açaí e o tucumã, produtos esses que são independentes, e até mesmo são os sustentos de uma boa parte dos sujeitos que residem não só nos territórios específicos, mas também nas

diversas comunidades, entre elas, na cidade de Anamã temos: Arixí, Cuia, Novo Brasil, Mato Grosso, Nossa Senhora de Nazaré, São José Eware, Bom Jesus. Nova Esperança, Santa Luzia e Primavera (IDAM, 2022).

Em Beruri, as comunidades como: Santana do Supiá; Novo Supiá; Vila Canaã; São Sebastião; Nazarezinho – Marrecão; Santo Antônio; São Raimundo; N. S. do P. Socorro; Frangulhão; Nova Santa Rita e São Francisco (IDAM, 2022), comunidades essas que estão inseridas nos referidos territórios. Além dessa perspectiva, podemos complementar com as seguintes afirmações:

Quando consideramos a dinâmica territorial da perspectiva da participação dos atores e do protagonismo social, as experiências dos dois territórios investigados mostram trajetórias muito diversas, cuja comparação é bastante interessante e rica tanto do ponto de vista metodológico, quanto da complexidade histórica, política, econômica, social e cultural da realidade dos territórios criados no Brasil graças a programas do Governo Federal (Leite, 2011. p. 119).

Nos territórios investigados, aqui mencionados na presente tese, ainda não percebemos os investimentos diretos do governo federal, porém ocorreram alguns investimentos do governo estadual, mas de forma muito lenta, ou seja, não havia um projeto de forma longa, com a participação macro dos diversos sujeitos, porém o que foi comentado por alguns sujeitos, principalmente pelos sujeitos públicos, foi que a aplicabilidade do projeto não ocorreu a tríade entre os diversos sujeitos, principalmente pelos investigados: públicos e associativos. O mesmo foi apresentado de maneira muito lenta, ou simplesmente não ocorreu (IDAM, 2022).

Assim, ocorrendo as interações, essa aproximação e a participação dos diferentes sujeitos fortalecem o modelo de governança territorial do setor produtivo, qualificando os produtores, além de aprimorar a comunicação entre os sujeitos envolvidos com aqueles de outros setores produtivos, ou seja, o diálogo e o entrosamento entre os sujeitos. Perron e Janin (2014) afirmam que os sujeitos públicos são de extrema importância, para os mais coerentes com o intuito de coordenar a organização dos sujeitos territoriais de forma ágil e transversal. Eles possuem uma maior facilidade para fomentar a criação de um comitê de direção e, através deste, podem fomentar oficinas coletivas sobre temas que vão auxiliar os sujeitos privados e associativos na valorização do território, ou até mesmo resolver os problemas em comum (Perron; Janin, 2014). Ocorrendo assim, nas reuniões, quando os questionários da presente pesquisa foram respondidos.

Ainda na percepção de Dasí (2009), observamos que a participação dos sujeitos privados e associativos pode influenciar diretamente nas políticas, ao decidirem sobre os caminhos traçados para o desenvolvimento do território, sendo capaz de participar na tomada de decisões juntamente com os sujeitos públicos. Nesta perspectiva, os açazeiros são, em

grande maioria, pequenos produtores e têm um baixo poder aquisitivo. Entretanto, quando se tem um recurso territorial específico e este possui uma grande notoriedade, o papel de coordenação dos sujeitos públicos territoriais se torna crucial.

Desse modo, o desafio para esses sujeitos é consolidar as ferramentas de valorização, estruturar o sistema organizacional, via distribuição de papéis e competências, bem como permitir o desenvolvimento de ações que consolidam e perpetuem a valorização do recurso (Perron; Janin, 2014).

Porém, quando observamos Anamã e Beruri, percebemos inúmeros atributos que estão evidenciados pelos produtores e consumidores do território. Há sempre uma ação coordenada através dos sujeitos territoriais, buscando assim a valorização destas frutas nos mercados. Para os entrevistados, é perceptível que está em curso um processo de estagnação comercial, ou seja, as frutas são vendidas no próprio local, de acordo com as respostas na presente pesquisa, tendo em vista o seu distanciamento para outros locais, como Anori, Codajás, Tefé e Manaus, conforme (Melo *et al.*, 2021) para comercialização destas frutas úteis, ou seja, o açaí e o tucumã.

Ainda em consonância com Dasí (2009), a participação social é alcançada com dificuldades, problemas relacionados à sua efetividade e ainda, conflitos na logística destas frutas, pelo tempo da extração e a entrega em outras localidades. Contudo, podemos perceber que os diversos sujeitos envolvidos nos territórios investigados ainda relutam entre a compra e a venda destas frutas com os diversos paradigmas do tempo, levando em consideração a cultura dos povos tradicionais. Entretanto, os conflitos existem, assim, podemos confirmar em:

A eliminação do conflito, muitas vezes, bloqueia o surgimento de novas dinâmicas e compromete a ampliação dos canais democráticos de participação, na medida em que tende a privilegiar os grupos sociais que possuem posição privilegiada na estrutura de poder local. É relevante considerar que a diferença no grau de representatividade dos variados atores (segundo sua capacidade de articulação política e o conhecimento do funcionamento dos processos burocráticos de acesso a recursos públicos) pode vir a gerar formas distintas de participação e de intervenção desses grupos sociais no processo de gestão, produzindo configurações específicas no momento da aplicação dos recursos disponibilizados em nível territorial (Couto e Rocha, 2006, p.11).

Entretanto, o diálogo para a criação da cesta de bens e serviços territoriais é fundamental entre os diversos sujeitos, porém é evidente o quantitativo de complexidade que poderemos encontrar no decorrer dos diversos diálogos no processo da mesma. Os trabalhos sobre governança, em maioria, referem-se à teoria das instituições e aos meios de coordenação, principalmente no âmbito das organizações que não fazem parte do mercado (Fuini, 2010).

A partir do entendimento acima, para ocorrer a construção do território é necessária uma governança territorial que articule os sujeitos públicos, privados e associativos em redes de poder sócio territorial, tendo em vista o planejamento, a tomada de decisão e acima de tudo,

uma gestão compartilhada. Essa organização de diversos sujeitos estrutura-se por alianças, buscam um objetivo comum, que são os benefícios para os territórios investigados.

Dessa forma, se integram interesses de diversos grupos heterogêneos existentes no território (Dallabrida, 2016). Mas, nem sempre é fácil classificar os sujeitos implicados com o desenvolvimento territorial nas categorias de sujeitos públicos, privados e associativos. Por vezes, as fronteiras entre essas três categorias se entrecruzam, dada a dinâmica dos próprios sujeitos que são ora gestores, ora empresários, ou produtores, ora coordenadores e representantes de associações e cooperativas.

Dentro do enfoque teórico-metodológico da “cesta”, a noção de governança usada está atrelada a uma perspectiva essencialmente socioeconômica, ou seja, a valorização dos produtos que comporá a cesta de bens e serviço. Desta forma, o processo de coordenação criado entre os sujeitos territoriais tem como intuito organizar suas atividades econômicas para fins sociais do território. Entretanto, essa perspectiva não se restringe em buscar a otimização no processo de produção, mas abarca em sua proposta a diferenciação de um território de outro, por meio de seus produtos e serviços e, principalmente, pela sua configuração organizacional (Campagne; Pecqueur, 2014).

As políticas públicas existentes nos territórios são fundamentais para a existência da cesta de bens e serviços territoriais, lembrando ainda das diversidades de cada um dos sujeitos existentes nos territórios investigados, confirmado com:

Dentre a diversidade de sujeitos que podem estar envolvidos nos processos de governança, o Estado, na quase totalidade dos casos, está presente especialmente nas questões ligadas a governança territorial, desenvolvimento e políticas públicas. A presença do Estado pode variar dependendo do nível de governo que está em discussão, podendo envolver desde a esfera federal, passando pelos poderes públicos dos entes federados, até o poder local (Pires; Fuini; Mancini; Neto, 2011, p. 44).

Para que os sujeitos territoriais consigam trilhar um modelo de desenvolvimento territorial, pautado na especificidade e qualidade do território, é preciso que se forme um sistema de governança territorial estável, para que consiga valorizar de forma coordenada e cooperada diferentes recursos territoriais específicos por um período duradouro. No entanto, a ausência de uma estrutura e/ou mecanismo de governança pode ocasionar na, não perpetuação dos recursos territoriais específicos, tais como o esvaziamento cultural em torno desses recursos, a perda da identidade do território, assim como o esquecimento da sua história, o que fortalece ainda mais a marginalização desses territórios frente ao processo homogeneização do desenvolvimento global (Gomes *et al.*, 2014). Por esta ótica, a governança é um fator chave na implantação de um modelo de desenvolvimento territorial a partir da valorização dos recursos territoriais específicos e a construção de uma CBST (Hirzcak *et al.*, 2008).

Os diversos sujeitos, aqui mencionados que são os sujeitos privados, públicos e associativos, são fundamentais para a governança territorial de Anamã e Beruri, tendo em vista que será um processo de construção por sujeitos envolvidos com as especificidades dos territórios. Desta forma, o importante, no entanto, é compreender as principais dificuldades enfrentadas e interesses da realidade desses sujeitos. O jogo de interesses de cada um dos sujeitos moradores nos territoriais, são fundamentais para o crescimento social, cultural do sistema de governança territorial, visto que poderão contribuir para a idealização dessa formulação que, por vezes, representa a principal explicação para as diversas experiências do coletivo (Pires et al. 2012, p. 36).

Assim, trata-se de um sujeito público que trabalha diretamente com os produtos e serviços específicos do território. As experiências francesas, analisadas por Hirczak *et al.* (2008) sobre o “efeito cesta”, revelam que o sujeito público assume, em grande medida, a responsabilidade de mediação dos demais sujeitos, uma vez que possui as ferramentas necessárias para promovê-la, assim como um conhecimento da diversidade de sujeitos existentes no território, propiciando a maior pluralidade de sujeitos possível no projeto. Entretanto, isso não significa que os sujeitos privados, ou associativos não possam incumbir-se ou assumir gradualmente parte dessas atribuições (Perron; Janin, 2014).

Sobre as ações correlacionadas e até consultorias aos diversos processos, o Sebrae exerce um papel central, pois é o principal sujeito público, ou seja, o mesmo encontra-se desde 1999 no bojo de um movimento de direcionamento estratégico que se constitui em uma verdadeira reinvenção institucional (Apostila, Sebrae, 2013, p. 5), que poderá assessorar, ou até mesmo financiar os projetos, principalmente quando os produtos existem nos próprios territórios. A partir de uma visão sistêmica do processo, procura inter-relacionar o maior número de sujeitos públicos, construindo direto e indiretamente uma rede institucional que está se fortalecendo com o tempo (Wu et al., 2014, p. 20).

A natureza jurídica do Sebrae suscita dúvidas, pois se trata de uma organização pública, ou privada. Apesar de ser uma organização “privada de serviço social”, cujos recursos financeiros provêm de contribuições das micro e pequenas empresas, seu conselho deliberativo é majoritariamente composto por representantes governamentais. Por essa razão, optamos por colocá-la entre os sujeitos públicos que atuam na região de estudo, considerando que o Sebrae já contribuiu, com cursos de curta duração e oficinas práticas sobre empreendedorismo não só em Anamã e Beruri, conforme (IDAM, 2022).

Partindo desta perspectiva, entendemos que a comunicação e a troca de experiências entre distintos sujeitos não acontecem de forma espontânea, bem como depende da ação e de

inúmeras articulações, quase sempre, com os sujeitos públicos. Como os mesmos sujeitos públicos participam dos diferentes subsistemas de governanças dos projetos de indicações geográficas (IG), esses subsistemas proporcionam o diálogo frequente dessa categoria com os dois outros tipos de sujeitos territoriais (Cunha; Rückert, 2019).

Os territórios Anamã e Beruri possuem recursos territoriais com alto grau de especificidade, ou seja, com características intrínsecas à cultura e história da região. Diferentes segmentos de sujeitos sociais encontram-se envolvidos com diferentes iniciativas de valorização desses recursos. A construção de um sistema de governança territorial nesse território representa o principal gargalo para a formação de uma estratégia de desenvolvimento da CBST (Cunha; Rückert, 2019).

Assim, por mais que o território tenha recursos territoriais específicos, através de suas frutas úteis como o açaí e o tucumã, é um cenário atrativo, tendo em vista que o sistema de governança territorial ainda é fragmentado, ou seja, as frutas são aproveitáveis de uma forma geral, bem como são boas fontes de compostos bioativos (Almeida; Santos, 2020, p. 13). Assim sendo, o potencial dos frutos amazônicos como fonte de novos bioprodutos de grande interesse industrial, com oportunidades reais para o desenvolvimento econômico e social de comunidades locais e empresas brasileiras (Almeida; Santos, p. 43).

Partindo desta realidade, existem algumas ações embrionárias dos sujeitos privados e associativos e outras ações mais significantes por parte dos sujeitos públicos, mas persiste na falta de conexão entre os diferentes sujeitos do território. Um aspecto positivo reside no fato de que a maioria deles tem consciência dessa limitação, ou seja, os sujeitos, quando responderam às entrevistas, confirmaram as limitações em cada resposta dada e exposta na presente tese.

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar a atuação transversal de profissionais ligados ao serviço público de pesquisa e extensão através de duas universidades públicas que são a Universidade Federal do Amazonas - UFAM e a Universidade Estadual do Amazonas - UEA e ainda ações evidenciadas através de um conjunto de sujeitos territoriais, se despontando como principal mediador na construção de uma governança territorial.

Desta forma, a abordagem da CBST pressupõe a integração e articulação entre produtos e serviços territoriais e, com efeito, dos diversos sujeitos. Sem isso não se constitui uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz desse enfoque. Porém, o cerne da argumentação gira em torno da ideia de que a economia dos recursos naturais renováveis pressupõe que todo recurso explorado em regime de propriedade comum implica ao mesmo tempo e necessariamente a condução de acesso livre (ou socialmente não controlado). (Vieira; Weber, 1997, p. 20).

A função da organização desse processo ficará a cargo, principalmente, dos sujeitos público e associativo. A relação entre os três tipos de sujeitos é essencial para a emergência de IG, marcas coletivas, feiras, eventos e outros projetos que legitimem a identidade e especificidade do território (Campagne; Pecqueur, 2014).

CAPÍTULO 4

4 ANÁLISE INTEGRADA E POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO BIOTECNOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE BERURI E ANAMÃ – AM

O presente capítulo tem como objetivo aprofundar a análise sobre os ativos territoriais identificados nos municípios de Anamã e Beruri, no estado do Amazonas, com ênfase nas possibilidades de agregação de valor a partir da incorporação de estratégias de inovação biotecnológica. Parte-se do reconhecimento de que produtos como o açaí e o tucumã, além de seu valor econômico e sociocultural já consolidado nas comunidades locais, apresentam potencial para a diversificação de usos e para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, ancoradas em práticas tecnológicas adaptadas às especificidades regionais.

Ao propor uma leitura integrada entre território, saberes locais e ciência aplicada, busca-se evidenciar caminhos que articulem o fortalecimento da economia local à preservação ambiental, abrindo espaço para iniciativas inovadoras que respeitem os modos de vida tradicionais e promovam uma governança territorial inclusiva e transformadora.

O conhecimento da natureza é um tema central nas discussões sobre desenvolvimento socialmente justo, e no contexto do Amazonas, esse tema se torna ainda mais relevante, dada a complexidade da região e a sua importância geopolítica e geoeconômica, entre outros, para o equilíbrio ecológico e político global. A relação entre as sociedades locais e o meio ambiente da Amazônia tem sido marcada por tensões entre as necessidades econômicas das comunidades carentes e a preservação da biodiversidade, que muitas vezes é explorada de maneira predatória como alternativa para a sobrevivência para uns e formação de riqueza para outros. Para que o processo de desenvolvimento seja considerado justo, é necessário que as comunidades locais tenham acesso aos recursos naturais, mas sem comprometer a capacidade regenerativa do meio ambiente e com a garantia de que os benefícios advindos dessa exploração sejam distribuídos de forma a não reproduzir a pobreza.

O desenvolvimento socialmente justo é uma abordagem que busca equilibrar os direitos humanos e a proteção ambiental, considerando as desigualdades sociais e econômicas que existem em setores da sociedade diretamente dependentes dos recursos naturais. Essa perspectiva implica no reconhecimento de que os danos ambientais não afetam todos os grupos sociais de maneira uniforme; as populações mais vulneráveis, frequentemente as que habitam

áreas periféricas ou de difícil acesso, são as mais impactadas por degradações ambientais e mudanças climáticas e relações comerciais desvantajosas.

No Amazonas, as populações interioranas, como as de Anamá e Beruri, têm uma relação histórica de coexistência com a natureza, onde o uso de recursos como o açaí e o tucumã tem sido realizado de forma extrativista e artesanal, com base no conhecimento tradicional, como elemento do modo de vida. No entanto, no contexto amazônico, a pressão das atividades econômicas externas, como o desmatamento para pastagens e a exploração mineral, tem colocado em risco essa relação harmônica, além de expor as comunidades à perda de seus modos de vida tradicionais. Existem também formas produtivas que geram impactos inesperados, como a atividade produtiva do açaí, que ameaça a biodiversidade, conforme abordado na reportagem “Como o sucesso do açaí ameaça a biodiversidade da Amazônia” (BBC News Brasil, São Paulo, 13 de março de 2022).

A produção de açaí e do tucumã constitui um exemplo emblemático da articulação entre a apropriação responsável dos recursos naturais e a promoção de um desenvolvimento pautado pela justiça socioambiental. Essas frutas, em sua maioria, são cultivadas e extraídas sem a necessidade de desmatamento em larga escala, o que contribui para a manutenção dos ecossistemas locais. No entanto, a crescente demanda por esses produtos tem potencializado práticas predatórias, como o desmatamento ilegal e a exploração intensiva dos recursos naturais. Nesse contexto, torna-se imprescindível que a apropriação social desses ativos ocorra com consciência ecológica, de modo a garantir simultaneamente a conservação ambiental e a geração de trabalho e renda para as populações locais. Soma-se a isso a importância de processos de agregação de valor baseados em tecnologias apropriadas a realidade local.

As práticas de manejo sustentável, como os sistemas agroflorestais e o uso de técnicas tradicionais que respeitam a biodiversidade, são cruciais para o equilíbrio entre as exigências econômicas e a preservação ambiental. Todavia, para que tais formas de apropriação se consolidem de maneira eficaz, é necessário que as comunidades tenham acesso a tecnologias adaptadas, bem como a conhecimentos técnicos que não comprometam os ecossistemas. Além disso, é essencial que existam mecanismos legais e institucionais que assegurem os direitos territoriais dessas populações, reconhecendo sua autonomia na gestão e uso dos recursos naturais, isto é, o direito ao território como espaço de trabalho e reprodução social.

Entre os principais desafios para uma produção justa e econômica, destacam-se a ausência de infraestrutura adequada e a escassez de políticas públicas voltadas às regiões mais isoladas, distantes dos centros decisórios de poder e mercado. Tais limitações dificultam a implementação de práticas de manejo eficientes e o controle comunitário dos recursos naturais.

Agrava-se esse cenário com a atuação de agentes externos interessados em explorar os recursos locais de forma predatória, frequentemente desconsiderando os direitos coletivos das populações tradicionais, o que intensifica os conflitos territoriais e compromete a segurança alimentar e socioambiental das comunidades amazônicas.

Frente a esse panorama, a formulação e implementação de políticas públicas integradas tornam-se urgentes. Essas políticas devem articular a proteção ambiental à valorização dos saberes e práticas culturais locais, promovendo o fortalecimento da economia regional. Iniciativas de incentivo à produção de açaí e tucumã em bases socioeconômicas justas, que garantam a comercialização por meio de canais equitativos e sustentáveis, podendo contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida dos produtores locais. Simultaneamente, ações voltadas à educação ambiental e à capacitação técnica das comunidades para o uso de tecnologias limpas representando caminhos promissores para assegurar o uso equilibrado dos recursos pelas gerações presentes e futuras.

Nesse contexto, a biotecnologia desponta como uma importante aliada no processo de valorização dos ativos territoriais, ao oferecer soluções que possibilitam o aproveitamento pleno dos recursos locais sem comprometer a biodiversidade. O desenvolvimento e a adoção de biotecnologias aplicadas ao processamento de frutos nativos, à criação de novos produtos derivados, ao melhoramento genético de sementes e ao uso de bioinsumos são exemplos de estratégias que podem elevar o valor agregado do açaí e do tucumã, promovendo a inclusão das comunidades locais em cadeias produtivas de maior valor e complexidade.

Contudo, para que a biotecnologia cumpra efetivamente seu papel de indutora de um desenvolvimento justo e econômico, é imprescindível que seu uso seja regulado de forma a evitar a concentração de benefícios nas mãos de grandes corporações, em detrimento das comunidades tradicionais. O uso dessas tecnologias deve ser orientado por princípios de justiça distributiva, respeito à diversidade cultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais detidos pelas populações amazônicas. Nesse sentido, a biotecnologia deve ser concebida não apenas como instrumento técnico, mas como ferramenta de transformação social enraizada nos territórios e comprometida com a construção de alternativas inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento.

Contextualização econômica da produção do açaí e do tucumã em Anamá e Beruri

A produção de açaí e tucumã nos municípios investigados, situados no interior do estado do Amazonas, possui raízes históricas profundas que compõem a formação territorial e a reprodução dos modos de vida dos povos ribeirinhos. Esses produtos integram a dinâmica da economia local, caracterizada por baixa densidade de capital e tecnologia. Apesar dessas

limitações estruturais, o açaí e o tucumã desempenham papel fundamental nas economias municipais, impulsionados pela crescente demanda nos mercados nacional e internacional, igualmente marcados por contextos produtivos de baixa intensidade tecnológica.

Propriedades bioativas do açaí e do tucumã:

O açaí (*Euterpe oleracea*) é amplamente reconhecido por suas propriedades bioativas, especialmente pelos efeitos antioxidantes atribuídos à elevada concentração de antocianinas e outros compostos fenólicos. Diversos estudos têm evidenciado seus benefícios à saúde humana, como a redução do estresse oxidativo, a prevenção de doenças cardiovasculares e a atenuação de processos de envelhecimento precoce (Schauss et al., 2018). Ademais, o açaí é rico em fibras alimentares, lipídios e minerais, o que o qualifica como um alimento funcional com múltiplas aplicações na alimentação e na indústria.

O tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), por sua vez, destaca-se pela expressiva concentração de carotenoides, especialmente o betacaroteno, precursor da vitamina A. Esses compostos bioativos apresentam propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias, além de contribuírem para a saúde ocular, imunológica e cutânea. O tucumã também contém ácidos graxos essenciais, como os ômega 6 e 9, que desempenham importante papel na saúde cardiovascular e na regulação dos níveis de colesterol (Rufino et al., 2020).

Aspectos históricos e culturais:

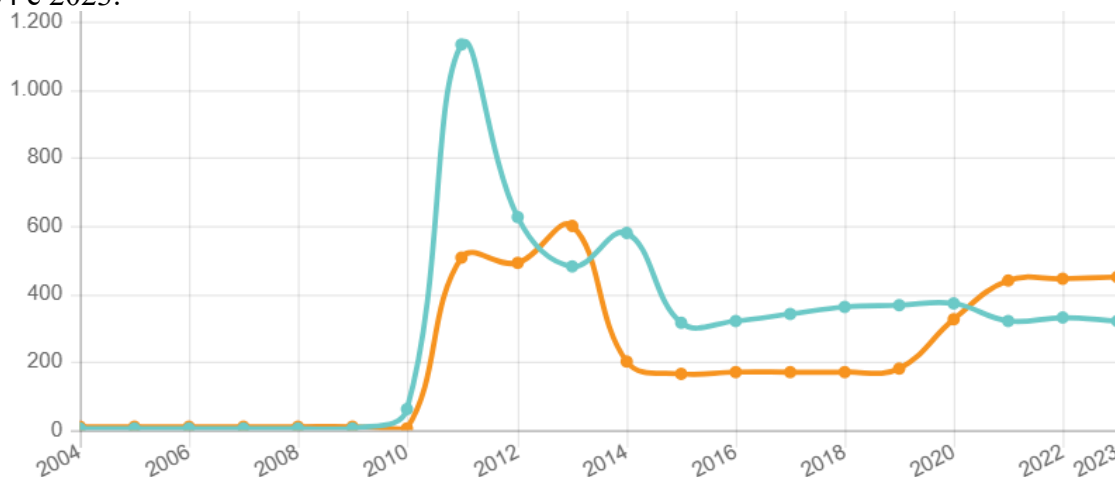
Historicamente, tanto o açaí quanto o tucumã integravam a dieta e a cultura dos povos indígenas amazônicos muito antes do processo de colonização, sendo utilizados não apenas como alimentos, mas também em práticas medicinais e rituais simbólicos. Contudo, foi a partir da década de 1980 que a produção dessas frutas passou a se expandir de maneira significativa, impulsionada pelo aumento da demanda internacional por alimentos exóticos e saudáveis. Esse novo cenário proporcionou uma transformação na matriz econômica local, posicionando o açaí e o tucumã como importantes fontes de renda para as famílias agricultoras da região.

Açaí:

O açaí, fruto da palmeira *Euterpe oleracea*, constitui a principal cultura agrícola dos municípios de Anamã e Beruri. Sua produção ainda é predominantemente vinculada ao modelo extrativista tradicional, que envolve a coleta direta dos frutos na floresta, sem a necessidade de técnicas agrícolas intensivas. Nos últimos anos, o açaí consolidou-se como um produto de elevado valor agregado, sendo comercializado tanto em sua forma in natura (especialmente como polpa congelada) quanto em sucos, cremes e outros derivados industrializados. Nos referidos municípios, observa-se a formação de associações e cooperativas de agricultores

familiares, o que tem favorecido a organização da produção, a melhoria das condições de trabalho e o acesso aos mercados regionais e internacionais.

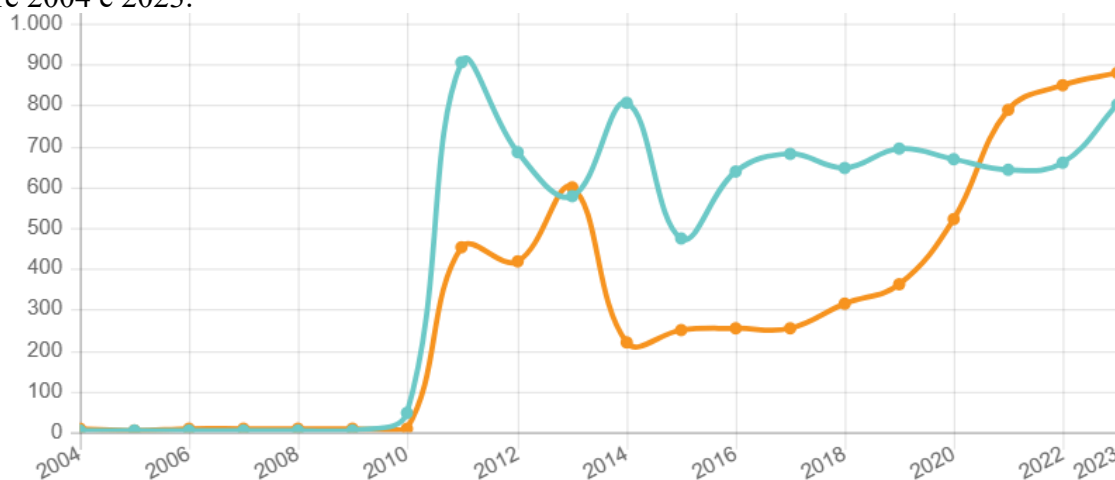
Figura 6: Produção de açaí (em toneladas) nos municípios de Anamã e Beruri (AM), entre 2004 e 2023.



Nota: Anamã (linha azul); Beruri (linha laranja).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)¹³.

Figura 7: Valor da produção de açaí (em R\$ x 1.000) nos municípios de Anamã e Beruri (AM), entre 2004 e 2023.



Nota: Anamã (linha azul); Beruri (linha laranja).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)¹⁴.

¹³INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Extração vegetal/Alimentícios/Açaí/Fruto/Quantidade produzida (unidade: t). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/anama/pesquisa/16/12705?indicador=12709&tipo=grafico>. Acesso em: 6 abr. 2025.

¹⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Extração vegetal/Alimentícios/Açaí/Fruto/Valor da produção (unidade: R\$ x 1.000). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/anama/pesquisa/16/12705?indicador=12709&tipo=grafico>. Acesso em: 6 abr. 2025.

A expansão da comercialização do açaí trouxe consigo desafios relacionados à exploração intensiva dessa palmeira nativa. Embora a extração dos frutos seja uma prática tradicional nas comunidades amazônicas. A crescente demanda tem provocado pressões crescentes sobre os recursos naturais, resultando em impactos ambientais significativos. Entre os principais problemas, destacam-se a degradação das áreas de cultivo, a intensificação de práticas ilegais de desmatamento para expansão das plantações e a consequente perda de biodiversidade, com efeitos sobre os ecossistemas locais.

Tucumã:

O tucumã, fruto da palmeira *Astrocaryum tucuma*, também desempenha papel relevante na dinâmica produtiva local, especialmente no abastecimento de mercados regionais. Ainda que sua produção seja consideravelmente mais limitada em relação ao açaí, o tucumã tem ganhado destaque na gastronomia brasileira, sendo utilizado em pratos típicos — como o "tucumã com queijo" — e na elaboração de óleos e extratos. Diferentemente do açaí, o tucumã permanece mais concentrado nos circuitos locais e apresenta baixa densidade de capital e tecnologia, embora já se insira, de forma gradual, no mercado nacional.

Contudo, sua produção enfrenta obstáculos específicos. A extração do fruto é predominantemente manual, o que demanda elevado esforço físico e limita a escalabilidade da atividade. Soma-se a isso a baixa valorização econômica do tucumã nos circuitos produtivos de Beruri e Anamã, o que impede que a fruta alcance maior representatividade comercial. Ainda assim, o crescimento da valorização das frutas nativas no Brasil tem gerado novos olhares sobre o tucumã, com o surgimento de programas de certificação e projetos de valorização da cultura local que buscam expandir seu potencial econômico e simbólico.

Economia local e desafios sociais:

A economia dos municípios de Anamã e Beruri é sustentada por atividades produtivas de base familiar e baixa densidade tecnológica, como é o caso do trabalho com o açaí e o tucumã. Apesar de representarem oportunidades de geração de renda, essas atividades estão imersas em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas, especialmente no que se refere às condições de vida das populações ribeirinhas. A agricultura familiar é predominante, e cooperativas e associações locais têm desempenhado papel central na organização da produção e no escoamento da produção, embora enfrentem desafios estruturais importantes — como a precariedade da infraestrutura, o acesso limitado aos mercados e a ausência de políticas públicas mais robustas de apoio técnico e logístico.

A carência de investimentos em inovação tecnológica e em infraestrutura adequada compromete a qualidade dos produtos e dificulta sua inserção em mercados extralocais.

Frequentemente, o acesso a esses mercados se dá por meio de atravessadores que não asseguram condições comerciais justas aos produtores, perpetuando relações assimétricas de poder e renda.

Diante desse cenário, o uso da biotecnologia e de práticas de inovação — como o desenvolvimento de produtos derivados das frutas nativas — configura-se como uma alternativa viável para aumentar o valor agregado da produção, melhorar a competitividade e fomentar a geração de emprego e renda de maneira mais equitativa. No entanto, para que essas tecnologias se integrem efetivamente à realidade local, é necessário que sua implementação leve em consideração as especificidades socioculturais e territoriais da região.

Esse panorama evidencia a complexidade da relação entre os recursos naturais, a economia local e os desafios socioambientais. Para que a produção de açaí e do tucumã se consolide como alternativa estratégica no contexto do desenvolvimento territorial econômico, é fundamental adotar modelos de cooperação e inovação que promovam a valorização justa das frutas nativas, respeitando o meio ambiente e assegurando melhores condições de vida para as populações envolvidas.

A expansão da popularização comercial do açaí também trouxe desafios relacionados à exploração dessa palmeira. Embora a extração dos frutos do açaí seja uma atividade econômica tradicional, a crescente demanda tem gerado uma pressão sobre os recursos naturais, resultando em problemas como a degradação de áreas de cultivo e o aumento das práticas ilegais de desmatamento para expandir as plantações das palmeiras. Isso, por sua vez, afeta a biodiversidade local e pode impactar o ecossistema da região.

Tucumã:

O tucumã, fruto da palmeira *Astrocaryum tucumã*, tem um papel igualmente importante, especialmente no mercado local e regional. Embora sua produção ainda seja muito mais limitada que a do açaí. O tucumã tem ganhado destaque na gastronomia brasileira, sendo utilizado em pratos típicos como o "tucumã com queijo" e na preparação de óleos e extratos. Diferente do açaí, o tucumã é mais utilizado em mercados locais e em baixas escalas de densidade de capital e tecnologia, mas já começa a se inserir de forma gradual no mercado nacional.

O tucumã também enfrenta desafios em sua produção. A extração do fruto exige um trabalho manual intensivo, o que limita a escalabilidade da produção. Além disso, a baixa valorização econômica do tucumã nos circuitos oriundos de Beruri e Anamã, em comparação com o açaí, impede que ele alcance um potencial maior de mercado. No entanto, a valorização crescente das frutas nativas tem gerado novos olhares sobre o tucumã, e as iniciativas para

promover a fruta estão crescendo, como programas de certificação e projetos de valorização da cultura local.

Bens e serviços territoriais e sua aplicação no contexto de Anamã e Beruri:

A teoria dos bens e serviços territoriais, proposta pelo geógrafo francês Bernard Pecqueur, representa uma abordagem fundamental para compreender a relação entre território e desenvolvimento local. Segundo Pecqueur (2003), os bens e serviços não devem ser concebidos apenas como produtos ou recursos naturais, mas como elementos profundamente entrelaçados à cultura, à identidade e à capacidade de cooperação local. Essa valorização do lugar não se restringe a um localismo fechado em si mesmo, mas dialoga com práticas e ações que extrapolam as fronteiras imediatas do território.

No contexto dos municípios de Anamã e Beruri, essa perspectiva permite analisar a produção e a comercialização do açaí e do tucumã, considerando a importância dessas frutas não apenas em termos econômicos, mas também como vetores de desenvolvimento socioeconômico, sociotécnico e ambiental. A apropriação desses bens nativos, quando articulada a uma lógica territorial, pode constituir-se como base para estratégias mais sustentáveis e integradas de desenvolvimento.

Apesar do potencial, a valorização do açaí e do tucumã em Anamã e Beruri enfrenta obstáculos estruturais consideráveis. Entre os principais desafios, destacam-se a carência de infraestrutura para o beneficiamento e a comercialização dos frutos, bem como a limitação na capacitação técnica dos produtores locais. Muitas comunidades ainda operam com métodos artesanais, o que condiciona a escala e a qualidade da produção às possibilidades da unidade familiar produtora, diferentemente das dinâmicas empresariais que operam em outras lógicas de mercado. Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa cadeia produtiva compromete a consolidação de uma estrutura produtiva mais coesa e integrada (Garcia et al., 2020).

Bens e serviços territoriais: uma visão integrada:

Pecqueur (2003) introduz a noção de bens e serviços territoriais como componentes simultaneamente econômicos e culturais, capazes de criar redes de valor que se articulam com os recursos e capacidades locais, sem negligenciar as especificidades e os limites impostos pelo próprio território. Em sua proposta teórica, o território não é visto como um espaço físico inerte, mas como uma construção dinâmica formada por redes de sujeitos sociais, instituições, práticas econômicas e valores culturais em constante (re)configuração.

Nesse sentido, os bens e serviços territoriais transcendem a lógica estritamente mercantil da produção de mercadorias e assumem um papel central na construção do valor simbólico e

social de um território. Aplicar essa teoria ao contexto de Anamã e Beruri significa compreender a produção de açaí e tucumã como mais do que uma atividade econômica: trata-se de um processo que reforça identidades, ativa práticas coletivas e contribui para a coesão territorial.

A valorização das frutas nativas, ao se vincular a práticas tradicionais de cultivo e ao fortalecimento das dinâmicas locais de cooperação, transforma-se em estratégia para consolidar um sistema territorial capaz de sustentar o desenvolvimento com base em recursos endógenos, ao mesmo tempo em que se abre para inovações técnicas e arranjos produtivos que respeitam a lógica local.

A importância da valorização local para a formação de uma rede de serviços:

O conceito de “serviços territoriais” é particularmente relevante para a realidade dos municípios de Anamã e Beruri, onde as práticas econômicas estão ancoradas na agricultura familiar e na exploração de produtos extrativistas. Pecqueur (2003) ressalta que os serviços territoriais englobam não apenas a circulação de bens, mas também processos de formação, acesso à informação e a criação de mecanismos cooperativos que fortalecem laços de confiança e solidariedade entre os diferentes sujeitos envolvidos no território.

Sob essa perspectiva, a produção de açaí e tucumã pode ser compreendida como serviço territorial estruturante, ao promover a criação de redes locais compostas por agricultores, cooperativas, empreendedores e instituições públicas, todas comprometidas com o fortalecimento da economia regional. A construção dessas redes de cooperação territorial, como propõe Pecqueur, não apenas potencializa as condições socioeconômicas e sociotécnicas das comunidades envolvidas, mas também fomenta um senso de pertencimento e identidade territorial, no qual os produtos locais se tornam símbolos de valorização cultural, econômica e ambiental.

Circuitos e a construção de valor agregado:

Pecqueur também destaca a importância da integração entre circuitos econômicos como forma de promover o desenvolvimento local. A produção de açaí e do tucumã pode ser incorporada a circuitos econômicos mais amplos e complexos, nos quais o valor agregado não se restringe à comercialização das frutas in natura, mas inclui também a criação de novos produtos e serviços com base em processos tecnológicos e inovações sociotécnicas. Esse processo pode ser potencializado pela capacitação das populações locais e pela difusão de inovações adaptadas às especificidades do território, resultando em uma inserção mais qualificada dessas frutas nos mercados extra-locais, incluindo segmentos de maior valor agregado, como o biotecnológico.

Exemplos concretos incluem a transformação do açaí em polpas congeladas, sucos, cosméticos, suplementos alimentares e fórmulas vitamínicas, entre outros. Essas formas de aproveitamento ampliam o circuito de valor e promovem, simultaneamente, o reconhecimento e a valorização das práticas tradicionais de manejo. O processo de inovação, quando articulado com tecnologias apropriadas ao contexto local, constitui uma estratégia de criação de bens territoriais. Nessa perspectiva, o território não apenas fornece os recursos naturais, mas também participa ativamente da geração de novos produtos e serviços, que atendem às demandas do mercado externo sem abrir mão da identidade cultural local e com a capacidade real de inovação.

A teoria dos bens e serviços territoriais de Pecqueur oferece, portanto, uma abordagem ampliada e integrada do desenvolvimento, ao considerar o espaço geográfico como uma construção social, marcada por relações simbólicas, culturais, econômicas e ambientais. Essa abordagem pode ser aplicada diretamente ao contexto de Anamã e Beruri, constituindo uma base teórica sólida para compreender como as frutas nativas, como o açaí e o tucumã, podem ser valorizadas e integradas aos processos de desenvolvimento territorial sustentável.

Bens e serviços territoriais: Anamã e Beruri:

A noção de "bens e serviços territoriais" ultrapassa a concepção tradicional de mercadoria e recurso natural. De acordo com Pecqueur, os bens territoriais não se restringem aos produtos materiais, mas abrangem também atributos imateriais como saberes tradicionais, práticas culturais, modos de vida e relações sociais, que constituem a identidade singular de um território. Esses elementos podem ser mobilizados como ativos estratégicos para fomentar formas inovadoras de desenvolvimento, que associem exploração econômica à preservação e a valorização dos aspectos culturais e ecológicos do lugar.

No caso específico de Anamã e Beruri, o açaí e o tucumã se configuram como bens territoriais paradigmáticos. Além de representarem recursos econômicos relevantes, essas frutas possuem valor simbólico e cultural, uma vez que estão intrinsecamente ligadas aos modos de vida das comunidades locais. São cultivadas e consumidas com base em práticas tradicionais, muitas vezes artesanais, mas detêm potencial significativo para inserção em cadeias de valor ampliadas. Assim, conforme sugere a teoria de Pecqueur, a valorização desses produtos requer uma compreensão do desenvolvimento como um processo de apropriação territorial e de criação de valor a partir das singularidades locais.

A apropriação territorial:

A apropriação do território constitui um dos conceitos centrais na teoria de Pecqueur. Trata-se da capacidade que as comunidades locais têm de gerir seus recursos naturais e culturais, bem como de organizar de forma autônoma, as atividades econômicas e sociais em seu espaço. Essa apropriação envolve a constituição de formas cooperativas e associativas, que busquem não apenas o benefício econômico, mas também a preservação do patrimônio natural e cultural, promovendo o desenvolvimento econômico.

No contexto de Anamã e Beruri, a produção de açaí e tucumã está diretamente vinculada à apropriação do território. Embora sejam frutas nativas, sua extração e cultivo exigem o manejo cuidadoso de ecossistemas sensíveis, como as florestas de várzea e as matas de terra firme. A valorização produtiva do território, portanto, passa pela organização dos produtores em redes cooperativas, que lhes permitam exercer maior controle sobre os processos produtivos e evitar formas de exploração predatória dos recursos.

A criação de uma "cesta de bens e serviços territoriais", conforme proposto por Pecqueur, implica o desenvolvimento de uma oferta diversificada de produtos e serviços que reflitam e valorizem a identidade local. Essa cesta pode incluir, além dos frutos propriamente ditos, elementos como a capacitação profissional, a valorização dos saberes tradicionais, o fortalecimento institucional e até mesmo o turismo de base comunitária. Este último poderia assumir formas inovadoras, como roteiros imersivos nas cadeias produtivas do açaí e do tucumã, à semelhança dos circuitos enoturísticos em regiões vinícola, ampliando ainda mais o alcance econômico, cultural e simbólico dessas frutas no território amazônico.

Circuitos de valorização local:

A teoria de Pecqueur articula-se diretamente ao conceito de circuitos de valorização local, segundo o qual os produtos gerados em determinado território são inseridos em redes de valor que permitem sua valorização nos mercados interno e externo. No caso dos municípios de Anamã e Beruri, a produção de açaí e tucumã poderá integrar circuitos que abrangem desde o cultivo até o processamento e comercialização, garantindo maior valor agregado aos produtos e ampliando a autonomia social e econômica das comunidades locais.

A valorização dessas frutas nativas pode ocorrer por meio de certificações, agregação de valor em cadeias produtivas e criação de produtos derivados com alto valor comercial, como cosméticos, alimentos industrializados e bebidas funcionais. Essas iniciativas exploram não apenas as propriedades nutricionais dessas frutas, mas também seus significados culturais e territoriais. Além disso, a adoção de princípios de comércio justo e economia solidária pode fortalecer os circuitos econômicos locais, assegurando que os benefícios da valorização retornem equitativamente às comunidades envolvidas.

Integração com o desenvolvimento territorial

A teoria de Pecqueur enfatiza, ainda, a necessidade de integrar os bens e serviços territoriais aos processos de desenvolvimento territorial, compreendido como fenômeno multidimensional e articulado. No contexto de Anamã e Beruri, essa integração exige políticas públicas que não apenas estimulem a produção de açaí e tucumã, mas que também, invistam em infraestrutura adequada, logística de escoamento, capacitação técnica das comunidades e acesso a mercados regionais e globais.

A aplicação da abordagem territorial de Pecqueur neste contexto contribui para a promoção de um modelo de desenvolvimento equilibrado, que contempla simultaneamente dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Trata-se de um modelo baseado no protagonismo das comunidades locais, na valorização de seus saberes, práticas e na apropriação autônoma de seus recursos naturais e sociotécnicos.

O papel da cooperação e os círculos de Milton Santos:

A dinâmica de cooperação territorial, conforme proposta por Milton Santos (2019), complementa a perspectiva de Pecqueur ao introduzir a noção de "círculos de cooperação". Essa abordagem destaca a importância da articulação entre diversos sujeitos sociais, comunidades, cooperativas, instituições públicas e setor privado na construção de redes sociotécnicas voltadas ao desenvolvimento com justiça social.

Essas redes podem potencializar o intercâmbio de saberes, o compartilhamento de recursos e o fortalecimento das capacidades produtivas e organizacionais das comunidades. A cooperação entre esses círculos permite não apenas a viabilização econômica de atividades produtivas como a do açaí e do tucumã, mas também a consolidação de processos de valorização territorial baseados na solidariedade e na autonomia local.

Circuitos superior e inferior e a inserção do açaí e do tucumã em mercados extralocais.

A teoria dos circuitos superiores e inferiores de Milton Santos oferece uma chave interpretativa relevante para compreender as dinâmicas econômicas em contextos periféricos e sua inserção em cadeias produtivas em múltiplas escalas. No caso da produção de açaí e tucumã nos municípios de Anamã e Beruri, essa teoria permite analisar como produtos tradicionalmente consumidos localmente podem ser inseridos em circuitos globais de mercado, sem perder sua vinculação com os circuitos locais, mais sensíveis às realidades sociais e ambientais das populações produtoras.

Circuito inferior:

O circuito inferior, conforme definido por Santos, refere-se as atividades econômicas organizadas em escalas locais ou regionais, com baixa densidade de capital, tecnologia, e frequentemente à margem dos centros de decisão e de circulação global de mercadorias. Essas atividades são orientadas para o consumo interno e caracterizam-se pela baixa agregação de valor ao produto final, predominantemente in natura, e pela forte dependência do trabalho manual e de saberes tradicionais.

Em Anamã e Beruri, a produção de açaí e tucumã inicialmente integra esse circuito inferior. A produção é realizada, em sua maioria, por agricultores familiares e pequenos produtores, reunidos em cooperativas ou associações locais. Os frutos são destinados majoritariamente ao consumo local, ou a mercados regionais próximos. Ainda que limitados em termos de rentabilidade, esses circuitos têm relevância social e econômica significativa, por assegurarem a reprodução social das comunidades, fomentarem a segurança alimentar e promoverem o fortalecimento das identidades territoriais.

A organização em cooperativas e associações fortalece o circuito inferior ao permitir melhorias na comercialização, na qualidade dos produtos e nas condições de trabalho dos produtores. Essas formas de organização comunitária, alicerçadas em laços de solidariedade e em saberes locais, são fundamentais para a construção de um modelo de desenvolvimento enraizado nos territórios, com potencial de expansão sustentável.

Circuito superior:

Em contrapartida ao circuito inferior, o circuito superior, conforme a teoria de Milton Santos, refere-se às atividades econômicas que operam em escalas amplas, abrangendo mercados globais e transnacionais, caracterizados por alto valor agregado, elevada densidade de capital e tecnologia, além de proximidade com centros decisórios de poder econômico. Essas atividades mobilizam redes complexas de produção, distribuição e consumo, dominadas, em grande medida, por grandes corporações.

O açaí, em particular, é um exemplo paradigmático desse processo. Embora sua produção tenha origem em regiões periféricas como Anamã e Beruri, esse fruto conquistou relevância no mercado internacional, especialmente nos Estados Unidos, na Europa e em outras regiões, sendo amplamente consumido como um "superalimento" e incorporado a diferentes linhas de produtos alimentícios, vitamínicos e cosméticos.

A inserção no circuito superior pode trazer benefícios econômicos significativos aos territórios de origem, sobretudo pela abertura de novos mercados e pela potencial valorização da produção local. No entanto, essa dinâmica também acarreta desafios substanciais, como a

pressão por aumento da produtividade em curto prazo, que pode comprometer práticas tradicionais de manejo, afetar a sustentabilidade ambiental e gerar desigualdades socioeconômicas. Com frequência, os lucros advindos da comercialização internacional não são distribuídos de maneira equitativa, sendo majoritariamente apropriados por intermediários e empresas de grande porte, o que reduz o retorno financeiro para as comunidades produtoras.

Relação entre os circuitos superior e inferior:

A articulação entre os circuitos superior e inferior pode ser compreendida como um processo de interdependência estrutural. O circuito inferior, formado por pequenos produtores e práticas locais de produção, fornece matéria-prima ao circuito superior, ao passo que este influencia, direta ou indiretamente, os padrões de consumo e as exigências produtivas. No caso do açaí e do tucumã, essa dinâmica se manifesta na medida em que empresas de maior porte adquirem os frutos para processamento e comercialização em mercados extrarregionais e internacionais.

Para que essa relação seja mais justa e equilibrada, torna-se imprescindível a criação de mecanismos institucionais que assegurem a participação efetiva das comunidades locais nos benefícios gerados pela inserção no mercado global. Isso implica adotar práticas de comércio justo, assegurar a autonomia dos produtores sobre seus processos e produtos, e implementar políticas públicas que garantam infraestrutura adequada, acesso a tecnologias e capacitação técnica.

Círculos de cooperação e circuitos de valor:

Complementando a discussão sobre os circuitos econômicos, a noção de círculos de cooperação proposta por Milton Santos evidencia a importância da articulação entre diferentes sujeitos sociais, produtores, consumidores, poder público e organizações da sociedade civil na construção de redes de apoio mútuo. No contexto da produção de açaí e tucumã, tais círculos de cooperação podem funcionar como instrumentos fundamentais para promover um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, socialmente justo e ambientalmente econômico.

As cooperativas de produtores desempenham papel central nesse processo, ao viabilizar formas coletivas de produção, ao melhorar as condições socioeconômicas das famílias envolvidas e ao assegurar que o produto final alcance o mercado com menor intermediação e maior valor agregado. A integração das comunidades de Anamã e Beruri a esses circuitos globais, mediante estratégias cooperativas e solidárias, pode fortalecer a resiliência econômica local e ampliar as oportunidades de desenvolvimento.

4.1 O potencial biotecnológico das frutas nativas da Amazônia: inovação e perspectivas para a economia local

A biotecnologia configura-se como uma ferramenta estratégica para a valorização econômica das frutas nativas da Amazônia, como o açaí e o tucumã. Ao possibilitar a geração de produtos com alto valor agregado e o aprimoramento dos processos produtivos, a aplicação de inovações biotecnológicas contribui tanto para a dinamização da economia local quanto para a preservação dos recursos naturais e dos saberes tradicionais.

Essas frutas, tradicionalmente consumidas in natura, ou com preparo artesanal, podem ser transformadas em insumos para diversas indústrias, alimentícia, cosmética, farmacêutica, sendo utilizadas na produção de sucos concentrados, extratos, suplementos alimentares, cosméticos e até mesmo fármacos. O açaí, por exemplo, pode ser submetido a processos como a microencapsulação ou a liofilização, preservando suas propriedades antioxidantes e garantindo maior durabilidade do produto final. O tucumã, por sua vez, é rico em ácidos graxos essenciais e antioxidantes, o que o torna uma matéria-prima promissora para a indústria de cosméticos naturais e produtos dermatológicos.

Inovações no processo produtivo:

Para além do desenvolvimento de novos produtos, a biotecnologia permite avanços significativos na eficiência dos processos de cultivo, colheita e processamento. Práticas como o uso de fertilizantes orgânicos, a adoção de técnicas agroecológicas e a automação de etapas de extração e embalagem têm potencial para elevar a produtividade e a qualidade dos produtos, reduzindo impactos ambientais. Tecnologias emergentes, como o uso de drones no monitoramento das plantações e sensores de qualidade para aferição dos frutos, exemplificam inovações que podem ser incorporadas à cadeia produtiva amazônica.

Tais inovações, se implementadas de forma adaptada à realidade socioterritorial das comunidades produtoras, podem não apenas ampliar a competitividade dos produtos amazônicos no mercado global, mas também garantir que os benefícios econômicos retornem para os territórios de origem. Trata-se de fomentar um ciclo virtuoso de desenvolvimento endógeno, baseado na valorização dos ativos naturais, na justiça socioambiental e na preservação da biodiversidade regional.

A biotecnologia e a preservação ambiental:

Uma das preocupações centrais quanto à aplicação da biotecnologia na cadeia produtiva do açaí e do tucumã é assegurar que seu uso não contribua para a degradação ambiental. Ao contrário, a biotecnologia pode desempenhar um papel estratégico na preservação dos

ecossistemas amazônicos, especialmente por meio do desenvolvimento de práticas agroecológicas e de tecnologias de baixo impacto. Isso inclui, por exemplo, o uso de biopesticidas e biofertilizantes, além da adoção de sistemas de cultivo que respeitem a biodiversidade local e a saúde dos produtores.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de utilizar a biotecnologia para o rastreamento e a certificação de produtos, garantindo transparência nos processos de produção e originando mecanismos que atestem o compromisso com a sustentabilidade. No caso específico do açaí e do tucumã, seria possível estabelecer selos de certificação que indiquem a procedência dos produtos de áreas protegidas, bem como práticas produtivas que não envolvam desmatamento, ou degradação do solo.

Algumas iniciativas nessa direção já vêm sendo divulgadas por veículos especializados, como:

- Iniciativas acadêmicas transformam resíduos de açaí e tucumã em biocombustíveis e bioasfalto (Portal Sustentabilidade, 08 abr. 2025).
- Extratos de açaí, guaraná e tucumã são utilizados como matérias-primas na produção de materiais com aplicações biomédicas (Portal Amazônia, 15 maio 2022).

Do ponto de vista técnico-científico, essas práticas vêm sendo sistematizadas em publicações como *Frutos amazônicos: biotecnologia e sustentabilidade* (Almeida, 2020), que compila avanços relevantes na integração entre produção sustentável e inovação tecnológica na Amazônia.

Desafios e oportunidades para as comunidades locais no uso da biotecnologia:

É fundamental reconhecer que os municípios de Anamã e Beruri estão situados em uma posição periférica no sistema produtivo do açaí e do tucumã. A introdução de inovações biotecnológicas pode gerar impactos econômicos positivos para essas comunidades, mas também impõe desafios substanciais. Entre eles, destaca-se o distanciamento econômico, tecnológico e institucional em relação aos centros de inovação, bem como a necessidade de capacitação técnica e acesso às tecnologias adaptadas à realidade local.

Embora as populações de Anamã e Beruri detenham amplo conhecimento tradicional sobre o cultivo e o uso dessas frutas nativas, a introdução de tecnologias mais sofisticadas demanda formação técnica especializada. Esse fator é limitado pelas condições precárias do sistema educacional local.

Por outro lado, surgem oportunidades por meio de parcerias com universidades, empresas, agências de fomento e organizações da sociedade civil, além da criação de incubadoras de tecnologia voltadas ao setor agrícola. Essas articulações podem facilitar o

acesso às tecnologias, promover transferência de conhecimento e garantir que a inovação ocorra de forma socialmente inclusiva e ambientalmente responsável.

As parcerias estratégicas e a cooperação internacional também constituem elementos-chave para o avanço do setor. Colaborações com instituições de pesquisa e organismos multilaterais podem facilitar o acesso a mercados globais, tecnologias emergentes e recursos financeiros. A participação em feiras e eventos técnico-científicos locais e internacionais pode ampliar a visibilidade dos produtos amazônicos e atrair investidores, além de fomentar redes colaborativas.

Nesse sentido, a infraestrutura digital torna-se um fator crítico para a inserção das cadeias produtivas de Anamã e Beruri nos mercados extrarregionais. A ampliação da conectividade, aliada ao desenvolvimento de plataformas de gestão da inovação, pode facilitar o acesso a novos mercados. Tecnologias como o blockchain, por exemplo, permitem maior rastreabilidade e transparência nos processos produtivos, aumentando a confiança de investidores e consumidores (Lerner, 2020).

A biotecnologia como ferramenta de inclusão social e econômica:

A integração das comunidades locais nos processos de inovação tecnológica, especialmente por meio da biotecnologia, pode transformar a estrutura produtiva local em um modelo de economia mais inclusiva e resiliente. Em vez de atuar como meras fornecedoras de matéria-prima, as populações de Anamã e Beruri podem se constituir como agentes ativos da cadeia de valor, com controle sobre os processos e benefícios da comercialização.

A biotecnologia, neste contexto, deve ser compreendida como um instrumento para garantir que o desenvolvimento territorial ocorra de forma justa e baseado em princípios de economia circular. Nesse modelo, inovação, reaproveitamento de recursos, sustentabilidade e valorização cultural caminham conjuntamente.

Integração entre a valorização das frutas nativas e o desenvolvimento socioeconômico:

A análise da valorização das frutas nativas amazônicas, como o açaí e o tucumã, nos municípios de Anamã e Beruri, permite concluir que a transformação desses produtos em plataformas de desenvolvimento territorial deve ocorrer de forma estratégica, integrada e participativa. A teoria dos bens e serviços territoriais, de Bernard Pecqueur, fornece um referencial conceitual robusto para compreender como os recursos naturais podem ser articulados com as dinâmicas econômicas, culturais e ambientais do território.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de Milton Santos sobre a interdependência dos circuitos superior e inferior contribui para repensar o modelo de inserção regional nos fluxos globais de

produção e consumo. Essa abordagem destaca a importância da justiça socioambiental como princípio estruturante do desenvolvimento.

A biotecnologia, nesse panorama, se revela como uma tecnologia-chave, capaz de agregar valor, promover a sustentabilidade e ampliar a inserção dos produtos amazônicos em mercados globalizados. No entanto, tais benefícios só se concretizam quando há participação ativa das comunidades locais, o fortalecimento de cooperativas e a existência de políticas públicas orientadas à inclusão produtiva e à preservação ambiental.

A construção de um novo paradigma de desenvolvimento amazônico exige, portanto, uma articulação entre saberes tradicionais e conhecimento técnico-científico, bem como a valorização das especificidades locais na formulação de políticas públicas e projetos de inovação. A capacitação técnica, o acesso à tecnologia, a governança participativa e o fortalecimento das cadeias produtivas são elementos fundamentais para assegurar que as comunidades ribeirinhas de Anamã e Beruri possam protagonizar um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e territorialmente enraizado.

A valorização do açaí e do tucumã em Anamã e Beruri representa mais do que uma simples expansão do mercado regional para o global. Trata-se de uma oportunidade de reconfiguração das dinâmicas econômicas locais, com foco na criação de bens e serviços territoriais que promovam a justiça socioambiental, o desenvolvimento socialmente justo e a inovação. Ao integrar a biotecnologia, as contribuições teóricas de Bernard Pecqueur e Milton Santos, além das práticas de cooperação local, é possível constituir um ciclo virtuoso que beneficie equitativamente as comunidades, preserve a rica biodiversidade da Amazônia e possibilite um futuro mais justo para seus habitantes.

Uma questão crucial, que ajuda a compreender os entraves ao desenvolvimento em municípios do Amazonas como Anamã e Beruri, é a ausência, ou a precariedade de elementos fundamentais relacionados às abordagens de Milton Santos, Ron Boschma e Bruno Latour. A carência desses fundamentos impõe obstáculos significativos ao desenvolvimento territorial. A seguir, analisam-se os principais aspectos dessas teorias no contexto amazônico:

Circuito produtivo segundo Milton Santos:

Milton Santos propõe o conceito de circuito espacial produtivo, que envolve a articulação entre as etapas de produção, distribuição, circulação e consumo de bens e serviços. Essa articulação conecta agentes econômicos, infraestruturas e fluxos de informação em dois circuitos complementares: o superior e o inferior.

Nos municípios de Anamã e Beruri, observam-se limitações notáveis nesse modelo:

- **Fragilidade ou ausência de um circuito produtivo denso e articulado:**

As atividades econômicas concentram-se na produção primária — pesca, agricultura de subsistência e extrativismo, com pouca ou nenhuma conexão com as etapas de beneficiamento, comercialização em escala, ou serviços especializados. Essa limitação restringe a geração de valor agregado e a diversificação econômica.

- **Infraestrutura precária:** A logística baseada em transporte fluvial limitado e oneroso, a ausência de energia elétrica contínua e confiável, a comunicação deficiente e a falta de estruturas para armazenamento e processamento dificultam a construção de um circuito produtivo mais eficiente e complexo.
- **Fluxos de informação restritos:** O difícil acesso a informações sobre mercados, tecnologias, crédito e oportunidades de negócios isola os produtores locais, limitando processos de modernização e inovação.
- **Dependência de agentes externos:** A debilidade das estruturas produtivas locais frequentemente resulta na dependência de intermediários externos, que capturam a maior parte do valor gerado, deixando às comunidades poucos benefícios socioeconômicos.

Essa carência de um circuito produtivo robusto reduz Anamã e Beruri a uma economia de baixa intensidade, com pouca geração de empregos qualificados, baixa circulação de renda e dificuldades para o aprimoramento da qualidade de vida e para a diversificação produtiva.

O conceito de proximidade em Boschma:

Ron Boschma propõe que o desenvolvimento territorial está fortemente vinculado a cinco dimensões de proximidade: geográfica, organizacional, social, institucional e cognitiva. Tais dimensões são essenciais para o aprendizado, a inovação e a construção de redes produtivas resilientes.

Em Anamã e Beruri, essas dimensões se mostram enfraquecidas:

- **Baixa densidade de relações de proximidade:** A dispersão geográfica dos sujeitos, as deficiências de comunicação e transporte e a limitada interação entre agentes econômicos e sociais (empresas, universidades, governo, sociedade civil) resultam em uma rede de relações frágeis e pouco colaborativas.
- **Fragilidade da proximidade organizacional:** A inexistência de arranjos produtivos locais (APLs), redes interempresariais, ou mecanismos de cooperação entre produtores compromete o aprendizado mútuo, a troca de experiências e a sinergia entre os agentes.

- **Limitações na proximidade social e institucional:** A escassez de instituições de apoio ao desenvolvimento, como agências de fomento, centros de pesquisa e extensão ou universidades com presença territorial efetiva, somada à baixa articulação social e política, compromete a criação de um ambiente propício à inovação.
- **Distância cognitiva:** A distância em termos de acesso aos conhecimentos técnicos, tecnologias e práticas contemporâneas entre os sujeitos locais e os centros de inovação do estado, ou do país dificulta a apropriação e a adaptação de soluções às realidades regionais.

A precariedade dessas formas de proximidade inibe a emergência de processos de aprendizagem coletiva, a difusão de inovações e a constituição de um tecido econômico mais dinâmico e resiliente nos territórios amazônicos. Superar essas limitações requer políticas públicas voltadas para a formação de redes de cooperação, fortalecimento da infraestrutura socioprodutiva e valorização dos saberes locais em articulação com os conhecimentos científicos e tecnológicos.

Rede Sociotécnica de Latour:

A abordagem da rede sociotécnica de Bruno Latour nos lembra que o desenvolvimento não é apenas um processo econômico ou social, mas também envolve a interação complexa entre sujeitos humanos e não humanos (tecnologias, infraestruturas, sistemas de engenharia, recursos naturais, instituições). Em municípios como Anamã e Beruri, temos:

- Redes sociotécnicas incipientes, ou desconectadas: As tecnologias disponíveis muitas vezes são rudimentares, a infraestrutura é precária e a articulação entre os diferentes elementos da rede (produtores, técnicos, máquinas, estradas, mercados) é frágil, ou inexistente.
- Dificuldade na incorporação de novas tecnologias: A falta de acesso à informação socioprodutiva, de assistência técnica, de crédito e de infraestrutura adequada dificulta a adoção de tecnologias mais eficientes social, econômica e ecologicamente afalando.
- Desafios na gestão dos recursos naturais: A exploração muitas vezes predatória dos recursos naturais, sem a incorporação de tecnologias e práticas de manejo sustentáveis, compromete o desenvolvimento de longo prazo.
- Fragilidade das instituições e políticas públicas: A falta de políticas públicas específicas e eficazes para o desenvolvimento local, a burocracia excessiva e a fragilidade das instituições dificultam a construção de redes sociotécnicas robustas e orientadas para o desenvolvimento socialmente justo.

Em Anamã e Beruri, o circuito espacial produtivo (superior e inferior) pode integrar saberes tradicionais e produtividade com biotecnologia para biofármacos e cosméticos, gerando

renda e conservação ambiental. A proximidade entre comunidades, pesquisadores e as empresas facilita a inovação adaptada à biodiversidade e sociodiversidade dos municípios. Redes sociotécnicas conectando ciência, tecnologia e produção sustentável podem impulsionar novos negócios e valorizar ativos biológicos com valorização das localidades produtoras.

A bioprospecção, aliada ao conhecimento local, abre caminho para fitoterápicos e outros produtos de alto valor. A capacitação local e a infraestrutura adequada fortalecem essas redes. O desenvolvimento biotecnológico diversifica a economia, gera empregos e promove a autonomia das comunidades, respeitando a floresta e seus ciclos. A proximidade institucional pode atrair investimentos e políticas públicas de apoio. A articulação em redes amplia o acesso aos mercados e as tecnologias, transformando desafios em oportunidades de desenvolvimento.

A ausência de redes sociotécnicas bem estabelecidas e a dificuldade em integrar sujeitos, tecnologias e recursos de forma eficaz limitam a capacidade de Anamã e Beruri de superar os desafios do desenvolvimento e de aproveitar as potencialidades locais de forma a superar as capacidades e recursos ociosos, que incluem o crescimento das famílias, os filhos não conseguem trabalho e precisam sair do município em busca de empregos.

Em síntese temos que a ausência, ou precariedade das realidades relacionadas aos conceitos de circuito produtivo, proximidade e rede sociotécnica em municípios como Anamã e Beruri cria um ciclo vicioso de baixo desenvolvimento socioeconômico. A falta de articulação econômica e política, as limitadas interações sociotécnicas e a fragilidade das redes de sujeitos e tecnologias dificultam a geração de riqueza, a inovação, a diversificação econômica, a implementação de um plano de negócios eficiente e a melhoria da qualidade de vida do setor da sociedade ligado ao açaí e ao tucumã.

A superação desses desafios requer um esforço coordenado de políticas públicas que visem fortalecer a infraestrutura socioprodutiva, estimular a formação de redes de colaboração, facilitar o acesso à informação e tecnologia, valorizar os recursos e conhecimentos locais de forma a promover a integração desses municípios em circuitos produtivos mais amplos, respeitando as especificidades e potencialidades de suas sociedades.

Rede sociotécnica de Latour:

A abordagem da rede sociotécnica de Bruno Latour evidencia que o desenvolvimento não se limita a processos meramente econômicos ou sociais, mas envolve uma complexa interação entre sujeitos humanos e não humanos, tais como tecnologias, infraestruturas, sistemas de engenharia, recursos naturais e instituições. Essa perspectiva é particularmente relevante para municípios como Anamã e Beruri, onde se observam diversas fragilidades estruturais.

Redes sociotécnicas incipientes ou desconectadas:

As tecnologias disponíveis nessas localidades são, em geral, rudimentares. Soma-se a isso uma infraestrutura precária e uma articulação frágil, ou mesmo inexistente entre os diversos elementos da rede produtiva, como produtores, técnicos, equipamentos, meios de transporte e canais de comercialização.

Dificuldades na incorporação de novas tecnologias:

A ausência de acesso à informação socioprodutiva, de assistência técnica qualificada, de crédito facilitado e de condições adequadas de infraestrutura dificulta a adoção de tecnologias social, econômica e ecologicamente eficientes.

Desafios na gestão dos recursos naturais:

A exploração muitas vezes predatória dos recursos naturais, sem a devida incorporação de práticas sustentáveis e de manejo ambiental, compromete o desenvolvimento de longo prazo e a manutenção dos ecossistemas.

Fragilidade institucional e das políticas públicas:

A ausência, ou ineficiência de políticas públicas voltadas especificamente ao desenvolvimento local, aliada à burocracia excessiva e à fragilidade das instituições, compromete a construção de redes sociotécnicas robustas e orientadas por princípios de justiça social, equidade e sustentabilidade.

Em Anamã e Beruri, o circuito espacial produtivo que articula os circuitos superior e inferior pode integrar saberes tradicionais com inovações em biotecnologia, promovendo a produção de biofármacos, cosméticos e outros produtos de valor agregado a partir de recursos locais como o açaí e o tucumã. Essa integração possibilita tanto a geração de renda quanto a conservação ambiental.

A construção de redes sociotécnicas conectando ciência, tecnologia e produção sustentável pode impulsionar o surgimento de novos negócios, promovendo o protagonismo das comunidades locais. A bioprospecção, aliada aos conhecimentos tradicionais, abre caminhos para o desenvolvimento de fitoterápicos e produtos de alto valor econômico, respeitando a biodiversidade e a sociodiversidade dos territórios.

Nesse sentido, a capacitação local e o fortalecimento da infraestrutura sociotécnica são condições fundamentais para o êxito desses empreendimentos. O desenvolvimento biotecnológico, quando orientado por práticas responsáveis e inclusivas, pode diversificar a economia local, gerar empregos, promover a autonomia das comunidades e respeitar os ciclos ecológicos da floresta. A criação de vínculos de proximidade institucional também pode atrair investimentos e estimular a formulação de políticas públicas específicas.

A articulação em redes ampliadas, inclusive internacionais, facilita o acesso a mercados e tecnologias, permitindo a transformação dos desafios locais em oportunidades reais de desenvolvimento. Entretanto, a ausência de redes sociotécnicas bem estabelecidas e a dificuldade de integração entre sujeitos, tecnologias e recursos de forma coordenada limitam a capacidade de municípios como Anamã e Beruri de superar os entraves ao desenvolvimento e de aproveitar suas potencialidades endógenas. Isso acarreta, por exemplo, o subaproveitamento da força de trabalho jovem, que muitas vezes precisa migrar em busca de emprego e melhores condições de vida.

Em síntese, a ausência, ou a precariedade das estruturas ligadas aos conceitos de circuito produtivo (Santos), proximidade (Boschma) e rede sociotécnica (Latour) em municípios amazônicos como Anamã e Beruri perpetuam um ciclo vicioso de baixo desenvolvimento socioeconômico. A carência de articulação econômica e política, as interações sociotécnicas limitadas e a fragilidade das redes entre sujeitos e tecnologias comprometem a geração de riqueza, a inovação, a diversificação produtiva, a implementação de planos de negócios eficazes e a melhoria da qualidade de vida da população envolvida nas cadeias produtivas do açaí e do tucumã.

Superar tais desafios exige um esforço coordenado entre os diversos agentes sociais, políticos e econômicos, por meio da formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura socioprodutiva, ao estímulo à formação de redes colaborativas, à ampliação do acesso à informação e à tecnologia, e à valorização dos saberes locais. A integração efetiva de Anamã e Beruri em circuitos produtivos mais amplos e diversificados deve respeitar as especificidades territoriais, as vocações socioeconômicas e as potencialidades de seus povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades socioeconômicas e as assimetrias históricas presentes no território brasileiro impõem sérios desafios ao desenvolvimento rural, sobretudo em regiões periféricas e de difícil acesso, como os municípios de Anamá e Beruri, no Estado do Amazonas. Nesse cenário, torna-se urgente o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento territorial que valorizem os recursos locais e as dinâmicas socioculturais próprias desses contextos. A abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) surge, portanto, como uma ferramenta teórico-metodológica promissora, apta a estimular processos endógenos de desenvolvimento, promovendo a valorização de produtos e serviços típicos, com base em seus atributos culturais, ambientais, simbólicos e produtivos.

A CBST, originalmente concebida em contextos europeus de baixa densidade produtiva, ganha, no Brasil, novos contornos, exigindo adaptações que considerem as especificidades das populações tradicionais, ribeirinhas e amazônicas. A realidade de Anamá e Beruri oferece um terreno fértil para sua aplicação, ainda que marcada por fragilidades estruturais, ausência de políticas públicas consolidadas e baixo nível de articulação entre os sujeitos sociais e econômicos. A adaptação da CBST para esse contexto demanda a criação de mecanismos de participação democrática, transparência institucional e reconhecimento dos saberes locais como ativos legítimos do território.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram mapeados os principais ativos e recursos territoriais associados ao açaí e ao tucumã, frutos que possuem relevância coesa, cultural, alimentar, medicinal e econômica. A partir desse levantamento, buscou-se atingir quatro objetivos principais. Primeiramente, caracterizou-se o açaí e o tucumã como recursos identitários e de valor econômico para os dois municípios estudados, ressaltando sua capacidade de constituírem uma cesta territorial ancorada em bens locais. Em seguida, destacou-se a importância dessas frutas enquanto componentes de uma economia de base ecológica, voltada para a sustentabilidade ambiental, o consumo ético e o uso responsável da biodiversidade amazônica. Como terceiro objetivo, identificaram-se os principais desafios logísticos, políticos e socioeconômicos para a consolidação de uma CBST viável na região, especialmente considerando as dificuldades de escoamento da produção, a ausência de infraestrutura e a fragilidade das relações interinstitucionais. Por fim, apresentou-se uma proposta de CBST voltada à valorização das frutas nativas e à inclusão produtiva das populações ribeirinhas, a partir de princípios como a justiça ambiental, o uso de biotecnologias apropriadas e o fortalecimento de redes sociotécnicas locais.

As entrevistas realizadas revelaram a fragilidade das relações de governança nos territórios estudados. Apesar da presença de recursos com alto potencial de valorização, como as frutas nativas, ainda há uma carência significativa de articulação entre os sujeitos privados, associativos e públicos. A governança territorial, enquanto dimensão estratégica para a construção da CBST, ainda se encontra em estágio inicial, dificultando a implementação de ações coordenadas e o fortalecimento das cadeias produtivas.

Verificou-se, por outro lado, que os sujeitos públicos, notadamente as prefeituras e órgãos municipais, apresentam uma maior capacidade de articulação com os demais segmentos sociais. Essa capilaridade institucional pode ser aproveitada para liderar os primeiros passos de um projeto estruturado de desenvolvimento territorial com base na CBST. Ao lado disso, as iniciativas relacionadas às indicações geográficas (IGs) e marcas territoriais, ainda que incipientes, demonstram a viabilidade de construção de sistemas coletivos de valorização, capazes de gerar ganhos econômicos, sociais e simbólicos para os territórios amazônicos.

No entanto, os desafios permanecem consideráveis. A baixa articulação entre os sujeitos locais, a ausência de políticas públicas integradas, a carência de infraestrutura logística e a escassez de formação técnica adequada comprometem o avanço de estratégias mais robustas de valorização territorial. É necessário investir em processos formativos permanentes, que possibilitem aos agentes locais compreender e aplicar os princípios da CBST, fortalecendo o protagonismo comunitário e promovendo a apropriação crítica das ferramentas de desenvolvimento.

Outro aspecto fundamental é a incorporação da solidariedade socioterritorial como eixo estruturante das ações. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, a valorização de produtos e serviços territoriais não pode reproduzir mecanismos de exclusão. Ao contrário, deve-se garantir que os benefícios gerados por essas estratégias sejam amplamente distribuídos e alcancem os segmentos historicamente marginalizados, como os trabalhadores sazonais, pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Isso requer, entre outras medidas, o desenvolvimento de políticas públicas específicas, a promoção de redes de cooperação e o estímulo a práticas de economia solidária.

Ademais, o uso de biotecnologias aplicadas ao aproveitamento sustentável do açaí e do tucumã apresentam uma oportunidade concreta para agregar valores aos produtos locais, diversificar a matriz econômica dos municípios e incentivar as práticas de conservação ambiental. A articulação entre conhecimento tradicional e inovação tecnológica pode abrir novas frentes de trabalho, estimular a bioeconomia e fomentar o surgimento de novos produtos e mercados, desde que respeitadas as condições ecológicas e sociais do território.

Esta pesquisa, embora limitada em termos temporais, representou um primeiro esforço de sensibilização e diagnóstico sobre a aplicação da CBST em Anamá e Beruri. As atividades de campo permitiram a construção de um panorama inicial das potencialidades e desafios dos municípios, criando um ponto de partida para futuras investigações e intervenções. Os dados levantados apontam que há condições objetivas para o avanço de uma estratégia territorial baseada na valorização dos recursos locais e na mobilização dos sujeitos comunitários, desde que haja investimentos em formação, governança e políticas públicas integradas.

Conclui-se, portanto, que a CBST é uma abordagem com elevado potencial para promover o desenvolvimento territorial em regiões amazônicas, como Anamá e Beruri. Contudo, sua efetividade dependerá da superação de entraves estruturais, da consolidação de redes de cooperação e do fortalecimento da base social local. Somente assim será possível construir um modelo de desenvolvimento inclusivo, econômico e enraizado nas singularidades socioterritoriais da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Renan. **Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2013. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6845/1/Albuquerque%202013.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- ALMEIDA, Alex Fernando de; SANTOS, Cláudia Cristina Auler do Amaral. **Frutos amazônicos: biotecnologia e sustentabilidade**. Palmas: EDUFTO, 2020.
- APOSTILA: **Conhecendo o SEBRAE**. Módulo 1: História do SEBRAE e atos constitutivos. Versão completa – 14 de março de 2013.
- BARBOSA, Christian. **A tríade do tempo**. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Reto, L. A.; Pinheiro, A. Ed. rev. e amp. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BBC NEWS BRASIL. **Como sucesso do açaí ameaça biodiversidade da Amazônia**. São Paulo, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60269301>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- BELTRÃO, Otto Gilberto de Arruda. **Realidade da Amazônia brasileira**. 4. ed. atual. Manaus: s.n., 2010.
- BENTES, Vera Lúcia Imbiriba. **Preparação e caracterização de compósitos a base de fosfatos de ferro suportados em carvões ativados de resíduos de caroços de açaí e do endocarpo de tucumã para aplicação ambiental**. 2017. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Les ressources de territoires et les territoires de ressources. **Finisterra**, v. 36, n. 71, p. 19-32, 2001.
- BÉRARD, Laurence et al. **Le panier de biens: une construction patrimoniale et territoriale. L'exemple de la Bresse**. Grenoble: Grenoble Applied Economics Laboratory (GAEL), 2005.
- BERCKER, Bertha. **Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? Geopolítica da Amazônia**. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2004a.
- BEZERRA, M. E. **Açaí e tucumã no Amazonas: um estudo sobre a valorização de frutas nativas e os desafios da produção em áreas ribeirinhas**. **Revista Brasileira de Geografia e Meio Ambiente**, v. 18, n. 2, p. 45-62, 2020.
- BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R. (org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/Etene, 1998. p. 589-694.
- BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências – Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Instituto Superior de Administração e Economia; Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei de Propriedade Intelectual. Presidência da República – Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo Código Florestal Brasileiro.

BRASIL. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento**. Publicado em: maio 2019. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menuservicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil> . Acesso em: 1 abr. 2022.

BISQUERRA, R. **Métodos de investigación educativa: guía práctica**. Barcelona: CEAC, 2000.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan.-jul. 2005.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Cidade, territórios e cidadania**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.

BYNUM, William. **Uma breve história da ciência**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**, anno IV, n. 2, jun. 1973.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/306/284>. Acesso em: 6 ago. 2022.

CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico**. Belém: FCAP, 1972. 103 p. (FCAP. Boletim, 5).

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Campinas: EMBRAPA/UNICAMP, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – volume I**. 6. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

CARNEIRO, Kássia Karise Carneiro; RIBEIRO, Patrício Azevedo. **Situações de desastres, enchente dos rios e assistência social: reflexões sobre a realidade de um município amazônico**. *Revista Educação e Humanidades*, Manaus, v. 1, n. 2, p. 255-279, jul./dez. 2020.

CARVALHO, Samanta V. C. B. Rocha. Manifestações culturais. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOLTOWICZ, Karina Janz (orgs.). **Noções básicas de folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. p. 64-66.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Violência simbólica de gênero em duas universidades brasileiras. In: WANZINACK, Clóvis; SIGNORELLI, Marcos Claudio (orgs.). **Violência, gênero e diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Autografia, 2012. p. 79-108.

CAZELLA, A. A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude**. Thivernal-Grignon: UMR INRA-INA-PG / Mémoires et Thèses, 2002. v. 1, p. 395.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, A. A.; GONÇALVES, D. A.; CERDAN, C. Trajetória do desenvolvimento: revisitando o passado para repensar o futuro. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais**. Rio Branco: SBEASR, 2008. p. 1-21.

CERDAN, C. et al. **La recherche agricole, vecteur de dynamiques collectives des territoires ruraux: l'indication géographique "Vales da Uva Goethe" au Brésil**. *Cahiers Agricultures*, v. 27, n. 2, 2018.

CECCATO, P.; RECH, S. R. Moda e co-branding: uma associação de sucesso. **Modapalavra e-periódico**, v. 3, n. 5, jan.-jun. 2010.

CHADDAD, F. R. **Denominações de origem controlada: uma alternativa de adição de valor no agribusiness**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo – FEA, São Paulo.

CHEKOL, C.; GEBREYOHANNES, M. Application and current trends of biotechnology: a brief review. **Austin Journal of Biotechnology and Bioengineering**, v. 5, n. 1, p. 1088, 2018.

CLARO, Danny Pimentel; CLARO, Priscila Borin de Oliveira. Gerenciando relacionamentos colaborativos com fornecedores. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, p. 68-79, 2004.

COLARES, Isabela Soares. **A geografia dos óbitos causados por transporte terrestre na Amazônia Legal: uma análise do período de 2009 a 2013**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. **Economie & Institutions**, p. 51-74, 2005. Disponível em: <https://ei.revues.org/900>. Acesso em: 27 set. 2022.

COLL, Agustí Nicolau. **Proposta para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124 p. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2). COLUSSI, Cláudia Flemming; PEREIRA, Katiuscia Graziela (orgs.). **Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

COMPAGNE, Pierre; PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris: Ed. Charles Léopold Mayer, nº 204, p. 135, 2014. Disponível em: <https://www.partage-le.com>. Acesso em: 13 mar. 2023.

COSTA, A. M.; RIBEIRO, P. L. **A dinâmica econômica e o uso de produtos nativos da Amazônia: análise dos casos de Anamá e Beruri.** *Revista de Economia Regional*, v. 35, n. 3, p. 112-130, 2021.

COSTA, Reinaldo Corrêa (org.). **Circuitos, cadeias de produção e a natureza.** Manaus: Editora INPA, 2019.

COSTA, Reinaldo Corrêa (org.). **Cadeias produtivas e seus ambientes.** Manaus: Editora INPA, 2017.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira; SANTOS, Tiago Veloso dos; RIBEIRO, Willame de Oliveira (orgs.). **Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais.** Belém: EDUEPA, 2019.

COUTO, V.; ROCHA, A. S. Reveses à questão territorial na região de Irecê, Bahia. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Anais.** Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006. Disponível em: <https://www.sober.org.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CUNHA, Ricardo Borges da; RÜCKERT, Aldomar A. **Ações de atores territoriais: a construção do porto de Rio Grande-RS, Brasil, como um nó estratégico no território do Sul do Brasil.** *Geosul*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 45-54, 2019.

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A questão ambiental: diferentes abordagens.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CUSTÓDIO, Dayana Lacerda. **Aproveitamento dos subprodutos da extração do óleo do pau-rosa (Aniba rosaeodora DUCKE) para obtenção de bioprodutos.** 2013. Tese (Doutorado em Biotecnologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

CYMERYS, Margaret; SHANLEY, Patrícia. **Palmeiras – frutíferas e plantas úteis na vida amazônica.** Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2004.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática.** *Análise Social*, v. 215, n. 2, p. 304-328, 2015. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.

DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. **Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: perspectivas teóricas recentes na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras.** *Redes*, v. 21, n. 3, p. 117-136, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7611>. Acesso em: 6 out. 2021.

DASÍ, J. F. **Le défi, le besoin et le mythe de la participation à la planification du développement territorial durable: à la recherche d'une gouvernance territoriale efficace.** *L'Information Géographique*, v. 73, n. 2, p. 89-111, 2009.

DIAS, D. B. **Concepções de meio ambiente e natureza: uma reflexão com alunos de 7º ano do ensino fundamental do Distrito Federal.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Brasília, DF, 2013.

EDUCATIVO, Amazonas. **Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino.** 1. ed. Amazonas: Formato 2, 2020.

EVANGELISTA, F. R.; CARVALHO, J. M. M. **Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), 2001.

FALEIRO, F. G.; ANDRADE, S. R. M. Biotecnologia e transgênicos. In: FALEIRO, F. G.; ANDRADE, S. R. M. (orgs.). **Biotecnologia, transgênicos e biossegurança**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. p. 15-29.

FGV. Euterpe oleracea e E precatória Açaí. OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; MATTIETTO, Rafaella de Andrade; DOMINGUES, Alessandra Ferraiolo Nogueira; CARVALHO, Ana Vânia; OLIVEIRA, Natália Padilha de; NETO, João Tomé de Farias. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FONTANELLA, B. J. B. et al. **Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, p. 388-394, 2011.

FUINI, L. L. **Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do 'Circuito das Águas Paulista' e do 'Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais'**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

FUINI, L. L. **Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: arranjos produtivos locais (APL) e circuitos turísticos**. *Interações*, v. 13, n. 1, p. 93-104, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a08v13n1>. Acesso em: 27 set. 2022.

GABRIELA, L. **Social innovations in the context of modernization**. *Sociologia*, v. 44, n. 3, 2012.

GARCIA, R. de C.; LIMA, G. T. N. P.; SILVA, F. C. Sistemas de inovação em regiões periféricas: o caso da Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 19, n. 1, p. 45-68, 2020.

GARCIA, W. S.; SANTANA, A. C.; NOGUEIRA, A. K.; et al. **O mercado de produtos florestais não madeireiros no estado do Pará: açaí e castanha-do-pará**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2023.

GLON, E.; PECQUEUR, B. **Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

GOMES, C. M. P.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L.; BIROCHI, R. **Governança da terra e (re)territorialização da agricultura familiar: possibilidades do crédito fundiário no Brasil**. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 9, n. 19, 2014.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 79-108.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal Fluminense, 2021.

HIRCZAK, M. et al. **From the basket of goods to a more general model of territorialized complex goods: concepts, analysis grid and questions**. *Canadian Journal of Regional Science*, v. 31, n. 2, 2008.

HOMMA, A. K. O. **Em favor de uma nova agricultura na Amazônia**. *Terceira Margem Amazônia*, v. 1, n. 5, p. 19-34, Belém, 2017.

IBGE. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 28). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. Número de estabelecimentos agropecuários e número de pés existentes, por espécies da silvicultura – resultados preliminares 2017. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6623>. Acesso em: 15 maio 2022.

IBGE. Produção agrícola municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>. Acesso em: 18 fev. 2023.

IBGE. Censo populacional, 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Acesso em: 15 dez. 2023.

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Extensão rural: informe afins. PAULO RAMOS ROLIM (Org.). Manaus: IDAM, 2021.

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Extensão rural: informe afins. PAULO RAMOS ROLIM (Org.). Manaus: IDAM, 2022.

ITO, A. G. T. P. Biotecnologia e produção de alimentos. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 192 p.

INÁCIO, H. L. D. D. O ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí. 2007. 240 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Manual de indicações geográficas. Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas. 1. ed. 01 fev. 2021. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2023.

JARDIM, M. A. G.; VIEIRA, I. C. G. Composição florística e estrutura de uma floresta de várzea do estuário amazônico, Ilha do Combu, estado do Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Séries Botânicas, v. 17, n. 2, p. 333–354, 2001.

JUNK, W. J. et al. A classification of the major habitats of Amazonian black-water river floodplains and a comparison with their white-water counterparts. Wetlands Ecology and Management, 2015.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L.; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. Indicações geográficas: guia de respostas. Porto Alegre: Sebrae-RS, 2006.

KLANOVICZ, J. Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). 2007. 311 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KOTLER, P.; PFOERTSCH, W. Gestão de marcas em mercados B2B. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LACOMBE, P. Préface. In: CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation.** Paris: Ed. Charles Léopold Mayer, 2014. p. 9-12.

LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. **O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense.** *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 42, n. 1, 2022.

LAVE, J. Aprendizagem como/na prática. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 44, p. 37-47, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832015000200003>. Acesso em: 23 jan. 2023.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Versão brasileira: início – fev. 2006.

LEITE, S. P.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** Brasília: HCA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14).

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? *Geographie Economie Societe*, v. 7, n. 4, p. 321-331, 2005. ISSN 1295-926X.

LERNER, J. **Boulevard of Broken Dreams: Why Public Efforts to Boost Entrepreneurship and Venture Capital Have Failed—and What to Do About It.** Princeton: Princeton University Press, 2020.

LIMA, E. U. et al. **O arranjo produtivo local (APL) do açaí na Ilha de Arumanduba (Abaetetuba/PA): um estudo de caso na comunidade Nossa Senhora da Paz.** In: CONGRESSO DA SOBER, Belém, PA: SOBER, 2013. Anais, p. 51.

LOTTA, G. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019. 324 p.

LUCCA, N. de. **Alguns aspectos jurídicos da Biodiversidade.** *Revista de Direito*, São Paulo, v. 2, p. 175-250, dez. 1999.

MACHADO, F. S. **Manejo de produtos florestais não madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia.** Rio Branco, AC: PESACRE; CIFOR, 2008.

MALAJOVIC, M. A. **Biotecnologia.** 2. ed. Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, T. S.; CRUZ, J. A. W.; GUINDANI, R. A. Teoria da firma: uma abordagem tradicional e emergente. *Informe Econômico*, v. 32, n. 20, UFPI, jul./ago. 2009.

MEDINA, G. S.; CRUZ, J. E. **Estudos em agronegócio: participação brasileira nas cadeias produtivas.** Goiânia: Kelps, 2021. v. 5. 390 p.

MARCOVITCH, J.; VAL, A. L. **Bioeconomia para quem? Bases para um desenvolvimento sustentável na Amazônia.** São Paulo: Com-Arte, 2024.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. **A configuração de cesta de bens e serviços territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico.** *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 26, 2021.

MELO, G. S.; COSTA, F. S.; SILVA, L. C. O cenário da produção do açaí (*Euterpe spp.*) no estado do Amazonas. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 7, p. 71536-71549, jul. 2021.

- MENEZES, P. K. de. **Educação ambiental** [recurso eletrônico]. Recife: UFPE, 2021.
- MIRANDA, J. C. et al. **Biotecnologia ambiental e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Economie Rurale**, n. 261, p. 16-34, 2001.
- MORAIS, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MOREIRA, I. **O espaço geográfico – Geografia geral do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NOGUEIRA, O. L. et al. **Açaí: manejo, produção e processamento**. Fortaleza: Instituto Frutal, 2006.
- MORIN, E. **Harmonia dos extremos. Entrevistadores: Redação Jornal Folha de S. Paulo**. Tradução de Clara Allain. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jan. 2005. Folha Mais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- NODA, S. N.; SILVA, S. H. A dinâmica entre as águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas. **Ambiente & Água**, Manaus: UFAM – Centro de Ciências do Ambiente, 2016.
- OLIVEIRA, M. S. P. de et al. **Coleção Cursos Frutal – Açaí: manejo, produção e processamento**. Fortaleza: Instituto Frutal, 2006. 147 p.
- OLIVEIRA, J. A. de (Org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, v. II, 2012.
- OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré-Bahia. **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 2, 2016.
- PARANÁ. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. **Guia básico de governança de tecnologia da informação**. Curitiba: TCEPR, 2017. Núcleo de Auditorias de TI – NAUTI. Coordenadoria de Fiscalizações Específicas – COFE.
- PAESANI, L. M. **Manual de propriedade intelectual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- PARÉDIO, J. L. **Ordenamento territorial: uma análise das políticas territoriais estaduais no estado do Amazonas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217. Acesso em: 22 set. 2022.
- PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. **Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, 2005. Disponível em:

<https://desenvolvimentoaareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimentoterritorial-pecqueur.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

PECQUEUR, B. **De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local**. 1987. Tese (Doutorado) – Université Pierre Mendès France (Grenoble), 1987.

PECQUEUR, Bernard. **Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés**. *Économie rurale*, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-559_2001_num_261_1_5217. Acesso em: 22 set. 2021.

PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud**. Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 2004.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. *Raízes*, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, 2005. Disponível em: <https://desenvolvimentoaareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimentoterritorial-pecqueur.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: Autores, V. (Org.). **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável. Conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis: PPGAGR, 2006. p. 81-103.

PEREIRA, R. T. **O impacto da globalização na produção de frutas nativas da Amazônia: o caso do açaí e tucumã**. *Revista de Estudos Socioambientais*, v. 40, n. 1, p. 78-93, 2022.

PERRON, L.; Janin, C. **Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique**. Grenoble: Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, 2014. 101 p.

PIEPER, J. A.; Cruz, F. T. da. **Mudanças nos modos de produção de queijo serrano: uma análise a partir da perspectiva da divisão do trabalho e do lugar de produção**. *Revista GeoNordeste*, n. 2, p. 25-39, 2014.

PIRES, Elson Luciano Silva; Fuini, Lucas Labigaluni; Mancini, Rodrigo Furgieri; Neto, Danilo Piccoli. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: UNESP - IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011. 192 p.

PLAMSAN – Programa de apoio à elaboração dos planos municipais de saneamento e de gestão integrada de resíduos sólidos dos municípios do estado do Amazonas. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: Beruri-AM**. julho de 2012.

RAFESTIN, Clauder. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

Portal Sustentabilidade. **Iniciativas acadêmicas transformam resíduos de açaí e tucumã em biocombustíveis e bioasfalto**. 08 abr. 2025. Disponível em: <https://portalsustentabilidade.com/2025/04/08/iniciativas-academicas-transformam-residuos-de-acai-e-tucuma-em-biocombustiveis-e-bioasfalto/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

PORTAL AMAZÔNIA. **Extratos de açaí, guaraná e tucumã são utilizados como matérias-primas na produção de materiais com aplicações biomédicas**. 15 maio 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonas/extratos-de-acai-guarana-e-tucuma-sao-utilizados-como-materias-primas-na-producao-de-materiais-com-aplicacoes-biomedicas/>. Acesso em: 15 maio 2022.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa**. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 10, n. 2, p. 95-119, 2013. ISSN 1807-1384. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2013v10n2p95/25917>. Acesso em: 11 set. 2022.

RAMOS, Márcio Viana; Melo, Dirce Fernandes de; Silva, André Luís Coelho da. **Biotecnologia: a ciência, o bacharelado, a demanda socioeconômica**. 2016.

Rodrigues, Jaqueline Fonseca (Org.). **Inovação, gestão e sustentabilidade 2** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 2).

REY, Kamyle Medina Monte. **Zona Franca de Manaus: análise dos 50 anos de atuação estatal no âmbito da Suframa em busca da promoção do desenvolvimento da Amazônia**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4341/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Kamyle%20Medina.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024, às 22h39min.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

ROTH, A. L.; Wegner, D.; Júnior, J. A. V. A.; Padula, A. D. **Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos**. Revista de Administração, v. 47, n. 1, p. 112-123, 2012.

RUFINO, M. S. M.; Alves, R. E.; Brito, E. S. **Caracterização química e funcional de frutas nativas da Amazônia**. Revista Brasileira de Fruticultura, v. 42, n. 3, p. 1-15, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAKR, M. R.; Dallabrida, V. R. **Produtos de Santa Catarina com identidade territorial**. Revista de Política Agrícola, v. 24, n. 3, p. 102-113, 2015.

SALOMÉ, J. A. **Levantamento e fenologia de plantas apícolas do estado de Santa Catarina**. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.

SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Orgs.). **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A região cresce mais que a metrópole**. In: Santos, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 53-77.

SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Orgs.). **A natureza do espaço – técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, H. L. D. **Construção social de mercado orgânico: o caso da cooperativa Ecoserra na serra catarinense**. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PAGR0176.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

SANTOS, J. S. **Dilemas e desafios na valorização de produtos alimentares tradicionais no Brasil: um estudo a partir do Queijo do Serro, em Minas Gerais, e do Queijo Serrano, no Rio Grande do Sul.** Pelotas: Ed. UFPEL, 2017. 322 p.

SANTOS, J. S.; Cardoso, J. H.; Cruz, F. T.; Anjos, F. S. **Dilemas e desafios para circulação de queijos artesanais no Brasil.** Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 4, n. 4, p. 13-22, 2016.

SAWYER, Donald. **Frontier expansion and retraction in Brazil.** In: Schmink, Marianne; Wood, Charles (Ed.). **Frontier expansion in Amazonia.** Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 180-203.

SCHAUSS, A. G.; Wu, X.; Prior, R. L. **Antioxidant capacity and other bioactivities of the freeze-dried Amazonian palm berry, Euterpe oleraceae Mart. (açai).** Journal of Agricultural and Food Chemistry, v. 56, n. 17, p. 7796-7802, 2018.

SEBRAE. **O microempreendedor individual e a economia criativa.** Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE/CE, 2019.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumento, esferas de ação e educação ambiental.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEPROR – **Secretaria de Estado de Produção Rural do Estado do Amazonas. Relatório de gestão.** 2022.

SGARBI, Jaqueline et al. **Agroindústria familiar rural: contribuições para o desenvolvimento agroecológico.** 1. ed. Pelotas: CAPA, 2007. 28 p.

SHANLEY, Patrícia; Medina, Gabriel. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica.** Ilustração de Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR; Imazon, 2005. 300 p.

SILVA, Gustavo Pinto da. **Introdução à fruticultura e empreendedorismo.** Santa Maria: UFSM, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2015.

SILVA, A. H.; Fossá, M. I. T. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.** Dados em Big Data, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2015. Disponível em: <http://oficinas.incubadora.ufsc.br/index.php/Lucasfranco/article/view/2336>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SILVA, Carolina. **Em Anamá (AM) mais de 8 mil pessoas enfrentam transtornos da cheia.** Jornal à Crítica, Manaus, ano 72, nº 25.402, 12 mar. 2022. Economia & Negócios, p. C3.

SILVA, Deybson Adriano Patrício. **Açaí: expansão comercial e cadeia produtiva.** 2017. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem) – Universidade Federal do Pará, UFPA.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da (Orgs.). **Geografia, território e sociedade na Amazônia.** Porto Velho: Temática Editora; PPGG/UNIR, 2021.

SILVA, Rafael Pereira. **Território, Estado e política de irrigação: uma leitura a partir das técnicas, normas e configurações espaciais no Rio Grande do Norte.** 2019. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

SILVEIRA, Marco Antonio. **Método para avaliação de estratégias: inserção do fator ambiental em estratégias de negócio.** 2003. Disponível em: WEB. Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUZA, P. C. **Aspectos ecológicos e genéticos de uma população natural de Euterpe oleracea Mart. no estuário amazônico.** 2002. 60 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

SOUZA, Cintia Rodrigues de; LIMA, Roberval Monteiro Bezerra de; AZEVEDO, Celso Paulo de; ROSSI, Luiz Marcelo Brum. **Sumaúma (Ceiba pentandra (L.) Gaerth).** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2005.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da democracia na América.** Cascais: Princípiã, 2001.

TODARO, M. **Introdução à economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

VEIGA, J. E. DA. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília, DF: NEAD, 2001. (Texto para discussão, 1), 34 p.

VIEGAS, José Manuel Leite. **Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia.** Sociologia, Problemas e Práticas, n. 46, p. 33-50, 2004. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000300003. Acesso em: 10 jan. 2024.

VIEIRA, Paulo Vieira; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** Tradução: Anne Sophie de Pontbriand-Vieira; Christilla de Lassus. São Paulo: Cortez, 1997.

WAGLEY, Charles. **Review of “Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação” by Gilberto Freyre.** Hispanic American Historical Review, v. 35, n. 2, p. 275, 1955.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

YAMAGUCHI, Klenicy Kazumy de Lima; OLIVEIRA, Urlania Alves de; ALMEIDA, Lucas Martins de; SOUZA, Erica da Silva; JUNIOR, Valdir Florêncio da Veiga. **Cadeia produtiva do açaí.** 2. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024. 96 p.

ZUZA, Abraão Ferreira. **O abastecimento energético em cidades da linha do gasoduto Urucu-Coari-Manaus.** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM.

APÊNDICE - A**ROTEIRO DE ENTREVISTAS****Roteiro de entrevistas com os atores públicos - APÊNCIDE A**

- 1) Nome completo.
- 2) Instituição ou empresa na qual trabalha.
- 3) Qual é a sua função ou cargo que você trabalha?
- 4) Há quanto tempo desempenha essa função na atual empresa?
- 5) Essa empresa que você trabalha, fala em investimentos regionais para o desenvolvimento econômico, social, ou ambiental na sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 6) Você tem conhecimento da importância das frutas nativas como o Açaí e o Tucumã em sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 7) Estas frutas nativas como o açaí e o tucumã, depois de coletadas, elas permanecem na sua cidade, ou são vendidas para outras localidades?
- 8) Existem coletadores de açaí ou de tucumã que quando colhe os frutos, eles cortam as plantas, ou deixam no local de origem?
☐ Sim ☐ Não
- 9) Você tem conhecimento da quantidade de açaí, ou de tucumã que são produzidos na sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 10) Você acredita que é possível criar uma marca do açaí e do tucumã que são produzidos em sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 11) Existe uma festa cultural em comemoração à colheita do açaí e do tucumã em sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 12) Você acredita que as produções do açaí e do tucumã pode mudar a situação econômica de sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 13) Existem cooperativas e associações que foram criadas e trabalham o açaí e o tucumã como produtos econômicos na sua cidade?
☐ Sim ☐ Não
- 14) Através do açaí e do tucumã é possível criarmos uma marca para o desenvolvimento econômico na sua cidade?
☐ Sim ☐ Não

APÊNCIDE B**ROTEIRO DE ENTREVISTAS****Roteiro de entrevistas com os atores privados e associativos -**

- 1) Nome completo?
- 2) O seu nível de escolaridade?
() Fundamental; () Médio; () Superior; () Pós-Graduação;
- 3) Você conhece o potencial das produções do açaí e do tucumã na sua cidade?
() Sim; () Não;
- 4) Diante das produções do açaí e do tucumã é possível trabalharmos, ou criarmos uma marca específica para estas frutas nativas?
() Sim; () Não;
- 5) As produções do açaí e do tucumã permanecem na sua cidade, ou são exportadas para outras cidades?
() Sim; () Não;
Exportadas para a(s) cidade(s): _____
- 6) Existem cooperativas do açaí e do tucumã na sua cidade?
() Sim; () Não;
- 7) É possível fazermos uma cesta de bens e serviços territoriais, através do açaí e do tucumã na sua cidade?
() Sim; () Não;
- 8) Você acredita que o açaí e o tucumã podem contribuir com as mudanças econômica de sua cidade?
() Sim; () Não;
- 9) Na sua cidade, quais os maiores eventos (feiras, festas, exposições) da sua cidade que atraia pessoas de outras cidades?
() Festa da Castanha; () Festas religiosas; () Festas folclóricas.
Outras: _____
- 10) Após as colheitas do açaí e do tucumã na sua cidade, você percebe que estes coletadores de frutas, contribuem com o Meio Ambiente, ou não pensam nas futuras gerações?
() Sim; () Não;
Justifique, se for o caso: _____
- 11) Na sua cidade, existem empresas que trabalham com o açaí e com o tucumã?
() Sim; () Não;
- 12) Através do açaí e do tucumã poderemos trabalhar outros produtos na sua cidade?
() Sim; () Não